

Flávio Rabelo Versiani e Luiz Paulo Ferreira Nogueiról | Org.



Muitos *escravos,* *MUITOS* *senhores*

ESCRavidÃO
NORDESTINA E GAÚCHA
NO SÉCULO XIX

EDITORA

UnB


Editora UFS

Muitos *escravos,*
MUITOS *senhores*

ESCRavidÃO
NORDESTINA E GAÚCHA
NO SÉCULO XIX



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITOR

Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli

VICE-REITOR

Prof. Dr. André Maurício Conceição de Souza



EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE

COORDENADORA DO PROGRAMA EDITORIAL
Messiluce da Rocha Hansen

COORDENADOR GRÁFICO
Vitor Braga

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Andrade Carvalho
Antônio Martins de Oliveira Junior
Ariovaldo Antônio Tadeu Lucas
Aurélia Santos Faroni
José Raimundo Galvão
Luisa Helena Albertini Pádula Trombeta
Mackely Ribeiro Borges
Maria Leônia Garcia Costa Carvalho
Messiluce da Rocha Hansen
Satie Katagiri
Ubirajara Coelho Neto



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

REITORA

Márcia Abrahão Moura

VICE-REITOR

Enrique Huelva

EDITORA



UnB

DIRETORA

Germana Henriques Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Germana Henriques Pereira – Pres.
Fernando César Lima Leite
Estevão Chaves de Rezende Martins
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Jorge Madeira Nogueira
Lourdes Maria Bandeira
Carlos José Souza de Alvarenga
Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Verônica Moreira Amado
Rita de Cássia de Almeida Castro
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

MUITOS ESCRAVOS, MUITOS SENHORES:

Escravidão Nordestina e Gaúcha no Século XIX

Flávio Rabelo Versiani

Luiz Paulo Ferreira Nogueiról

(Organizadores)

EDITORA



UnB



Editora UF5

São Cristóvão-SE, 2016

Este livro, ou parte dele, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita da Editora.

Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009.

PROJETO GRÁFICO, CAPA
Alana Gonçalves de Carvalho Martins

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Jeane de Santana

ILUSTRAÇÃO DA CAPA
Wladimir de Andrade Oliveira

(fusão dos quadros “Troepeiro”, de Jean Baptiste Debret,
e “Engenho de Açúcar”, de Henry Koster)

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe

M953m Muitos escravos, muitos senhores : escravidão nordestina e gaúcha no século XIX / Flávio Rabelo Versiani, Luiz Paulo Ferreira Nogueiról (organizadores). – São Cristovão : Editora UFS ; Brasília : Editora UNB, 2016. 329 p.

ISBN: 978-85-7822-527-8(Editora UFS)
ISBN: 978-85-230-1184-0(Editora UNB)

1. Escravidão – Brasil, Nordeste. 2. Escravidão – Rio Grande do Sul. 3. Trabalho escravo – Brasil – Sec. XIX. 4. Escravos – Tráfico – Brasil. I. Versiani, Flávio Rabelo. II. Nogueiról, Luiz Paulo Ferreira.

CDU 330.342.112(81)

EDITORA DA UNIVERSIDADE SERGIPE

Cidade Universitária
Prof. José Aloísio de Campos.
49.100-000, São Cristóvão-SE, Brasil
Telefone: (79) 2105-6922/6923
E-mail: editora.ufs@gmail.com
Site:www.editora.ufs.br

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, 70302-907, Brasília-DF, Brasil
Telefone: (61) 3035-4200
Fax: (61) 3035-4230
E-mail: contatoeditora@unb.br
Site: www.editora.unb.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
AGRADECIMENTOS DOS AUTORES	11
CAPÍTULO 1	
Entendendo a escravidão: trabalho escravo na grande lavoura e em pequenas posses	13
CAPÍTULO 2	
Sobre as fontes: inventários, censos e matrículas	55
CAPÍTULO 3	
Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul: inter-relações econômicas e trabalho escravo	67
CAPÍTULO 4	
Muitos senhores com poucos escravos: estrutura de posse de cativos nas quatro regiões e no país	101
CAPÍTULO 5	
Estrutura da posse de cativos no Brasil na década de 1870	117
CAPÍTULO 6	
Estrutura de posse de escravos em Pernambuco	147
CAPÍTULO 7	
Posse de Escravos no Rio Grande do Sul no Século XIX	163
CAPÍTULO 8	
Propriedade escrava e declínio do escravismo na província de Sergipe	179
CAPÍTULO 9	
Demografia das populações escravas: Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Sul	211
CAPÍTULO 10	
Preços de escravos e racionalidade econômica no Século XIX	249
CAPÍTULO 11	
Escravos e escravas: havia preferência por gênero entre os proprietários escravistas?	293

APRESENTAÇÃO

Os trabalhos reunidos no presente volume decorrem de um programa de investigação sobre o escravismo brasileiro no século XIX, abrangendo vários pesquisadores e instituições. O objetivo que o norteou foi o exame das características do regime servil em áreas até agora relativamente menos investigadas, quanto a esse tema, no que se refere a pesquisas baseadas em dados quantitativos: o Nordeste (no caso: Pernambuco, Maranhão e Sergipe) e o Rio Grande do Sul. Os achados aqui divulgados poderão complementar de forma frutífera os de pesquisas referentes ao escravismo, melhor estudado, do Sudeste do País.

Os pesquisadores do projeto, componentes do grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos Comparados do Escravismo Brasileiro”, são os seguintes:

Flávio Rabelo Versiani – Departamento de Economia, Universidade de Brasília.

José Raimundo Oliveira Vergolino – Departamento de Economia, Universidade Federal de Pernambuco (aposentado); Faculdade dos Guararapes, Recife.

Josué Modesto Passos Subrinho – Departamento de Economia, Universidade Federal de Sergipe.

Luiz Paulo Ferreira Nogueurol – Departamento de História, Universidade de Brasília; anteriormente, Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Renato Leite Marcondes – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

Stephen Anthony De Castro – Departamento de Economia, Universidade de Brasília (aposentado).

Os autores indicados em cada texto são os responsáveis diretos por sua redação. No entanto, todo o livro pode ser visto como um produto conjunto da equipe de pesquisadores, que o discutiu em detalhe quanto à estrutura e ao conteúdo dos capítulos.

Participaram ainda do projeto, como copesquisadores:

Antônio Pessoa Nunes Neto
Caetano De' Carli Viana Costa
Glauber Guedes Ferreira de Lima
Tácito Luís Cordeiro Galvão

A coleta e organização dos dados, a partir de documentos originais do século dezenove — frequentemente de leitura difícil e trabalhosa —, contou, nas várias etapas do projeto, com a colaboração dedicada e eficiente de muitos (então) estudantes, em diversos locais do País. Em Brasília: Crístillia Marinho Avelino da Silva, Daniel Goes Cavalcante, Débora de Souza Leão Albuquerque, Gleison Macedo Rocha, Henrique de Mello de Assunção, Juliana Martins Torres, Mateus Lôbo de Aquino Moura e Silva, Roberto de Freitas Neder, Thaislana Marina Lima dos Santos e Walter Bittar Neto. No Recife: Andrea Luiza Bonfim Santos, Clara Maria Farias de Araújo, Edneide Ferreira da Silva, Maria Clarice Sales de Albuquerque, Rinaldo Estelita Lins

Júnior e Taciana Bezerra de Melo Costa. Em Porto Alegre: Diego Rodrigues, Ezequiel Giacomolli, Marcos Smith Dias, Maurício Silveira Pinto e Vinícius Migówski. Em Ribeirão Preto: Eduardo Marcovecchio e Paulo César Vianna Filho.

O Professor Steve De Castro, da UnB, com sua erudição em História e sua competência em análise macroeconômica, teve participação destacada e estimulante nas discussões da equipe do projeto. Em particular no que se refere à problemática da transição de uma economia escravista para uma economia baseada no trabalho assalariado; e à questão, a isso relacionada, do ritmo de crescimento da economia brasileira na segunda metade do século dezenove. Sobre esses temas, o Professor Steve tem ideias originais e desenvolveu modelagem sofisticada. Seus trabalhos a respeito, de um nível de complexidade bem superior ao dos textos do presente volume — que se pretende ao alcance do estudante médio de Ciências Sociais — poderão, no entanto, ser lidos com vantagem por aqueles com formação mais avançada em Economia e interesse na teoria econômica do escravismo. São os seguintes os principais desses trabalhos:

DE CASTRO, Steve. “Wrong Incentives for Growth in the Transition from Modern Slavery to Firms and Labour Market: Babylon Before, Babylon After.” *Social and Economic Studies* 53(2):75-116, 2004.

DE CASTRO, Steve. “The Great Divergence: Growth or Path Dependence?” *DEP: Diplomacy, Strategy & Politics* 9:125-148, Jan./Mar. 2009.

DE CASTRO, Steve & Flávio GONÇALVES. “A Test for Mixed-Poisson Growth in Brazil’s GDP per Person, 1822–2000, and an Estimate of the World’s Mixing Distribution in 1800.” *Anais do 25º Encontro da Sociedade Brasileira de Econometria*. Porto Seguro, 2003

DE CASTRO, Steve & Flávio GONÇALVES. “History or Path Dependence in Mixed-Poisson Growth: Brazil, 1822–2000, and USA, 1869–1996, with an Estimate of the World Mixing Distribution at Start-Up.” 2010. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/brs/wpaper/332.html#biblio-body>

Brasília, 2015

Os Organizadores

AGRADECIMENTOS DOS AUTORES

O projeto que deu origem a este livro teve o patrocínio do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência em Ciência e Tecnologia – PRONEX, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP-DF.

Além disso, boa parte do substancial volume de dados aqui analisados, relativos à economia escravista nas regiões estudadas, decorreu de projetos anteriores dos pesquisadores envolvidos. Informações relativas ao escravismo em Pernambuco foram levantadas, a partir de 2000, por J. R. O. Vergolino e F. R. Versiani, com o apoio do CNPq (“Edital Universal”) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por seu Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD. A coleta de dados por R. L. Marcondes, em várias regiões do País, teve o patrocínio da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo – FAPESP e do CNPq. As pesquisas de L. P. F. Nogueról, no Rio Grande do Sul, foram também apoiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul e pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Deixamos aqui expresso nosso reconhecimento pelo auxílio indispensável desses órgãos de fomento à pesquisa.

A coleta de dados não poderia ter-se dado sem a ativa colaboração das várias instituições que abrigam a docu-

mentação pesquisada. Seria impraticável nomeá-las todas: a pesquisa de listas de classificação de escravos, por Marcondes, por exemplo, envolveu arquivos em dezenas de localidades diferentes. Cabe destacar, no entanto, a cooperação de entidades depositárias de importantes coleções de documentos por nós pesquisadas: no Recife, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e o Memorial da Justiça de Pernambuco; em Porto Alegre, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul; em São Luís, o Arquivo Público do Estado do Maranhão; em Aracaju, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Agradecemos penhoradamente a todas essas instituições — assim como às não citadas em separado —, e a seu pessoal técnico, o apoio que deram a nossas investigações.

Agradecemos igualmente os comentários e críticas recebidos de inúmeros colegas, em seminários ou comunicações pessoais, que muito contribuíram para o aperfeiçoamento dos artigos deste livro. Gostaríamos de destacar alguns nomes: Professores Iraci del Nero da Costa, Nelson Nozoe e José Flávio Motta, da Universidade de São Paulo; Clotilde Andrade Paiva, da Universidade Federal de Minas Gerais; Leonardo Monastério, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Bert Barickman, da Universidade do Arizona, Estados Unidos; Maria Eduarda Tannuri-Pianto, da Universidade de Brasília. É evidente que nenhum deles pode ser responsabilizado pelos defeitos do produto final.

ENTENDENDO A ESCRAVIDÃO

Trabalho escravo na grande lavoura e em pequenas posses

FLÁVIO R. VERSIANI

A escravidão foi elemento fundamental na formação do Brasil atual. Envolveu uma migração forçada de mais de cinco milhões de africanos para nosso país, de meados do século XVI a 1850; por cerca de dois terços de nossa história, a partir do Descobrimento, trabalhadores escravizados foram a fonte predominante de mão de obra no País. E, até meados do século XVIII, escravos constituíram, provavelmente, a maior parte da população. O regime escravista não podia deixar de atrair a atenção de intérpretes de nossa evolução econômica e social; de fato, tem sido tratado de diversas formas por inúmeros autores, vindo logo à mente nomes como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Celso Furtado.

Até a primeira metade do século passado, predominou, nessas análises do escravismo, uma abordagem ensaística, com poucos trabalhos explorando sistematicamente dados quantitativos. Por outro lado, a partir da década de 1970, observou-se uma produção crescente de trabalhos de caráter monográfico: artigos, dissertações, teses e livros analisando várias fontes de dados, até então pouco utilizadas. Examinaram-se, por exemplo, inventários, testamentos,

listas censitárias nominativas, registros de matrículas de escravos, listas de classificação para alforria, lançamentos de batismos e casamentos, processos cíveis e criminais, livros de compra e venda de cativos, registros de alforria.

Esses trabalhos trouxeram elementos novos à compreensão do regime escravista no Brasil. Em particular, ficou evidenciado que a difusão do uso de trabalho escravo era maior do que antes se supunha; percebe-se melhor, agora, a importância que teve a escravidão no sistema produtivo do País, e a extensão das marcas que deixou em nossa sociedade. E levantaram também indagações: como costuma acontecer, a expansão do conhecimento suscitou outras questões, que pedem respostas, sugerindo novas áreas de investigação.¹

O programa de pesquisa que deu origem a este livro foi concebido nessa perspectiva de ampliação do entendimento sobre o escravismo brasileiro a partir do exame de documentação arquivística e dados quantitativos. E teve, também, o propósito de buscar estender geograficamente a área de pesquisa. A maioria dos trabalhos recentes sobre o tema tem-se concentrado no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia — e com razão, pois foram essas as regiões de mais ampla utilização do trabalho cativo. Mas a constatação da grande disseminação do uso de trabalho escravo, tanto entre atividades produtivas como entre regiões, ressalta a importância do estudo de outras áreas.

Nosso Projeto focalizou Pernambuco — e não apenas o Pernambuco açucareiro —, Sergipe, Maranhão e Rio Grande

1 Para revisão recente dessa literatura e uma análise ampla do escravismo brasileiro, v. Luna & Klein (2010).

do Sul. Além de serem áreas relativamente pouco estudadas, quanto ao escravismo, tinham estruturas produtivas bem diferentes, no período focalizado (essencialmente, o século XIX), possibilitando comparações interessantes. Estima-se que as quatro províncias detinham cerca de uma quarta parte do total de escravos do Brasil no início do século XIX, proporção que se reduziu a 17% no primeiro recenseamento geral da população, feito em 1872. Mas a importância da escravidão, medida pela proporção de escravos na população total, era equivalente à do restante do País.² A análise do regime escravista nessas províncias pode complementar, de forma significativa, trabalhos sobre as demais regiões, contribuindo para uma melhor compreensão do todo.

Os capítulos que se seguem examinam aspectos específicos do trabalho escravo nas quatro províncias consideradas. O presente capítulo trata de alguns dos pontos pesquisados sob uma perspectiva mais ampla, o de sua relevância para a análise do escravismo brasileiro, de forma geral. Em particular, exploram-se aqui duas indagações (I) em que atividades foram utilizados os trabalhadores escravizados? onde estava a maioria dos escravos? e (II) qual a viabilidade econômica da produção com trabalho escravo? como se compara a produtividade da mão de obra forçada com a do trabalho livre?

2 Pernambuco, Sergipe, Maranhão e Rio Grande do Sul detinham, em conjunto, 25,8% do total de escravos estimado para 1819; a relação entre a população escrava e a população total era 36,8%, no conjunto das quatro províncias (maior do que a média nacional, de 30,8%). No censo de 1872, 16,7% dos escravos estavam nessas províncias, onde a proporção de escravos na população era 14,0% (pouco menor que a média nacional, de 16,1%). Dados em IBGE (1990: 32).

Mão de obra escrava: não só na grande lavoura

Um dos pontos que têm sido objeto de reavaliação nas últimas décadas é a crença de que a escravidão brasileira se associaria basicamente à grande propriedade rural voltada à produção agrícola extensiva para exportação — a chamada agricultura de *plantation*. O engenho de açúcar, no Nordeste, e a fazenda de café, no Centro-Sul, seriam os modelos típicos de unidades produtivas que usavam trabalho escravizado. É comum, por exemplo, a referência, em livros didáticos, a uma correspondência estreita entre latifúndio, monocultura e escravidão.

Essa associação entre escravismo e grande propriedade agrícola foi reforçada pelo fato de que vários autores de obras hoje clássicas analisaram o trabalho escravo principalmente no âmbito dos engenhos e cafezais. Desde Perdigão Malheiro e Joaquim Nabuco, passando por Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, até analistas mais recentes, como Celso Furtado, todos olharam para a escravidão principalmente sob o prisma da lavoura extensiva. Embora seja verdade que Gilberto Freyre tenha dado muita atenção à escravidão no âmbito doméstico, o escravo dos engenhos patriarcais tem presença central em sua obra.

Certo é que o tema geral desses mestres foi a análise da formação histórica da sociedade e da economia brasileiras. Nessa perspectiva, é obviamente adequado pôr em relevo a importância das economias açucareira e cafeeira e, nessas atividades, focalizar o papel do trabalho escravo. É quando se pretende estudar o escravismo em si — suas

características, seu impacto sobre a economia e a sociedade brasileira no período em que vigorou, as marcas que deixou depois, a natureza das relações entre senhores e escravos — que importa saber até que ponto é adequado identificar a escravidão, no Brasil, com a escravidão das grandes propriedades rurais.

A novidade que surgiu nas últimas décadas do século passado foi a constatação de que, em vários locais e épocas, essa identificação não era legítima. No início dos anos oitenta, Francisco Luna mostrou que nas áreas de mineração de Minas Gerais, no século XVIII, cerca de três quartos dos escravos pertenciam a posses menores de 20 cativos, e cerca de metade, ou mais, estavam em plantéis de menos de 10 escravos.³ Depois veio a evidência trazida por Schwartz para o Recôncavo Baiano, região essencialmente açucareira: no início do século XIX, embora nos engenhos a média de escravos fosse acima de 60, no total da área a média baixava para 7; mais da metade dos escravos pertencia a plantéis menores do que 20, e um terço deles, a plantéis menores do que 10. Entremeadas com os engenhos havia numerosas pequenas propriedades escravistas, em que se cultivava, por exemplo, mandioca, para fabrico de farinha.⁴

Quadro análogo foi descrito para Minas Gerais e São Paulo na primeira metade do século XIX: a maior parte dos cativos estava em conjuntos de no máximo 20 indivíduos. Em Minas, Paiva mostrou, com base em listas nominativas (censos provinciais), que dois terços do total de escravos da

3 Como é usual na literatura, chama-se de “posse” ou “plantel” um conjunto de escravos do mesmo proprietário.

4 Luna (1981); Schwartz (1988).

província, em 1833-35, estavam em posses menores do que 20. Passada a onda da mineração, Minas passara a ter uma economia mais diversificada; o café só chegaria de forma significativa na segunda metade do século (e ainda assim numa área circunscrita, a Zona da Mata mineira, como extensão da cafeicultura fluminense).

Em São Paulo, abrangendo na época o Paraná, a mesma situação prevalecia, de acordo com os dados mostrados por Luna & Klein também a partir de listas nominativas: em 1829, cerca de 60% dos escravos pertenciam a posses de até 20 indivíduos, e 40% deles a posses de até 10. Como em Minas, o café ainda não era importante nesse período; as propriedades escravistas de maior escala eram engenhos de açúcar.⁵

E mesmo na área paulista do café, já na segunda metade do século, a ocorrência de pequenas posses era relevante. Na matrícula de escravos determinada pela Lei do Ventre Livre, em 1872/73, verificou-se, por exemplo, que em Taubaté, município cafeeiro do Vale do Paraíba, 55% dos escravos estavam em plantéis inferiores a 20, e mais de um terço em plantéis menores que 10, como mostrado por Marcondes.⁶

Os resultados de nosso Projeto acrescentam novos dados nessa direção. Dos quase 22.000 escravos de nossa amostra de inventários de Pernambuco, por exemplo, no período entre 1800 e 1887, mais da metade (cerca de 55%) fazem parte de posses de até 20 cativos, e quase 40% de posses de 10 ou menos indivíduos. Na Zona da Mata, região

5 Paiva (1996); Luna & Klein (2003).

6 Marcondes (2002). A questão da estrutura da posse de escravos será detalhadamente explorada nos capítulos 4 a 8.

do açúcar, essas proporções são menores (40% e 25%, aproximadamente). Mas no restante da província, que abrigava cerca da metade dos escravos de Pernambuco (o vasto Sertão, das fazendas de gado, o Agreste, onde se concentrava o algodão, e a cidade do Recife), predominavam as pequenas posses.⁷ No conjunto dessas regiões, Sertão, Agreste e Recife, as proporções aproximadas de escravos em plantéis de até 20 e até 10 cativos são, respectivamente, de 75% e 55%.

Semelhantemente ao caso de Pernambuco, no Rio Grande do Sul, dos 7.652 escravos da amostra, 4.617 (60%) faziam parte de posses de até 20 cativos, e 3.038 (39%) de até 10. Situação análoga foi encontrada nas demais regiões estudadas em nosso Projeto, como se verá nos capítulos subsequentes.

Vê-se, por esse rápido bosquejo da evidência acumulada nas últimas décadas, que havia uma ocorrência muito generalizada de pequenas posses de escravos, em regiões com perfil produtivo diverso, em todo o Brasil. Na área mineradora de Minas, ainda no século XVIII; nas regiões açucareiras da Bahia, Pernambuco e Sergipe; nas áreas de produção mais diversificada de São Paulo, Minas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Sergipe e Maranhão, no século XIX; em região de predominância do café; em todos esses locais verificou-se a grande importância, frequentemente majoritária, de posses de escravos de tamanho inferior ou igual a 20. Se esses achados se confirmarem em outras regiões

7 Tanto o censo regional de 1842 quanto o censo nacional de 1872 mostram que cerca da metade dos escravos de Pernambuco não estava na Zona da Mata, o que contrasta com a frequente associação entre escravidão e engenhos de açúcar, na literatura sobre essa região. Ver o capítulo 6.

e períodos, isso levará à conclusão de que escravos trabalhando em pequenos grupos eram a regra, e não a exceção.⁸

Essas constatações são importantes em três sentidos principais. Primeiro, quanto ao que revelam sobre a forma típica de organização do trabalho escravo. Nas grandes propriedades rurais em geral prevalecia o chamado regime de *plantation*, em que os escravos trabalhavam em turmas, supervisionados e vigiados por um feitor. Regime comumente ilustrado, em livros didáticos, pela figura do feitor, brandindo um chicote — símbolo de sua autoridade — diante de um grupo de escravos. É um sistema funcional, do ponto de vista do senhor de escravos, para garantir o controle da mão de obra forçada e o monitoramento da produção, mas exige que haja um número mínimo de indivíduos trabalhando conjuntamente: cerca de 20, como se menciona frequentemente na literatura.⁹ Abaixo desse número, a subdivisão em turmas se torna impraticável, mesmo porque não compensaria colocar feitores para superintender grupos muito pequenos de escravos. Assim, em posses pequenas prevalecerá um tipo de organização do trabalho forçado diferente do regime de *plantation*. Outras formas de supervisão e controle da atividade dos trabalhadores cativos terão que ser utilizadas. O que pode ter consequências importantes no que toca às relações entre senhores e escravos, como se verá a seguir.

8 Também importante é a constatação da relevância de atividades produtivas sem utilização de trabalho escravo, nos séculos XVIII e XIX. Em várias localidades da província de São Paulo, os não proprietários de escravos constituíam a maior parte da população livre, e tinham participação expressiva em vários setores produtivos (I.N. Costa, 1992).

9 Por exemplo, Genovese (1976:7)

Um segundo sentido em que as evidências sobre a estrutura de posse são importantes tem a ver com as atividades tipicamente exercidas pelos trabalhadores escravizados. Escravos de posses grandes estavam, em geral, voltados a atividades ligadas à terra, provavelmente organizados no regime de *plantation*; enquanto os de pequenos plantéis se dedicariam, tipicamente, à produção em pequena escala e a tarefas mais diversificadas. Os dados derivados de nossa amostra de inventários de Pernambuco apontam nessa direção: nas posses de mais de 20 cativos, cerca de 60% dos escravos com ofício conhecido eram escravos “de enxada”; mas essa proporção era apenas de cerca de 20%, nos plantéis pequenos, de até 20 escravos.¹⁰

A preponderância de posses pequenas indicaria, portanto, uma difusão do trabalho escravizado por muitas atividades, além das ligadas à grande lavoura. E, de fato, é o que o exame das fontes utilizadas em nosso Projeto evidencia, como se verá abaixo: havia, nas pequenas posses, escravos exercendo tarefas as mais diversas, em todas as áreas de atividade produtiva.

Um terceiro aspecto é a difusão da propriedade escravista entre estratos de riqueza: não era raro que indivíduos de poucas posses tivessem escravos. Levantamentos censitários de diversas localidades em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX, examinados por Iraci Costa (1992), mostram vários casos

10 Para a classificação de ofícios dos escravos dos inventários, ver o capítulo 6. Os números exatos são: para posses de até 20 escravos, entre 2.521 indivíduos com ofício conhecido, 537 são trabalhadores “de enxada” (21,3%). No caso de posses maiores de 20, há 2.142 escravos com ofício conhecido, dos quais 1.269 “de enxada” (59,2%). Como mencionado no capítulo 1, a amostra de inventários de Pernambuco tem dados sobre 21.932 escravos.

de indivíduos que, embora classificados, em tais documentos, como “pobres”, possuíam escravos. Nos inventários de Pernambuco, analisados em nosso Projeto, verifica-se também que parcela significativa dos proprietários de plantéis pequenos, de 1 a 5 cativos, tinha nesses escravos a maior parte de seus bens.¹¹ Outra indicação nesse sentido é o fato de que a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, que comumente recebia escravos doentes para tratamento, não cobrava esse serviço dos que possuíssem apenas um escravo, classificando-os na categoria de “indigentes”.¹²

Pode-se dizer que essa nova visão das características do regime escravista no Brasil ainda não chegou a influir de modo relevante em obras de divulgação, como livros didáticos, que em geral continuam tomando a escravidão da grande lavoura como a escravidão-tipo, representativa do todo. No entanto, considerando o que já se sabe a respeito, pode-se pensar numa inversão do paradigma recebido. Pelo menos no que se refere ao século XIX, a escravidão típica, modal, não seria a de grandes grupos de cativos, trabalhando em grandes fazendas, mas sim a de pequenos plantéis de escravos desenvolvendo atividades produtivas diversificadas.

Um exemplo: escravos e gado

Alguns autores argumentaram que a criação de gado, tal como era feita no Nordeste, seria incompatível com o trabalho escravo. O gado aí ocupava grandes extensões

11 Nos inventários de Pernambuco, verifica-se que, para uma quarta parte dos 1.710 proprietários de até 5 escravos, o valor destes correspondia a mais de três quartos do valor total do patrimônio. E havia 64 escravistas para quem os cativos eram o único bem possuído.

12 Soares (1958: 48).

de terra, dependendo para seu sustento de uma vegetação natural pouco abundante e aguadas reduzidas. Não exigia muito trato; poucos homens podiam cuidar de um rebanho de várias centenas de cabeças. As tarefas eram variadas, e comumente cumpridas individualmente — como a frequente busca de reses extraviadas nas grandes fazendas, onde não existiam cercas. Nessas condições, supunha-se ser inviável monitorar e vigiar trabalhadores escravizados, o que impediria seu uso como força de trabalho.¹³

Quando o Recenseamento de 1872 e a matrícula de escravos determinada pela Lei do Ventre Livre, em 1873-74, mostraram a existência de muitos escravos na região de criação de gado, alguns historiadores, adotando a ideia da incompatibilidade, explicaram esse fato supondo que a posse de escravos seria, aí, apenas um elemento de ostentação dos proprietários, ou então que se trataria tão somente de fugitivos e quilombolas.¹⁴

O argumento da incompatibilidade entre escravidão e criação de gado está ligado à ideia de que os trabalhadores cativos tinham que ser sempre submetidos a controle e vigilância constantes, como era o caso no regime de *plantation*: turmas trabalhando sob o olhar atento do feitor. No entanto, a constatação de que a escravidão de pequenas posses era não apenas viável, mas muito comum, torna o argumento pouco convincente: nessas posses a organização do trabalho se fazia de modo diverso da grande lavoura.

13 Por exemplo: “Nestes territórios imensos [do sertão nordestino], pouco povoados e sem autoridades, é difícil manter a necessária vigilância sobre trabalhadores escravos.” (Prado Jr., 1959[1945]:45). Afirmativas análogas são encontradas em outros autores, como Vianna Filho (1946: 126).

14 Galliza (1979: 81-82).

Na verdade, verificou-se que escravos estavam muito presentes na pecuária nordestina. Há referências a escravos trabalhando em fazendas de gado em diversas áreas do Nordeste, como Piauí, Ceará e Paraíba. No Ceará, acreditava-se mesmo que os escravos eram particularmente bem adaptados para o ofício de vaqueiro.¹⁵ Os dados de nosso Projeto vão na mesma direção, mostrando a ocorrência expressiva de escravos no Sertão Pernambucano, que no século XIX tinha na criação de gado sua atividade principal. O mesmo acontecia nas estâncias gaúchas.

O que foi dito acima sugere que havia vários modelos de escravidão no Brasil, e várias formas de organização do trabalho escravo, além do já bem conhecido regime das grandes plantações. O que nos leva à seguinte indagação: por que usar escravos em atividades tão variadas, em lugar do trabalho livre? Sabe-se que havia, no século XIX, muita mão de obra livre disponível (ver abaixo); por que se preferiria comprar escravos, que custavam caro, a utilizar essa oferta potencial de trabalhadores não escravizados? Qual a vantagem relativa do trabalho forçado? Essas questões são tratadas na próxima seção.

15 Versiani & Vergolino (2003:21-26).

Viabilidade econômica da escravidão

Trabalho escravo ineficiente?

A ideia de que o trabalho escravo era, em princípio, menos eficiente do que o trabalho livre — noção que tem raízes em autores clássicos como Adam Smith, Marx e Weber — refletiu-se, no Brasil, na obra de vários analistas influentes.¹⁶ É de Caio Prado Júnior, por exemplo, a seguinte afirmativa: “De um modo geral, e de um ponto de vista estritamente financeiro e contabilístico, o trabalho escravo, sendo as outras circunstâncias iguais, é mais oneroso que o assalariado.”¹⁷

Em seu livro sobre o escravismo no Rio Grande do Sul, Fernando Henrique Cardoso explicitou quatro elementos que explicariam essa inferioridade da mão de obra cativa, quanto aos custos de produção, baseando-se em argumentos presentes em Marx e Weber.

Em primeiro lugar, havia o custo associado à necessidade de controlar o escravo e coagi-lo a trabalhar. Considerando a preferência pela liberdade como um dado, pode-se supor que o trabalhador escravizado estivesse sempre propenso à fuga, quando não à resistência ou à rebelião contra seu senhor. A isso seria necessário contrapor, no interesse do controle e da manutenção de disciplina da força de trabalho, vigilância constante e castigos exemplares, todo um aparato coercitivo que é desnecessário no caso do trabalhador livre; este teria interesse próprio em trabalhar com eficiência,

16 Ver o capítulo 10 deste livro.

17 Prado Jr. (1959[1945]: 180).

movido pelo “afã de melhor retribuição”.¹⁸ E acresce que o trabalhador cativo, não tendo nada a ganhar com um bom resultado econômico da atividade em que está engajado (e nada a perder com seu insucesso), tenderia ao desleixo e, no extremo, à má execução proposital de suas tarefas, possivelmente movido, nessa disposição, pelo ressentimento ou revolta derivados de sua condição.

Em segundo lugar, havia o custo associado ao investimento inicial na compra da mão de obra cativa. Na ausência de um mercado de crédito eficiente, o ônus financeiro associado ao investimento para compra do conjunto de escravos necessários à produção pesaria sobre o produtor escravista, mas não sobre o que empregasse trabalho livre.

Existia ainda o ônus derivado da incapacidade de regular o emprego da mão de obra segundo as variações da demanda: não seria possível, por exemplo, reduzir o número de trabalhadores quando baixasse a procura pelas mercadorias que produziam, ou aumentá-lo temporariamente, como nos períodos de colheita, quando há maior demanda de trabalho.

E haveria, finalmente, dificuldade de racionalizar o trabalho pela divisão de tarefas, já que o escravo era apenas uma fonte de “trabalho bruto”, não se prestando à especialização, o que obstaria a introdução de inovações técnicas baseadas na divisão de tarefas.¹⁹

Essas ideias levaram autores como o sociólogo Octavio Ianni a supor uma separação crescente, a partir da abolição do tráfico africano em 1850, de formações sociais de natureza distinta, em nosso país: uma ligada à produção escravista,

18 Cardoso (1962: 190).

19 Ibid.: 196.

“cada vez menos dinâmica”, e outra, baseada em produção organizada em bases capitalistas, “ganhando dinamismo crescente”.²⁰ Essa distinção se marcaria, por exemplo, entre a produção cafeeira escravista na Baixada Fluminense e no Vale do Paraíba, e a cafeicultura centrada na região a oeste da cidade de São Paulo, como Campinas, baseada no trabalho livre. O cálculo econômico e a racionalidade capitalista teriam emergido entre nós à medida que crescia e prosperava essa nova cafeicultura. Celso Furtado vai um pouco nessa direção, quando contrasta a “nova classe dirigente” do setor cafeeiro, com uma “consciência clara de seus próprios interesses”, com os grupos dominantes na economia açucareira, que não teriam tal percepção.²¹

Para Ianni, a queda da Monarquia e a abolição do regime escravista estariam associadas ao conflito entre a velha e a nova mentalidade, e marcariam a supremacia dos novos grupos. Ele cita, a propósito, uma profecia de Marx e Engels sobre a produção de algodão no sul dos Estados Unidos, baseada no trabalho escravo: a grande prosperidade desse cultivo teria fim quando se desenvolvesse, em outros países, a cultura do algodão com trabalho livre; e, nesse caso, os escravos daquele país seriam libertados, pois se teriam tornado inúteis.²² Profecia que a História não confirmou, como sabemos.

20 Ianni (1988: 42).

21 Furtado (1976[1959]: 115-16).

22 Ianni (1988: 40).

Refutações empíricas

Posteriormente, no entanto, outras análises vieram pôr em dúvida essas generalizações. Mostrou-se, por exemplo, que os cafeicultores mais prósperos do Oeste Paulista não eram menos adeptos do escravismo do que os de outras localidades. Além disso, ficou evidente que a utilização de trabalho escravo, até as vésperas da abolição, esteve presente em todas as áreas do café, sem excetuar as supostamente mais imbuídas de espírito capitalista.²³

Na literatura internacional, o impacto de trabalhos empíricos sobre o escravismo nos Estados Unidos, a partir dos anos cinquenta do século passado, contribuiu para fortalecer a noção de que não havia oposição necessária entre trabalho escravo e a busca de eficiência e lucro. Mostrou-se, nesses estudos, que a compra de escravos, na agricultura do sul daquele país, era um investimento lucrativo.²⁴ Hoje já se acumulou ampla evidência empírica a esse respeito, levando a uma concordância bastante generalizada de que era possível organizar lucrativamente a produção com trabalho forçado, e que a produtividade do trabalhador escravizado não era intrinsecamente inferior à do trabalhador assalariado.

Um raciocínio econômico

Em apoio a essas noções, pode-se argumentar, também, que a hipótese de uma ineficiência relativa do trabalho es-

23 Eisenberg (1989); Gorender (1980: cap. 27).

24 Ver, por exemplo, Conrad & Meier (1958); Fogel & Engerman (1974). Para o caso do Brasil, nessa linha, Mello (1992).

cravo esbarra num impasse lógico, como se pode mostrar num raciocínio econômico simples.

Qual o valor econômico do escravo, para seu senhor? É o que ele poderá produzir, ao longo de sua vida de trabalho, deduzidos os custos de sua manutenção: alimentação, moradia, vigilância. Ou seja, o conjunto de rendimentos líquidos proporcionados ao proprietário pelo escravo. Exprimindo esse fluxo de rendimentos no tempo presente, fica claro que o preço a ser pago pelo escravo não poderia ser maior que aquele montante, ou, de outra forma, o comprador teria prejuízo: o preço de um bem não pode superar seu valor econômico. Por outro lado, se o preço for muito inferior a esse valor, a margem de lucro do comprador será grande, e pode-se supor que a procura por mão de obra cativa faria seu preço subir. Assim, havendo concorrência, o preço de compra e venda do escravo tenderá a ficar próximo de seu valor econômico para o proprietário escravista.

Suponhamos que o escravo compre sua alforria, pagando a seu senhor aquele preço. Uma vez liberto, ele teria — admitindo a hipótese da ineficiência relativa do trabalho escravo — mais empenho no cumprimento de suas tarefas; sua atividade produtiva seria mais eficiente e menos onerosa, já que não estariam presentes os fatores arrolados por Cardoso. Segue-se que o escravo poderia comprar a alforria, pelo preço de mercado, e pagá-la com seu trabalho de homem livre, de maior produtividade, e haveria um excedente nessa transação. Excedente que poderia cobrir o sustento do trabalhador agora livre, e ainda o custo financeiro da operação, supondo-se que houvesse um empréstimo envolvido para custear a alforria. As condições institucionais para que essa

operação fosse viável seriam a ausência de impedimentos à alforria, a perfeita informação sobre rendimentos e custos e, principalmente, a existência de um mecanismo de crédito para financiamento da operação, admitindo-se que o escravo não tivesse fundos para isso.

Tais condições claramente podem e costumam faltar, em situações concretas. Mas o ponto essencial é que, numa economia competitiva, apareceriam indivíduos (ou empresas) que, percebendo a possibilidade de ganho, investiriam na alforria de escravos, que seria, por hipótese, um empreendimento potencialmente lucrativo. O fato de ser o trabalho escravo menos eficiente do que o livre tornaria a escravidão um sistema em situação de desequilíbrio econômico potencial; portanto, pouco viável, no longo prazo. Mas a evidência histórica aponta na direção contrária, mostrando a existência de escravidão, sob diversas formas, desde os períodos mais remotos da história mundial (ver, por exemplo, Finley, 1974). Nada indica que o regime escravista fosse economicamente desequilibrado e autodestrutivo.

O argumento inverso: lucratividade do trabalho escravo

Mas como explicar a prevalência do trabalho escravo, considerando os indiscutíveis fatores de sua inferioridade relativa, como referido por Cardoso? Que elementos teriam compensado essas desvantagens e assegurado a lucratividade da produção feita com uso de trabalho escravo?

No período inicial da colonização do Brasil, o uso do trabalho forçado foi claramente associado à escassez de mão de obra para explorar o açúcar, e pode ser explicado pelo

propósito de minimizar custos. Como assinalou Celso Furtado, a mobilização do trabalho livre europeu “teria requerido uma inversão demasiadamente grande, que provavelmente tornaria antieconômica toda a empresa [açucareira]”. O conhecimento prévio do mercado africano de escravos, pelos portugueses, facilitou a transferência para a colônia de “mão-de-obra barata, sem a qual [o empreendimento agrícola] seria economicamente inviável.” O mesmo raciocínio poderia ser aplicado ao ciclo da mineração no século XVIII, período em que a população livre seria ainda minoritária.²⁵

Mas a população livre aumentou, tanto pela grande imigração portuguesa no século XVIII, quanto por crescimento vegetativo. Em 1819 estimou-se que sete entre dez habitantes do País eram livres; e a literatura registra, nessa época, grande número de pessoas livres aparentemente desocupadas ou subocupadas. No dizer de Caio Prado Júnior, “indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias, ou sem ocupação alguma”, que constituíam “a grande, a imensa maioria da população livre”, no início do século XIX. No final do século, o francês Couty supunha que essa camada interposta entre senhores e escravos, que não era formada por “braços verdadeiramente produtivos”, compreendia metade da população total de 12 milhões do País. Furtado esclareceu melhor esse ponto: grande parcela da população fazia parte, nesse período, do que ele chama de “economia de subsistência”. Eram, principalmente, moradores e agregados nas grandes fazendas, engajados em atividades com níveis muito baixos de produtividade e de renda.²⁶

25 Furtado (1974[1959]: 11-12 e cap.13).

26 Prado Jr. (1981[1942]: 281-282); Couty (1988[1881]: 88); Furtado, op. cit.

Apesar da existência desse grande contingente de trabalho livre, a primeira metade do século XIX pode ser vista como o auge da presença do trabalho forçado na economia do País; mais de 40% dos escravos desembarcados no Brasil, em todo o período do tráfico africano, chegaram ao País entre 1801 e 1850.²⁷ Como explicar esse paradoxo?

O ponto principal parece estar relacionado a um atributo fundamental da escravidão: a coerção a que o escravo pode ser submetido, de forma institucional e socialmente aceita. O escravo estava, para todos os efeitos práticos, inteiramente à mercê de seu senhor, que podia tratá-lo da forma que quisesse — o que, como sabemos, abriu caminho para exemplos extremos de violência e crueldade.²⁸ Por definição, o escravo não era dono de seu tempo. Assim, os trabalhadores escravizados podiam ser forçados a trabalhar da maneira e na intensidade desejada pelos seus senhores. Não apenas trabalhar tanto quanto trabalharia um homem livre, sob o estímulo da perspectiva de maior ganho monetário, mas mais do que isso: nada impediria que os senhores pudessem extorquir de seus escravos um rendimento superior ao do trabalhador livre — mais horas de trabalho por dia, por exemplo. E há muita evidência de que, quando necessário (por exemplo, nos períodos de corte da cana de açúcar), escravos trabalhavam até dezoito horas

27 Entre 1560 e 1850 desembarcaram no Brasil cerca de 4,9 milhões de escravos, dos quais 2,1 milhões no período de 1801 a 1850. *Voyages Database*, 2010.

28 A literatura faz referência a casos em que violências contra escravos, comprovadas em inquérito, podiam levar à troca de proprietário ou mesmo à alforria, por determinação da Justiça (por ex.: *Secreto*, 2012). Mas são casos excepcionais.

por dia, por vários dias — o que pode ser visto como próximo do máximo biologicamente suportável.²⁹

Nesse contexto, pode-se considerar que o escravo teria, do ponto de vista de seu senhor, uma vantagem comparativa, com respeito ao trabalhador livre: ele podia ser forçado a render mais do que este último, sob a vigilância e pela ameaça de castigos, por intermédio de um feitor. Mesmo existindo a possibilidade de uso de trabalho não escravo, seria necessário, para induzir o homem livre a trabalhar tanto ou tão intensamente quanto o escravo, pagar-lhe um salário muito alto, o que tenderia a eliminar o lucro. Em outras palavras, ainda considerando o custo do investimento inicial, as despesas relacionadas ao controle e vigia dos cativos e a menor possibilidade de divisão do trabalho, tudo isso poderia ser contrabalançado, para o senhor de escravos, pela capacidade do escravo de produzir num ritmo e intensidade que não seriam possíveis com o trabalho livre, a um custo compensador.

Além disso, há elementos para supor que algumas das desvantagens de custo, apontadas acima, não fossem de grande relevância no Brasil do século XIX.

Em primeiro lugar, deve-se notar que os custos de sustento do escravo não exigiam grandes gastos monetários da parte de seu senhor. A alimentação dos cativos era, em geral, provida por eles próprios, pelo cultivo em terras do engenho ou da fazenda, o que também minimizava o problema da dificuldade de adequar o tamanho da força de trabalho

29 Ver, por exemplo, E.V.Costa (1966:241); Stein (1970: 168).

às necessidades da demanda: não haveria maiores despesas com a manutenção de escravos eventualmente subocupados.

Em alguns casos, o proprietário deixava o cultivo de víveres inteiramente a cargo dos cativos, que tinham para isso algum período livre — como puderam observar vários dos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil, no século XIX.³⁰ Era uma prática antiga; em geral dava-se ao escravo um dia da semana para esse fim, mas em alguns casos os cativos só tinham para isso o domingo e os dias santos (o que foi fortemente verberado pelo jesuíta Jorge Benci, em texto de 1700). De qualquer forma, o senhor de escravos não tinha, nesse sistema, qualquer gasto direto com a alimentação de seus cativos.³¹

Quanto à vigia, não parece também que, em muitos casos, originasse grandes despesas. Um observador francês, Tollenare, que morou no Recife ao redor de 1820, mostrou-se espantado, no livro que escreveu sobre essa estada, pelo fato de ter observado, visitando um dos grandes engenhos daquela província, número reduzido de pessoas livres, ao lado de grande massa de escravos. Julgava que estes últimos — que tinham acesso a ferramentas, como enxadas e foices, que podiam ser armas temíveis — poderiam facilmente dominar os homens brancos presentes e assumir o controle do engenho, ou fugir. Mas de fato essa possibilidade era limitada: não havia muito para onde ir. Existiam

30 Ver, por exemplo, Saint-Hilaire (1974a[1833]:201-2). Trata-se de um naturalista francês que percorreu extensamente o Centro-Sul do Brasil, entre 1816 e 1822, pesquisando nossa flora. É grande o número de estrangeiros que estiveram no País no século XIX e publicaram relatos com suas impressões — cientistas, comerciantes, missionários, diplomatas. Algumas dessas obras são preciosas fontes de informação acerca do período; é o caso dos nove livros de Saint-Hilaire sobre suas viagens.

31 Benci (1954[1700]: 38 e ss.).

também mecanismos de controle, formais e informais, que inibiam a presença de escravos fora da propriedade a que estavam vinculados. A própria cor da pele era indício de que um indivíduo seria ou poderia ser um escravo; e havia, em alguns casos, posturas proibindo que cativos circulassem sem portar um bilhete de seu senhor, ou outra indicação de que estavam obedecendo a ordens.³²

Havia fugas, certamente, como o atestam, por exemplo, pesquisas feitas em anúncios nos jornais da época; mas seu número era pouco significativo, em relação à quantidade total de escravos.³³ Há também registro de quilombos em todas as regiões do País; mas a possibilidade de que fossem duradouros e autossuficientes em alimentos era restrita, principalmente no século XIX. Quilombos reunindo grande número de fugitivos e resistindo por períodos longos, como o mais famoso deles, o de Palmares, no século XVII, ou o quilombo do Ambrósio, no século XVIII, em Minas, foram raros. O fato de que em geral fugiam muito mais homens do que mulheres era um dos obstáculos à continuidade de comunidades quilombolas.³⁴ O caso mais frequente, no século XIX, era o de pequenos grupos de fugitivos que se refugiavam em lugares ermos, como matas, e sobreviviam subtraindo animais e víveres de propriedades vizinhas — o que suscitava reação e perseguições por parte das autoridades.³⁵

32 Tollenare (1978[1818]:46-7); Stein (1970: 169).

33 Sobre anúncios de escravos fugidos, ver, por exemplo, Freyre (1979). Em nossa amostra de quase 22 mil escravos, em inventários de Pernambuco, são citados como fugidos ou “fujões” menos de 0,5% dos cativos arrolados.

34 Cf. Luna & Klein (2010: cap. 7).

35 Para exemplos desse tipo de quilombos, em Sergipe, v. Amaral (2012).

Fugas, quilombos e outros exemplos de resistência são fatos importantes para o estudo da escravidão brasileira, evidenciando que muitos cativos reagiram de forma ativa à opressão a que eram submetidos. Mas as condições objetivas eram extremamente desfavoráveis a tais manifestações de insubmissão, fazendo com que fossem quantitativamente pouco importantes, e o custo de preveni-las não fosse, em geral, muito grande.³⁶

Limites da coerção

A ideia de que o poder exercido pelo senhor sobre o escravo, garantido pela coação física, seria um fator de superioridade do trabalho forçado, em termos de produtividade, foi explorada por vários autores, desde a década de 1970.³⁷

Mas há uma restrição importante a esse argumento. Nem todas as tarefas poderiam ser monitoradas facilmente por um feitor, de tal forma que este tivesse a possibilidade de coagir o trabalhador ao rendimento desejado. Isso seria possível em muitas, talvez na maioria das tarefas típicas da *plantation*: capinar o terreno, fazer covas para o plantio, cortar cana, colher o café, carregar sacas. Tarefas que eram normalmente exercidas por escravos trabalhando em conjunto, o que facilitava e barateava a vigia e o monitoramento. Nesse sentido, é fácil admitir que o trabalhador cativo detivesse uma superioridade em relação ao livre, na grande lavoura.

36 Sobre quilombos, v., por exemplo, Reis & Gomes (2000). A questão da resistência dos escravos a sua condição é tratada no capítulo 7 de Luna & Klein (2010).

37 Por ex.: Fogel & Engerman (1974), Barzel (1977).

Mas isso não seria verdade em outro tipo de tarefas, que podem ser classificadas como “intensivas em habilidade” — em contraste com os serviços comuns da grande propriedade agrícola que são “intensivos em esforço”.³⁸ Aquelas são tarefas exercidas tipicamente de forma individual e que, por sua natureza, em geral não se prestam a um monitoramento constante, sendo difícil, ou mesmo impossível, que haja supervisão por um feitor. É o caso das tarefas domésticas, seja as não especializadas (descritas nos inventários, quando mencionam o ofício dos escravos, como “serviço de casa” ou “serviço doméstico”), seja as especializadas (de cozinha, de costura, etc.); as tarefas de ofícios como o de carpinteiro, carreiro ou ferreiro; ou as relacionadas à criação de gado. Na mineração, a busca de pepitas de ouro ou diamantes no cascalho dos rios é outro exemplo de tarefa intensiva em habilidade; assim, como os serviços dos “escravos de ganho”.

Nessas atividades, a coação claramente não seria eficaz para assegurar determinado desempenho do escravo, de acordo com os desejos ou necessidades do proprietário escravista. São atividades que requerem, para sua boa execução, alguma forma de empenho ou cooperação por parte do executante — mesmo porque um desempenho inadequado não pode, muitas vezes, ser verificado de forma direta ou imediata. É o caso, por exemplo, de um escravo que não encontre pepitas na bateia, não ache um bezerro fugido, ou que faça um trabalho de carpintaria que se mostre, mais tarde, pouco duradouro. Incentivos negativos — punições, ou ameaça de punições — podem

38 Fenoaltea (1974). Sobre o argumento dos próximos parágrafos, v. Versiani (1994).

mesmo ser contraproducentes, despertando animosidade nos trabalhadores e levando a represálias, como a má execução deliberada das tarefas ou atitudes mais extremas. (No caso de tarefas intensivas em esforço esse propósito poderia também existir, é claro, mas seus efeitos seriam muito mais facilmente evitáveis pela vigilância do feitor). A ninguém ocorreria, é evidente, recorrer a ameaças para obter de uma ama de leite ou de uma cozinheira o comportamento desejado³⁹.

É fácil concluir que, do ponto de vista do senhor de escravos, o método mais efetivo de obter bons resultados dos trabalhadores cativos que exercessem tarefas intensivas em habilidade seria o uso de incentivos positivos, ou seja, de alguma forma de recompensa, direta ou indireta, por um desempenho adequado aos propósitos do proprietário escravista.

Incentivos positivos

Que incentivos positivos seriam usados pelos senhores de escravos? A literatura registra vários exemplos. Em primeiro lugar, um tratamento diferenciado. Como no caso de alguns escravos domésticos, que recebiam “tratamento privilegiado” em comparação aos das senzalas, como refere Gorender. Gilberto Freyre fala de uma “hierarquia entre a escravatura, da qual a parte aristocrática eram os escravos de serviço doméstico”; no caso de “amas de criar, mucamas,

39 No entanto, Pirolla (2013) registrou o caso de uma cozinheira que foi chicoteada por seu senhor pelo sumiço de três ovos, numa pequena propriedade rural perto de Campos. Três dias depois ela o matou com duas pancadas de mão de pilão na cabeça, enquanto ele jantava, numa combinação com os demais nove escravos.

irmãos de criação dos meninos brancos, [seu] lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas da casa”.⁴⁰

Tratamento ainda mais diferenciado tinha o escravo que administrava propriedades agrícolas, na ausência do dono, que muitas vezes morava em outro local. Saint-Hilaire, em suas andanças pelo Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, entre 1816 e 1822, encontrou vários exemplos disso. Em fazendas de gado, perto de Macaé e de Campos, no Rio de Janeiro, e em outras no sul de São Paulo, próximo de Itararé, tudo ficava a cargo de escravos. Em propriedades de agricultura diversificada, nos Campos Gerais do atual estado do Paraná, e em estâncias do Rio Grande do Sul, testemunhou a mesma situação. Numa fazenda próxima de Jaguariaíva, no Paraná, onde passou alguns dias retido pela chuva, estando ausente o proprietário, o escravo-administrador fez as honras da casa. “Era cortês sem ser servil, e embora dirigisse os outros escravos com autoridade, demonstrava para com eles uma bondade extrema”, escreveu o viajante.⁴¹

Outra forma de remuneração indireta era a permissão de que o trabalhador cativo tivesse sua própria roça: uma pequena área que podia cultivar para seu proveito, vendendo o produto excedente em povoado ou cidade próxima. Nas fazendas de gado, os vaqueiros tinham, em geral, privilégio análogo: o direito de ficar com uma proporção das crias que nascessem das reses de que cuidavam.

40 Gorender (1980: 464); Freyre (1981[1933]: 476, 352).

41 Saint-Hilaire (1978[1851]: 39). V. também: Saint-Hilaire (1974a[1833]: 189,190); 1974b[1887]: 84, 130); 1976[1851]: 207, 222).

Na mineração — além de uma vigilância severíssima, visando minimizar os furtos — era usual que se instituíssem prêmios para estimular uma busca cuidadosa dos diamantes ou pepitas de ouro. No Distrito dos Diamantes, em Minas Gerais, havia mesmo a possibilidade, embora remota, de o escravo ganhar a liberdade, se achasse um diamante de grande valor. Sain-Hilaire, que visitou a região em 1816, menciona que no ano anterior houvera três alforrias por esse motivo, num conjunto de cerca de mil escravos.⁴² Mas é provável que o maior incentivo ao cumprimento de tarefas da mineração fosse, para os cativos, a possibilidade, sempre presente, de desvio sub-reptício de pequenos diamantes ou pepitas de ouro, o que, afinal, podia também levá-los à alforria.

Menos comuns seriam pagamentos em dinheiro aos escravos, como forma de incentivo; mas Saint-Hilaire registrou um exemplo. Em Campos, no Rio de Janeiro, o naturalista francês visitou uma destilaria (onde certamente predominam tarefas intensivas em habilidade) e constatou, com certo espanto, que o proprietário remunerava seus escravos em espécie:

[S]emanalmente pagava a seus escravos uma retribuição proporcional ao trabalho e à inteligência de cada um deles; mas para cada falta cobrava uma multa sobre o salário dos mesmos. Por esse sistema ele evitava o suplício de castigar seus negros; e o zelo com que essa pobre gente se empenhava em cumprir com seus deveres compensava amplamente o patrão.⁴³

42 Saint-Hilaire (1974a[1833]: 15-17).

43 Sain-Hilaire (ibid.: 208). O Prof. Iraci Costa me chamou a atenção para essa passagem de Sant-Hilaire. Ver, a propósito, Marcondes & Costa (2002).

Os escravos de ganho, que executavam, para terceiros, tarefas remuneradas, em geral nas cidades, tinham o incentivo de se apropriarem do produto de sua atividade que excedesse certa quantia pré-estabelecida, a qual tinham obrigação de entregar a seu senhor, periodicamente. Dessa forma, poderiam formar um pecúlio que lhes permitisse, eventualmente, comprar sua alforria.⁴⁴

Finalmente, a concessão unilateral da alforria (ou a promessa disso para o futuro) era uma forma importante de incentivo positivo, em especial na escravidão doméstica, onde predominavam tarefas intensivas em habilidade. Nas cartas de alforria registradas em cartório, era frequente a menção a bons serviços prestados pelo alforriado, embora muitas vezes a efetiva conquista da liberdade fosse postergada, com a imposição de um prazo adicional de cativo e, eventualmente, outras condições. Um exemplo característico:

Eu, abaixo assignado, em atenção ao dia de hoje, Sexta-Feira da Paixão, e aos serviços que me tem prestado meu escravo Victor, de idade de trinta anos mais ou menos, concedo-lhe sua liberdade, com a condição porem de servir-me durante a minha vida, e por minha morte fazer todas as despesas com o meu funeral.⁴⁵

Essa forma de incentivo tinha, para o senhor de escravos, a grande vantagem de deixar claro, para os demais cativos, que o bom comportamento poderia gerar recompensa, tanto mais porque as alforrias, principalmente quando envolviam vários escravos, costumavam ser concedidas com

44 Sobre escravos de ganho, Luna & Klein (2010: 150 e ss.)

45 Trecho de Carta de Liberdade registrada no Cartório do 1º Ofício da Cidade de Goiás em 23 de abril de 1886. Não se sabe se Victor teve que assumir tal encargo — ou se o 13 de maio veio antes.

certo aparato, às vezes em ocasiões solenes, como o aniversário do senhor ou o casamento de uma filha. Era como se fosse um aviso: quem andar na linha poderá, talvez, ganhar também a liberdade. O incentivo não atingia só o alforriado, tinha efeito mais amplo.

Estudos sobre alforrias indicam que elas raramente ocorriam em áreas de grande lavoura, sem que houvesse pagamento ao proprietário. Nessas áreas, como vimos, predominavam tarefas intensivas em esforço, controláveis por fatores e métodos coercitivos: os senhores de escravos não teriam necessidade de aplicar incentivos positivos. Por exemplo: das 489 alforrias registradas em Rio Claro, na região cafeeira de São Paulo, entre 1857 e 1887, apenas 9 foram concedidas sem compensação ao proprietário escravista, segundo apurou Warren Dean.⁴⁶

Esses estudos evidenciam, também, que em áreas urbanas as mulheres eram sempre mais beneficiadas com alforrias do que os homens.⁴⁷ O que não é surpreendente, quando se considera que a escravidão doméstica — onde preponderavam serviços intensivos em habilidade — era principalmente feminina (ver o capítulo 11).

Pequenas posses e natureza das tarefas dos escravos

Tudo indica que as tarefas executadas por escravos em posses pequenas eram, tipicamente, intensivas em habilidade. Nos inventários de Pernambuco, como visto acima,

⁴⁶ Números baseados na tabela 5.1 em Dean (1976: 133).

⁴⁷ Ver Luna & Klein (2010: 190-91), onde são citados vários trabalhos recentes sobre alforria no Brasil.

verificou-se que apenas um entre cinco cativos, nos plantéis pequenos, trabalhava com enxada, ou seja, com serviços intensivos em esforço físico. E o que faziam os demais 80%? Em números redondos, em nossa amostra de inventários pernambucanos, 55% eram escravos domésticos, qualificados ou não; 20% eram artesãos; e os restantes 5% desempenhavam, na lavoura, serviços qualificados (como os de carreiro, vaqueiro, destilador, purgador).⁴⁸ O que significa que todos esses 80% exerciam principalmente tarefas intensivas em habilidade. O dobro da proporção correspondente, no caso dos plantéis grandes.

A predominância de tarefas intensivas em habilidade em posses pequenas tem implicações importantes, no que se refere às relações entre os escravos e seus proprietários. Nessas tarefas, como vimos, a coação física era um instrumento pouco eficiente para que os senhores obtivessem dos escravos o desempenho desejado: incentivos positivos tendiam a ser mais eficazes. Vimos também que há razões para supor que o escravismo do século XIX era, em grande parte, um escravismo de pequenas posses. É razoável concluir, portanto, que o uso de métodos coercitivos deveria ser menos comum nessa época, em cotejo com períodos em que predominasse a escravidão da grande lavoura.

Esse é um ponto relevante no contexto de uma questão muito debatida na historiografia: a suposição de que os escravos tinham, no Brasil, um tratamento relativamente brando, em comparação com outras regiões da América. Essa ideia aparece em muitos relatos e análises sobre a

48 Para a classificação de ofícios dos escravos, ver o cap. 11 e seu apêndice.

escravidão brasileira, desde o século XIX, em particular na literatura dos viajantes estrangeiros, e ganhou grande destaque quando exposta por Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*. Por outro lado, a tese tem sido refutada com veemência, mais recentemente, por diversos autores; para alguns, a brandura do escravismo em nosso país não passaria de um mito forjado intencionalmente por interesses antiabolicionistas.⁴⁹

A constatação da importância das pequenas posses de escravos no Brasil pode lançar uma luz nova sobre esse debate. Seria difícil acreditar que os senhores de escravos brasileiros fossem especialmente benevolentes; a essa hipótese se contrapõem numerosos exemplos de crueldade e violência para com os cativos, citados na literatura. Mas os proprietários escravistas perceberiam não ser de seu interesse usar de coerção e, principalmente, abusar dela, quando seus escravos trabalhassem predominantemente em serviços intensivos em habilidade. Como visto anteriormente, isso seria contraproducente; incentivos positivos produziam resultados superiores para o objetivo de maximizar a produtividade do trabalho forçado. Ora, a prevalência de incentivos positivos significaria, de fato, uma escravidão relativamente mais “branda” no que toca a punições, nas pequenas posses — em contraste com a escravidão da grande lavoura, nos engenhos ou cafezais. O que pode fornecer um suporte plausível para o argumento de Gilberto Freyre.⁵⁰

49 Por ex., Gorender (1980: 348 e ss.)

50 Cf. Versiani (2007).

Pequenas posses e vantagem relativa do trabalho escravo

Vimos que uma superioridade do trabalho escravo, do ponto de vista dos interesses do produtor escravista, reside na faculdade que este detém de fazer o escravo trabalhar mais horas, ou mais intensamente, do que um empregado livre trabalharia, recebendo o salário usual. Superioridade que pode ser melhor entendida no caso de atividades em que predominem tarefas intensivas em esforço.

Como explicar, então, o amplo uso de escravos em atividades intensivas em habilidade, onde a coerção é ineficaz, e o trabalho escravo não teria, em princípio, condição de superioridade? A pergunta se aplicaria especialmente ao Brasil do século XIX, quando havia, como mencionado, amplo contingente de população livre, aparentemente subutilizada. Essa é uma questão que precisa ainda ser mais bem investigada. E é uma questão importante: sua resposta ajudará a entender por que a posse de escravos se difundiu de forma tão geral em nosso país, abrangendo, como proprietários, mesmo pessoas com nível de renda relativamente baixo. Esse fato sem dúvida se relaciona com a longa duração do regime escravista entre nós: sua base social de apoio não estava restrita à elite da grande lavoura, mas alcançava camadas extensas da população.

Uma explicação possível é o fato, mencionado por vários observadores contemporâneos da escravidão, de que havia muita resistência por parte da população livre em praticar tarefas que fossem usualmente atribuídas a trabalhadores cativos. Essas tarefas passavam a ser consideradas indignas de pessoas livres. No dizer de Vilhena, em 1802:

Como todas as obras servis, e artes mecânicas são manuseadas por [negros], poucos são os mulatos, e raros os brancos, que nelas se querem empregar, sem excetuar aqueles mesmos indigentes, que em Portugal nunca passaram de criados de servir, de moços de tábua, e cavadores de enxada.

Portugueses empregados como criados de “algum ministro” preferiam, vindo para o Brasil, “o ser vadio, o andar morrendo de fome, o vir parar em soldado, e às vezes em ladrão, do que [...] fazerem o que os negros fazem em outras casas”.⁵¹ (“Negro” aqui significa escravo, como era comum na linguagem de então).

Saint-Hilaire fez observações análogas: a escravatura “torna o trabalho desonroso”; era humilhante, para um homem livre, servir como empregado doméstico.⁵² Visitando a região dos diamantes, em Minas Gerais, anotou:

A primeira cousa que seduz um operário em Tijuco, quando ele consegue economizar algum dinheiro, é arranjar um escravo; e, tal é o sentido de vergonha dado a certos trabalhos que, para pintar a pobreza de um homem livre, diz-se que ele não dispõe de ninguém para buscar-lhe um balde de água ou um feixe de lenha.⁵³

No jargão dos economistas, o “sentido de vergonha” associado a serviços normalmente feitos por escravos faria com que a oferta de mão de obra livre para tais serviços fosse muito inelástica em relação ao salário. Ou seja: seria provavelmente necessário, para empregar trabalhadores

51 Vilhena (1969[1802]: v.1, 139-140). Luís dos Santos Vilhena, professor português radicado na Bahia, deixou em manuscrito vinte cartas com observações sobre vários aspectos da vida baiana no final do século XVIII, publicadas depois de sua morte.

52 Saint-Hilaire (1974a[1833]: 135).

53 Ibid.: 33.

livres nessas atividades, pagar um salário alto, que os compensasse da humilhação de trabalhar como um cativo. Mas, nesse caso, poderia ser mais barato “arranjar um escravo”. É relevante, neste sentido, o fato, constatado na generalidade dos dados examinados em nosso Projeto, de que o proprietário escravista mais comum era o que possuía apenas um escravo.⁵⁴ Muitos preferiam seguir o exemplo dos operários do Tijuco.

Observações finais

Neste capítulo examinamos duas questões, relacionadas aos achados de nosso Projeto, que envolvem aspectos mais amplos no que toca às formas de escravismo que prevaleceram no Brasil. A primeira se refere à utilização de mão de obra escrava em atividades distintas das desenvolvidas na grande propriedade agrícola do açúcar ou do café. A importância dos pequenos conjuntos de escravos, trabalhando em atividades produtivas as mais variadas, tanto no âmbito rural como urbano, tem sido reconhecida por vários autores, desde as últimas décadas do século passado. Nossos achados trazem dados adicionais sobre esse ponto, em regiões do País até então menos estudadas, quanto ao escravismo.

A alta ocorrência de pequenas posses de escravos tem grande relevância para a melhor compreensão do escravismo brasileiro. Fica claro, por exemplo, que o uso do trabalho escravo tinha uma amplitude e uma difusão bem maiores do que antes se percebia, especialmente no século XIX; não

54 Ver o capítulo 5.

se justifica mais pensar a escravatura apenas sob o prisma da grande lavoura, ou do trabalho doméstico. Ao contrário, nossos trabalhos não só confirmam a presença de mão de obra cativa em praticamente todas as esferas de produção e de serviços, mas também que era comum que pessoas de poucas posses tivessem um ou dois escravos. Ambos os fatores podem ajudar a entender por que a escravidão foi vista no País, por tanto tempo, como algo normal, elemento quase natural da vida quotidiana. Como escreveu Joaquim Nabuco, pelo menos até 1866 (quando a questão da abolição começou a ser discutida no Conselho de Estado), “a sociedade, em todas as suas categorias, dava tanta fé, tinha tanta consciência da anomalia da escravidão, como do movimento da terra.” Foi bem tardio, entre nós, o “alvorecer do sentimento antiescravagista.”⁵⁵

O segundo ponto revisto no capítulo é a questão da produtividade do trabalho escravo em comparação com o livre. É uma discussão antiga na literatura sobre escravismo e que ganha novo destaque, no caso brasileiro, a partir da comprovação da grande difusão, em nosso país, do uso de mão de obra escravizada em setores os mais diversos. Há razões para supor que, pelo menos em certo tipo de atividades, o trabalho escravo era economicamente mais vantajoso para o proprietário escravista do que o trabalho livre. Em outro tipo de tarefas, no entanto, a razão da preferência pelo trabalho forçado não é tão clara do ponto de vista econômico, sendo mais aceitável uma explicação de cunho sociológico.

Os esforços de muitos pesquisadores, atualmente, visando uma compreensão mais completa do fenômeno da

55 Nabuco (1975[1897-99]: 602).

escravidão brasileira — e nesse contexto se coloca o nosso Projeto — atestam não só que muitas fontes podem ser frutiferamente exploradas nesse estudo, como também que existem ainda muitas lacunas a serem investigadas. É um campo fértil para novas pesquisas.

Referências bibliográficas

AMARAL, Sharyze P. “Pelos Matos e Senzalas: Movimento Quilombola.” Em: Neves, Paulo S.C & Petrônio Domingues. *A Diáspora Negra em Questão: Identidades e Diversidades Étnico-Raciais*. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

BARZEL, Yoram. “An Economic Analysis of Slavery.” *Journal of Law and Economics* 20(1):87-110, Apr. 1977.

BENCI, Jorge, S.J. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. 2 ed. prep., pref. e anot. por S. Leite, S.J. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1954 [1700].

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional; O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro: 1962.

CONRAD, Alfred H., & John R. MEYER. “The Economics of Slavery in the Ante Bellum South.” *Journal of Political Economy* 65:95-130, Apr. 1958.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-Miúda; um Estudo sobre os Não-Proprietários de Escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP Editores, 1992.

COUTY, Louis, *A Escravidão no Brasil*. Trad. M.H.Rouanet. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988 [1881].

DEAN, Warren. *Rio Claro; a Brazilian Plantation System, 1820-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976.

EISENBERG, Peter L. “A Mentalidade dos Fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878.” Em: *Homens Esquecidos; Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil, Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FENOALTEA, Stefano. “Slavery and Supervision in Comparative Perspective: a Model,” *Journal of Economic History* 44(3):635-668, Sept. 1984.

FINLEY, M.I. *The Ancient Economy*. Berkeley: University of California Press, 1974.

FOGEL, Robert W. & Stanley L. ENGERMAN. *Time on the Cross*. 2v. Boston: Little, Brown & Co., 1974.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala; Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981[1933].

_____. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. 2ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. (Brasíliana, v. 370).

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 14 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976 [1959].

GALLIZA, Diana Soares de. *O Declínio da Escravidão na Paraíba, 1850 – 1888*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPb, 1979.

GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, Roll; The World the Slaves Made*. New York: Vintage Books, 1976.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1980.

GRINBERG, Keila. “Alforria, Direito e Direitos nos Estados Unidos e no Brasil.” *Estudos Históricos* 27:63 – 83, 2001.

IANNI, Octávio. *Escravidão e Racismo*. 2 ed. S. Paulo: Hucitec, 1988.

IBGE FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990. *Estatísticas Históricas do Brasil*. 2ed. Séries Estatísticas Retrospectivas, v.3. Rio de Janeiro, 1990.

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: Escravos e Senhores; Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Centros Mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

LUNA, Francisco Vidal & Herbert S. KLEIN. *Escravidão no Brasil*. Trad. L.T.Motta. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. *Slavery and the Economy of São Paulo, 1750-1850*. Stanford: Stanford U. Press, 2003.

MARCONDES, Renato L. “A Propriedade Escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a Década de 1870.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. 29:51-74, 2002.

MARCONDES, Renato L. & Iraci del Nero da COSTA. “Racionalidade econômica’ e Escravidão Brasileiro: uma Nota.” *Estudos de História*. Franca (SP). 9(1):249-256, 2002.

MELLO, Pedro Carvalho de. “Expectation of Abolition and Sanguinity of Coffee Planters in Brazil, 1871-1881.” In: R.W. Fogel & S. Engerman (eds.). *Without Consent or Contract; Conditions of Slave Life and the Transition to Freedom*. (Technical Papers, v. 2). New York: Norton, 1992.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975 [1897-99].

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

PIROLLA, R. “Escravos e Senhores nos Tribunais do Império: Assassinatos de Senhores em Campos dos Goytacazes (1873).” *Anais do VI Encontro de Escravidão e Liberdade*, 2013.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*; Colônia. 17ed. São Paulo: Brasiliense, 1981 [1942].

_____. *História Econômica do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1959 [1945].

REIS, João J. & Flávio S. GOMES (orgs.). *Liberdade por um Fio*; História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Trad. L.A.Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974a [1833]. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 5).

_____. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. L.A.Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974b [1887]. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 10).

_____. *Viagem à Província de São Paulo*. Trad. R.R.Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976 [1851]. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 18).

_____. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Trad. R.R.Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978 [1851]. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 9).

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*; Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. (Título original: *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society*; Bahia, 1550-1835.) Trad. L.T.Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOARES, Ubaldo. *A Escravatura na Misericórdia*. Rio de Janeiro, 1958.

STEIN, Stanley J. *Vassouras: a Brazilian Coffee County, 1850-1890*. New York: Atheneum, 1970.

TOLLENARE, L.F. de. *Notas Dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978[1818].

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII* (Título original: *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília*). 3v. Salvador: Itapuã, 1969 [1802].

VIANNA FILHO, Luiz. *O Negro na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946. (Coleção Documentos Brasileiros, nº 55).

VERSIANI, Flávio Rabelo. "Brazilian Slavery: toward an Economic Analysis." *Revista Brasileira de Economia* 48(4): 463-478, out./dez. 1994.

_____. "Os Escravos que Saint-Hilaire Viu". *História Econômica e História de Empresas* 3(1):7-42, 2000.

_____. "Escravidão 'Suave' no Brasil: Gilberto Freyre Tinha Razão?" *Revista de Economia Política* 27(2): 163-183, abr./jun. 2007.

VERSIANI, Flávio Rabelo & José Raimundo O.

VERGOLINO. "Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco, 1777-1887". *Estudos Econômicos* 33(2):353-393, abr./jun. 2003.

Voyages Database. 2010. *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. <http://www.slavevoyages.org> (acessado em maio/2013).

SOBRE AS FONTES: Inventários, censos e matrículas

RENATO L. MARCONDES, FLÁVIO R. VERSIANI, LUIZ PAULO F. NOGUERÓL

As principais fontes utilizadas no projeto de pesquisa reportado neste livro foram: inventários *post-mortem*, registrados em várias localidades de Pernambuco e do Rio Grande do Sul e na cidade de Estância, em Sergipe; e fontes de caráter censitário, para Maranhão e Sergipe. Na análise da estrutura das posses de escravos, usou-se também uma amostra de dados censitários abrangendo várias regiões do País.

55

Inventários

Em Pernambuco, trabalhamos com uma amostra de 3.953 inventários, referentes ao período 1800-1888, originários das diversas áreas da Província: a Zona da Mata, onde predominava a produção de açúcar; o Sertão, região de criação de gado; o Agreste, área intermediária entre a Mata e o Sertão, com propriedades em geral menores e produção diversificada; e a cidade do Recife.¹ Dos inventários examinados, 47% eram do Recife, 30% da Mata, 14% do Agreste e 9% do Sertão. Mais de dois terços dos inventariados (69%)

1 Os inventários encontram-se depositados no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e no Memorial da Justiça de Pernambuco.

possuíam escravos entre seus bens.² O número total de escravos nos inventários foi de 21.932, dos quais 53% na Mata, 22% no Recife, 17% no Agreste e 9% no Sertão.³

Consta dos inventários a especificação e o valor dos vários tipos de bens que constituíam o patrimônio do falecido. No que se refere aos escravos, os documentos de nossa amostra para Pernambuco contêm, para cada escravo, informações sobre nome, sexo, idade e valor de avaliação; para alguns deles, menciona-se também a origem (se africanos ou brasileiros), o ofício exercido e a ocorrência de doenças ou defeitos físicos.

Um dado relevante é a proporção do valor dos escravos possuídos no montante da riqueza inventariada. Para Pernambuco como um todo, a participação dos escravos na riqueza atingiu uma média de 28%, antes de 1850, reduzindo-se a 16%, na segunda metade do século. Contudo, há diferenças importantes entre as zonas da província. No Recife, essa proporção foi menor e diminuiu substancialmente, da primeira para segunda metade do século (de 16% para 8%). Nas outras áreas, o valor dos escravos possuídos teve maior peso na riqueza, nos dois subperíodos, mostrando mesmo elevação, após 1850. Na Mata, as proporções antes e depois de 1850 foram respectivamente de 27% e 28%; no Agreste, 53% e 56%; e no Sertão, 37% e 53%. Nessas três áreas, as porcentagens num e noutro período poderiam indicar que o aumento nos preços de escravos ocorrido na segunda me-

2 A proporção de inventários com escravos foi maior do que a média na Zona da Mata (82%), no Sertão (81%) e no Agreste (76%); e menor do que a média no Recife (55%).

3 As porcentagens de escravos em cada região, na amostra de inventários, estão próximas das verificadas no levantamento populacional de 1842 e no Censo de 1872; v. o Capítulo 6.

tade do século não teria induzido grande substituição por trabalho livre, em relação ao caso do Recife. Isso não seria surpreendente na Mata, dada a vantagem comparativa do trabalho escravo em *plantations*; mas o aumento no Agreste e principalmente no Sertão demandaria outra explicação. A questão da vantagem relativa do trabalho escravo em relação ao livre, nas *plantations*, é abordada no 1º capítulo do livro.

O estudo do Rio Grande do Sul realizou-se a partir de dados extraídos de 1.458 inventários provenientes das várias comarcas de seu território, especialmente na chamada campanha gaúcha, ao sul da província, mas abrangendo também a capital e a região de colonização alemã (representada pelo município de São Leopoldo.)⁴ O número total de escravos na amostra somou 7.652. No conjunto das regiões, dois terços dos documentos (66%) apresentou escravos entre os bens arrolados, similarmente ao caso de Pernambuco. Havia, contudo, diferenciação no emprego da mão-de-obra cativa entre as comarcas. São Leopoldo, o berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul, caracterizou-se pela pequena propriedade e quase ausência da escravidão, que aí foi proibida ainda em 1824. Apesar dessa proibição, registraram-se alguns escravos, mas menos de um quinto dos inventários (17%) continha trabalhadores cativos. Nas demais comarcas, a escravidão era muito mais presente, havendo escravos em cerca de três quartos (76%) dos inventários.

4 A distribuição dos inventários pelas comarcas foi a seguinte: Bagé (100), Rio Pardo (294), Porto Alegre (345), Rio Grande (178), Pelotas (331) e São Leopoldo (210). Os documentos estão depositados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Na cidade de Estância, em Sergipe, foram examinados 586 inventários dos anos 1850 a 1888, 55% deles com escravos; estes somaram 3.963 indivíduos.

Fontes censitárias

As fontes de caráter censitário utilizadas no Projeto são de duas naturezas distintas: censos provinciais, que arrolavam nominalmente os habitantes, por domicílio (as chamadas “listas nominativas”) e registros de escravos determinados pela Lei do Ventre de Livre.

Censos locais foram feitos, em épocas e com motivações diferentes, em diversas províncias, desde o período colonial. Esses levantamentos têm sido uma fonte rica de pesquisa sobre o escravismo, especialmente onde subsistiu maior volume de documentação original, como em São Paulo (incluindo o Paraná) e Minas Gerais.⁵

A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, determinou a matrícula de todos os escravos do País, ou seja, o registro nominal dos cativos em livros próprios, abertos pelas autoridades locais em cada município. De acordo com regulamentação estabelecida em decreto de dezembro de 1871, seriam lançadas, nesses livros, informações sobre cada escravo: nome, idade, sexo, estado civil, profissão e “aptidão para o trabalho”, além do nome e local de residência do senhor. A mesma lei criou também um Fundo de Emancipação dos escravos. Em decreto de novembro de 1872, fixaram-se critérios de prioridade para alforrias com recursos desse

5 V., por exemplo, Luna & Klein (2003) e trabalhos contidos em Luna, Costa & Klein (2009).

Fundo, como, por exemplo, o fato de os escravos terem filhos; e determinou-se que os cativos fossem classificados segundo tais critérios, o que seria também registrado em livros abertos para esse fim específico. Assim, existiriam, em princípio, dois registros separados da população escrava, no início da década de 1870: os livros de matrícula e os livros de classificação, os segundos contendo algumas informações adicionais. Dado que a exigência da elaboração desses dois registros foi feita com pouco intervalo, é provável que em muitos casos se tenha julgado desnecessária a duplicação, e se abrissem apenas livros de classificação; são os registros mais encontrados em arquivos, atualmente. Essa foi fonte aqui utilizada, de forma preponderante.

A fonte de dados para o Maranhão foram listas nominativas referentes a onze localidades, cobrindo diversas áreas da Província. A elaboração desses Mapas e Relações de Escravos decorreu da Lei Provincial nº 236, de 20 de agosto de 1847, e foi levada a efeito nos anos seguintes. Essa providência possivelmente se relacionou ao período tumultuado vivenciado pela Província nas décadas de 1830 e 1840. As informações mais comuns nos documentos examinados, com respeito à população escrava, foram: nome, idade e cor dos cativos. No total, a amostra do Maranhão, cobrindo o meado do século XIX, abrangeu 18.972 escravos.⁶

No caso de Sergipe, foram pesquisadas catorze listas de classificação de escravos de diferentes localidades, referentes a diversas zonas da Província. A amostra construída somou 10.554 escravos.

6 Tais fontes estão depositadas no Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Um levantamento amplo de listas de classificação e de matrícula constitui a base dos resultados expostos no 5º capítulo: foram pesquisadas listas em 69 localidades de 14 das 20 províncias então existentes, fornecendo dados para mais de 112 mil escravos, o que equivale a cerca de 7,5% do total de cativos do País, naquele período.

Inventários e censos como fontes de pesquisa

Os inventários *post-mortem* e as listas nominativas de escravos apresentam, como fontes de análise histórica, recortes distintos em termos da realidade pesquisada. As diferenças entre os documentos definem as possibilidades de abordagem: os inventários permitem uma análise da evolução ao longo do tempo, enquanto as listas possibilitam uma visão em seção temporal, num momento dado. Além disso, cada tipo de fonte tem suas próprias limitações, que é necessário ter em conta.

Os inventários eram realizados – como hoje em dia – com o propósito básico de arrolar e avaliar os bens do falecido, visando sua partilha entre os herdeiros. A principal restrição dos dados deles derivados é que não podem ser considerados como referentes a uma amostra representativa de toda a população. Isso por duas razões principais. Primeiro, porque ficam excluídas pessoas que faleceram sem deixar patrimônio significativo para ser herdado. Assim, os inventários compõem uma amostra que deixa de lado parcela numerosa da população: os mais pobres, cujos bens

têm pouco ou nenhum valor.⁷ Uma segunda limitação de amostras originadas de inventários é que, por razões óbvias, elas incluem maior proporção de pessoas mais idosas do que a população como um todo.

Em estudos sobre escravos, a omissão dos não inventariados não deve introduzir maiores distorções, pois os cativos eram um bem valioso — não obstante variações de preços ocorridas ao longo do século XIX — de sorte que os bens de quem possuísse escravos, mesmo poucos escravos, ou um só, seriam em geral inventariados. Entre os inventários analisados neste projeto há numerosos exemplos de indivíduos cuja riqueza se constituía quase apenas (ou mesmo, exclusivamente) de seu único escravo.

Já a predominância dos mais idosos poderia acarretar uma representação distorcida no que respeita, por exemplo, ao número médio de escravos possuídos. Se se admite que as pessoas em geral acumulam riqueza ao longo da vida produtiva, de tal forma que o valor do patrimônio de um indivíduo varie positivamente com a idade, então pessoas mais velhas tenderiam a ter maior número de escravos. Nesse caso, os ativos inventariados, já que referentes, necessariamente, a uma fração mais idosa da população, conteriam mais escravos do que a média.⁸ Há, de fato, evidências, a partir da análise de listas nominativas, de que a posse de cativos se

7 Devemos observar, no entanto, que quem morria endividado deveria ter seus bens inventariados, para que fossem acertadas as contas com seus credores, mesmo que possuísse patrimônio reduzido, ou saldo líquido negativo, ou próximo de zero, entre bens e dívidas.

8 A hipótese de um ciclo de vida de renda, consumo e poupança foi desenvolvida no contexto da teoria do consumidor, e está associada ao nome de Franco Modigliani. V. por ex., Modigliani & Ando (1963).

adequava a essa hipótese.⁹ No que se refere aos dados colhidos em inventários, no entanto, a literatura registra algumas indicações de que a relação entre idade e riqueza não seria tão importante. Tais resultados sugerem que os achados de uma amostra representativa de inventários poderiam ser vistos como uma aproximação razoável da população como um todo, no tocante à riqueza total e sua composição.¹⁰

Se os inventários fornecem apenas uma amostra da população escrava (com as possíveis imperfeições indicadas acima), as fontes censitárias abrangem, em princípio, a população em seu todo, num determinado ponto do tempo. Esse é um elemento de superioridade dessas últimas fontes: o fato de descreverem diretamente, e não de forma apenas amostral, a realidade considerada.

Por outro lado, os inventários têm certas vantagens, derivadas dos objetivos que presidem sua elaboração. Por exemplo: já que se referem a uma dada pessoa, as relações de propriedade relativas aos escravos ficam melhor definidas (as listas nominativas tomam como referência domicílios e não indivíduos). Mais importante, os inventários são bastante minuciosos sobre as características sociodemográficas dos escravos (sexo, idade, estado conjugal, profissão, doenças, defeitos físicos), pois tudo isso se reflete no valor de mercado dos cativos. E o valor de mercado dos bens arrolados é, evidentemente, o ponto focal dos inventários, do ponto de vista dos herdeiros. O levantamento dos bens deixados em herança, e em particular sua avaliação, eram, regra geral,

9 Ver, quanto a esse ponto, o artigo pioneiro de Iraci Costa (1983); também Costa (1997) e Marcondes (1998).

10 Ver, quanto a isso, Frank (2004: Appendix).

acompanhados de perto pelos herdeiros, interessados diretamente na exatidão dessas informações, já que avaliações incorretas poderiam dar origem a uma repartição injusta do patrimônio legado. Não foi raro encontrar nos processos relativos a heranças, examinados no Projeto de que decorre este livro, impugnações apresentadas por herdeiros que se julgavam prejudicados por detalhes de arrolamento ou de avaliação constantes dos inventários, o que fazia com que muitas vezes fossem determinadas judicialmente novas avaliações. Nesse sentido, os inventários são, provavelmente, as fontes mais fidedignas no que se refere aos preços dos escravos. As avaliações constantes das listas de classificação, por outro lado, seriam influenciadas pelo desejo dos senhores de valorizar os cativos de sua propriedade, dada a perspectiva de alforria à conta do Fundo de Emancipação. Por fim, nas listas nominativas, as avaliações de escravos são muito pouco frequentes.

Os dados de natureza censitária podem envolver outro tipo de distorção, associado à forma como as informações eram recolhidas nesses levantamentos. A coleta de dados era realizada de forma descentralizada, atribuindo-se o encargo a autoridades locais de caráter civil, militar e religioso. Pode-se imaginar que a eficiência e o zelo desses agentes estatísticos improvisados variassem bastante; em consequência, a exatidão dos dados apurados seria também variável.

Em certos casos, poderia haver formas específicas de tendenciosidade, levando ao sub-registro de uma parte da população. Por exemplo: o relatório referente a um censo efetuado em Pernambuco, na década de 1830, menciona um possível motivo de subavaliação da população: os párocos, que

eram frequentemente a fonte local das informações censitárias, tinham interesse em minimizar o número de seus paroquianos, no temor de que as paróquias, se consideradas muito grandes, pudessem ser subdivididas, o que lhes traria perda de rendimentos (Figueira de Mello, 1979[1852]). Outro caso de informação incompleta podia ocorrer na lista de classificação dos escravos para libertação pelo Fundo de Emancipação: essa documentação, em alguns casos, registrava crianças até 12 anos e idosos maiores de 50 apenas quando compusessem famílias (Marcondes, 2009). Também poderia ocorrer omissão de informações por receios quanto ao uso que o governo faria delas. Como assinalou Nadalin (2004:51), referindo-se às listas nominativas de habitantes das Companhias de Ordenanças, no final do século XVIII e início do XIX:

“[o] temor físico ao fisco e ao recrutamento militar, aliado à extensão das circunscrições administrativas e ao isolamento da população rural, eram [problemas] reconhecidos pelos próprios responsáveis pela organização das listas de habitantes”.

Alguns pesquisadores compararam informações de inventários e de listas nominativas referentes a uma mesma localidade e período. Alves (2001), por exemplo, fez essa comparação para Taubaté, em São Paulo, na passagem do século XVIII para o XIX. Ele verificou maior representatividade dos domicílios sem escravos nas listas do que nos inventários, assim como menor incidência de pequenos proprietários de escravos entre os inventários. Desse modo, a posse média de cativos dos inventários superou a das listas. De outra parte, Frank (2006:12) verificou, para a região do Rio das Mortes em Minas Gerais, na década de 1830, que

“as informações dos inventários se correlacionam bem com as relativas às das listas nominativas. A amostra de inventários rendeu uma média de 8,74 escravos entre os falecidos, contra uma média de 7,42 entre os proprietários recenseados.”

Pode-se dizer que a utilização tanto de estatísticas censitárias como de inventários *post-mortem*, de forma paralela, tenderá a minimizar as desvantagens de cada uma dessas fontes de dados, especialmente quando se dispõe de amostras grandes, como as que procuramos obter em nosso Projeto. Mas é conveniente atentar para as peculiaridades das listas nominativas e dos inventários, principalmente quando se pretenda fazer comparações entre dados colhidos de fontes diferentes.

O expressivo material de pesquisa em inventários e listas nominativas, com que pudemos contar, como descrito acima, fornece a base empírica da discussão desenvolvida nos próximos capítulos.

Referências bibliográficas

- ALVES, Maurício Martins. *Forjando Igualdades na Diferença: Socialização Parental Entre Cativos em Taubaté, 1680-1848*. Tese de Doutorado (História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.
- COSTA, Iraci del Nero da. “Nota sobre Ciclo de Vida e Posse de Escravos.” *História: Questões & Debates*, Curitiba, 4(6): 121-127, junho 1983.
- _____. “*Ciclo de Vida e Posse de Escravos: Algumas Relações entre Cortes Transversais e Estudos Longitudinais*.” São Paulo: NEHD-FEA/USP, 1997.

FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo M. *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979 [1852].

FRANK, Zephyr L. *Dutra's World; Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

_____. “Padrões de Riqueza no Sudeste do Brasil 1815-1860.” *História Econômica & História de Empresas* 9(2): 5-48, jul./dez. 2006.

LUNA, Francisco L. & Herbert S. KLEIN. *Slavery and the Economy of São Paulo, 1760—1850*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

LUNA, Francisco L., Iraci del Nero da COSTA & Herbert S. KLEIN. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP, 2009.

MARCONDES, Renato Leite. *A Arte de Acumular na Economia Cafeeira; Vale do Paraíba, Século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998.

_____. *Diverso e Desigual; O Brasil Escravista na Década de 1870*. São Paulo: FUNPEC, 2009.

MODIGLIANI, Franco & ANDO, Albert. “The ‘Life Cycle’ Hypothesis of Saving: Aggregate Implications and Tests.” *American Economic Review* 53(2): 55-84, Mar.1963.

NADALIN, Sergio Odilon. *História e Demografia: Elementos para um Diálogo*. Campinas: ABEP, 2004. (Coleção Demographicas, v. 1).

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. *Reordenamento do Trabalho; Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro*. Sergipe, 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.

VERSIANI, Flávio Rabelo & José Raimundo O.

VERGOLINO. “Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco, 1777-1887”. *Estudos Econômicos* 33(2):353-393, abr./jun. 2003.

INTER-RELAÇÕES ECONÔMICAS E TRABALHO ESCRAVO

Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul

RENATO L. MARCONDES, FLÁVIO R. VERSIANI, LUIZ P. F. NOGUERÓL,
JOSÉ R. O. VERGOLINO

67

Neste livro analisamos e comparamos um vasto conjunto documental referente a áreas menos estudadas na literatura sobre a escravidão do século XIX. Como referido no 2º capítulo, selecionamos para análise três províncias nordestinas, Pernambuco, Sergipe e Maranhão e, na fronteira sul, o Rio Grande do Sul. Utilizamos também, pontualmente, dados de Goiás, assim como do Piauí e da Paraíba.

A próxima seção descreve as características gerais da economia das regiões acima, no século XIX; a terceira seção trata de sua participação no comércio externo do País. A quarta e quinta seções referem-se a um aspecto da maior importância, e relativamente pouco explorado na historiografia até recentemente: o inter-relacionamento comercial daquelas províncias no século XIX, especialmente no caso de Pernambuco e Rio Grande do Sul. Verifica-se ter havido, então, um ativo comércio marítimo interprovincial; tal inter-relacionamento pode ajudar a entender a evolução dos preços de escravos no período considerado. A sexta seção

apresenta uma primeira visão do escravismo nas regiões estudadas, antecipando questões que serão exploradas nos capítulos subsequentes.

As quatro províncias no século XIX: estrutura produtiva e trabalho escravo

O Maranhão situa-se numa área de transição entre as regiões Nordeste e Norte, que abrange também a parte mais ocidental do Piauí, e é denominada de Meio-Norte.¹ Apesar de um povoamento bastante antigo, o desenvolvimento de atividade exportadora no Maranhão ocorreu principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, especialmente com a expansão do cultivo de arroz e algodão. Aos poucos este último produto tornou-se a principal produção da província, atingindo, na passagem desse século para o seguinte, sua fase de apogeu, que perdurou até o final do período colonial. Para ilustrar sua prosperidade nessa época, e a consequente importação de mão-de-obra escrava, pode-se mencionar que o Maranhão foi a única província a ter maior número de escravos do que de habitantes livres, nas estimativas populacionais de 1819 e 1823.² Posteriormente, iniciou-se um lento declínio da sua produção de algodão, que se arrastou até o final do século XIX, em virtude da concorrência do algodão do sul dos Estados Unidos da América. Na década de 1860, houve uma reativação econômica em função da Guerra Civil norte-americana, que provocou

1 Para uma caracterização das regiões nordestinas ver Andrade (1998).

2 IBGE (1990: 32). Outros dados demográficos neste capítulo, não havendo outra menção, são dessa mesma fonte.

aumento de demanda pelo algodão brasileiro. Contudo, tal aumento revelou-se efêmero, tendo a demanda vindo a retrair-se posteriormente.

Pernambuco e Sergipe formam um conjunto geográfico de traços semelhantes. Nessa parte do Nordeste se reconhecem três áreas distintas: a Zona da Mata, faixa litorânea relativamente estreita, com características de clima e solos que favoreceram, desde o início da colonização, o cultivo da cana; o Sertão, com baixa pluviosidade e secas periódicas, ocupando, em Pernambuco, cerca de dois terços do território atual; e uma área intermediária, o Agreste, onde se alternam trechos de atributos geográficos semelhantes aos do Sertão e aos da Mata. Em Pernambuco, a Zona da Mata ao sul de Recife — a chamada Mata Úmida — é mais favorável à cana do que a Mata Seca, ou Mata Norte; em consequência, a maior produção açucareira da província sempre se concentrou naquela sub-região.

No século XIX, observava-se, na Mata, a grande propriedade açucareira convivendo com um número aparentemente crescente dos chamados “lavradores”. Estes últimos não possuíam engenhos e dedicavam-se apenas ao plantio de cana, muitas vezes como arrendatários nas terras dos engenhos. Isso os tornava fortemente dependentes dos senhores de engenho, não só para moagem da cana — que deve ser feita pouco depois do corte ou se perde parte do teor de açúcar — como pelo fato de que as terras que ocupavam podiam ser retomadas quando os proprietários assim o entendessem.³ No final do século, iniciou-se uma trans-

3 Para observações da época sobre as relações entre lavradores e senhores de engenho, ver Tollenare (1978:73ss). V. também Andrade (1998:80ss).

formação na estrutura produtiva da Zona da Mata, com o estabelecimento de engenhos centrais e usinas, substituindo os primitivos “engenhos de banguê” — mas foi um processo que teve relevância só após o período escravista.⁴

No Sertão, predominava a criação extensiva de gado, ao lado de áreas de exploração agrícola para autoconsumo ou para o mercado local, como pequenos engenhos e cultivos algodoeiros. No Agreste, coexistiam o algodão, culturas alimentares — para autoconsumo ou suprimento de áreas urbanas — e a criação de gado, às vezes na mesma propriedade. Nessa região a pequena propriedade mostrou-se viável, ao lado de unidades de maior extensão; havia, conseqüentemente menor concentração da propriedade da terra (e provavelmente da renda), em comparação com a Mata. A produção açucareira na Zona da Mata baseava-se essencialmente no trabalho escravo; contudo, como se verá, havia também utilização ampla do trabalho cativo nas demais áreas e atividades produtivas.

A ocupação populacional de Sergipe baseou-se inicialmente na criação de gado; a produção de açúcar e, portanto, o uso generalizado de trabalho escravo, só teve relevância a partir de meados do século XVIII. Ao contrário de Pernambuco, a área mais propícia ao cultivo da cana fica, em Sergipe, na parte norte da Zona da Mata, nas bacias dos rios Sergipe e Japarutuba. Aí se concentrava, no século XIX, a produção açucareira da província.⁵

O Rio Grande do Sul caracterizou-se, no período, pela produção pecuária, concentrada no sul da província, onde

4 Ver sobre isso Andrade (1989).

5 Ver Passos Subrinho (2000: cap.1).

predomina o pampa — ou campanha —, área de vegetação rasteira que desde o século XVI se transformou em pasto para diferentes gados de origem europeia. Pelas condições naturais favoráveis ao crescimento do rebanho, muitas reses se tornaram selvagens. Mesmo tendo passado a serem criadas em estâncias, isso não excluiu a presença de gado chucro em muitos inventários do século XIX. Os estancieiros compunham parte da elite gaúcha nesse período, mas não a mais próspera: a produção de charque em instalações, em geral, de grande porte, possibilitava maiores riquezas. Alguns dos charqueadores se ombreavam, em opulência, aos senhores de engenho nordestinos, possuindo, às vezes, mais de uma centena de escravos.

A produção pecuária gaúcha concentrou-se em seu início, ainda no século XVIII, na exportação dos couros e sebo e no comércio terrestre de animais para o Sudeste.⁶ Nesse comércio foi crescente a participação de muares, que dominavam tal atividade no século XIX. A exportação de charque para outras províncias adquiriu importância no final do século XVIII. Essa produção passou a ter grande peso na economia gaúcha no século XIX e parte do XX.⁷ Contudo, a exportação de couros e sebo continuou relevante, ao longo do século XIX.

Em seguida à Independência, a paisagem social gaúcha foi transformada por uma iniciativa que alterou o binômio

6 Ademais, havia, ao final do período colonial, uma produção de trigo bastante significativa, em parte exportada para o Rio de Janeiro.

7 Charque é palavra de origem quéchua (ch'arqui), uma das línguas usadas nos Andes desde tempos pré-colombianos. Originalmente, designava a carne desidratada por exposição às baixas temperaturas características da região, o que se completava pela adição de sal. Em espanhol, charqui; em inglês, jerky.

charqueadas/estâncias: o estabelecimento de colônias alemãs pelo governo imperial na chamada Serra Gaúcha. Com o objetivo de povoar com súditos fiéis uma área de fronteira frequentemente conflituosa, fixaram-se como princípios a distribuição de terras a colonos e a proibição a estes da propriedade escrava. Ao longo do século XIX, embora possa ser dito que o charque se manteve como o produto-rei do Rio Grande do Sul, é assinalável a crescente participação da produção de alimentos da Serra Gaúcha nas exportações da província.

Em contraste com o fato de que as regiões aqui estudadas tenham sido pouco focalizadas na historiografia da escravidão brasileira do século XIX, cabe ressaltar que as estimativas demográficas para 1819 mostram um conjunto de 285 mil escravos nas províncias de Pernambuco, Maranhão, Sergipe e Rio Grande do Sul, o que representava cerca de uma quarta parte (25,8%) da população escrava do País.⁸ Já o primeiro censo do Império, de 1872/74, revelou a presença nessas províncias de 264 mil escravos, agora uma proporção menor do total de escravos no País (17,1%), em face ao aumento do contingente de escravos nas províncias cafeeiras do Sudeste.⁹ As quatro províncias — Pernambuco, Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Sul — não se situavam, na década de 1870, entre as principais províncias esca-

8 A estimativa de 1819 é do Conselheiro Velloso de Oliveira. Se utilizarmos uma estimativa de 1823, o resultado é análogo: 287 mil escravos, ou 25,0% do total. Ver: IBGE (1990: p.32).

9 Utilizamos as estimativas de Slenes (1983: 126) para as paróquias onde não foi realizado o Censo de 1872. O crescimento da escravidão no Sudeste fez reduzir a parcela nordestina da população escrava do País de 51,2%, em 1819, para 31,6%, em 1872/74. Ao contrário, a participação dos cativos do Rio Grande do Sul elevou-se de 2,6% para 4,5%, nesse intervalo.

vistas, mas ocupavam posições intermediárias, tendo cada uma delas entre 30 e 90 mil cativos.

Desse modo, a população escrava das quatro províncias consideradas neste livro constitui uma parcela expressiva do escravismo brasileiro do século XIX, referente a áreas e atividades produtivas distintas: o Meio Norte algodoeiro do Maranhão, o Nordeste do açúcar, algodão e gado, representado por Pernambuco e Sergipe, e a campanha gaúcha. São realidades importantes de nosso passado escravista, as quais, pode-se dizer, devem merecer maior relevo do que tem sido o caso até hoje, no contexto da historiografia sobre o tema.¹⁰ Tais economias necessitam ser melhor consideradas, na discussão do nosso passado escravista.

As quatro províncias no comércio externo

As províncias aqui analisadas tinham, em conjunto, posição fundamental no comércio de exportação para o estrangeiro, no início do século XIX. Pernambuco e Maranhão respondiam por mais de um terço das exportações brasileiras em 1776-77 (27,5% e 7,7%, respectivamente) e, entre 1796 e 1807, 22,7% e 11,7%.¹¹ Nas décadas seguintes, a parcela das duas províncias no total exportado reduziu-se fortemente, alcançando pouco mais de um sexto entre 1839 e 1845 (13,8% e 4,2%, respectivamente), e um oitavo

10 Cabe mencionar que Paraíba e Alagoas tinham características essencialmente similares a Pernambuco e Sergipe, no período, quanto à estrutura produtiva e ao uso de trabalho escravo. Nesse sentido, somando as populações escravas dessas duas províncias aos totais acima, pode-se dizer que estamos falando aqui de regiões com um terço do total de escravos do País, em 1819, e um quinto em 1872.

11 De acordo com os dados da Balança de Comércio de Portugal de 1776-77 e os levantados por Arruda (1980: 150) para 1796 a 1807.

de 1849 a 1855 (10,4% e 2,2%).¹² Quanto ao Rio Grande do Sul, inexistem dados de exportação direta ao exterior no início do século, mas a província já registrava volume significativo de embarques em 1839-1845: 3,8% do total, e parcela semelhante em 1849-1855. Assim, houve retração da importância relativa das exportações de Pernambuco e Maranhão, na primeira metade do século XIX, ao lado de provável expansão da participação gaúcha. No conjunto, as quatro províncias consideradas representaram cerca de um sexto das exportações brasileiras em meados do século XIX.¹³

No período de retração da exportação de algodão norte-americana entre 1863 e 1866 e consequente *boom* de preços do produto no mercado internacional, beneficiando os produtores brasileiros, Pernambuco e Maranhão elevaram sua participação nas exportações totais do País para quase um quinto (14,8% e 4,4%, respectivamente). Nessa fase, as exportações sergipanas alcançaram 0,8% do total (provavelmente refletindo uma redução parcial dos embarques por meio da Bahia), e as do Rio Grande do Sul, cerca de 5%. Assim, as quatro províncias consideradas foram responsáveis, naquele quadriênio, por uma quarta parte das exportações brasileiras.¹⁴

12 Para o primeiro período, utilizamos os dados de comércio marítimo disponíveis na coleção de Mapas Estatísticos do Comércio e Navegação do Império do Brasil; para o segundo período, o *Relatório* do Ministro da Fazenda de 1855, Mapa 54 (*Proposta e Relatório...*, 1856).

13 Nas exportações de 1849 a 1855, a participação de Sergipe foi de apenas 0,1%. Essa província começava a exportar diretamente seus produtos nessa época. O comércio de Sergipe com o exterior frequentemente se fazia por Salvador, sendo registrado entre as exportações baianas (Passos Subrinho, 2000).

14 Fontes dessas informações são os Mapas de navegação e o *Relatório* do Ministério da Fazenda. Ver nota anterior.

No restante do século, a participação das províncias em foco no total exportado pelo País declinou, paralelamente ao incremento da importância do café. Assim, no final do terceiro quartel do século a proporção, considerando as quatro províncias em conjunto, baixou para um quinto e, ao final da década de 1880, para cerca de um décimo — com redução das parcelas de Maranhão e Pernambuco, estabilidade na de Sergipe e provável aumento na do Rio Grande do Sul.¹⁵

Quanto à composição da pauta de exportação das quatro províncias para o estrangeiro, havia concentração em poucas mercadorias. Pernambuco, como se sabe, exportou açúcar desde o século XVI, mais tarde também produtos de courama e, com o advento da Revolução Industrial inglesa, algodão. De acordo com os dados da balança portuguesa de 1776-77, o açúcar representou mais da metade do valor das exportações pernambucanas nesse momento (56,2%), couros e sola mais quatro décimos, não se registrando exportação de algodão. Na passagem do século XVIII para o XIX, no entanto, o algodão cresceu muito em importância, chegando a superar o açúcar na pauta de exportações, entre 1796 e 1807, respondendo então por 48,7% das vendas externas da província (Arruda, 1980: p. 224). Ao longo da primeira metade dos novecentos, o algodão declinou rapidamente em termos relativos, e o açúcar voltou a predominar: em 1842-43 representava cerca de dois terços do total exportado (68,4%) e quatro quintos em 1854-55 (81,6%),

15 Os percentuais de cada província nas exportações do País, em 1869-75 e 1884-87, foram: Pernambuco, 11,3% e 5,9%; Maranhão, 2,3% e 1,6%, Sergipe, 1,0% e 1,0%; Rio Grande do Sul, 5,7% e 1,5% (com provável subestimação neste último período). Ver: Marcondes (2009: 51); *Relatório do Ministério da Fazenda de 1888*, Mapa 32 da Diretoria Geral de Estatística (cf. *Proposta e Relatório...*, 1888).

enquanto as vendas de algodão caíam ao patamar de um décimo ou menos, pouco acima do percentual relativo aos couros.¹⁶ Na década de sessenta, o algodão teve um auge momentâneo, como visto acima, e suas vendas atingiram cerca de 60% do total exportado, entre 1863 e 1866, e as de açúcar apenas 36%. Na década seguinte o açúcar retomou a liderança, perfazendo 53% das exportações de Pernambuco, contra 42 % do algodão, de 1870 a 1873.¹⁷

De qualquer forma, pode-se dizer que a economia pernambucana mostrou maior flexibilidade do que a das demais províncias aqui consideradas, exibindo certa capacidade de adaptação de sua estrutura produtiva à evolução da demanda. Certas terras eram ocupadas ora pela cultura do açúcar, ora pela cultura do algodão, conforme as solicitações do mercado externo e a variação de preços (Andrade, 1998: p.77).

O Maranhão constituiu um centro muito mais especializado na exportação algodoeira, que correspondia a cerca de três quartos das vendas externas da província desde o final do século XVIII até o terceiro quartel do século XIX. Ao contrário de Pernambuco, as flutuações da conjuntura do algodão não alteraram expressivamente a importância relativa do produto nas exportações maranhenses.¹⁸

16 Ver: Império do Brasil (1847).

17 Os números citados para a década 1870 sobre o comércio externo baseiam-se nos cuidadosos levantamentos feitos, na época, por Sebastião Ferreira Soares, Diretor de Estatística do Tesouro Nacional. Ver Soares (1876/77-b, 1878/1880 e 1880/85) para as quatro províncias em questão.

18 Em 1776-77, o algodão representou 58% das exportações maranhenses (couros, 16%). Mas a partir do final desse século, o peso do algodão nas vendas externas da província variou pouco, nas oito décadas seguintes: 77% entre 1796 e 1807; 74% em 1842-43; 81% em 1854-55; 87% no *boom* de 1863-1866; voltando a 75% entre 1870 e 1873.

Sergipe enviou ao estrangeiro açúcar e, em menor monta, algodão, inicialmente pela Bahia. As estatísticas das décadas de 1850 a 1870 apontaram para uma ampla predominância do açúcar na exportação direta de Sergipe ao exterior, superando quatro quintos do total. Embora cresça sua participação relativa, o algodão assumiu um papel menor nos embarques sergipanos para o exterior nessas décadas.¹⁹

Por fim, o Rio Grande do Sul exportou um conjunto diversificado de produtos da pecuária, inicialmente pelo Rio de Janeiro e depois diretamente. A província exportou ao exterior praticamente só produtos derivados do universo da courama em 1854-55 (96%). Nas décadas seguintes, manteve-se a predominância do embarque dos couros e crina, que representaram mais de quatro quintos do total entre 1863 e 1866 e 1870 e 1872 (82% e 87%, respectivamente).

Diferentemente do caso de Pernambuco, as províncias do Maranhão, Sergipe e Rio Grande do Sul foram muito mais especializadas numa determinada espécie de produto (algodão, açúcar ou courama), sujeitando-se, sem maiores adaptações, às flutuações do mercado internacional dessas mercadorias.

O comércio interprovincial

Ao lado da importância óbvia das exportações no século XIX, o comércio de cabotagem desenvolveu-se também de forma significativa no período, acentuando um processo de

19 Sergipe exportou 21% em algodão e 78% em açúcar de diferentes qualidades entre 1870 e 1873.

especialização produtiva das províncias, especialmente após a introdução da navegação a vapor, no meado do século. As informações sobre o comércio entre as províncias brasileiras apontam a existência de um próspero mercado interno para diversas mercadorias, ainda sob o regime escravista.

Numa época de custos de transporte terrestre bastante elevados, um fator importante do estabelecimento de vínculos comerciais entre regiões, às vezes muito distantes no espaço econômico brasileiro, foi a navegação de cabotagem. O transporte marítimo possibilitou o estabelecimento de vínculos de comércio interprovinciais de intensidade considerável. A evidência de uma troca regular de bens entre províncias indica a relevância desse comércio no que toca à tendência à equalização, entre elas, de preços de mercadorias e, provavelmente também, de preços de escravos (sobre esse último ponto, ver a próxima seção). Os dados a seguir descrevem essas relações comerciais e sua tendência de crescimento, entre as décadas de 1840 e 1880.

Uma primeira visão do comércio dessa época pode ser observada na Tabela 3.1 para o fluxo de exportações e importações das quatro províncias analisadas, tanto voltado ao exterior quanto ao País, entre 1854 e 1887. Como mostram os números da tabela, a participação dessas províncias no comércio externo foi declinante, nesse período, a partir de um nível ao redor de um quinto em meados do século (como já visto acima com relação às exportações.)²⁰ Em contraste, sua participação no comércio de cabotagem foi bem mais expressiva, mantendo-se em cerca de um terço do total comerciali-

20 Notar que os percentuais da Tabela 3.1 se referem ao fluxo total do comércio, enquanto os mencionados na seção anterior são relativos a exportações apenas.

zado por via marítima entre todas as províncias brasileiras, durante a segunda metade do século XIX.²¹ Na década de 1860, esse percentual subiu a mais de um terço, reflexo do aumento das vendas de algodão pernambucano no mercado interno, também beneficiadas pelos efeitos da Guerra Civil norte-americana no mercado internacional do produto.

Destaca-se a importância do Rio Grande do Sul e de Pernambuco no comércio interno: em conjunto, essas duas províncias responderam por cerca de uma quarta parte de todo o comércio interprovincial por cabotagem na segunda metade do século XIX. O peso relativo de Pernambuco nesse comércio é da ordem de grandeza equivalente à de sua participação no comércio externo (o mesmo se dando com o Maranhão); já o Rio Grande do Sul era um agente de bem maior relevância no comércio interno do que no externo (como também Sergipe.).

Tabela 3.1 Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul: participação relativa no comércio brasileiro de exportação e importação, por cabotagem e para o exterior, 1854-1887 (em % dos valores em mil-réis)

Período					(em %)
	Pernambuco	Maranhão	Rio Grande do Sul	Sergipe	Total
Cabotagem					
1854-1855	10,7%	2,8%	16,4%	1,9%	31,6%
1863-1866	16,9%	2,3%	11,3%	3,9%	34,4%
1869-1875	13,3%	1,8%	11,6%	3,3%	30,0%
1884-1887	10,0%	1,8%	12,7%	5,2%	29,7%
Exterior					
1854-1855	14,5%	2,7%	4,1%	-	21,4%
1863-1866	15,3%	3,9%	4,7%	0,4%	24,3%
1869-1875	13,0%	2,5%	5,8%	0,6%	21,9%
1884-1887	8,1%	1,9%	4,5%	0,6%	15,1%

Fonte: 1854-55: Soares (1865: p. 105); 1863-66: (*Relatório...*, 1867: p. A-S-N22 e ss.); 1869-75: Soares (1883: pp. 42-43, 46-47), 1884-87: *Proposta e Relatório...*(1888: p. T-N. 32).

21 A proporção de transações das quatro províncias no total do comércio interprovincial por cabotagem foi: 31,6% em 1854-55; 34,4% em 1869-75 e 29,7% em 1884-87.

Em termos absolutos (em mil-réis), os valores exportados eram claramente maiores do que os transacionados por cabotagem. Assim, embora as vendas de Pernambuco para o resto do País fossem tão importantes quanto suas vendas para o exterior, em proporção aos totais nacionais, de fato o valor das exportações era bem maior. Em 1869-1875, a média das exportações pernambucanas foi 22.102 contos, enquanto as vendas por cabotagem somaram 8.753 contos. No Rio Grande do Sul, os valores se equivaleram, nesse período: 11.185 contos exportados, 10.491 contos vendidos no País. Sergipe vendeu menos para o exterior do que para as demais províncias (1.940 e 2.640 contos, respectivamente), o oposto se dando no caso do Maranhão (4.507 e 1.561 contos).²²

De qualquer forma, os números acima ressaltam a grande relevância da produção voltada para o mercado interno para algumas economias provinciais, nesse período. Isso é mais saliente no caso do Rio Grande do Sul, onde se evidencia que as vendas internas tinham a mesma importância das externas. Mas vê-se que, mesmo em províncias sempre associadas, na literatura sobre o período, à atividade exportadora, como Pernambuco e Maranhão, o comércio de cabotagem absorvia uma parcela muito significativa do valor total da produção vendida para o resto do mundo. De fato, os números do parágrafo anterior mostram que, no final do terceiro quartel do século XIX, a cada 1.000 contos de réis vendidos por Pernambuco para o exterior, correspondia

22 Ver, para esses números: Marcondes (2009: 51). É necessário lembrar que uma parte dos produtos enviados por cabotagem poderia destinar-se ao exterior, por reembarque em portos maiores. É provável que os números relativos a Sergipe tenham sido afetados por isso, pois se sabe que parte das exportações dessa província era embarcada em Salvador.

uma venda de cerca de 40% desse valor (396 contos) para o mercado interno. No caso do Maranhão havia uma relação próxima: para cada 1.000 contos exportados, aproximadamente 35% (346 contos) eram vendidos internamente.

Os números acima revelam a importância do comércio interno para as economias regionais aqui estudadas, especialmente para as de Pernambuco e Rio Grande do Sul. Vê-se que o valor das exportações pernambucanas por cabotagem era substancial, na segunda metade do século XIX, quando comparado ao das exportações para o exterior. No período acima referido (primeira metade da década de 1870), as vendas externas do açúcar pernambucano reduziram-se substancialmente em valor e, especialmente no caso do açúcar branco, em quantidade. Mas nesse caso as vendas para outras províncias mais do que compensaram a queda nas exportações para o estrangeiro, como reconhecia o Presidente da Província em sua fala à Assembleia Legislativa, em março de 1877:

Tem diminuído a quantidade de açúcar branco despachado para mercados estrangeiros [...]. Cumpre, no entanto, ponderar que parte do açúcar branco produzido em Pernambuco é consumido em outras províncias do Império. No exercício findo [1875/76] essa exportação montou à elevada soma de 5,866:890\$213 [5.866 contos de réis], mais do dobro do que se exportou para o estrangeiro.²³

O mercado interno já constituía, assim, um fator ponderável para o setor açucareiro de Pernambuco. No caso do Rio Grande do Sul, a relevância das vendas para dentro do País era ainda maior: os embarques para o mercado interno e externo praticamente se igualavam em valor.

23 *Falla...*(1877: 51)

Cabe analisar em separado os fluxos de comércio de cabotagem entre as quatro províncias, destacando os dois principais produtos trocados entre elas: o açúcar e a carne-seca, ou charque (Tabela 3.2)²⁴. Como se observa, há um comércio regular desses produtos, com tendência crescente da década de 1840 à de 1870. A troca ocorreu em maior volume entre Rio Grande do Sul e Pernambuco, existindo, de fato, uma corrente de comércio importante entre as duas praças. Em 1871-72, os montantes foram superiores a 800 mil arrobas dos dois bens comercializados entre as duas províncias. O significado desse volume de vendas internas para a economia de Pernambuco ressalta-se quando se considera que o valor das vendas de açúcar por cabotagem representou, nesse período, 30,3% de todo o açúcar vendido ao exterior pela província.²⁵

Pode-se dizer que as economias gaúcha e pernambucana tornaram-se complementares, por meio do comércio bilateral de açúcar e charque. As importações de charque por Pernambuco concentravam-se no Rio Grande do Sul, respondendo por 85,1% da oferta total desse produto no mercado pernambucano em 1846-47. Dados para 1849-50 mostram que a quase totalidade das vendas gaúchas para Pernambuco era de charque; já nesse ano, o Rio Grande foi o principal fornecedor de Pernambuco no comércio de cabotagem, com 28,1% das vendas dirigidas à província nordestina. Os números para a década de 1860 e 1870 confirmam essa liderança, mostrando que os gaúchos continuavam a ser os maiores vendedores para os pernambucanos, respondendo por 32,6%

24 Ver Soares (1865; 1876/77-a; 1876/77-b; 1878/80; 1880/85; 1883).

25 Nos três anos para os quais há dados disponíveis, na década de 1870, verificam-se participações de 31,6% em 1870-71, 27,1% em 1871-72 e 32,5% em 1872-73.

das compras internas de Pernambuco no meado da década de 1860 e 30,7% em 1870-73. Pernambuco era, por outro lado, o principal mercado para os produtos gaúchos, superando o Rio de Janeiro: em 1863-66, 40% das vendas internas do Rio Grande do Sul foram para a província nordestina, contra 30% destinadas ao Rio. As vendas para Pernambuco centravam-se no charque e, em menor monta, no sebo.

O charque não era exportado para o exterior pelo Rio Grande do Sul, em volume relevante; tratava-se de produto essencialmente voltado ao mercado interno, sofrendo, nesse mercado, a concorrência do charque uruguaio e argentino. O Rio de Janeiro se abastecia de charque principalmente nos países do Prata. É possível que a concorrência platina estivesse por trás dos esforços gaúchos para conquistar mercados mais ao norte, como o de Pernambuco; mas mesmo Pernambuco importava parte de seu charque da Argentina e do Uruguai.²⁶

Se Pernambuco era o principal comprador de produtos gaúchos no comércio de cabotagem, essa província assumiu também a posição de principal fornecedor interno de mercadorias para o mercado rio-grandense, na segunda metade do século. Em 1846-47, os produtos de Pernambuco eram ainda uma proporção modesta do valor das compras gaúchas (13,8%, contra 50,2% originários do Rio de Janeiro). Em meados da década de 1860, Pernambuco já fornecia 33,6% do total (contra 40,7% vindos do Rio); mas na década de 1870 essas posições se inverteram, passando Pernambuco a fornecer 40,8% das importações internas do Rio Grande,

26 Em 1872-73, além das 643 mil arrobas compradas do Rio Grande, Pernambuco importou 264 mil dos países platinos. Já o Rio de Janeiro importou 1.850 mil arrobas desses países e apenas 248 mil do Rio Grande do Sul.

e o Rio de Janeiro, apenas 34,7% (dados de 1870-73). O Rio Grande era o principal destino das vendas pernambucanas por cabotagem (tendo absorvido, em 1872-73, quase 50% dessas vendas); e o açúcar representava a quase totalidade dessas compras gaúchas na província nordestina.

Pernambuco forneceu açúcar também para o Maranhão. Em 1846-47, 48% das compras maranhenses de outras províncias proveio de Pernambuco, com predominância de açúcar branco. Mais tarde os volumes desse comércio diminuíram, o que pode ser atribuído ao crescimento do número de engenhos no Maranhão. Na década de 1860, a participação de Pernambuco nas compras interprovinciais maranhenses diminuíra a menos de um décimo; e nos anos setenta o Maranhão passou a exportador líquido de açúcar (Marcondes, 2009: 217). Embora Pernambuco tenha sido fornecedor importante de produtos para o Maranhão, o contrário não foi verdade: as compras no Maranhão foram parcela insignificante do comércio interno pernambucano. O principal produto comprado por Sergipe de outras províncias foi o charque, em sua quase totalidade por intermédio do porto de Salvador. ²⁷ Nos anos setenta, a concorrência dos países platinos se fez sentir com maior força, o que se refletiu na redução das compras internas do produto pela província, como mostrado na Tabela 3.2.

27 Ver Mapa das Mercadorias Nacionais Importadas e Despachadas para Consumo da Alfândega de Sergipe e Outras Províncias, 1846-47, da *Colleção de Mappas Estatísticos do Commercio e Navegação do Império do Brasil no sítio* <http://memoria.org.br/index.php>

Tabela 3.2: Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul: importação de açúcar e carne-seca por cabotagem, 1846-1873 (médias anuais em arrobas)

Ano	Açúcar		Charque		
	Maranhão	Rio Grande do Sul	Maranhão	Pernambuco	Sergipe
1846-47	61.061	253.368	5.619	367.334	29.700
1847-48	43.186	-	4.022	-	-
1848-49	55.467	-	4.476	-	-
1849-50	14.694	-	212	423.781	55.064
1870-71	23.805	608.631	15.983	702.015	18.854
1871-72	13.862	832.487	9.410	888.533	17.372
1872-73	17.622	642.480	12.296	341.074	7.162

Obs. O dado para Sergipe em 1846-47 é uma estimativa.

Fonte: Mapas de Navegação(1846-50, ver www.memoria.nemesis.org.br) e Soares (1876/77-b, 1880/85 e 1878/80).

É importante ressaltar que o quadro que transparece dos resultados apresentados nesta seção é um tanto distinto do geralmente encontrado na historiografia tradicional sobre o período. Nessa literatura, é comum enfatizar-se o caráter “essencialmente exportador” da economia brasileira no século XIX. Pode-se lembrar, por exemplo, que, para Celso Furtado, em seu livro clássico, o mercado interno ganha importância como fator de estímulo ao crescimento da produção apenas na primeira metade do século XX: a década de 1930 teria marcado o deslocamento do que ele chama de “centro dinâmico” da economia — ou seja, seu motor de crescimento — da demanda externa para a demanda interna. Em sua análise, a relevância do mercado interno teria decorrido da difusão do trabalho assalariado e da industrialização após o final do Império.²⁸

28 Ver Furtado (1959), especialmente o cap. 32, “Deslocamento do Centro Dinâmico”.

No entanto, os números acima indicam que uma parcela substancial da demanda pelos bens produzidos nas províncias aqui estudadas provinha do mercado interno, já na segunda metade do século XIX, bem antes do término da escravidão. Ou seja: já havia, então, um processo relevante de especialização produtiva e de trocas entre regiões, fonte potencial de aumentos de produtividade e de crescimento econômico.

Preços dos escravos pernambucanos e gaúchos²⁹

A evolução dos preços de escravos será estudada no capítulo 10 deste livro. Entretanto, é pertinente dedicarmos aqui algum espaço para a comparação desses preços em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, que sugere uma inter-relação das duas províncias também no que se refere ao mercado de mão-de-obra cativa.

Em princípio, podemos supor que os preços da mercadoria humana fossem determinados, como no caso de outras mercadorias, pela interação da oferta e da demanda. Na primeira metade do século XIX, a grande maioria de escravos africanos desembarcados no Brasil provinha de Angola.³⁰ Como se verá no 6º capítulo, há evidência de que a oferta angolana era relativamente inelástica, no curto prazo, de tal forma que, com o aumento de demanda, os preços tenderiam a subir. Assim, o crescimento de preços

29 Os tópicos abordados nesta seção e na próxima são tratados de forma mais abrangente nos capítulos 4 a 8 do livro.

30 Cerca de 70% dos escravos chegados da África ao Brasil entre 1800 e 1850 vinham de Angola. Para os desembarcados no Rio de Janeiro (caso da grande maioria dos destinados ao Rio Grande do Sul) essa proporção subia a aproximadamente 80%. Ver estimativas em *Voyages Database* 2010.

observado nesse período, especialmente entre 1815 e 1850, refletiria a grande expansão na procura por mão-de-obra cativa observada no período, especialmente no Brasil, determinando intenso fluxo de migração forçada de africanos. Entre 1800 e 1850 entraram em nosso País mais de dois milhões de escravos, quase a metade de todos os africanos trazidos ao Brasil desde o século XVI.³¹

Com o fim do tráfico africano, em 1850, poder-se-ia supor que, na ausência de trocas internacionais, os preços passassem a refletir condições locais de oferta e demanda. Nesse caso, seriam influenciados pela produtividade do trabalho em diferentes atividades produtivas: ali onde o trabalho cativo gerasse mais lucro, os compradores de escravos estariam dispostos a pagar preços maiores. Se não houvesse comunicação entre regiões, seria de esperar que os preços tendessem a ser mais altos onde se estivesse desenvolvendo produção de maior lucratividade.

No entanto, os dados apontam para uma realidade diferente: como mostram os Gráficos 3.1 e 3.2, há um claro paralelismo entre os preços de cativos em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, após a abolição do tráfico africano.³² Como se verá no capítulo 6, o rápido aumento de preços na década seguinte à abolição do tráfico não decorreu simplesmente da consequente redução na oferta de mão-de-obra cativa — uma suposição comum na literatura. Há indicações de que esse movimento de alta tenha sido influenciado pelo aumento na

31 Ver a fonte citada na nota anterior.

32 Utilizamos as informações do conjunto de inventários disponíveis para as duas províncias. Pormenores a respeito dessas amostras encontram-se no capítulo 2 do livro.

demanda internacional por vários artigos em cuja produção se usava trabalho escravo, na época, como o açúcar.³³

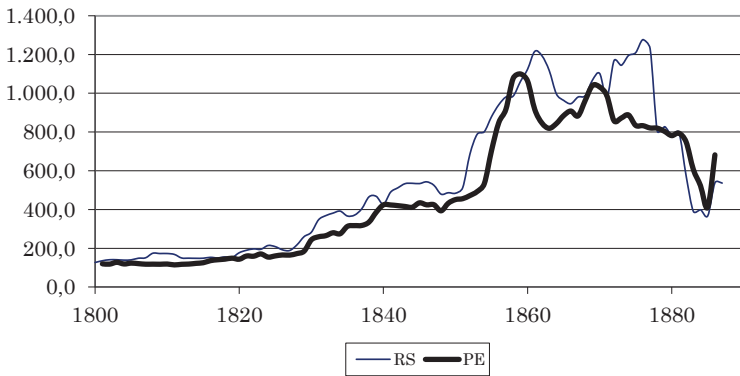
Nesse contexto, é sugestivo o fato de que no Rio Grande do Sul, uma economia, como vimos, muito menos voltada para o mercado externo, os preços de escravos tenham evoluído de forma próxima aos de Pernambuco. Essa evidência se ajusta à noção de que havia algo como um mercado de escravos de âmbito nacional, nesse período. A possibilidade de transações inter-regionais de escravos, dada a larga difusão da escravidão pelo território nacional — tanto em produção para exportação como para o mercado interno — criava condições para uma convergência de preços. Dado o fato de que as duas províncias tinham uma importante relação comercial recíproca (especialmente após 1850), como visto na seção anterior, não seria surpreendente que houvesse também transações de escravos entre elas, dando origem à chamada “arbitragem” (compra e venda entre mercados onde os preços são diferentes, o que tende a igualar os preços).

O Gráfico 3.1 mostra os preços médios dos escravos do sexo masculino, sadios, de idade entre 15 e 40 anos, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. Os valores seguem a mesma tendência crescente até a década de 1860 e decrescente daí por diante, com redução acentuada nos anos oitenta.³⁴ Pode-se notar que os valores mais altos no Rio Grande, na década de 1870, coincidem com o período de maior tráfico interno em direção à região cafeeira (Slenes, 1976).

33 Ver: Engerman, Friginals & Klein (1983).

34 O coeficiente de correlação entre as séries é de 0,93.

Gráfico 3.1: Pernambuco e Rio Grande do Sul: preços médios de escravos homens, sadios, de 15 a 40 anos, 1800-1888 (Preços em contos de réis)



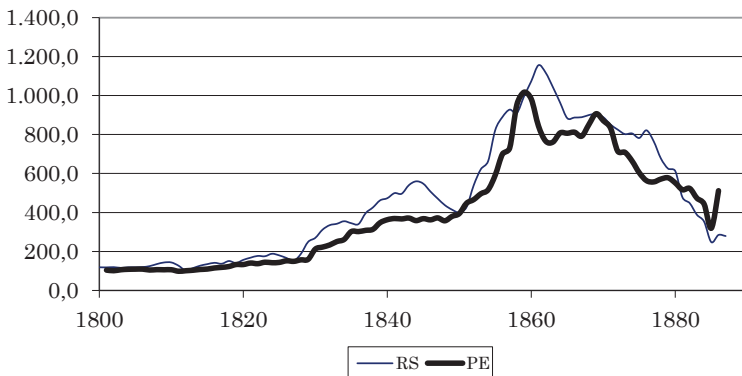
Fonte: amostras de inventários do projeto

No caso das escravas (também de 15 a 40 anos e sem doenças ou defeitos físicos), os resultados mostraram-se bastante similares, como visto no Gráfico 3.2; apenas ocorreu uma tendência de retração dos preços anterior à dos homens, já nas décadas de 1860 e 1870.³⁵

Assim, as duas economias provinciais mostram inter-relações também no que se refere à mão-de-obra escrava. Os vínculos do comércio de mercadorias e dos preços dos cativos apontam para uma economia brasileira relativamente integrada, e não apenas centrada na economia cafeeira do Sudeste.

35 O coeficiente de correlação nesse caso é de 0,93

Gráfico 3.2: Pernambuco e Rio Grande do Sul: preços médios de escravas mulheres, sadias, de 15 a 40 anos, 1800-1888 (Preços em contos de réis)



Fonte: amostras de inventários do projeto

Algumas características da escravidão nas províncias estudadas (década de 1870)

Nesta seção apresentam-se algumas características gerais da população escrava nas quatro províncias aqui analisadas, a partir de duas fontes secundárias de dados para a década de 1870: o primeiro recenseamento geral da população do País, de 1872, e a matrícula dos escravos efetuada em 1872-1873.

Como já apontado no início do capítulo, o contingente escravo existente nas quatro províncias era uma parcela expressiva do total nacional, tanto ao redor de 1820 quanto na década de 1870. Para este último período, existem dois arrolamentos da população escrava: o do recenseamento de 1872-74, e o da matrícula de escravos determinada pela

Lei do Ventre Livre, de 1871.³⁶ Embora o número total de cativos seja bastante próximo nos dois casos, existem discrepâncias significativas em algumas províncias; é o caso, particularmente, do Rio Grande do Sul, onde a matrícula mostrou um número de escravos 20% superior ao do censo (ver a Tabela 3.3).

Supõe-se que os números da matrícula sejam, em princípio, mais fidedignos: “como um sub-registro num recenseamento é mais comum do que um erro para mais, é provável que a matrícula seja, em geral, a mais completa.” (Slenes, 1983: 125). Além disso, a matrícula era obrigatória, e os senhores de escravos estavam sujeitos a penalidades, se não a efetivassem; vendas de escravos, por exemplo, não poderiam ser registradas sem comprovação da matrícula. No censo houve, aparentemente, subcontagem de mulheres e crianças escravizadas: na maioria das províncias, a razão de masculinidade da população cativa (ou seja, o número de homens por 100 mulheres) é menor na matrícula do que no censo. É o caso de Pernambuco, como se observa na Tabela 3.3. Nota-se também a existência, em pequeno número, de fugidos entre os matriculados; estes dificilmente teriam sido recenseados.

A proporção de escravos na população total foi, no censo de 1872, de 15,2%, para todo o País. Nas quatro províncias aqui consideradas, destaca-se o percentual mais alto do que a média, no Maranhão (20,9%), e mais reduzido em Pernambuco (10,6%). No Rio Grande (15,6%) e Sergipe (12,8%), as relações não se distanciaram muito da média nacional.

36 Sobre a matrícula, ver o apêndice ao Capítulo 2 do livro. A data oficial do censo de 1872 é 1º/8/1872, mas em algumas províncias sua realização deu-se no ano seguinte ou mesmo em 1874 (caso de São Paulo).

A proporção para o Maranhão só era superada pela da província fluminense, nesse período de expansão do café. Como referido acima, o Maranhão já sobressaía, no início do século, como a única província onde o número de escravos superava o de livres, o que, certamente, se relaciona com a intensa entrada de escravos, nas últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX, período de prosperidade da lavoura maranhense.³⁷ Pelas estimativas do Conselheiro Velloso, de cada quatro habitantes do Maranhão, em 1819, três eram escravos.³⁸ Assim, apesar do declínio da província, ainda havia um contingente muito expressivo de escravos na população maranhense.

No caso de Pernambuco, o número relativamente menor de escravos pode relacionar-se ao fato de que o uso do trabalho livre, já difundido na Mata Norte desde a primeira metade do século XIX, passara a ser comum também na Mata Sul, sob a influência do aumento no preço dos escravos, principalmente, sob a forma dos chamados “moradores de condição” (Andrade, 1998: seção 3.4).

O número de escravos africanos na década de 1870 era, mais de vinte anos depois da abolição do tráfico transatlântico, muito inferior ao dos escravos nascidos no Brasil; para o País como um todo, a porcentagem de africanos registrada no censo de 1872 foi de 9,2%. Essa proporção era bem maior na área cafeeira, para onde se destinou, certamente, a maioria dos mais de 900 mil escravos desembarcados no Rio de Janeiro no período de intensificação do tráfico, entre

37 Dos cerca de 100 mil escravos africanos que se estima tenham desembarcado no Maranhão em todo o período do tráfico, mais de 80 mil chegaram entre 1775 e 1825 (Silva, 2008: Appendix A).

38 .Para essas estimativas e os números do censo de 1872-74, v. IBGE (1990: seção 1).

1820 e 1850: na Província do Rio, 21,9% dos escravos eram ainda africanos, em 1872. Nas quatro províncias aqui analisadas, a proporção de africanos era marginal no Maranhão e em Pernambuco (2,3% e 3,5%, respectivamente) e maior no Rio Grande (7,5%) — possivelmente refletindo, nesse último caso, entrada significativa de escravos da África nos últimos anos do tráfico, já que esse percentual se aproxima do de uma província tipicamente cafeeira, São Paulo (com 8,3% de africanos). Como visto acima, o charque teve grande importância na economia gaúcha, a partir do final do século XVIII; e as charqueadas usavam o trabalho escravo em grande escala. No contexto nordestino, a porcentagem observada em Sergipe é relativamente elevada: 6,2%.³⁹

Tabela 3.3: Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul: população escrava segundo o censo de 1872 e a matrícula de 1872-73

Província	Censo de 1872		Matrícula de 1872-73	
	Total	Razão de Masculinidade	Total	Razão de Masculinidade
Maranhão	75.273	97	74.939	96
Pernambuco	89.028	112	93.496	100
Rio Grande do Sul	69.685	111	83.370	112
Sergipe	30.119	92	32.974	99
Total	264.105	105	284.779	102

Obs. Define-se “razão de masculinidade” como o número de pessoas do sexo masculino por grupo de 100 do sexo feminino

Fonte: Slenes (1983: p. 126). Incorporamos suas correções acerca das paróquias não recenseadas.

39 Para os dados deste parágrafo ver Voyages Database 2010.

A Tabela 3.4 mostra a distribuição etária e a taxa de urbanização da população cativa matriculada. No conjunto das quatro províncias, houve uma concentração dos escravos em idade mais ativa (57,8%) e no meio rural (84,4%). A preponderância da residência fora do ambiente urbano relacionou-se à atividade agrícola, que abarcava mais de dois terços dos escravos. A composição etária da massa escrava é similar entre as províncias, destacando-se, em Sergipe, a proporção maior de crianças e menor de indivíduos de 50 anos ou mais. Contudo, deve-se levar em conta a observação de Slenes (1983), que verificou, a partir da comparação entre os números da matrícula (como na Tabela 3.4) e os do censo de 1872, ter havido, no primeiro caso, uma subavaliação sistemática de idades, com redução relativa dos cativos mais idosos ou de meia idade. O autor atribui esse fato à expectativa, por parte dos senhores de escravos, de promulgação de uma lei libertando os cativos acima de certa idade, como já ocorrera em outros países e viria a efetivar-se na década seguinte, com a chamada Lei dos Sexagenários. Reduzindo a idade de seus escravos mais velhos, procuravam precaver-se contra uma possível perda patrimonial, no futuro. De fato, as estruturas etárias da Tabela 3.4 parecem improváveis, especialmente a de Sergipe. Por exemplo: em nossa amostra de inventários de Pernambuco, entre 4.394 escravos arrolados entre 1870 e 1887, 15,4% tinham 50 anos ou mais.

Tabela 3.4: Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul: população escrava matriculada segundo faixa etária e taxa de urbanização, 1872-73 (porcentagens)

Província	Faixas Etárias				Taxas de Urbanização
	0 a 14 anos	14 a 50 anos	50 ou mais	Total	
Maranhão	37,1%	55,9%	7,0%	100%	15,6%
Pernambuco	34,4%	59,0%	6,6%	100%	14,1%
Rio Grande do Sul	36,3%	56,6%	7,1%	100%	17,6%
Sergipe	40%	57,8%	2,2%	100%	14,9%
Total	35,5%	57,8%	6,8%	100%	15,6%

Fonte: *Relatório...* (1875: Anexo G).

Observações finais

Um ponto importante, evidenciado neste capítulo, é a relevância do comércio interprovincial, especialmente no caso do Rio Grande do Sul, mas assinalável também no caso das outras três províncias. É um aspecto ainda pouco estudado da economia brasileira do século XIX.

Outro ponto a ser destacado refere-se ao paralelismo de preços de escravos em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, sugerindo a existência de um mercado nacional de cativos. Essa questão vai ser melhor explorada no capítulo 10 do livro. O perfil demográfico e a estrutura de posse da população escrava, nas províncias em análise, serão também estudados com maior profundidade nos capítulos que se seguem.

Referências bibliográficas

ALVES, Maurício Martins. *Forjando Igualdades na Diferença: Socialização Parental Entre Cativos em Taubaté, 1680-1848*. Tese de Doutorado (História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. *História das Usinas de Açúcar de Pernambuco*. Recife: Massangana, 1989.

_____. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 6ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998. (1ª ed.: 1963).

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

CARDOSO, F. H.: *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional; O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

COSTA, Iraci del Nero da. Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, nº 6, p. 121-127, junho 1983.

_____. *Ciclo de Vida e Posse de Escravos: Algumas Relações entre Cortes Transversais e Estudos Longitudinais*. São Paulo: NEHD-FEA/USP, 1997, mimeo.

ENGERMAN, Stanley L., Manuel M. FRAGINALS & Herbert S. KLEIN. "The Level and Structure of Slave Prices on Cuban *Plantations* in the Mid-Nineteenth Century: Some Comparative Perspectives." *American Historical Review*, 88(5): 1201-1218, 1983.

Falla com que o Exm. Sr. Doutor Manoel Clementino Carneiro da Cunha Abriu a Sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 2 de Março de 1877. Pernambuco: Typ. de M. Figuerôa de Faria & Filhos, 1877.

FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo M. *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*.

Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979. (1ª ed. em 1852).

FRANK, Zephyr L. *Dutra's World; Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

_____. “Padrões de Riqueza no Sudeste do Brasil 1815-1860.” *História Econômica & História de Empresas* 9(2): 5-48, jul./dez. 2006.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

IBGE. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas Históricas do Brasil; Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*. 2ed. Rio de Janeiro: 1990.

IBGE. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. BIBLIOTECA. Coleção Digital. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br. Consulta em fev./2012.

IMPÉRIO DO BRASIL. *Coleção dos Mapas Estatísticos do Comércio e Navegação do Império do Brasil exercido por [meio] das Alfândegas e Mesas de Consulado no Ano Financeiro de 1842-43*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847.

MARCONDES, Renato Leite. *A Arte de Acumular na Economia Cafeeira; Vale do Paraíba, Século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998.

_____. *Diverso e Desigual; O Brasil Escravista na Década de 1870*. São Paulo: FUNPEC, 2009.

MODIGLIANI, Franco, (&) ANDO, Albert. “The ‘Life Cycle’ Hypothesis of Saving: Aggregate Implications and Tests.” *American Economic Review*. 53(2): 55-84, march 1963.

NADALIN, Sergio Odilon. *História e Demografia: Elementos para um Diálogo*. Campinas: ABEP, 2004. (Coleção Demográficas, v. 1).

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. *Reordenamento do Trabalho; Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro*. Sergipe, 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.

Proposta e Relatório Apresentados a Assembléia Legislativa na Quarta Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Honório Hermeto Carneiro Leão (Marques de Paraná). Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1856.

Proposta e Relatório Apresentados à Assembléia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Fazenda, João Alfredo Corrêa de Oliveira Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

Relatório Apresentado (a) à Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867.

Relatório Apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.

SILVA, Daniel B. Domingues da. "The Atlantic Slave Trade to Maranhão, 1680-1846; Volume, Routes and Organization." *Slavery and Abolition* 29(4), 2008.

SLENES, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1988*. Ph.D. Dissertation. Stanford University, 1976.

_____. “O que Rui Barbosa não Queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no Século XIX.” *Estudos Econômicos* 13(1): 117-149, jan./abr. 1983

SOARES, Sebastião Ferreira. *Elementos de Estatística Compreendendo a Teoria da Ciência e a Sua Aplicação à Estatística Comercial do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

_____[1876/77-a]. *Estatística do Comércio Marítimo do Brasil do Exercício de 1869-70*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876/1877, 2 v.

_____[1876/77-b]. *Estatística do Comércio Marítimo do Brasil do Exercício de 1870-71*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876/1877, 4 v.

_____. *Estatística do Comércio Marítimo do Brasil do Exercício de 1871-72*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878/1880, 6 v.

_____. *Estatística do Comércio Marítimo do Brasil do Exercício de 1872-73*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880/1885, 6 v.

_____. *Introdução Retrospectiva da Estatística do Comércio Marítimo do Brasil no Exercício de 1874-75*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

Voyages Database. 2010. *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. <http://www.slavevoyages.org> (acessado em nov./2011).

MUITOS SENHORES COM POCOS ESCRAVOS Estrutura de posse de cativos nas quatro regiões e no país

RENATO L. MARCONDES, JOSUÉ M. PASSOS SUBRINHO, FLÁVIO R.
VERSIANI, JOSÉ R. O. VERGOLINO E LUIZ P. F. NOGUERÓL

101

Neste capítulo e nos quatro que se seguem, a estrutura de posse de escravos vai ser examinada sob três perspectivas. Primeiro, a partir de uma grande amostra de listas de classificação e de registros de matrícula de escravos, como determinado pela Lei do Ventre Livre, de 1871. São dados referentes ao período 1873-1875, abrangendo praticamente todas as regiões do País. Segundo, em sua evolução ao longo do século XIX, com base em dados de inventários de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. Terceiro, com um enfoque particular na província de Sergipe, utilizando tanto informações de listas de classificação, da década de 1870, como de inventários, relativos à segunda metade do século XIX.

Como mencionado no 2º capítulo, pesquisas de diversos autores, a partir das últimas décadas do século passado, ampliaram substancialmente o conhecimento sobre as várias formas que assumiu o escravismo no Brasil. Duas constatações, relacionadas entre si, chamam especialmente atenção, nesse conjunto de trabalhos, por representarem

uma mudança de enfoque em relação à literatura anterior sobre o tema. Primeiro, a importância das pequenas posses de escravos, em contraste com a visão tradicional da escravidão, associada às grandes propriedades rurais do açúcar e do café. Ficou clara a grande ocorrência de proprietários de um pequeno número de cativos, ou mesmo de um escravo apenas; de fato, em diversos locais e períodos, o senhor de escravos mais comum era o que possuía não mais que um indivíduo. Resulta daí uma média baixa de escravos por proprietário, verificada mesmo em regiões onde existiam também engenhos ou cafezais com dezenas de cativos.

O outro aspecto importante é a grande variedade de ocupações em que esteve presente o trabalho forçado. Além de ser amplamente utilizada na grande lavoura de exportação, na mineração e no âmbito doméstico, como é bem conhecido, a mão de obra escrava foi também usada em várias outras atividades, associadas a praticamente todos os setores produtivos da época — pelo menos no século XIX, o período mais estudado. Havia escravos em pequenas propriedades rurais, em grandes fazendas de gado, no comércio, na navegação de cabotagem, na produção artesanal, em fretes urbanos, na venda ambulante. Pode-se dizer que a escravidão estava mais intimamente ligada à vida diária da população, tanto rural quanto urbana, do que a historiografia clássica faria crer.

A grande difusão do trabalho escravo teve consequências importantes, e não apenas no campo da organização do trabalho. Já que a posse de mão de obra cativa não se restringia à elite dos grandes proprietários rurais, mas abrangia grande parcela da população, a base social de

apoio do regime escravista seria mais ampla do que supunha a literatura tradicional. Cabe lembrar, nesse contexto, que o abolicionismo no Brasil foi um movimento tardio, quando comparado com o caso de outros países americanos. Historiando as fases por que passara a luta antiescravista no País, Joaquim Nabuco, em seu livro de 1883, mencionou que durante muito tempo não havia praticamente oposição à escravidão, no País, sendo o regime escravista visto, por diferentes camadas da população, como parte da ordem natural das coisas. A extinção do tráfico, em 1850, não correspondeu, segundo ele, a uma tendência geral da opinião pública, mas decorreu de uma iniciativa de certa forma inesperada do Governo imperial. Só a partir de 1879 surgiria de fato um movimento abolicionista de expressão política relevante.¹

A análise da estrutura de posse de escravos, nos capítulos seguintes, mostra aspectos específicos dos pontos mencionados acima, inclusive em regiões do País relativamente pouco estudadas, no que respeita a esse tema. Além disso, os achados reportados nesses capítulos têm implicações mais amplas, trazendo subsídios ao entendimento de algumas questões discutidas na literatura recente sobre o escravismo brasileiro.

1 Nabuco (1988[1883]).

Estrutura de posse de escravos na literatura

É útil destacar aqui alguns dos trabalhos que contribuíram para traçar um quadro novo sobre a estrutura de posse de escravos no Brasil.

Nos últimos anos, consolidou-se uma tendência revisionista quanto ao padrão de propriedade escravista no Brasil. Ao invés de uma imagem da população escrava distribuindo-se entre grandes unidades escravistas, tem-se afirmado um quadro mais complexo de predominância numérica das pequenas unidades escravistas e de relevância dos plantéis médios, ao lado da importância das grandes unidades em termos de sua participação no total de escravos possuídos. Geralmente se define posses “grandes” como as que tenham mais de vinte escravos (ou, em certos contextos, mais de quarenta). Deve-se ressaltar que no Brasil, de modo geral, unidades produtivas com centenas de escravos foram sempre excepcionais, nunca a regra.²

A proliferação e consolidação de núcleos de pesquisa em história, economia e ciências sociais têm permitido uma produção diversificada de monografias, abordando várias regiões ou localidades, com uso mais intenso e sistemático de fontes primárias. Com isso, não apenas as tradicionais atividades exportadoras — açúcar, mineração e café — foram reexaminadas, mas também as atividades urbanas e a produção agrícola voltada para o mercado interno. Em geral, constatou-se a utilização do trabalho escravo em atividades até então insuspeitadas, ou pouco comprovadas.

2 Para uma avaliação crítica da produção historiográfica sobre o tema, vide Motta (1999).

Novos estudos monográficos mostraram, para diferentes partes do País, resultados distintos dos contemplados pela historiografia clássica, focalizando especialmente a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX. Cabe mencionar, nesse sentido, sem pretensão de abrangência, os trabalhos de Luna (1981), Costa (1981,1992); Luna & Costa (1983); Karasch (1987), Schwartz (1988), Costa & Nozoe (1989), Paiva (1996), Marcondes (1998), Motta (1999), Bergad (1999), Barickman (2003) e Luna & Klein (2004) — todos eles referentes às regiões mais estudadas, no que toca ao escravismo brasileiro: São Paulo (então incluindo o atual Paraná), Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Sobre outras regiões, podem-se citar também os estudos de Mott (1985) e Falci (1995) sobre o Piauí; Funes (1986) sobre Goiás; Galliza (1979) e D. Costa (1996), sobre a Paraíba; Passos Subrinho (2000) sobre Sergipe; Versiani & Vergolino (2002; 2003) sobre Pernambuco.

O trabalho pioneiro de Luna (1981) examinou arrolamentos populacionais de cinco localidades na área de exploração aurífera de Minas Gerais, em diferentes fases do ciclo minerador. Dos cerca de 14.500 escravos arrolados, mais de três quartos pertenciam a plantéis de até 20 escravos, e mais da metade a plantéis menores, de não mais que 10 cativos. A média de escravos por senhor variou no intervalo de 3,7 a 6,5, e a moda de 1 a 2.³ A grande difusão da propriedade escrava em Minas é evidenciada pela alta proporção de domicílios com escravos, em cidades mineiras,

3 Moda, em estatística, é o valor de ocorrência mais frequente, num conjunto de observações ou numa distribuição de frequência. No caso acima, a moda igual a 1 significa que, numa dada localidade, os donos de escravos mais numerosos eram os que possuíam apenas 1 indivíduo.

no censo de 1804: 41 %, em Vila Rica, 45 %, em Santa Luzia (I. Costa, 1981: 251,329).

Também em Minas Gerais, levantamento censitário de 1831-32, relativo a toda a província (as chamadas “listas nominativas”), mostrou a importância das pequenas posses. Dois terços dos cativos faziam parte de plantéis com até vinte escravos, e 44% pertenciam a plantéis de até dez cativos. Metade dos proprietários escravistas tinha não mais do que três indivíduos; e em cerca de um terço dos domicílios havia posse de escravos (Paiva, 1996). Os dados de Bergad (1999), baseados em inventários, indicam que um padrão de posse próximo a esse esteve presente, sem muitas variações, ao longo dos séculos XVIII e XIX.

A análise de listas nominativas da província de São Paulo, referentes a 1829, mostrou um quadro semelhante ao de Minas: 61 % dos escravos pertenciam a plantéis de até vinte cativos, e 40 % a plantéis de até 10 indivíduos. Mesmo no caso de escravos pertencentes a cafeicultores, a maioria (54 %) fazia parte de plantéis de até vinte cativos, uma indicação de que produtores de pequeno porte tinham peso relevante nessa atividade, em tal período (Luna & Klein, 2003: 111-26). Examinando em conjunto os dados para Minas Gerais e São Paulo (que incluía então o Paraná), na década de 1830, Luna & Klein (2004) verificaram que, entre trinta mil proprietários escravistas, apenas pouco mais de quinhentos tinham mais de 40 cativos; dois terços deles possuíam de 1 a 5 indivíduos, e quase um quarto tão-somente um cativo.

Mesmo na fase posterior de grande expansão do café, verificou-se, em algumas localidades, que pequenos cultiva-

dores tinham peso expressivo na produção, o que se refletia na estrutura de posse de escravos. Em Taubaté, por exemplo, os dados da matrícula de escravos de 1873 mostram que 55 % dos cativos pertenciam a plantéis pequenos, de menos de vinte escravos; e 36 % faziam parte de plantéis de não mais que nove escravos (Marcondes, 1998).

Como se verá a seguir, dados de inventários — que tendem a subavaliar os pequenos plantéis — apontam na mesma direção. Em Pernambuco, por exemplo, parcela substancial dos escravos da província, no século XIX, não estava na região açucareira, a Zona da Mata, mas no Agreste e no Sertão, onde predominavam pequenos plantéis escravistas (Versiani & Vergolino, 2003). Ao longo do século, o percentual de cativos em pequenos plantéis tendeu a aumentar. Nesse mesmo sentido, uma redução do número de escravos por engenho foi observada em Sergipe, entre a primeira e a segunda metade do século XIX (Passos Subrinho, 2000:96 e ss.).

Principais achados dos quatro capítulos que se seguem

Capítulo 5

Esse capítulo analisa uma grande amostra de mais de 110 mil escravos, arrolados nas listas de matrícula e de classificação de cativos preparadas por determinação da Lei do Ventre Livre. Os registros foram feitos no período 1872-1877. A amostra, levantada em várias regiões do País, representa uma proporção expressiva do total de escravos então existente (1.547 mil).

O peso das pequenas posses, nesse período, fica evidenciado pelos dados da amostra. A média de escravos por proprietário é de apenas 4,4; uma alta proporção dos proprietários (39%) tinha apenas 1 escravo. A imensa maioria dos senhores de escravos (92%) não possuía mais do que 10 cativos. Mais da metade dos trabalhadores escravizados (57%) estava em plantéis pequenos, de até 10 cativos; 9% estavam em posses de 1 cativo apenas. Os escravos que faziam parte de posses de tamanho superior a 20 (nas quais, caracteristicamente, o trabalho se organizava em regime de *plantation*, trabalhando os escravos em turmas, sob vigilância de um feitor) eram apenas um quarto (26%) do total de cativos.

Um achado importante é que, mesmo nas áreas onde predominava o cultivo do café, registram-se tamanhos de posse bastante reduzidos. Os grandes cafezais conviviam com pequenos e médios cafeicultores.

Combinando os dados da amostra com os do Recenseamento de 1872, pode-se estimar que em cerca de uma quarta parte dos domicílios do País havia escravos (esse Recenseamento mostrou números por domicílio). Evidência clara da grande difusão do uso de trabalho forçado entre toda a população.

Capítulo 6

Aqui se analisam dados de cerca de 4 mil inventários, cobrindo todo o período de 1800 a 1888, relativos a diferentes áreas de Pernambuco. É, também, uma amostra de tamanho significativo: perto de 22 mil escravos.

Numa região onde a principal atividade econômica era o açúcar, nota-se igualmente a grande importância das pequenas posses, crescente ao longo do século XIX. No conjunto de inventários, o proprietário escravista mais comum é o que tinha apenas 1 escravo. A proporção de proprietários com não mais do que 10 escravos passa de 75%, antes de 1850, a 94%, na segunda parte do século (essa última porcentagem é quase idêntica à encontrada nas listas da década de 1870, para todo o País, como visto acima).

A média de escravos por inventário cai de 10,8, na primeira parte do século, para 6,7 depois de 1850. A queda é especialmente acentuada na Zona da Mata, onde se concentrava a produção açucareira: de uma média de 18,0, antes de 1850, para 9,3, depois. O que decorre principalmente da presença crescente de pequenos proprietários escravistas, os chamados “lavradores”, que apenas plantavam açúcar, sem possuir engenhos nem, em geral, serem donos da terra que cultivavam.

Correspondentemente, a proporção dos escravos em plantéis pequenos, de até 10 cativos, aumenta ao longo do século, passando de 29%, no período até 1850, para quase a metade (46%), depois de 1850. Como seria de esperar, essa proporção é menor do que a média, na Mata açucareira, mas mesmo aí duplica, entre a primeira e a segunda parte do século, passando de 15% a 31%.

O aumento da ocorrência de plantéis menores, na Mata, provavelmente se relaciona à presença crescente de lavradores nas unidades açucareiras. Esses plantéis mostram uma peculiaridade: maior número de mulheres e de escravos nascidos no Brasil, em contraste com as posses

de mais de 20 escravos da Mata. São populações escravas com características bem distintas, as de pequenas posses e de grandes posses, na área do açúcar.

O uso diversificado de mão de obra forçada é evidenciado pelo fato de que mais de 80% dos inventários registravam propriedade de escravos, em todas as áreas da Província, no período anterior a 1850. E o exame pormenorizado dos inventários (e dos testamentos às vezes apensos) mostra que os proprietários exerciam as mais variadas atividades produtivas e eram, muitas vezes, indivíduos de patrimônio muito reduzido. Na segunda parte do século a proporção de inventários com escravos diminui, mas ainda é alta na Zona da Mata (78% dos inventários), refletindo maior dificuldade de substituição do trabalho escravo pelo livre. Curiosamente, a mesma proporção de inventários com escravos aparece no Sertão, área de criação de gado, depois de 1850. O escravismo do Sertão pernambucano tem outras características que o diferenciam, e precisa ser melhor estudado.

Capítulo 7

O capítulo examina a propriedade escrava ao longo do século XIX, no Rio Grande do Sul, a partir de uma amostra de cerca de 7 mil cativos. Verificou-se que, tal como no restante do Brasil, os grandes proprietários de mais de 100 cativos são exceção, e os escravos em plantéis de até 20 cativos ou até 10 são a norma. O senhor de escravos mais frequente é aquele que possuía 2 (entre 1800 e 1850) ou apenas 1 escravo (1851 a 1888).

Apesar da difusão da propriedade escrava entre pequenos proprietários, os grandes proprietários (charqueadores e

criadores de mais de 1.000 cabeças de gado) possuíam aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos cativos inventariados na província. A média de escravos por inventariado escravista variou entre 8,5 a 7,5 da primeira para a segunda metade do século XIX.

Embora os inventários *post-mortem* não sejam a fonte mais adequada para tratar das camadas mais pobres da população, é fato que os inventários gaúchos indicaram uma crescente importância dos que não tinham escravos, que passam de 14,9% na primeira metade do século XIX para 48,0% na segunda. Neste particular, cabe chamar a atenção para as diferenças entre a zona de colonização alemã (São Leopoldo) e as demais comarcas estudadas (Pelotas, Bagé, Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo): se entre estas a norma é o registro da propriedade escrava nos inventários, naquela é a exceção, indicando que o Rio Grande do Sul, embora tenha sido uma sociedade escravista, contava com uma próspera região em que a escravidão existia, mas não era fundamental para a dinâmica econômica local.

Por fim, considerando apenas as comarcas da região escravista, são notáveis as diferenças de dimensões de propriedades escravas entre elas: Pelotas, região de charqueadas, contava com os maiores plantéis e com boa parte das grandes fortunas inventariadas; Bagé, onde não aparecem charqueadas nos inventários, tinha os rebanhos mais numerosos; Porto Alegre, por seu turno, tinha a maior proporção de inventários sem registro de propriedades escravistas, e ocorrência expressiva de grandes comerciantes, parte dos quais sem escravos; Rio Pardo, outra região de pecuária, não tinha no entanto os grandes rebanhos característicos de Bagé; por fim, em Rio Grande, embora fosse o grande

porto da província, aparecem poucos inventários de grandes comerciantes, sugerindo que o comércio local tinha por agentes negociantes estabelecidos em outros lugares.

Capítulo 8

Neste capítulo se analisam dados de duas naturezas, para Sergipe: listas de classificação de escravos para quatorze municípios, de 1873-75, abrangendo 10.554 escravos, ou cerca de um terço dos cativos da Província, nessa época; e uma amostra de 586 inventários do município de Estância, na área açucareira da província, no período 1850-1888, com 2.233 escravos.

Os dados das listas de classificação mostram um quadro similar ao do conjunto maior de listas examinado no capítulo 5, com algumas peculiaridades. A média de escravos por proprietário (3,8) é cerca de 20% inferior em Sergipe. O peso das posses de apenas 1 escravo é superior: 46% dos proprietários de escravos sergipanos tinham não mais que 1 cativo, e o conjunto de escravos desses plantéis unitários correspondia a 12% do total.

Os plantéis de até 10 escravos abrangiam 60% do total de escravos, e 93% dos proprietários. Nos plantéis de tamanho superior a 20 — típicos do regime de *plantation* — ficavam não mais que 22% dos cativos. São porcentagens próximas das do conjunto maior de listas do capítulo 5.

É ilustrativo da importância das pequenas posses o fato de que, mesmo em municípios da área açucareira, como Laranjeiras e Capela, onde havia maior incidência de plantéis grandes, houvesse participação importante de

plantéis pequenos: os de 1 a 9 escravos compreendem cerca da metade do total de cativos, nesses municípios.

Os números derivados dos inventários de Estância mostram, como em Pernambuco, uma tendência à presença crescente de pequenas posses, ao longo do período pós-1850. A média de escravos por inventário passa de 7,7 em 1850-69 para 5,2, em 1870-88. As posses de até 9 escravos respondiam por 38% do total de cativos no primeiro desses períodos, porcentagem que sobe para 53%, no período a partir de 1870. Em 1850-69, 31% dos cativos estavam em plantéis de 40 ou mais escravos; em 1870-88, essa proporção cai a zero.

Concluindo

Os achados de nosso Projeto ratificam resultados de outros pesquisadores, nas últimas duas ou três décadas, que puseram em relevo características antes não percebidas do escravismo brasileiro: a relevância numérica de pequenas posses de trabalhadores escravizados, e a grande difusão da propriedade de escravos por praticamente todo tipo de atividade produtiva (e por uma ampla escala de riqueza dos proprietários de escravos, de muito ricos a pobres).

Não há uma definição uniforme do que seja uma posse “pequena”; diferentes autores, em contextos diversos, adotam definições distintas. Mas o que cabe destacar, como traço geral desses trabalhos, é o contraste com a concepção anterior, que tendia a identificar a escravidão de nosso País com a das grandes unidades agrícolas do açúcar e do café, com dezenas de cativos, feitores, a casa-grande e a senzala. Na verdade, a escravidão foi um fenômeno mais variado

e mais complexo, inclusive no que toca às relações entre senhores e escravos. E, por isso mesmo, uma instituição mais arraigada na sociedade brasileira — não só nas classes superiores de renda —, o que possivelmente ajuda a explicar a longa duração dessa instituição, entre nós, quando já tinha sido superada na generalidade dos países.

Referências bibliográficas

BARICKMAN, B.J. *Um Contraponto Baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERGAD, Laird W. *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

COSTA, Dora I. Paiva da. “Demografia e Economia numa Região Distante dos Centros Dinâmicos: uma Contribuição ao Debate sobre a Escravidão em Unidades Exportadoras e Não-Exportadoras.” *Estudos Econômicos* 26(1): 111-136, jan./abr. 2006.

COSTA, Iraci del Nero da. *Populações Mineiras*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. (Ensaio Econômico, n° 7).

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-Miúda: Um Estudo sobre os Não-Proprietários de Escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992.

COSTA, Iraci del Nero da & Nelson H. NOZOE. “Elementos da Estrutura de Posse de Escravos em Lorena no Alvorecer do Século XIX.” *Estudos Econômicos* 19(2): 319-345, 1989.

FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FUNES, Eurípides Antônio. *Goiás 1800-1850: um Período de Transição da Mineração à Agropecuária*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1986.

GALLIZA, Diana Soares de. *O Declínio da Escravidão na Paraíba (1850-1888)*. João Pessoa: Universitária/UFPb, 1979.

LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: *Escravos e Senhores; Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Centros Mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

LUNA, Francisco Vidal & Herbert S. KLEIN. *Slavery and the Economy of São Paulo, 1750-1850*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

LUNA, Francisco Vidal & Herbert S. KLEIN. "Slave Economy and Society in Minas Gerais and São Paulo, Brazil in 1830." *Journal of Latin American Studies* 36(1): 1-28, 2004.

MARCONDES, Renato L. "A Pequena e a Média Propriedade na Grande Lavoura Cafeeira do Vale do Paraíba." *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora. 4(2):35-54, 1998.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. Teresina: Fundação Cultural do Estado do Piauí, 1985.

MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres; Posse de Cativos e Família Escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP-Annablume, 1999.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1988 [1883].

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

PASSOS SUBRINHO, Josué M. *Reordenamento do Trabalho; Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro, Sergipe, 1850–1930*. Aracaju: Funcaju, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos; Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. Trad. L. T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VERSIANI, Flávio Rabelo & José Raimundo O.

VERGOLINO. “Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste Pernambucano”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. 59:207-230, jan. 2002.

VERSIANI, Flávio Rabelo & José Raimundo O.

VERGOLINO. “Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco, 1777-1887”. *Estudos Econômicos* 33(2): 353-393, abr./jun. 2003.

ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS NO BRASIL NA DÉCADA DE 1870

RENATO LEITE MARCONDES¹

A maioria dos estudos realizados nas últimas décadas sobre posse de escravos, citados no capítulo 4, baseiam-se em listas nominativas — levantamentos populacionais de caráter censitário efetuados em várias províncias, desde o início do século XVIII até o meado do século XIX, cuja documentação original está, em vários casos, ainda disponível. Contudo, há poucos documentos censitários para o período posterior. O primeiro censo do Império realizou-se em 1872/74, porém seus microdados, que possibilitariam análises das populações escravas, inexistem.

As matrículas dos escravos representam uma alternativa importante, na falta de recenseamentos, para o estudo da posse de cativos. Tal documentação originou-se da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que criou a matrícula, regulamentada em 1º de dezembro de 1871, assim como o Fundo de Emancipação, regulamentado em 13 de novembro de 1872.¹ A pesquisa cujos resultados são aqui apresentados

1 A matrícula abrangia as seguintes informações: “O nome por inteiro e o lugar da residência do senhor do matriculando; 2º O número de ordem do matriculando na matrícula dos escravos do município e nas relações de que trata o art. 2º deste Regulamento; 3º O nome, sexo, cor, idade, estado, filiação (se for conhecida), aptidão para o trabalho e profissão do matriculando; 4º A data da matrícula; 5º Averbções.” (Decreto 4835 de 1º/12/1871). Essa matrícula especial deveria ocorrer entre abril de

baseou-se nos registros dessa Matrícula Especial dos Escravos e em fontes derivadas de tais registros – especialmente a Classificação dos Escravos para Libertação pelo Fundo de Emancipação e a relação individual de matrícula.² Por ainda poderem ser encontrados espalhados por arquivos estaduais e municipais, cartórios, bibliotecas e museus, debruçamo-nos, principalmente, sobre as listas ou livros de classificação e, em menor monta, sobre os de matrícula. Os registros foram efetuados mormente entre 1872 e 1877.³

1872 e setembro de 1873, sob punição de multa e, depois de um ano de atraso em relação ao término da matrícula, os escravos não registrados seriam considerados libertos. Existiram anteriormente e posteriormente outras tentativas de matrícula dos escravos, como a matrícula geral na década de 1880, porém a determinada pelo Decreto 4835 foi a mais abrangente e completa.

- 2 Na maior parte dos casos lançamos mão de listas ou livros de classificação dos escravos para libertação pelo Fundo de Emancipação e não tanto de livros de matrículas, que foram mais comuns apenas para Goiás. Os livros de Classificação nem sempre retratam toda a população da localidade e, em alguns casos, não pudemos incorporá-los na pesquisa em função do pequeno número de escravos relacionados em relação ao total matriculado; em geral, deixamos de considerá-los quando o número de escravos era inferior à metade do total. Em certos casos, tivemos de utilizar as relações individuais de matrícula apensadas aos inventários, como em Amparo, Itu, Lagarto, Lorena, Mogi das Cruzes, Ouro Preto, Ponte Nova, Rio Pardo e Dom Pedrito. Realizamos, assim, um esforço de reconstrução das populações cativas nas localidades pesquisadas, com especificação do nome do proprietário e do número de matrícula de cada escravo. Para maiores informações dos procedimentos metodológicos desta pesquisa, ver Marcondes (2009).
- 3 A maior parte das informações refere-se aos anos de 1872 a 1875. Um estudo pioneiro com base nas listas de classificação dos escravos para a libertação foi efetuado por Márcia Graf em sua dissertação de mestrado acerca do Paraná (Graf, 1974). Embora não realize um estudo da estrutura de posse de cativos, ela apresenta detalhadamente as fontes e as características da população escrava. Os seus resultados da exploração dos dados mostraram a ineficácia do Fundo de Emancipação para a libertação gradativa dos escravos e as características demográficas (sexo, idade, ocupação) do segmento cativo estudado. Rui Barbosa já tinha apontado esse fato, em 1884: “a mola redentora pomposamente magnificada sob o título de fundo de emancipação resgatou apenas 20.000, e a caridade individual cerca de 90.000 cativos. O resultado é ainda essa massa enorme de um milhão e cem mil escravos.” (1988, p. 59). Posteriormente, vários autores debruçaram-se sobre essa documentação para alguns municípios brasileiros, realizando, na maioria das vezes, análise da propriedade escrava: Galliza (1979), Slenes (1983), Falci (1995), Paiva e Libby (1995), Castro e Schnoor (1995), Passos Subrinho (1997), Pena (1999).

Essas fontes mostraram-se relativamente homogêneas e existentes para diversas localidades de diferentes províncias brasileiras, possibilitando o estudo da propriedade escrava em distintas áreas. Localizamos tal documentação para a quase totalidade das províncias, porém a cobertura dos municípios, em cada província, oscilou muito. Em algumas, a amostragem foi bastante completa – como Goiás, Paraná e Piauí – , mas em outras se restringiu a apenas um município – como no Pará, Maranhão, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Para o vale do Paraíba fluminense, que foi uma das principais áreas cafeeiras do País, os dados não são muito abrangentes. De todo modo, uma amostra de 69 localidades, compreendendo as mais diversas regiões do País, desde a campanha gaúcha até a floresta amazônica paraense, sem desconsiderar o litoral, o planalto, o cerrado, o sertão, garante a relevância e representatividade do estudo.

Neste capítulo, discutimos as características demográficas e econômicas da população cativa e sua estrutura de posse, no conjunto de municípios selecionados para pesquisa. De início, qualificamos essa amostra especialmente quanto a sua representatividade em relação à totalidade do território nacional. Em seguida, analisamos a composição etária e as atividades exercidas pelos escravos da amostra, por regiões. Por fim, analisamos a distribuição da posse de cativos do conjunto daquelas localidades, mostrando a importância absoluta e relativa dos distintos tamanhos de plantéis. As condições sociais, econômicas e até mesmo geográficas das regiões demarcaram o padrão de propriedade escrava.

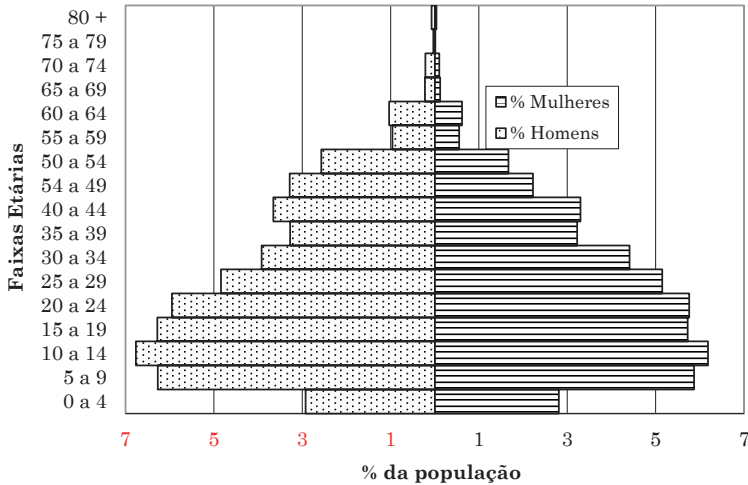
Amostra Levantada

Os dados levantados apresentam dois tipos de omissão, referentes à idade dos cativos e à cobertura do espaço geográfico brasileiro. A primeira delas decorre do momento da feitura da documentação, já posterior à Lei do Ventre Livre, de 1871, o que significou a ausência da quase totalidade dos ingênuos (os filhos de escravas agora livres). De igual sorte, as classificações dos escravos para libertação pelo Fundo de Emancipação não contemplavam, em geral, indivíduos sem família menores de 12 anos ou maiores de 50 anos.⁴ Podemos melhor avaliar essas ausências no Gráfico 5.1, que mostra a pirâmide etária da população escrava de nossa amostra. O sub-registro de crianças de até 4 anos de idade fica evidente e, em menor proporção, o da faixa etária subsequente.⁵

4 O regulamento do Fundo de Emancipação (Decreto nº 5.135, de 13/11/1872) estabeleceu a seguinte ordem de prioridade, em seu capítulo II: em primeiro lugar, libertar-se-iam os escravos participantes de relações familiares; em sequência, os demais indivíduos. Na libertação por famílias, a legislação determinou a ordem seguinte: 1º) os cônjuges que fossem escravos de diferentes senhores; 2º) os cônjuges que tivessem filhos nascidos livres em virtude da Lei do Ventre-Livre ou menores de oito anos; 3º) os cônjuges que tivessem filhos livres menores de vinte e um anos; 4º) os cônjuges com filhos menores escravos; 5º) as mães com filhos menores escravos; 6º) os cônjuges sem filhos menores. Com relação aos demais cativos, a ordenação foi a seguinte: 1º) mãe ou pai com filhos livres; 2º) os de doze a cinquenta anos de idade, começando pelos mais moços do sexo feminino, e pelos mais velhos do sexo masculino; (cf. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1872, 1873, v. 2, p. 1059*).

5 Podemos comparar nossos resultados da amostra com os da matrícula, a fim de verificar mais precisamente essas diferenças. Para tanto, reorganizamos as informações das idades de acordo com a apresentação nessa fonte (ver *Relatório... 1875*, anexo G6-SN). Nela, as crianças até 1 ano representavam 1,2%, o que contrasta com a proporção de apenas 0,2%, em nossa amostra, salientando a lacuna referente às crianças mais novas. Na faixa seguinte (de 1 a 7 anos), a matrícula informou a presença de 15,0% dos escravos e a nossa amostra 10,4%, indicando menor sub-registro. No grupo etário subsequente (8 a 15 anos), a matrícula registrou a participação de 16,4% dos cativos, e a nossa amostra, 17,6%. Os escravos em idade economicamente ativa (de 15 a 49 anos) representavam 59,4% dos matriculados e 63,6% dos da amostra. Por fim, os idosos (de 50 ou mais anos) perfizeram 8,0% na matrícula e 8,2% na amostra. A partir desses resultados, observamos maiores problemas de sub-registro para as crianças mais novas do que nos idosos, e maior representatividade da amostra no caso daqueles em idade ativa. Uma explicação

Gráfico 5.1 - Pirâmide Etária dos Escravos da Amostra



A segunda omissão se refere ao fato de que disponibilidade de fontes não permitiu uma cobertura uniforme do espaço geográfico brasileiro. Não obstante, conseguimos levantar informações das matrículas ou listas de classificação para catorze das vinte e uma províncias, envolvendo 69 cidades e chegando a um total de mais de 112 mil cativos. Tal amostra representou 7,3% do total de escravos matriculados no País. O banco de dados formado compõe um dos principais registros nominais da população escrava brasileira. Contudo, a amostra mostrou-se ainda parcial, como podemos notar na Tabela 5.1, que fornece a população matriculada e a da amostra, por províncias.

O Norte do País teve um único representante: Cameté, no Pará. Já o Sul e o Oeste revelaram-se proporcionalmente

para o reduzido sub-registro decorreu da maior presença de jovens e idosos nas localidades consideradas em nossa amostra do que no restante do país.

super-representados, por conta da preservação significativa das informações para o Paraná e Goiás; mas houve a lacuna de Santa Catarina e Mato Grosso. Quanto ao Nordeste e Sudeste, a amostra reflete a importância relativa dessas regiões; no entanto, verificamos a ausência de dados para a Corte (município do Rio de Janeiro), Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas e um sub-registro expressivo para a Bahia e a província do Rio de Janeiro. Por fim, São Paulo, em virtude de maior preservação e facilidade de acesso aos documentos, respondeu por mais de 1/4 do total da amostra, enquanto detinha tão somente 11,0% da população escrava matriculada.

Tabela 5.1: População escrava brasileira segundo a matrícula e a amostra (1872-1877)

Províncias	Matrícula		Amostra		Amostra/ Matrículas
	Total	%	Total	%	
Norte					
Amazonas	1183	0,1	-	-	-
Pará	30989	2,0	2895	2,6	9,3
Nordeste					
Maranhão	74939	4,8	5325	4,7	7,1
Piauí	25533	1,7	13120	11,6	51,4
Ceará	33960	2,2	-	-	-
Rio Grande do Norte	13484	0,9	-	-	-
Paraíba	27245	1,8	1579	1,4	5,8
Pernambuco	93496	6,0	8980	8,0	9,6
Alagoas	33242	2,1	-	-	-
Sergipe	32974	2,1	6572	5,8	19,9
Bahia	173639	11,2	2796	2,5	1,6
Sudeste					
Espírito Santo	22738	1,5	2963	2,6	13,0
Corte	47260	3,1	-	-	-
Rio de Janeiro	304744	19,7	1497	1,3	0,5
Minas Gerais	333436	21,6	13124	11,6	3,9
São Paulo	169964	11,0	33713	29,9	19,8
Centro Oeste					
Goiás	11876	0,8	7299	6,5	61,5
Mato Grosso	7064	0,5	-	-	-
Sul					
Paraná	10715	0,7	7940	7,0	74,1
Santa Catarina	14730	1,0	-	-	-
Rio Grande do Sul	83370	5,4	4942	4,4	5,9
Total	1546581	100,0	112745	100,0	7,3

Fonte: Matrícula (SLENES, 1983, p. 126).

Apesar dos problemas de representatividade da amostragem para algumas províncias, a amostra obtida compreendeu os principais espaços produtivos do País: desde as áreas florestais da Amazônia até a campanha gaúcha, passando pelo Sertão, Agreste e Mata nordestinos e vários espaços do Centro-Sul. Se, de um lado, não temos informação sobre o Recôncavo baiano ou a Zona da Mata de Alagoas,

de outro, há dados com relação à Mata pernambucana e sergipana. De forma semelhante, não dispomos de dados dos municípios do Vale do Paraíba fluminense em nossa pesquisa, mas temos muitas informações para o Vale paulista. Deve-se considerar também a representatividade dos municípios examinados com respeito à província em que se situam. No caso do Maranhão, por exemplo, a participação dos escravos da província no total do País é semelhante, quando se comparam a matrícula e nossa amostra, que se refere a São Luís apenas; mas não podemos afirmar que São Luís represente adequadamente a província, no que toca à população escrava. Apesar dessas restrições, pode-se afirmar que a amostra tem uma cobertura bastante expressiva, em termos do conjunto do País.

População escrava

No conjunto trabalhado, de mais de cem mil escravos, verificamos um perfil demográfico com predomínio numérico dos homens em relação às mulheres, compondo uma razão de sexo de 108.⁶ Se dividirmos a população pelas regiões brasileiras, notamos diferenças significativas, como observado na Tabela 5.2. A região Norte e a Nordeste tinham menor número de homens do que de mulheres, enquanto o Sudeste mostrou a maior razão de sexo (123). No Sul e no Oeste havia relativo equilíbrio entre os sexos, com uma proporção ligeiramente maior de homens. Ao que tudo indica, a

6 A razão de sexo é o número de homens para cada 100 mulheres. No conjunto dos escravos matriculados no País, Robert Slenes (1983:128) verificou uma razão de 111, bastante próxima à da nossa amostra.

menor entrada de escravos nos anos derradeiros do tráfico nas províncias mais ao norte, somada ao fluxo emigratório dessas províncias em direção ao Sudeste produziram uma desigualdade expressiva na composição sexual da população escrava, entre as regiões.

Tabela 5.2: Razão de sexo e estrutura etária segundo regiões brasileiras

Regiões	Razões de Sexo	0 a 14 anos	15 a 49 anos	50 ou mais	Razão criança/mulher
Oeste	102	33,1%	59,4%	7,5%	1.104
Nordeste	95	30,3%	63,7%	6,0%	899
Norte	93	35,8%	57,5%	6,7%	1.181
Sudeste	123	30,0%	59,2%	10,8%	1.139
Sul	104	33,0%	61,4%	5,6%	1.059
Total	108	30,8%	61,0%	8,2%	1.035

Obs. Razão de sexo: número de homens por grupo de 100 mulheres. A razão criança/mulher (crianças de 0 a 14 anos em relação às mulheres em idade fértil, de 15 a 49 anos) é expressa por 1.000 mulheres. Dos 112.745 escravos analisados, não conseguimos levantar informação do sexo para 736 e, de idade, para 1.627.

No conjunto da amostra, a proporção de crianças de zero a catorze anos de idade mostrou-se significativa, atingindo 30,8%, enquanto a de escravos de 50 ou mais anos representou somente 8,2% do total.⁷ A grande maioria dos escravos (61,0%) encontrava-se no grupo de idade ativa, que consideramos situar-se entre 15 a 49 anos. Aqui também há distinções importantes entre regiões, pois a presença

⁷ Essas proporções são próximas às observadas na matrícula, para o conjunto do País: 32,5% de crianças e 7,8% de idosos (Slenes, 1983: 128-131).

de crianças mostrou-se mais elevada no Sul, no Oeste e no Norte do País. Ao contrário do esperado, a proporção de indivíduos em idade ativa foi maior no Nordeste do que no Sudeste, que era a área economicamente mais dinâmica.⁸ Por fim, os mais idosos foram mais frequentes no Sudeste.

Para a totalidade da amostra, a capacidade reprodutiva dos escravos revelou-se relativamente elevada para esse momento posterior ao final do tráfico africano. A razão criança (de 0 a 14 anos) / mulher (de 15 a 49 anos) atingiu 1.035.⁹ Tais patamares mostraram-se assemelhados aos verificados para o Maranhão, como indicado no capítulo 9, porém algumas áreas destacaram-se mais do que outras. O Norte, o Oeste e o Sudeste apresentaram os maiores níveis, apesar de distinções no perfil etário das suas populações. A menor razão foi para o Nordeste, possivelmente em função da elevada presença de mulheres em idade fértil. Selecionamos alguns municípios para os quais dispomos de informações mais completas de suas populações escravas nas províncias do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Sergipe, Piauí e Maranhão. Apresentamos os resultados dos indicadores de capacidade reprodutiva na Tabela 5.3, considerando apenas as crianças de 0 a 9 anos de idade.

8 Entre as províncias nordestinas observaram-se também distinções, no caso da distribuição etária. Enquanto Pernambuco detinha 28,0% de crianças, no Piauí esse percentual atingiu 33,8% (Marcondes, 2009: caps. 5–7).

9 A relação entre crianças e mulheres em idade fértil é usada como um indicador indireto de fecundidade. Francisco Vidal Luna e Herbert Klein verificaram para Minas Gerais em 1830 uma razão equivalente de 989 (2004, p. 17). A questão da capacidade reprodutiva também é discutida no capítulo 9 sobre a demografia das populações escravas.

Tabela 5.3: Indicadores da possibilidade de crescimento positivo da população escrava

Localidade pesquisada	Crianças de 0 a 14 anos na população	Mulheres 15-49 anos na popul. feminina	Razão Criança 0 a 9 anos/Mulher de 15 a 49 anos	Razão de Sexo
Dom Pedrito / RS	44,5%	49,7%	1.207	114
Encruzilhada / RS	45,3%	54,3%	1.209	106
Capela / SE	31,5%	51,5%	528	94
Cabo / PE	26,4%	57,8%	604	125
Palmares / PE	29,9%	61,6%	637	110
São Luís / MA	31,3%	71,2%	397	77
Oeiras/PI	41,3%	56,4%	953	105
Teresina / PI	38,4%	62,5%	762	99,3
Valença / PI	38,3%	56,0%	768	102

Obs. Razão de sexo: número de homens por grupo de 100 mulheres. A razão criança/mulher (crianças de 0 a 9 anos em relação às mulheres em idade fértil, de 15 a 49 anos) é expressa por 1.000 mulheres.

Verificamos uma elevada capacidade reprodutiva nos dois municípios do Rio Grande do Sul. De modo intermediário, a razão criança mulher também foi elevada para Oeiras no Piauí, porém as demais localidades piauienses mostram valores mais reduzidos. A fecundidade para localidades de Pernambuco e Sergipe foram mais reduzidas e, finalmente, para São Luís havia uma escassez relativa de homens dificultando a fecundidade da população escrava.

No que toca à atividade produtiva em que estavam engajados os trabalhadores cativos, predominaram, entre as profissões registradas, as relacionadas à produção agrícola,

totalizando 62,5% dos casos.¹⁰ Os domésticos também responderam por uma parcela significativa dos cativos, perfazendo pouco mais de 1/4 do total (27,0%).¹¹ As demais profissões representaram parcelas menores do conjunto escravo. Entre elas destacaram-se a de pedreiro/servente (2,3%), fiandeira/rendeira (2,0%), carreiro/tropeiro/arrieiro (1,3%) e jornaleiro/ganhador (0,6%). Como esperado, a agricultura demonstrou importância maior na ocupação dos escravos.¹²

Quando analisamos o perfil demográfico dos escravos envolvidos em atividades agrícolas, verificamos forte presença de homens (67,7%). A razão de sexo deles atingiu um patamar muito elevado (210). Por outro lado, nas atividades domésticas preponderam as mulheres, chegando a representar 88,6% do total. De igual modo, a razão alcançou apenas 13. Deste modo, há uma forte especialização entre os sexos para as atividades agrícolas e domésticas.¹³

Estrutura da posse de escravos

Como vimos anteriormente, as pesquisas sobre a posse de cativos baseadas em fontes de caráter censitário compreenderam vários estudos referentes a localidades bastante diversas, ao longo do território brasileiro, restringindo-se,

10 Entre essas se destacaram a de lavrador, roceiro, campeiro, agricultor, vaqueiro, serviço rural.

11 Classificamos como domésticas as seguintes profissões: cozinheiro, costureiro, serviço doméstico, mucama, engomadeira, lavadeira, pajem, criada.

12 Tal resultado relacionou-se à informação agregada da matrícula, na qual para o conjunto do País 86% dos escravos residiam no ambiente rural. Assim, não apenas os trabalhadores mais diretamente ligados a agricultura moravam no campo, bem como muitos domésticos.

13 A relação entre sexo e atividade exercida pelos escravos é explorada no Capítulo 11 do livro.

em geral, ao período anterior a 1850.¹⁴ Neste capítulo, analisamos uma amostra para o conjunto do País na década de 1870, abarcando pouco mais de vinte e cinco mil escravistas brasileiros. Os nossos resultados salientaram, como já observado pela historiografia para outros períodos, a presença elevada de pequenos e médios escravistas. Um indicador dessa condição é o número médio de escravos por proprietário, que chegou a 4,4 cativos por escravista. Corroborando este último resultado, outras medidas de posição reforçaram tal visão: a mediana foi 2 e a moda, 1 escravo¹⁵. Os proprietários detentores de tão somente um cativo somaram quase dez mil, ou seja, mais de um terço de todos os escravistas.

O terceiro quartel do século XIX constituiu um momento de expansão cafeeira pelo Sudeste brasileiro, incorporando novas áreas produtivas, até mesmo em função de preços e condições favoráveis de transporte e beneficiamento. As exportações cresceram no período, acompanhadas pela maior demanda por mão de obra, que não pôde mais ser atendida pelo tráfico africano, mas apenas pela disponibilidade interna, já que a grande imigração europeia iniciou-se somente na década de 1880. Entretanto, a estrutura produtiva apresentada por esses novos dados da posse de cativos ainda demonstra níveis de posse bastante reduzidos para as áreas cafeeiras e mesmo para o conjunto do País. Por outro lado, a difusão da posse revelou-se muito expressiva, e por todo o território brasileiro. Se a posse média calculada em

14 Uma exceção é o estudo de Motta, Nozoe e Costa (2004) sobre São Cristóvão em 1870 (paróquia do Município Neutro), baseado numa prévia do censo de 1872.

15 A mediana é o valor que divide a amostra, ordenada de maneira crescente, em duas partes iguais; a moda é o valor mais frequente.

nossa amostra for aceitável para o Brasil como um todo, podemos estimar que, no início da década de 1870, deveriam existir cerca de 350 mil escravistas no país. Se suas famílias compreendessem, geralmente, de 4 a 6 pessoas, provavelmente o total de pessoas livres que possuíam escravos situava-se entre 16,3% e 24,4% da população livre.¹⁶ Uma em cada quatro ou cinco famílias brasileiras de pessoas livres mantinha escravos, mesmo que em pequeno número. Assim sendo, a resistência à abolição da escravatura no País torna-se mais compreensível.

A distribuição revelou, no seu todo, uma concentração bastante elevada, chegando o índice de Gini a 0,576. Como observamos na Tabela 5.4, quatro quintos dos plantéis eram constituídos por menos de 6 cativos, porém detinham pouco mais de um terço do total dos escravos. Havendo de 6 a 20 pessoas em suas escravarias, os escravistas médios representavam um pouco mais de um sexto do conjunto de senhores de escravos, contudo mantinham quase quatro décimos dos cativos. Por fim, os grandes proprietários com 21 ou mais elementos em seus plantéis totalizavam somente 3 %. Contudo, estes possuíam mais de um quarto do total dos escravos.

16 Utilizamos o censo de 1872/74 como indicador do total de escravos e de pessoas livres no País. A estimativa acima é, provavelmente, conservadora quanto à posse média, que seria menor para o País do que a calculada em nossa amostra. De outro lado, as famílias poderiam compreender um maior número de pessoas em seus domicílios. Como o total de fogos no censo foi de 1.336 mil, podemos estimar que os domicílios escravistas representariam 25,7% do total.

Tabela 5.4: Estrutura da posse de cativos da amostra

FTP	Proprietários		Escravos	
	Número	%	Número	%
1	9.891	38,6	9.891	8,8
2 a 5	10.631	41,5	31.787	28,2
6 a 10	2.984	11,7	22.400	19,9
11 a 20	1.391	5,4	19.556	17,3
21 a 40	496	1,9	13.932	12,4
41 a 100	178	0,7	10.445	9,3
101 ou mais	27	0,1	4.718	4,2
Total	25.598	100,0	112.729	100,0

Obs.: FTP = faixas de tamanho dos plantéis. Nesta tabela, consideramos tão-somente os casos com o nome do proprietário determinado, desconsiderando 16 casos de escravos.

Analogamente às análises anteriores a 1850, os plantéis gigantes, com mais de uma centena de cativos, constituíram quase uma exceção. Foi constatada a existência de 27 unidades, das quais, somente duas se situavam fora de São Paulo: uma no Cabo (PE) e outra em Inhambupe (BA).¹⁷ Na província paulista, a distribuição concentrou-se nas principais áreas cafeeiras: em Bananal havia dezesseis plantéis e em Limeira, quatro. Embora fossem menos de três dezenas de escravistas, eles tinham a posse de quase cinco mil escravos. Entre esses plantéis, o maior deles chegou a compreender 419 pessoas, posse da Vergueiro & Companhia, de Limeira.¹⁸ Vê-se que nessa nova área de cultivo do

17 Luna & Klein observaram três grandes plantéis na década de 1830 com mais de trezentos cativos em Minas Gerais, sendo um deles a Imperial Companhia de Mineração. Em São Paulo, o maior escravista detinha 164 pessoas (2004, p. 9).

18 Em Campinas, Slenes (1998:77) verificou, na década de 1870, a existência de cinco escravarias compreendendo 100 ou mais escravos.

café o porte das propriedades escravas alcançou, ainda na fase de difusão dos cafezais na região, um padrão elevado. Os plantéis gigantes concentravam-se nas principais áreas cafeeiras do País, nesse período.¹⁹

As ocupações desses escravistas não foram registradas na classificação ou matrícula, porém podemos verificar, de forma ilustrativa, a profissão declarada pela população livre no censo de 1872-74. A metade desse contingente foi recenseada como lavradores (49,8%). Ainda houve certo destaque para o serviço doméstico e o artesanato, que apresentaram participação de 23,4% e 17,7%, respectivamente. Por fim, o comércio alcançou 3% dos livres.

Ao longo do século XIX, observou-se redução em termos absolutos da população escrava brasileira e das posses médias de cativos, principalmente quando confrontamos os nossos dados e os fornecidos pela historiografia para o início desse século, calcados em listas nominativas de habitantes. O número médio de escravos revelou-se, nos censos da década de 1830, para Minas Gerais igual a 6,6; para São Paulo, 7,2; para o Paraná, 5,1; e para o Recôncavo baiano, 8,8.²⁰ Quando consideramos apenas as nossas informações

19 Quando se trata de tamanho de posses, é conveniente distinguir entre plantéis de escravos numa mesma localidade (como aparece nos registros de matrícula ou de classificação de escravos, que eram feitos por município) e plantéis de um mesmo proprietário (que poderia possuir escravos em diferentes municípios). Esse último dado aparece, por exemplo, em inventários *post-mortem*. Os inventários de Pernambuco, estudados no Projeto que originou o presente volume, mostram treze plantéis de mais de 100 escravos, dos quais quatro com mais de 200, e um destes com 315 cativos (de um proprietário do Agreste pernambucano, cujo inventário indica que possuía mais de uma fazenda). Tanto no caso de listas de matrícula ou classificação como no caso de inventários, no entanto, em geral não é possível saber se os escravos de um dado proprietário trabalhavam ou não numa mesma fazenda ou engenho, ou na cidade.

20 Luna & Klein (2004:10); Barickman (2003: 55-56). Nesse último caso, a média foi computada a partir das informações desagregadas do autor. Contamos 796

para os municípios selecionados dessas áreas, as médias para a década de 1870 atingiram os seguintes valores: 3,7 para Minas Gerais; 6,6 para São Paulo; 3,2 para o Paraná; e 5,0 para a Bahia. Assim, apesar das diferenças nos espaços analisados, parece ter-se consolidado uma tendência de retração do tamanho das posses ao longo do século XIX, para essas províncias. Esse resultado pode derivar, pelo menos em parte, das restrições impostas ao tráfico africano a partir do segundo quartel do século. O avanço proporcionalmente maior da cafeicultura atenuou a redução da propriedade cativa na área paulista e provavelmente nas demais áreas cafeeiras. Por fim, a desigualdade da posse parece só ter aumentado para São Paulo, ocorrendo o inverso para o Paraná e Minas Gerais.²¹

Em termos de regiões, podemos observar a distribuição da posse de cativos na Tabela 5.5. As posses mostraram-se mais reduzidas no Oeste e Sul do País, atingindo valores médios inferiores a quatro cativos. Ademais, nessas regiões se observam os menores índices de Gini de toda a amostra, apontando uma concentração mais reduzida. O Nordeste apresentou uma média um pouco mais elevada, ligeiramente superior a quatro. Por fim, o Sudeste tinha a média e o Gini mais elevados, decorrência, em grande parte, da cafeicultura.²²

escravistas que possuíam 7.045 escravos em duas freguesias do Recôncavo baiano, sendo uma açucareira e outra sobretudo de fumo.

21 O índice de Gini para a década de 1830 foi de 0,574 para Minas Gerais, 0,596 para São Paulo e 0,527 para o Paraná (Luna & Klein, 2004: 9). Na nossa amostra, tal indicador chegou a 0,660 para São Paulo, 0,510 para Minas Gerais e 0,484 para o Paraná.

22 Nesse momento, o número médio de escravos e o índice de Gini das localidades apresentaram uma elevada correlação (0,819).

Tabela 5.5: Indicadores da posse de cativos das regiões

Regiões	Escravistas	Cativos	Média	Máximo	Coefficiente de variação	Gini
Oeste	2213	7299	3,3	59	1,18	0,477
Nordeste	9433	38370	4,1	194	1,69	0,565
Norte	594	2895	4,9	61	1,22	0,508
Sudeste	9574	51283	5,4	419	2,43	0,618
Sul	3784	12882	3,4	66	1,15	0,482
Total	25598	112729	4,4	419	2,1	0,576

Apesar do grande desenvolvimento cafeeiro na década de 1870 e do dinamismo de outras culturas e atividades direcionadas tanto para o mercado interno quanto para o externo, o padrão da posse de cativos mostrou-se reduzido, com a presença de elevado número de pequenos escravistas. Em contrapartida, os resultados assinalam também uma desigualdade expressiva da distribuição dos cativos entre seus proprietários, cidades, províncias e até mesmo regiões. Assim, podemos observar uma pirâmide social dos livres formada de poucos grandes proprietários, vários médios e muitos pequenos escravistas, além do contingente mais numeroso de não proprietários de escravos.

O Brasil escravocrata na década de 1870 marcou-se, assim, por um mundo de senhores de poucas posses, em geral 1 a 4 cativos. Esse quadro, como assinalado acima, ajuda a explicar a natureza arraigada da escravidão em nosso país, evidenciada pela resistência em eliminar a escravidão. O apego não se originava somente de um reduzido grupo de grandes escravistas, mas também de uma multidão de

pequenos escravistas. De outro lado, houve uma vivência mais próxima entre senhores e escravos, especialmente nos menores plantéis. O cotidiano da escravidão nessas condições deixava frente a frente esses indivíduos. A interação possibilitou formas variadas de relações pessoais, desde as mais amenas até as mais cruéis, marcadas por laços de amizade/inimizade, amor/ódio etc.

No apêndice do capítulo (Tabelas 5-a e 5-b) reunimos os indicadores das posses de todos os municípios analisados. Assim poderemos entender melhor a conformação das disparidades da propriedade ao longo do espaço, relacionando-a às condições socioeconômicas e até geográficas dessas localidades.²³ Apesar das posses significativas em áreas pouco relacionadas ao café, a influência direta ou indireta da cafeicultura determinou, sem dúvida, grande divergência entre as localidades em estudo, no que toca à posse de escravos. Nas localidades paulistas de Bananal e Limeira, regiões cafeeiras, encontravam-se plantéis com grande número de escravos. Entretanto não há como atribuir exclusivamente ao cultivo do café tal disparidade, já que sua influência não se mostrou a mesma nos diferentes locais em que o produto era cultivado. A *plantation* cafeeira dos grandes centros produtores conviveu com cidades nas quais a pequena e a

23 Uma alternativa seria agregar as localidades em grupos por meio dos indicadores de posse, facilitando a comparabilidade. A partir disso procuramos estabelecer grupos de localidades de acordo com as distribuições da posse dos cativos por meio de uma técnica tradicional das ciências sociais: a análise de cluster. Num outro trabalho, utilizamos as seguintes variáveis: as participações relativas dos escravos nas seis faixas de tamanho dos plantéis estabelecidas na seção anterior, o índice de Gini e a média de escravos de cada uma das localidades. Optamos por padronizar as médias de 0 a 1 a fim de mantermos escalas idênticas das variáveis em questão. O método de cluster hierárquico empregado foi o de Ward. O resultado apontou 13 grupos de localidades, salientando a diversidade da realidade brasileira no momento (ver Marcondes, 2009).

média cafeicultura ganharam destaque, produzindo perfis de posse distintos. E mesmo nos grandes centros produtores ocorria a presença de pequenos cafeicultores escravistas. E cabe assinalar que a cultura do café induzia a de outros produtos, como cereais nas áreas vizinhas e mesmo a criação de gado em regiões mais distantes. O comércio integra áreas de distintas produções, favorecendo a especialização.²⁴

Além das distinções no espaço, havia importantes diferenças na composição do plantel de escravos relacionadas ao tamanho dos plantéis, como visto na Tabela 5.6. A primeira diferenciação é quanto ao sexo dos escravos, pois os plantéis menores apresentaram um maior número de mulheres; já os plantéis mais numerosos mostraram uma desproporção em favor dos homens. Destarte, observaram-se razões de sexo crescentes, de acordo com o tamanho do plantel.

Tabela 5.6: Composição dos plantéis segundo a estrutura da posse de cativos da amostra

FTP	Razões de Sexo	0 a 14 anos	15 a 49 anos	50 ou mais	Razão criança/mulher	Lavoura %	Doméstico %
1	82	21,0%	72,4%	6,6%	519	50,1%	39,6%
2 a 5	90	32,0%	61,5%	6,5%	949	54,5%	35,4%
6 a 10	108	36,0%	56,9%	7,1%	1.285	62,6%	27,6%
11 a 20	117	32,9%	59,1%	8,0%	1.207	67,1%	22,7%
21 a 40	137	29,4%	60,4%	10,2%	1.167	71,8%	17,6%
41 a 100	140	27,5%	60,6%	11,9%	1.133	74,3%	14,6%
101 ou mais	149	21,9%	62,7%	15,4%	881	73,8%	9,7%
Total	108	30,8%	61,0%	8,2%	1.035	62,5%	27,0%

Obs. FTP = faixas de tamanho dos plantéis. Dome. = Domésticos.

24 Uma visão da mútua dependência da produção para a exportação e para o mercado interno pode ser observada na obra de Barickman (2003) para o Recôncavo baiano, onde se analisa a relação entre o açúcar, a mandioca e o fumo.

A distribuição etária revelou um resultado não tão direto. Os plantéis intermediários apresentaram a maior presença relativa de crianças e maiores razões criança/mulher.²⁵ Os idosos elevaram sua participação à medida que crescia o tamanho das posses. Por fim, a participação relativa dos lavradores também aumentou em razão da elevação das posses, em detrimento dos domésticos. Estes últimos perfizeram quatro décimos nos plantéis unitários.

Considerações finais

A amostra compulsada retrata uma parcela significativa da população escrava brasileira na década de 1870, com ampla cobertura territorial. Nela há predominância dos cativos do sexo masculino, como nas demais fontes para o período. As profissões relacionadas à agricultura revelaram-se mais frequentes do que as de serviços domésticos. Em termos do espaço, notam-se maiores razões de sexo e maior capacidade reprodutiva no Sudeste. Por outro lado, no Centro-Norte e no Sul verificou-se maior equilíbrio numérico entre os sexos e uma razão criança/mulher também elevada. O Nordeste apresentou desequilíbrio numérico em favor das mulheres e uma menor capacidade reprodutiva.

Os novos resultados mostrados neste capítulo — referentes a um conjunto amplo de informações sobre diferentes realidades regionais — reforçam a importância da pequena e da média

25 Devemos analisar com muito cuidado as informações da razão criança/mulher para os plantéis unitários, pois o potencial reprodutivo dependeria das relações entre escravos de diferentes plantéis. Embora existam relatos da existência de tais vínculos principalmente no meio urbano, essa possibilidade deve ser menos provável do que as relações reprodutivas dentro de um mesmo plantel.

propriedade escrava e a elevada desigualdade no tamanho das posses. Verificou-se ampla preeminência numérica dos proprietários de um a quatro cativos apenas. Embora numerosos, não detinham a maioria dos escravos; mas o fato de constituírem quase um terço do total de escravistas ressalta sua importância. As posses e a desigualdade revelaram-se maiores no Sudeste em comparação com o Sul e o Centro-Norte. O Nordeste mostrou um perfil intermediário em relação às demais regiões

Referências bibliográficas

- ALVES, Maurício Martins. *Forjando Igualdades na Diferença: Socialização Parental entre Cativos em Taubaté, 1680-1848*. Tese (Doutorado em História) – IFCS/UFRJ, 2001.
- ANDREONI, João Antônio. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.
- BARBOSA, Rui. *Emancipação dos Escravos: o Projeto Dantas (dos Sexagenários) e o Parecer que o Justifica*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1988.
- BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto Baiano: Açúcar, Fumo, Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de & Eduardo SCHNOOR. *Resgate: uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- COSTA, Iraci del Nero da & Nelson Hideiki NOZOE,. “Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX.” *Estudos Econômicos* 19(2): 319-345, mai./ago. 1989.

- FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- FRANK, Zephyr L. “Padrões de Riqueza no Sudeste do Brasil: 1815-1860.” *História Econômica & História de Empresas* 9(2):5-48, jul./dez 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.
- FUNES, Eurípides Antônio. *Goiás 1800-1850: um Período de Transição da Mineração à Agropecuária*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1986.
- FURTADO, Celso M. *Formação Econômica do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Publifolha, 2000.
- GALLIZA, Diana Soares de. *O Declínio da Escravidão na Paraíba (1850-1888)*. João Pessoa: Universitária/UFPPb, 1979.
- GRAF, Márcia Elisa de Campos. *População Escrava da Província do Paraná: a partir das Listas de Classificação para Emancipação - 1873 E 1886*. Dissertação (Mestrado em História) – SCHLA/UFPR, 1974.
- GRAHAM, Richard. “Escravidão e Desenvolvimento Econômico: Brasil e Sul dos Estados Unidos no Século XIX.” *Estudos Econômicos* 13(1):223-257, jan./mar. 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1994.
- LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: Escravos e Senhores ; Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Centros Mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. “Slave Economy and Society in Minas Gerais and São Paulo, Brazil in 1830.” *Journal of Latin American Studies* 36(1):1-28, fev. 2004.

MARCONDES, Renato Leite. *Diverso e Desigual*; O Brasil Escravista na Década de 1870. Ribeirão Preto: Funpec, 2009.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Piauí Colonial*; População, Economia e Sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella / Fundação Cultural do Estado do Piauí, 1985.

MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres*; Posse de Cativos e Família Escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

MOTTA, José Flávio & NOZOE, Nelson & , Iraci del Nero da COSTA. “Às Vésperas da Abolição - Um Estudo sobre a Estrutura da Posse de Escravos em São Cristóvão (RJ), 1870.” *Estudos Econômicos* 24(1): 157-213, jan./mar. 2004.

PAIVA, Clotilde Andrade & LIBBY, Douglas Cole. “Caminhos Alternativos: Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no Século XIX.” *Estudos Econômicos* 25(2):203-233, mai./ago. 1995.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, 1996.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. “Escravos e Senhores no Crepúsculo do Escravismo: Laranjeiras, Província de Sergipe.” *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia* 2:995-1014. Recife: ANPEC, 1997.

PENA, Eduardo Spiller. O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial. Curitiba: Aos quatro ventos, 1999.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo* (colônia). 17.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, João Alfredo Correia de Oliveira. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos; Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Cia. das Letras/ CNPq, 1988.

SLENES, Robert Wayne. "O que Rui Barbosa não Queimou: Novas Fontes para O Estudo da Escravidão no Século XIX." *Estudos Econômico* 13(1):117-149, jan./abr. 1983.

SLENES, Robert Wayne. "A Formação da Família Escrava nas Regiões de Grande Lavoura do Sudeste: Campinas Um Caso Paradigmático no Século XIX." *População e Família*. São Paulo, vol. 1(1):9-82, jan/jun. 1998.

APÊNDICE

Tabela 5-a: Posse de cativos das localidades segundo suas províncias (1872-1877) (continua)

Localidades	Proprietários	Escravos	Média	D.P.	C.V.	Gini	Fonte
Goiás							
Arraias	166	551	3,3	5	1,51	0,489	M e C
Boa Vista	66	288	4,4	7,5	1,71	0,514	M
Bonfim	252	842	3,3	3,5	1,05	0,471	M
Catalão	366	1.105	3	3,1	1,01	0,457	M
Entre Rios	110	400	3,6	3,7	1,01	0,476	M
Flores	45	135	3	2,1	0,7	0,371	M
Formosa	131	486	3,7	3,8	1,04	0,447	M
Cidade de Goiás	385	1.085	2,8	3,2	1,12	0,461	M e C
Jaraguá	70	245	3,5	5,5	1,56	0,544	M
Meia Ponte	146	454	3,1	3,5	1,13	0,458	M
Natividade	75	222	3	2,6	0,89	0,421	M
Pilar	110	271	2,5	2	0,81	0,399	M
Rio Verde	171	809	4,7	5,6	1,18	0,526	M e C
Santa Luzia	120	406	3,4	3,1	0,93	0,453	M
Maranhão							
São Luís	1.690	5.325	3,2	4,2	1,34	0,488	C
Piauí							
Barras	308	1.070	3,5	4,8	1,38	0,537	C
Batalha	117	412	3,5	4,1	1,16	0,494	C
Humildes	97	215	2,2	1,9	0,86	0,379	C
Jaicós	751	2.545	3,4	4,6	1,35	0,534	C
Oeiras	434	1.939	4,5	5,6	1,26	0,522	C
Parnaíba	253	643	2,5	3,4	1,34	0,476	C
Piracuruca e Pedro II	254	768	3	3,9	1,28	0,462	C
Teresina	538	2.770	5,2	7,1	1,38	0,561	C
União	151	762	5,1	8,8	1,74	0,612	C
Valença	529	1.996	3,8	4,7	1,24	0,518	C
Paraíba							
Bananeiras	230	706	3,1	3,08	1	0,453	C
Cajazeiras	178	345	1,9	1,41	0,73	0,338	C
Misericórdia	226	528	2,3	2,3	0,99	0,424	C

Tabela 5-a: Posse de cativos das localidades segundo suas províncias (1872-1877)

(continuação)

Localidades	Proprietários	Escravos	Média	D.P.	C.V.	Gini	Fonte
Pernambuco							
Cabo	527	4.207	8	15,07	1,89	0,651	C
Olinda	215	761	3,5	7,02	1,98	0,566	C
Palmares	692	4.012	5,8	8,31	1,43	0,575	C
Bahia							
Inhambupe	401	2.041	5,1	9,5	1,87	0,606	C
Ilhéus	155	755	4,9	9,1	1,85	0,627	C
Sergipe							
Capela	627	2.678	4,3	7,5	1,75	0,581	C
Lagarto	474	1.794	3,8	5,2	1,38	0,540	C e R
Laranjeiras	450	1.613	3,6	7,1	1,99	0,614	C
Simão Dias	136	485	3,6	3,6	1,01	0,474	C

Obs: D. P. = desvio-padrão, C. V. = coeficiente de variação, M = Matrícula, C = Classificação e R = Relação.

Tabela 5-b: Posse de cativos das localidades segundo suas províncias (1872-1877)

(continua)

Localidades	Proprietários	Escravos	Média	D.P.	C.V.	Gini	Fonte
Pará							
Cametá	594	2.895	4,9	5,9	1,22	0,508	C
Rio Grande do Sul							
Dom Pedrito	377	1.490	4	3,5	0,9	0,442	C e R
Encruzilhada	657	2.429	3,7	3,7	1	0,466	C
Rio Pardo	236	1.023	4,3	4,5	1,06	0,506	C e R
Paraná							
Antonina, Morretes e Guaratuba	386	1.038	2,7	2,7	1,02	0,441	C
Castro	328	1.376	4,2	6,7	1,59	0,547	C
Comarca de Curitiba	813	2.053	2,5	2,4	0,96	0,424	C
Lapa e Rio Negro	248	1.021	4,1	4,6	1,12	0,506	C e R
Palmeira	164	475	2,9	3	1,02	0,456	C e R
Paranaguá	221	659	3	3,6	1,19	0,470	C
Ponta Grossa e Tibagy	354	1.318	3,7	4,2	1,12	0,497	C e R
Espírito Santo							
Vitória	554	2.963	5,4	7,6	1,42	0,564	C
Minas Gerais							
Dores da Marmelada	479	1.252	2,6	3,4	1,28	0,457	C
Ouro Preto	603	2.384	4	5,3	1,33	0,535	C e R
Paracatu	356	1.185	3,3	3,3	0,98	0,449	C
Patos	355	1.230	3,5	3,6	1,03	0,473	C
Ponte Nova	1.296	5.585	4,3	5,7	1,32	0,527	C
Santo Antonio do Monte	490	1.475	3	3,5	1,15	0,473	C
Rio de Janeiro							
Parati	350	1.497	4,3	6,3	1,48	0,555	C
São Paulo							
Amparo	251	1.889	7,5	11,9	1,58	0,575	C e R
Bananal	498	7.536	15,1	38,9	2,57	0,759	C
Batatais	486	2.361	4,9	8,5	1,74	0,587	C
Iguape	392	1.539	3,9	4,7	1,2	0,504	C
Itu	612	3.397	5,6	11,9	2,15	0,660	C e R
Limeira	338	3.274	9,7	28,5	2,94	0,718	C

Tabela 5-b: Posse de cativos das localidades segundo suas províncias (1872-1877)

Localidades	Proprietários	Escravos	Média	D.P.	C.V.	Gini	Fonte
São Paulo							
Lorena e Cruzeiro	376	2.501	6,7	11,1	1,67	0,624	C e R
Mogi das Cruzes	214	900	4,2	5	1,19	0,464	C e R
Paraibuna e Natividade	249	1.685	6,8	12,8	1,89	0,649	C
São José dos Campos	244	1.110	4,6	6,8	1,49	0,570	C
São Luiz do Paraitinga	383	2.079	5,4	9,7	1,78	0,611	C
São Sebastião (a)	385	1.277	3,3	3,4	1,02	0,467	C
Taubaté	663	4.164	6,3	11,6	1,85	0,638	M

Obs: D. P. = desvio-padrão, C. V. = coeficiente de variação, M = Matrícula, C = Classificação e R = Relação.a Inclui Caraguatatuba e Ilha Bela.

ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS EM PERNAMBUCO

FLÁVIO R. VERSIANI E JOSÉ R. O. VERGOLINO

A análise da estrutura de posse, em Pernambuco, baseia-se numa amostra de 3.933 inventários, cobrindo o período de 1800 a 1888, levantada nas quatro regiões fisiográficas da então província: a Zona da Mata, faixa litorânea onde se cultivava a cana-de-açúcar; o Sertão, cobrindo a maior parte da área da província, onde predominava a criação de gado; o Agreste, área intermediária entre a Mata e o Sertão, com forte presença de cultivo do algodão; e a cidade do Recife. O número total de escravos contido nesses inventários foi de 21.932.

A Tabela 6.1 mostra o número de escravos de Pernambuco, por região, no censo regional de 1842, no recenseamento geral de 1872 e em nossa amostra. Verifica-se que o número de escravos da amostra é mais de um quarto da quantidade média de cativos da província, naqueles dois anos; e que a proporção de cativos de cada zona fisiográfica, na amostra, não se afasta muito da revelada nos censos. Isso sugere uma boa representatividade da amostra.

Cabe ressaltar que apenas cerca de metade dos escravos de Pernambuco estava na Zona da Mata, o que põe em relevo a importância de identificar o escravismo per-

nambucano com o dos engenhos de açúcar (como às vezes se faz, na literatura).

Tabela 6.1: Pernambuco: número de escravos nos censos de 1842 e 1872 e na amostra de inventários, por zona região

Região	1842		1872		Inventários	
	Nº de escravos	%	Nº de escravos	%	Nº de escravos	%
Mata	35.935	47,2	46.074	51,8	11.538	52,6
Recife	11.957(*)	15,7	15.136	17,0	4.868	22,2
Agreste	21.159	27,8	20.618	23,2	3.608	16,5
Sertão	7.019	9,2	7.200	8,1	1.918	8,8
TOTAL	76.070	100,0	89.028	100,0	21.932	100,0

(*) O número de escravos do Recife (município) foi estimado a partir do total da comarca do Recife, levando em conta a proporção entre a população do município e a da comarca (que incluía também Olinda e Igarapé), e supondo a mesma proporcionalidade entre o número de escravos e a população total.

Fontes: Figueira de Mello (1979[1852]); Recenseamento de 1872; inventários do Projeto.

O quadro geral da evolução da estrutura de posse, na amostra de inventários, está mostrado nas Tabelas 6.2 e 6.3, para dois subperíodos: 1800-1850 e 1851-1888.

Esses dados indicam a relevância das pequenas posses, numa província onde a atividade econômica principal era a produção de açúcar, comumente associada a grandes engenhos com muitos escravos.

Em geral se supõe que a organização típica do trabalho forçado nas grandes plantações, com escravos trabalhando em turmas, sob a vigilância de um feitor (o chamado regime de *plantation*), só é viável quando há, no mínimo, cerca de

20 trabalhadores.¹ No entanto, as Tabelas 6.2 e 6.3 revelam que aproximadamente nove entre cada dez proprietários escravistas possuíam menos de 20 cativos; e os escravos que pertenciam a esses plantéis menores eram cerca da metade do número global de escravos, na primeira parte do século, e quase dois terços desse total, depois de 1850. Ou seja: depois de 1850, o escravo típico de Pernambuco, a julgar pelos inventários, fazia parte de posses relativamente pequenas, com uma organização do trabalho cativo diferente da prevalecente no regime de *plantation*.

Nos dois períodos, o proprietário de escravos modal (ou seja, com maior frequência) era o que tinha apenas 1 cativo. Os senhores de não mais que 5 escravos eram mais da metade dos proprietários, na primeira parte do século, e próximo de 70% deles, após 1850.

Por outro lado, apenas 4% dos proprietários, antes de 1850, eram donos de plantéis grandes, de mais de 40 escravos; mas os cativos que possuíam eram mais de 36% do número total. Depois de 1850 essas proporções caem para 2% e 20%, respectivamente, refletindo também um peso decrescente das posses maiores.

O aumento da importância dos plantéis pequenos, ao longo do século, é evidenciado pela redução do número médio de escravos por plantel, de 10,8 para 6,7, assim como na queda do Índice de Gini (o que indica redução na desigualdade de distribuição de escravos entre proprietários escravistas).

A estrutura da posse de escravos varia entre as quatro regiões da província, sendo influenciada, com seria de espe-

1 Ver sobre isso o capítulo 1.

rar, pela composição da atividade produtiva, como mostram os números da Tabela 6.4.

Tabela 6.2: Pernambuco: estrutura de posse de escravos nos inventários, 1800-1850

Escravos por plantel	Inventários			Escravos		
	Quantidade	Proporção do total (%)	Proporção acumulada (%)	Quantidade	Proporção do total (%)	Proporção acumulada (%)
1	127	13,6	13,6	127	1,3	1,3
2 a 5	373	40,0	53,6	1245	12,3	13,6
6 a 10	197	21,1	74,7	1506	14,9	28,5
11 a 20	139	14,9	89,6	1979	19,6	48,1
21 a 40	59	6,3	95,9	1560	15,5	63,6
41 a						
100	28	3,0	98,9	1823	18,1	81,6
100+	9	1,0	100,0	1854	18,4	100,0
Total	932	100,0		10094	100,0	

Média de escravos por inventário: 10,8

Moda: 1

Plantel máximo: 315

Índice de Gini: 0,622

Número total de inventários pesquisados: 1057

Proporção de inventários sem escravos: 11,8 %

Nota: as porcentagens podem não somar 100,0 por causa de arredondamentos.

Fonte: inventários do Projeto.

Tabela 6.3: Pernambuco: estrutura de posse de escravos nos inventários, 1851-1888

Escravos por plantel	Inventários			Escravos		
	Quantidade	Proporção do total (%)	Proporção acumulada (%)	Quantidade	Proporção do total (%)	Proporção acumulada (%)
1	373	21,1	21,1	373	3,2	3,2
2 a 5	818	46,3	67,4	2621	22,1	25,3
6 a 10	326	18,5	85,9	2422	20,5	45,8
11 a 20	141	8,0	93,8	1997	16,9	62,6
21 a 40	74	4,2	98,0	2076	17,5	80,2
41 a 100	31	1,8	99,8	1763	14,9	95,1
100+	4	0,2	100,0	586	5,0	100,0
Total	1767	100,0		11838	100,0	

Média de escravos por inventário: 6,7

Moda: 1

Plantel máximo: 178

Índice de Gini: 0,575

Número total de inventários pesquisados: 2876

Proporção de inventários sem escravos: 38,6 %

Nota: as porcentagens podem não somar 100,0 por causa de arredondamentos.

Fonte: inventários do Projeto

Tabela 6.4: Pernambuco: características das posses de escravos nos inventários, por região, 1800-1888,

REGIÃO	1800-1850					1851-1888				
	ESCRAVOS				INVENTÁRIOS	ESCRAVOS				INVENTÁRIOS
	Nº por inventário		% em plantéis até 20	% em plantéis até 10	% sem escravos	Nº por inventário		% em plantéis até 20	% em plantéis até 10	% sem escravos
	Médio	Máximo				Médio	Máximo			
Mata	18,0	283	29	15	4,9	9,3	178	47	31	21,8
Recife	5,7	43	84	62	14,0	4,5	53	86	69	50,7
Agreste	11,1	315	47	26	11,0	5,9	38	79	58	34,1
Sertão	7,2	66	80	44	18,3	5,8	42	74	55	21,6
PE	10,8	315	48	29	11,8	6,7	178	63	46	38,6

Fonte: inventários do Projeto

Zona da Mata

A produção de açúcar dava-se tipicamente em engenhos com dezenas de escravos. Mas sabe-se que o cultivo da cana-de-açúcar não era feito apenas pelos proprietários de engenhos; estes dependiam em parte da cana produzida por pequenos produtores, os chamados “lavradores”, que em geral arrendavam informalmente uma área nas terras do engenho. Tollenare, comerciante francês que residiu em Pernambuco em 1816-1817, mencionou que em cada engenho havia usualmente 2 a 3 lavradores, e estes possuíam de 6 a 10 escravos cada um. Levantamento feito em Jaboatão, na Mata pernambucana, em 1857, mostrou que cerca de 30% dos escravos dos 46 engenhos da freguesia pertenciam a lavradores.²

Na segunda metade do século XIX, registra-se um aumento da proporção do açúcar produzido pelos lavradores, ao mesmo tempo em que o número de engenhos crescia (Andrade: 1998: 99). Segundo esse autor, tanto o aumento de engenhos como de lavradores decorria, em parte, da repartição de terras entre herdeiros:

As antigas sesmarias [...] foram sendo desmembradas pelos primitivos proprietários à medida que os filhos se tornavam adultos ou que as filhas se casavam, a fim de que novos engenhos fossem fundados para uns e outros (ibid.: 104).

Muitas vezes, filhos do senhor-de-engenho tornavam-se lavradores do pai ou do próprio irmão (ibid.: 80).

2 Tollenare (1978[1816-17]: 73). No caso da Bahia, na mesma época, mencionam-se números parecidos: 3 a 4 lavradores por engenho, 10 escravos em média por lavrador (Schwarz, 1985: 451-52). Sobre Jaboatão, ver Gonsalves de Mello (1975: v.2, 607-30).

Andrade menciona também, na segunda parte do século, uma redução do número médio de escravos nos engenhos, com maior utilização de trabalhadores livres, lançando mão da “formidável reserva de mão-de-obra” representada pelos chamados “moradores”, a quem se permitia instalarem-se nas terras dos engenhos em troca de trabalho, geralmente com baixa remuneração (*ibid.*: 100).

Os números de nossa amostra refletem essas transformações. Vê-se (Tabela 6.4) que a proporção de escravos em posses de até 20 cativos, na Mata, aumenta substancialmente após 1850, passando de 29% a 47%. Nas posses de até 10 escravos (possivelmente mais representativas das pertencentes a lavradores), a proporção dobra, de 15% para 31% do total de escravos da zona. No conjunto da amostra, a média de escravos por proprietário cai à metade: de 18 para 9, em números redondos. A média em cada estrato de tamanho diminui também, mas em menor proporção: nos plantéis acima de 20 cativos, passa de 64 por proprietário para 45, enquanto nos plantéis até 20 diminui de 7 para 5.

A Tabela 6.4 mostra também a porcentagem de inventários que não continham escravos, nas quatro regiões. Essa proporção aumenta muito, entre a primeira e a segunda parte do século, em todas as regiões da província, refletindo o uso crescente de trabalho livre, após a abolição do tráfico africano, e tendo em conta ainda o fato de que o preço dos escravos se elevou substancialmente, do primeiro para o segundo período.³

3 Em nossa amostra, o preço médio dos escravos, medido em libras esterlinas, dobrou, aproximadamente, da primeira para a segunda parte do século XIX.

Na Mata, no entanto, quatro entre cinco inventários ainda mostram escravos, após 1850. Isso pode ser relacionado à noção de que o trabalho forçado seria, para o senhor de escravos, mais produtivo do que o livre, na execução de muitas tarefas típicas da grande lavoura (ver, sobre isso, o capítulo 1 do livro). Havendo vantagem no uso do trabalho forçado, em termos de maior produtividade, os senhores de engenho prefeririam manter escravos em suas propriedades, mesmo em face de um aumento no preço destes. Andrade (1998: 99) menciona o uso continuado de trabalho forçado, nesse período, especialmente em “certos trabalhos mais pesados, como o corte, transporte e manipulação das canas”. É justamente a tarefas mais exigentes em força física que se aplica a noção da superioridade relativa do trabalho escravo, como visto no capítulo 1.

Recife

Entre os escravos do Recife, além dos de trabalho doméstico, provavelmente a maioria, podem-se identificar, em vários inventários, trabalhadores cativos empregados em serviços urbanos de diversas naturezas, como comércio de varejo, produção artesanal de artigos como sapatos, transporte marítimo, distribuição de água, etc. Não são raros os inventários em que se pode perceber que os escravos eram usados para aluguel, como fonte de renda, muitas vezes por proprietárias do sexo feminino, possivelmente viúvas.

Predominam os pequenos plantéis; a média de escravos por proprietário não varia muito, caindo de cerca de 6 para cerca de 5, antes e depois de 1850. Mas a proporção de inventários sem escravos aumenta substancialmente, passando a

ser a maioria na segunda parte do século. O que é coerente com a ideia de que, em tarefas onde a habilidade é mais importante do que a força física — o que é certamente o caso, na generalidade das atividades dos escravos urbanos —, é mais fácil a substituição do trabalho forçado pelo livre (capítulo 1).

Agreste

O Agreste ocupa, em 1800-1850, posição intermediária entre a Mata e o Recife, no que toca à posse média e à proporção de escravos em plantéis menores. Nesse período, há vários inventários dessa região com centenas de cabeças de gado e grande número de escravos. Destaca-se um deles, com 315 cativos, indicado na Tabela 6.4; é a maior posse de toda a nossa amostra para Pernambuco. Trata-se do inventário, em 1831, dos bens deixados por D. Thereza de Jesus Leite, viúva do Capitão-Mor Antônio dos Santos Coelho da Silva, um dos homens mais ricos da província. Continha 978 cabeças de gado; escravos e gado correspondiam a mais da metade do montante dos bens, superior a 143 contos de réis, valor excepcional para a época. Outro rico inventário do Agreste desse período, registrado em 1814, é de uma filha do mesmo Capitão-Mor, D. Clara Coelho Leite dos Santos; arrolava mais de 2 mil cabeças de gado e 148 escravos.⁴

Na segunda parte do século, por outro lado, os inventários do Agreste mostram uma estrutura de posse similar à do Recife, com média de escravos próxima de 6 e proporção de escravos em plantéis de até 20 cativos próxima de 80% (de

4 Dos 1.047 inventários de Pernambuco de nossa amostra, no período 1800-1850, apenas 5 outros revelaram um patrimônio superior a 143 contos, nenhum deles no Agreste. Sobre o Capitão-Mor e sua família, v. Maciel (1980).

até 10 cativos, próxima de 60%). Nesse período, a ocorrência de inventários com grande número de cabeças de gado é muito menor. Sabe-se que houve, nessa fase, grande expansão do algodão, no Agreste; segundo Andrade, uma cultura “democrática”, viável em pequenas propriedades, acessível, portanto, ao pequeno produtor. Sua difusão contribuiu para transformar a economia da região: “o Agreste essencialmente pecuário do século XVIII tornou-se predominantemente agrícola [no século XIX]” (Andrade, 1998: 94,151). Com incidência crescente de pequenos plantéis de escravos.

A proporção de inventários do Agreste sem menção de escravos, depois de 1850, é maior do que na Mata (e menor do que no Recife). Cabe lembrar, a esse propósito, que o argumento da superioridade relativa do trabalho escravo não se aplica bem ao trato do gado e à cultura do algodão, atividades que requerem, em princípio, mais habilidade do que força. Na cultura algodoeira, era comum o emprego de mão de obra livre feminina e mesmo infantil.

Sertão

No Sertão] predominam também pequenas posses, embora os inventários frequentemente listem, além desses poucos escravos, centenas de cabeças de gado. A criação de gado exige pouca mão de obra, como se sabe; mas não é claro que os escravos fossem empregados apenas nesse mister: dos bens arrolados depreende-se, muitas vezes, a existência, nas propriedades, de várias outras atividades, como o cultivo de mandioca, às vezes de algodão, oficinas de ferreiro, etc. Alguns inventários referem a existência de vaqueiros livres.

É surpreendente o baixo percentual de inventários sem escravos, após 1850, equivalente ao da Zona da Mata. Verifica-se, também, que aumenta o valor dos escravos possuídos, no Sertão, como proporção do valor total de todos os bens inventariados, da primeira para segunda parte do século — o que também sucede na Mata (Versiani & Vergolino, 2002). Seria como se os proprietários escravistas do Sertão preferissem manter seus plantéis (agora mais valiosos, pela alta nos preços dos cativos), em lugar de substituí-los por mão de obra livre. Por que razão? Não é clara a lógica desse procedimento.

Veremos a seguir que há outras características do escravismo no Sertão que chamam a atenção, desde a primeira parte do século: a alta proporção de nascidos no Brasil e o quase equilíbrio entre os dois sexos.

Africanos e brasileiros, homens e mulheres

A Tabela 6.5 mostra a proporção de nascidos no Brasil e a razão de masculinidade dos escravos da amostra de inventários, antes e depois de 1850. A separação entre posses de até 20 escravos e posses maiores, na Zona da Mata, decorre de diferenças significativas entre os cativos dos dois grupos, quanto a tais características, como fica evidente na tabela.

De forma geral, há, como se esperaria, aumento na proporção de brasileiros e, por via de consequência, tendência a maior equilíbrio entre os sexos, da primeira para a segunda metade do século.

Mas há diferenças importantes entre as regiões. Quanto à proporção de brasileiros, destacam-se os casos do Sertão

e dos plantéis menores da Zona da Mata, onde a grande maioria dos cativos era nascida no Brasil, já antes da extinção do tráfico africano. No período 1800-1850, sete entre dez escravos do Sertão são brasileiros; nas posses da até 20 escravos da Mata, essa relação é de dois para três. Nas demais regiões, prevalecem os africanos, especialmente nos plantéis grandes da Mata e na cidade do Recife.

No Sertão e nas posses menores da Mata há, também, maior equilíbrio entre os sexos do que nas demais regiões, antes e depois de 1850. No caso dos plantéis grandes da Mata, em geral pertencentes a engenhos de açúcar, há cerca de dois homens para cada mulher, proporção próxima da observada no tráfico africano. No Recife, com grande presença da escravidão doméstica, havia bem mais mulheres do que homens.⁵

Se o número de homens e de mulheres é mais ou menos o mesmo, isso facilitaria, em princípio, o crescimento natural da população escravizada. Veremos, no capítulo 9, que existem, efetivamente, indícios dessa possibilidade, no Sertão e nos plantéis pequenos da Mata.

5 A relação de sexos na população escrava é explorada no capítulo 11 do livro.

Tabela 6.5: Proporção de brasileiros e razão de masculinidade nos escravos da amostra, por região

Região	Proporção de brasileiros (%)		Razão de Masculinidade (*)	
	1800-50	1851-88	1800-50	1851-88
MATA: 1 a 20 escravos	66	87	105	96
MATA: + de 20 escravos	36	82	173	130
RECIFE	24	89	57	48
AGRESTE	45	80	138	112
SERTÃO	72	92	119	103
PERNAMBUCO	44	84	139	105

(*) Número de homens por 100 mulheres

Fonte: inventários do Projeto

Concluindo

A evidência dos inventários pernambucanos, quanto à estrutura da posse de escravos na província, no século XIX, converge com os resultados de diversos outros estudos que têm mostrado duas características do trabalho cativo relativamente pouco presentes na historiografia tradicional sobre o tema: o uso de mão de obra cativa nas mais variadas atividades produtivas; e a grande importância de pequenas posses de escravos. Como se sabe, é comum fazer-se uma associação estreita entre o escravismo e a grande propriedade agroexportadora. É claro que o trabalho escravo, enquanto existiu, foi elemento fundamental da grande lavoura de exportação; mas tem ficado cada vez mais evidente que a grande lavoura não foi a única atividade onde a mão de obra forçada foi numericamente importante.

A ampla difusão da propriedade escrava fica evidenciada, nos inventários pernambucanos, pela ocorrência de escravos na grande maioria desses documentos: em mais de 80% deles, em cada uma das quatro áreas da Província, no período até 1850; e em mais de 60%, no conjunto dos inventários, depois desse ano. Fica claro que havia escravos engajados nas mais variadas atividades produtivas. Fazendo parte do patrimônio tanto de pessoas de maiores recursos (como evidenciado pelo montante de seu patrimônio) como de indivíduos cujos bens inventariados valiam pouco mais do que seu único escravo.

A importância das pequenas posses, crescente ao longo do século XIX, é mostrada pela proporção de escravos da amostra que pertenciam a plantéis de não mais que 10 cativos: cerca de 30%, no período até 1850, e perto da metade, após esse ano. Mesmo na Mata açucareira, cerca de 1 entre 3 escravos faziam parte desses pequenos plantéis — provavelmente da propriedade de lavradores —, na segunda parte do século. Posses que podem ser consideradas típicas da grande lavoura (acima de 20 cativos) continham apenas metade dos cativos da amostra, na primeira parte do século, e não mais que um terço, na segunda.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 6 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

MACIEL, José de Almeida. *Pesqueira e o Antigo Termo de Cimbres*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1980. (Biblioteca Pernambucana de História Municipal, nº 9),

SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society; Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. (Edição brasileira: Segredos Internos; Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. Trad. L.T.Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988).

TOLLENARE, L.F. de. *Notas Dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. (Manuscrito: 1816-17).

POSSE DE ESCRAVOS NO RIO GRANDE DO SUL

LUIZ PAULO F. NOGUERÓL

A população escrava gaúcha, pelos dados do Censo de 1872, foi estimada em 67.791 pessoas. Tratava-se, então, da sétima maior entre as populações provinciais de escravos, apesar da redução havida a partir de 1850 em virtude do tráfico interno.

A amostra com que contamos para tratar da estrutura de posse escrava no Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX, foi obtida por meio da análise de 1.458 inventários sul-rio-grandenses, distribuídos entre seis comarcas, conforme indicado pela Tabela 7.1, do que resultaram informações sobre 7.652 cativos.

Tabela 7.1: Rio Grande do Sul: escravos nos inventários, 1800-1888

Comarca	Quantidade de Inventários	Escravos	Escravos por inventários
Bagé	100	535	5,35
Pelotas	331	2746	8,30
Porto Alegre	345	1731	5,02
Rio Grande	178	888	4,99
Rio Pardo	294	1665	5,66
São Leopoldo	210	87	0,41
Total	1458	7652	5,25

Fonte: Inventários do Rio Grande do Sul

A sociedade gaúcha transformou-se em uma sociedade escravista no século XIX, em virtude da criação e da expansão do complexo charqueador. Anteriormente foi apenas uma sociedade com escravos.¹

As charqueadas se estabelecem no Rio Grande do Sul na última década do século XVIII, inicialmente em Pelotas (Macedo, 1999). Aproveitando a abundância de gado bovino, presente nos pampas desde o século XVI, especializou-se na produção de charque, o qual era exportado para o restante do Brasil e mesmo para o exterior, apesar da concorrência platina.

Apesar de o setor produtivo mais relevante da província² ter sido o da produção de charque, com utilização preponderante de mão de obra cativa, outras atividades, notadamente

1 Usamos aqui a diferenciação proposta por Finley (1974: 68-69) para distinguir sociedades escravistas de sociedades com escravos. As primeiras seriam aquelas em que o trabalho escravo seria um dos elementos fundamentais para a riqueza da elite econômica, enquanto as segundas seriam sociedades onde haveria escravos, mas a importância deles seria economicamente menor.

2 A designação “província” só se aplica após 1821; até então o Rio Grande do Sul, como as demais unidades regionais, era formalmente uma “capitania”. Para simplificar, será usado o termo “província” para todo o século XIX.

a criação de gado, empregaram também o trabalho escravo, desde pelo menos o século XVIII. Mesmo no período compreendido por nossa amostra de inventários, a pecuária é a atividade econômica mais comumente encontrada nesses documentos, fazendo-se presente nas seis comarcas mencionadas.

Tal como em outras províncias do século XIX, havia no Rio Grande do Sul regiões onde o trabalho escravo tinha ora maior, ora menor relevância para as atividades econômicas aí desenvolvidas.

Pelotas pode ser considerada a comarca em que a escravidão teve maior peso, comparativamente às demais. Aí se concentrou a maior quantidade de charqueadas, estabelecimentos onde comumente havia dezenas de escravos. Entre os inventários onde foi possível identificar a atividade produtiva do inventariado, 20 eram de charqueadores e a média de escravos por inventário foi 42,9, um valor sensivelmente superior à média gaúcha, entre os inventários com escravos, que cai de 8,5 para 7,5 da primeira para a segunda metade do século XIX.

Das 20 charqueadas que puderam ser identificadas, 15 estavam em Pelotas. Entre os inventários pelotenses, na primeira metade do século XIX, apenas 13,8% não registraram a propriedade de escravos; excluindo-se estes, a média de escravos por inventário foi 12,6, a maior entre as seis comarcas. Na segunda parte do século, a média de Pelotas cai para 8,9, mas supera também as das demais localidades (Tabela 7.2). Nota-se também, nessa tabela, que o percentual de escravos em plantéis de maior tamanho (mais de 20 cativos) é bem superior ao das demais comarcas (59,55%), especialmente na primeira metade do século. E a proporção de escravos em plantéis pequenos (até 10, ou até 20 escravos),

embora também expressiva em Pelotas, é sempre a menor, entre as seis comarcas, indicando que as grandes propriedades escravistas eram mais comuns ali do que nas demais.

Tabela 7.2: Rio Grande do Sul: características da propriedade escrava, por comarca: 1800–1850.

Comarcas	Escravos					Inventários	
	Número médio*	Número máximo	% em plantéis com mais de 20 escravos	% em plantéis com até 20 escravos	% em plantéis com até 10 escravos	% sem escravos	Quantidades
Porto Alegre	7,12	47	27,66	72,3	45,1	24,3	169
Rio Grande	5,85	37	14,73	85,3	54,9	17,2	88
Pelotas	12,62	181	59,55	40,4	23,6	13,8	154
Bagé	9,88	21	13,29	86,7	31,6	5,9	17
São Leopoldo							6
Rio Pardo	7,41	87	33,15	66,9	48,2	6,7	193
RS	8,50	181	39,47	60,5	38,4	15,8	627

*Para o cálculo do número médio foram excluídos os inventários que não registraram escravos.

Fonte: Inventários do Rio Grande do Sul

Tabela 7.3: Rio Grande do Sul: características da propriedade escrava, por comarca: 1851–1888.

Comarcas	Escravos					Inventários	
	Número médio	Número máximo	% em plantéis com mais de 20 escravos	% em plantéis com até 20 escravos	% em plantéis com até 10 escravos	% sem escravos	Quantidades
Porto Alegre	7,6	190	38,5	61,5	42,1	38,6	176
Rio Grande	7,0	56	24,8	75,2	42,4	25,6	90
Pelotas	8,9	116	52,8	47,2	34,6	31,6	177
Bagé	8,2	46	31,0	69,0	50,4	44,6	83
São Leopoldo	4,0	28	32,9	67,1	67,1	89,1	204
Rio Pardo	5,7	23	12,2	87,8	65,6	35,6	101
RS	7,5	190	37,3	62,7	44,0	47,7	831

Fonte: inventários do Rio Grande do Sul.

Chama a atenção, nos inventários de Pelotas, a ocorrência significativa de cativos em tarefas especializadas nas charqueadas (carneadores, salgadores, tripeiros, sebeiros, graxeiros), o que sugere uma maior divisão técnica do trabalho do que comumente se supõe na literatura (por ex., Cardoso, 1977:172).

Em todas as demais comarcas está presente, com maior ou menor força, a atividade pecuarista, algumas delas possuindo charqueadas: das cinco que foram identificadas fora de Pelotas, por meio dos inventários, três situavam-se em Porto Alegre, uma em Rio Grande e uma em Rio Pardo.

Bagé, onde não foram encontradas charqueadas, por meio dos inventários, aparece como centro de criação de gado; aí se encontrou a maior incidência de rebanhos numerosos (com mais de 1000 cabeças) entre as localidades examinadas: 25 dos 72 desses rebanhos. Rio Pardo pode ser igualmente caracterizado como centro pecuarista.

A importância de Porto Alegre como centro comercial reflete-se nos inventários identificados como de comerciantes: entre os 29 destes, 13 eram de Porto Alegre (8 de Rio Pardo, 4 de Pelotas, 3 de Rio Grande e apenas 1 de Bagé). Cabe notar que a capital não tinha, pelo menos até 1850, posição economicamente dominante na província: as maiores fortunas inventariadas se encontram em Pelotas. Rio Grande, apesar do menor número de comerciantes inventariados em nossa amostra, era o principal local de embarque do charque sul-rio-grandense, com sua localização na saída da Lagoa dos Patos, sendo assim um centro comercial de expressão.

Parte da historiografia tem apontado para a importância econômica e política dos comerciantes ainda na primei-

ra metade do século XIX (Osório, 2001) e nos inventários verificou-se que a riqueza média deles fica atrás apenas da dos charqueadores e da dos proprietários de mais de 1000 cabeças de gado. Mas a propriedade de escravos não aparece com destaque: 9 não tinham escravos, 3 possuíam apenas um e 5 tinham de dois a cinco cativos. Um deles era proprietário de 53 escravos e também de 2670 cabeças de gado bovino, sendo também um grande criador, a exemplo de uma proprietária de 190 pessoas que além de criadora de gado, também era comerciante.

Sugerem, ainda, a importância das atividades mercantis, especialmente em Porto Alegre, os valores alcançados pelos terrenos na Rua da Praia, identificada por Saint Hilaire como a mais importante área comercial da capital: por exemplo, em 4 de setembro de 1800, o inventário do Guarda-Mor André Pereira Maciel registrou um terreno de 60 palmos de frente com o valor de três contos de réis, preço apenas cem mil-réis inferior aos campos da Estância Grande, de Felícia Maria de Oliveira, registrados 92 dias antes também em Porto Alegre, amplos o suficiente para conter mais de 200 animais entre bois, cavalos, burros e mulas.

Se o Rio Grande do Sul foi uma sociedade escravista no século XIX, uma das comarcas singularizou-se pela pouca relevância da propriedade escrava e pela distribuição relativamente igualitária da propriedade fundiária: São Leopoldo, na área de colonização alemã. Foi uma região economicamente importante da província. Como argumentou Almeida (1996), a pujança econômica de Porto Alegre, especialmente a partir de 1850, relacionou-se com a intermediação mercantil e financeira da produção agrícola das áreas de colonização alemã e,

posteriormente, também de outras nacionalidades, com peso maior da colonização italiana. O complexo econômico que as vinculou à capital foi o berço da indústria gaúcha nos anos finais do Império e na República Velha.

Tendências comuns e diferenças regionais

Os números das Tabelas 7.2 a 7.5 mostram similaridades e diferenças entre as localidades examinadas, no que toca às características da posse de escravos.

Inventários sem escravos. Na primeira metade do século XIX, apenas 14,9% (Tabela 7.2) dos inventários não registraram a propriedade escrava, indicando que a parte relativamente mais próspera da população, cujos bens eram objeto de inventário, tinha escravos, confirmando o caráter escravista da economia gaúcha, de acordo com as proposições de Finley (1974). Na capital registra-se a maior proporção de inventários sem escravos, aproximadamente um quarto; enquanto em Bagé e Rio Pardo, centros de criação de gado, encontram-se as menores proporções, da ordem de 6 a 7% (embora a amostra de Bagé seja relativamente pequena).

A porcentagem de inventários sem escravos aumenta muito em todas as comarcas no período posterior à extinção do tráfico africano (Tabelas 7.2 e 7.3). O que seria de se esperar, especialmente quando se sabe que a província foi grande exportadora de escravos para a região do café, a partir de 1850 (ver sobre isso o capítulo 9 do livro). Chama a atenção o incremento de inventários sem propriedade escrava em Bagé e Rio Pardo, após 1850.

Não foram encontrados, para o período de 1800 a 1850, registros suficientes de inventários de São Leopoldo para traçar comparações com as outras comarcas, mas no período posterior à extinção do tráfico de escravos, é notável que 89,1% dos inventários de lá oriundos não registrassem a propriedade escrava, percentual muito superior ao encontrado nas demais. Por outro lado, entre os que a registraram, o número médio de cativos por inventário foi de apenas 4,1. Pode-se dizer que São Leopoldo era uma localidade com escravos, mas não escravista — ao contrário das demais comarcas.

Pequenas posses. De um modo geral, nas seis comarcas indicadas predominava a pequena propriedade: de 40,4% dos escravos, em Pelotas, a 85,3%, em Rio Grande, estavam em posses de não mais que 20 cativos, na primeira metade do século (Tabela 7.2), situação semelhante à verificada após 1850 (Tabela 7.3). De igual maneira, enquanto na primeira metade do Dezenove, entre 1/4 e metade dos escravos estavam em plantéis com até 10 cativos, a depender da comarca, na segunda metade, tais cifras variam de 1/3 a 2/3. Essa é uma característica que aproxima a província gaúcha ao restante do Brasil, como se verá em outras partes deste livro.

Para analisar a dinâmica da posse de escravos na província como um todo, ao longo do século XIX, dividiram-se os plantéis segundo intervalos comumente usados pela historiografia, conforme as Tabelas 7.4 e 7.5.

Tabela 7.4: Rio Grande do Sul: estrutura da propriedade escrava, 1800–1850

Escravos	Número de inventários	Proporção do total	Porcentagem acumulada	Quantidade de escravos	Proporção do total	Porcentagem acumulada
1	64	12,40	12,40	64	1,43	1,43
2 a 5	221	42,83	55,23	741	16,55	17,98
6 a 10	117	22,67	77,91	889	19,86	37,85
11 a 20	71	13,76	91,67	979	21,87	59,72
21 a 40	31	6,01	97,67	851	19,01	78,73
41 a 100	10	1,94	99,61	627	14,01	92,74
mais de 100	2	0,39	100,00	325	7,26	100,00
Total	516	100		4476	100	

Fonte: inventários do Rio Grande do Sul

Tabela 7.5: Rio Grande do Sul: estrutura da propriedade escrava, 1851–1888.

Escravos	Número de inventários	Proporção do total	Porcentagem acumulada	Quantidade de escravos	Proporção do total	Porcentagem acumulada
1	76	17,67	17,67	76	2,35	2,35
2 a 5	194	45,12	62,79	644	19,89	22,24
6 a 10	89	20,70	83,49	686	21,19	43,42
11 a 20	43	10,00	93,49	600	18,53	61,95
21 a 40	19	4,42	97,91	483	14,92	76,87
41 a 100	7	1,63	99,53	443	13,68	90,55
mais de 100	2	0,47	100,00	306	9,45	100,00
Total	430	100,00		3238	100,00	

Fonte: inventários do Rio Grande do Sul

Nessas tabelas são apresentados apenas os inventários que registraram a propriedade escrava. Como visto acima (Tabelas 7.2 e 7.3), a fração de inventários sem escravos aumenta substancialmente no Rio Grande do Sul de um período para o outro, passando de cerca de 16% para próximo de 48%.

Entre um período e o outro há um processo de desconcentração da propriedade escrava. Medindo-se a concentração pelo índice de Gini e considerando apenas os proprietários de escravos, passa-se de 0,85 para 0,57³.

A média de escravos por inventário também se reduz, de 8,5 para 7,5. Enquanto na primeira parte do século o escravista mais comum (modal) era o que possuía 2 cativos, na segunda o mais comum era o que contava com apenas 1. Apesar dessa desconcentração, cabe notar que as posses menores predominam em ambos os períodos: o percentual de escravos em plantéis de no máximo 20 cativos no Rio Grande do Sul Tabelas 7.2 e 7.3) é praticamente o mesmo, antes e depois de 1850 (61% e 63%, em números redondos), assim como a proporção dos inventários com plantéis desse porte (92% e 94%, conforme as Tabelas 7.4 e 7.5).

Deve-se mencionar também que os grandes escravistas, em um e no outro período, concentravam boa parte da escravaria: entre 1800 e 1850, enquanto os proprietários de 2 a 5 escravos (221 pessoas, correspondendo a 42,8% dos inventários, conforme a Tabela 7.4) eram donos de 16,6% dos cativos inventariados (741 indivíduos), no mesmo período, 12 inventariados (2,3%) registraram, cada um, 41 cativos ou mais, o que somou 952 escravizados (21,3%). Em outras palavras, a análise dos inventários indica que antes da extinção do tráfico transatlântico de escravos, no Rio Grande do Sul, 12 dos maiores senhores possuíam mais cativos do que 221 dos menores.

3 Se forem incluídos os que não eram proprietários de escravos, o forte crescimento do número deles entre um momento e outro leva a um aumento do índice de Gini, não a uma redução: passa-se de 0,63 para 0,78.

No período de 1851 a 1888 tem-se situação semelhante, conforme a Tabela 7.5: 10 senhores (2,1% dos inventariados), donos de 41 escravos ou mais, registraram 749 cativos (23,1%), enquanto 194 (45,1%), donos de plantéis de 2 a 5 pessoas, eram proprietários de 644 indivíduos (19,9%): 10 proprietários tinham mais gente do que 194.

O maior proprietário encontrado, entre 1800 e 1850, foi José da Costa Santos, cujos bens foram inventariados em Pelotas, em 14 de setembro de 1827. Entre os bens que possuía, constavam: um estabelecimento de charqueada, com galpão de telhas, com varais e oficinas, além de morada de casas forradas e envidraçadas, com cozinha e pomar, na sede do município e, convenientemente, um armazém de despejo, coberto de capim, próximo do rio São Lourenço, além de outros imóveis. Este potentado era dono de 181 cativos, rivalizando, pois, com os maiores senhores de engenho pernambucanos.

Também grande proprietária foi Constança Perpétua Fernandes Moraes, residente em Porto Alegre e cujos bens foram inventariados em 6 de novembro de 1873. Proprietária de vários prédios urbanos, inclusive na Rua da Praia, e de terras, era também criadora de gado vacum, cavalar, muar e, menos comum nos inventários do Rio Grande do Sul, 82 suínos. Possuía 190 escravos.

Apesar da difusão da propriedade escrava no Rio Grande do Sul, os dois personagens mencionados foram representativos de algumas das mais comuns serventias dos escravos gaúchos quanto às atividades de que se ocupavam: a criação de gado e a produção de charque.

Os 20 charqueadores que conseguimos identificar foram donos de 988 pessoas (12,9 % dos cativos inventariados), havendo tanto um grande proprietário, como o mencionado José da Costa Santos, quanto, em 1885, um charqueador sem escravos, Delfino Morins, possivelmente por efeito do processo abolicionista a pleno vapor. De igual maneira, os 72 proprietários de mais de 1000 cabeças de gado inventariaram 1143 cativos (14,9% do total). Somados, os dois tipos de escravistas (havendo casos de grandes proprietários de gado que também foram charqueadores), eram donos de aproximadamente 26% dos escravos de nossa amostra, no Rio Grande do Sul do século XIX.

Difusão do uso de trabalho forçado

Os 74% restantes trabalhavam nas mais distintas atividades rurais e urbanas existentes então no Rio Grande do Sul, incluindo-se a pecuária de menor porte, sendo mais comum, como apontamos, o pequeno escravista do que o grande. A diversidade das atividades em que se envolviam e a quase onipresença da escravidão, com seus múltiplos aspectos, dos quais se enfatiza neste livro mais a econômica, revela na província meridional fundamentos materiais e sociais comuns ao restante da América Portuguesa e do Império do Brasil.

Características específicas do escravismo sul-riograndense

Podem-se destacar dois aspectos que de certa forma singularizavam o Rio Grande do Sul no século XIX, no que se refere ao uso e difusão do trabalho escravo. Por um lado, a

pujante economia da região de colonização alemã e italiana, uma área com escravos, mas não escravista, empregando-se os conceitos de Finley. É uma região onde a propriedade fundiária é relativamente igualitária, por força da política de distribuição de terras aos colonos, iniciada ainda em 1824 e mantida na República Velha.

Outro aspecto que distingue a província gaúcha é o fato de ter-se caracterizado mais marcadamente como uma sociedade escravista, com presença de plantéis de várias dezenas de trabalhadores escravizados, a partir da expansão das charqueadas; portanto, num período relativamente tardio, em comparação ao restante do Brasil. Em contraste com outras regiões, como Pernambuco — e em geral o Nordeste açucareiro — onde a escravidão foi fundamental para a sociedade colonial desde o século XVI.

A propagação das charqueadas contribuiu para um forte influxo de africanos escravizados para o Rio Grande do Sul, seja para trabalhar nelas, seja pelos efeitos multiplicadores sobre a economia gaúcha da época: a população cativa da província terá triplicado, entre 1819 e o censo de 1872, enquanto o total de escravos no País aumentava apenas 40% (e em Pernambuco, menos de 20%).⁴ Nota-se que a concentração da propriedade escrava, em nossas amostras de inventários, é bem maior no Rio Grande do Sul (índice de Gini = 0,85) do que em Pernambuco (0,62), na primeira metade do século.

4 Ver o capítulo 9 do livro.

Conclusões

A propriedade escrava no Rio Grande do Sul no século XIX, tal como analisada por meio de nossa amostra de inventários, apresenta duas características similares às reveladas em outros estudos recentes, bem como nos trabalhos do presente volume: grande ocorrência de pequenas posses de escravos, e ampla difusão da propriedade escrava entre várias atividades produtivas. Cerca de uma quarta parte dos escravos arrolados nos inventários estava nas charqueadas ou nas fazendas de grandes pecuaristas; os três quartos restantes distribuíam-se entre diversas ocupações rurais e urbanas.

Como já enfatizado desde a década de 1960 por Cardoso (1977), referindo-se também ao Rio Grande do Sul, nossos dados indicam que não havia incompatibilidade entre a atividade pecuária e a escravidão, como alguns autores supunham.⁵ Outra crença expressa comumente no Rio Grande do Sul, a de que a vizinhança com as repúblicas platinas fosse um empecilho à propriedade escrava (pela possibilidade de fugas pela fronteira), também se revelou infundada, apesar de as fugas realmente acontecerem (Araújo, 2013 e Cae, 2013). Atente-se que em Bagé, a 60 km da fronteira uruguaia atual, havia considerável ocorrência de escravos nas fazendas de gado, como visto acima.

Por outro lado, o escravismo sul-rio-grandense teve algumas especificidades. A região de colonização alemã (representada em nossa amostra pela comarca de São Leopoldo), assim como a de colonização italiana, teve características distintas e, de certa forma, singulares no quadro

5 Ver o 1º capítulo deste livro.

do País como um todo. São regiões onde nunca se difundiu a propriedade escrava e, portanto, onde a economia não dependia tanto do trabalho escravo.

Outra especificidade é o fato de que o escravismo, sob a forma de grandes grupos de escravos trabalhando em conjunto, como na grande lavoura do açúcar, só veio a ser realidade na província gaúcha a partir do final do século XVIII. De certa maneira o Rio Grande do Sul percorreu, nesse particular, um caminho inverso ao das regiões de *plantation*: aqui primeiro se disseminou a escravidão em pequenas propriedades, na atividade pecuária (que não requer muita mão de obra), e só mais tarde em grandes plantéis, com o característico uso de métodos coercitivos para extrair dos cativos o rendimento desejado pelos senhores. Saint-Hilaire (1974[1887]), que percorreu a província por vários meses, em 1820-21, contrastou o tratamento duro aplicado ao grande número de escravos das charqueadas com o relativamente suave dado aos poucos cativos das estâncias de gado.

Assim, o Rio Grande do Sul, tanto pela tardia ocorrência do escravismo “clássico”, de grandes plantéis, como pelo peso econômico das áreas de colonização alemã (e de outras nacionalidades), com características sociais radicalmente distintas das observadas na maioria das demais regiões brasileiras, constitui-se numa província algo à parte das demais. Por outro lado, quanto à prevalência crescente de pequenas posses de escravos, amplo uso do trabalho cativo em diversas atividades, e pela evidência de um comportamento dos senhores de escravos marcado pela racionalidade econômica capitalista (ponto desenvolvido no capítulo 10 do livro), mostra atributos similares ao restante do País.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, P. F. C. de. “A Gestação das Condições Materiais da Implantação da Indústria Gaúcha.” Em: L.R.P.TARGA. *Gaúchos e Paulistas: Dez Escritos de História Regional Comparada*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 1996.

ARAÚJO, T.L. de. “A Escravidão entre a Guerra e a Abolição: O Impacto das Fugas e Os Pedidos de Extradicação de Escravos nas Fronteiras Platinas (Década de 1840),” *Anais do VI Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2013.

CAE, R. “Atravessando a Fronteira entre Liberdade e Escravidão: em torno da Cidadania dos Libertos no Estado Oriental do Uruguai (1840-1860).” *Anais do VI Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2013.

CARDOSO, F.H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional; O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FINLEY, M.I. *The Ancient Economy*. Berkeley: University of California Press, 1974.

MACEDO, F. R. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

OSÓRIO, H.: “As Elites Econômicas e a Arrematação dos Contratos Reais: o Exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)”, Em: J. L. FRAGOSO, M.F. BICALHO e M. de F. GOUVÊA. *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. [Trad. L.A.Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974 [1887].

PROPRIEDADE ESCRAVA E DECLÍNIO DO ESCRAVISMO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO

Este trabalho terá como objetivo apresentar uma contribuição ao conhecimento da propriedade escravista na Província de Sergipe, no período em torno de 1875. Vale ressaltar que, caso alcancemos nosso objetivo, não apenas agregaremos dados sobre esse aspecto específico da escravidão em uma das províncias do “Norte Agrário”, como também poderemos testar algumas assertivas acerca do comportamento dos proprietários de escravos nos estertores do regime de escravidão.¹

Provavelmente uma das razões para o insuficiente desenvolvimento dos estudos acerca da distribuição da propriedade escravista no Brasil está relacionada à não sobrevivência de documentação pré-censitária (as chamadas listas nominativas de população), bem como ao destino semelhante que tiveram as listas originais do Censo Demográfico de 1872. Ao contrário do que ocorreu em outros países, no Brasil, não se preservaram essas listas, antes pelo con-

1 Por ‘norte agrário’ entendem-se áreas de grande lavoura de exportação do Maranhão ao Recôncavo baiano, especializadas no fabrico do açúcar e no cultivo do algodão, produtos que até o advento da borracha amazônica ocuparam o segundo e o terceiro lugares da pauta de exportações brasileiras, constituindo com o café os esteiros da economia do Segundo Reinado.” (MELO, 1984: 12). No presente trabalho, além da grande lavoura de exportação sergipana, de açúcar e algodão, levaremos em conta as diversas atividades que utilizavam o trabalho escravo apontadas em nossas fontes.

trário: quando a realização de censos demográficos se impôs como uma necessidade de Estado, este teve de apresentar garantias de que tais levantamentos não seriam utilizados para impor tributos ou recrutar soldados. Tabulados os dados, os questionários originais e seus diversos relatórios parciais deixavam de ter interesse, sendo recomendada sua destruição. Quanto à população escrava, é largamente conhecida a ordem de Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda do Governo Republicano Provisório, determinando a queima de documentos referentes à propriedade escrava, com o objetivo de dificultar ações indenizatórias por parte dos ex-proprietários. Entende-se, portanto, a relativa escassez de fontes primárias, certamente agravada pela incúria na preservação dos documentos, que tem sido característica das instituições públicas e privadas no Brasil.²

Fontes utilizadas

No Arquivo Público do Estado de Sergipe, entretanto, encontram-se treze listas de classificação de escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação, referentes a treze municípios e, no Arquivo Judiciário de Sergipe, há uma lista da mesma natureza. O Fundo de Emancipação foi um dos dispositivos instituídos pela Lei n. 2.040, de 28 de Setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. Para distribuição do Fundo seria tomada como base a matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, a ser realizada no período de 1º de abril a 30 de setembro

2 V.: SILVA (1986); SLENES (1983: 117-150).

de 1872, prorrogável por mais um ano (Decreto n. 4.835 de 1º.12.1871). A matrícula especial de escravos deveria trazer as seguintes informações: nome e lugar de residência do proprietário, número de ordem do escravo na matrícula dos escravos do município, data da matrícula, nome, sexo, idade, estado civil, filiação, aptidão para o trabalho e profissão do matriculado e, finalmente, observações e averbações.

Uma vez realizada a matrícula especial — e, segundo Slenes, ela foi feita com desvelo em todo o Império —, o governo distribuiria quotas do Fundo de Emancipação, por municípios, proporcionais à respectiva população escrava. A classificação dos escravos seria feita em cada município por uma junta composta do Presidente da Câmara, do Promotor Público e do Coletor, e obedeceria aos seguintes critérios: em primeiro lugar se classificariam as famílias. Dentro desse grupamento a hierarquização era a seguinte: 1) os cônjuges que fossem escravos de diferentes senhores; 2) os cônjuges que tivessem filhos nascidos livres em virtude da lei e menores de 8 anos; 3) os cônjuges que tivessem filhos menores de 21 anos; 4) os cônjuges com filhos menores escravos; 5) as mães com filhos menores escravos; 6) os cônjuges sem filhos menores. Em seguida seriam classificados os indivíduos, com a seguinte hierarquização: 1) as mães ou pais com filhos livres; 2) os escravos de 12 a 50 anos de idade, começando pelos mais moços do sexo feminino e pelos mais velhos do sexo masculino. Entre esses teriam ainda prioridade: a) os que contribuísem com certa quota para sua libertação; b)

os mais morigerados, a juízo dos proprietários. Em caso de igualdade de condições, seria procedido sorteio.³

Pelos critérios de classificação de escravos para fins do Fundo de Emancipação, a esmagadora maioria da população deveria ser listada. Logo, entretanto, várias juntas perceberam que um trabalho tão exaustivo não seria necessário, uma vez que, dados os recursos do Fundo, a quantidade de escravos passíveis de libertação era relativamente reduzida, e tenderam a não realizar classificações abrangentes. Em Sergipe, a proporção de escravos classificados variou fortemente entre os municípios cujas listas sobreviveram, mas estas, em conjunto, fornecem uma amostra representativa da Província, conforme a Tabela 8.1.

Tabela 8.1 Província de Sergipe: Escravos Matriculados em 1873 e classificados entre 1873 e 1875

Regiões/Municípios	Matriculados	Classificados	Continua
	(1)	(2)	(1)/(2)
Cotinguiba	15.206	5.068	0,33
Aracaju	1.536	0	-
Santo Amaro	698	0	-
Maruim	1.436	77	0,05
Laranjeiras	3.067	1.617	0,53
Rosário	1.962	110	0,06
Capela	3.272	2.678	0,82
Japaratuba	1.381	586	0,42
Divina Pastora	1.854	0	-
Mata Sul	7.106	2.014	0,28
São Cristóvão	849	0	-
Itaporanga	937	0	-
Estância	2.668	982	0,37
Espírito Santo	712	0	-
Itabaianinha	1.940	1.032	0,53

3 Sobre a sistemática da matrícula especial de escravos de 1872-1873, além do citado artigo de SLENES (1983), vide GRAF (1974).

Tabela 8.1 Província de Sergipe: Escravos Matriculados em 1873 e classificados entre 1873 e 1875

Continuação				
Regiões/Municípios	Matriculados (1)	Classificados (2)	(1)/(2)	
Agreste-Sertão do S. Francisco	3.261	906	0,28	
Propriá	1.249	58	0,05	
Vila Nova	1.193	691	0,58	
Porto da Folha (*)	819	157	0,19	
Agreste-Sertão de Itabaiana	4.083	0	-	
Itabaiana	3.308	0	-	
N.S. das Dores	775	0	-	
Agreste-Sertão Sul	3.318	2.566	0,77	
Lagarto	2.635	1.108	0,42	
Riachão		693	-	
Campos		280	-	
Simão Dias	683	485	0,71	
TOTAL	32.974	10.554	0,32	

Fontes: Matrícula de escravos de 1873: Brasil. Diretoria Geral de Estatística (1875). Classificação de escravos para fins de emancipação, 1875: vide fontes primárias listadas na bibliografia.

Para a reconstituição do plantel de escravos de cada senhor, a partir das listas de classificação, ordenamos os senhores em ordem alfabética, visto que podem aparecer repetidas vezes, tendo escravos que atendam a diversos critérios de hierarquização. A forma como foram elaboradas as citadas listas permite a ocorrência de erros de contagem e de identificação de senhores homônimos ou com nomes muito semelhantes. Felizmente há, em alguns casos, mecanismos para a redução da possibilidade de erros. Primeiro, a identificação do número de matrícula do proprietário dos escravos e, segundo, o número de matrícula dos escravos, geralmente em ordem sequencial por proprietário, facilitando

a identificação do conjunto dos escravos de um determinado proprietário disperso na lista de classificação.

As listas de classificação de escravos que sobreviveram não nos permitem responder cabalmente a uma singela e importantíssima questão: quantos e quais eram os senhores de escravos na Província de Sergipe na primeira metade da década de 1870, visto que a mais abrangente, a do Município de Capela, referente ao ano de 1875, equivale a 82% dos escravos matriculados em 1873. As menos abrangentes são, evidentemente, mais imprecisas na indicação do citado conjunto. Há um problema adicional que é a tentativa de estimar o tamanho do plantel de escravos: como nem todos os escravos foram classificados, é provável que os senhores identificados possuíssem escravos não classificados, de forma que o plantel médio tenderia a ser maior que o registrado na lista. Essa tendência pode ser contraposta pela ausência de pequenos proprietários cujos nomes não foram listados, por possuírem apenas escravos não classificados.⁴

Um outro problema é o reduzido volume de informações acerca dos proprietários. A rigor, nas listas de classificação constam apenas os seus nomes, a partir dos quais podemos

4 Evidentemente, quanto mais próxima à data da matrícula de escravos, a lista de classificação tenderia a exprimir um número mais próximo ao dos escravos matriculados, *ceteris paribus*. Assim, por exemplo, na ata de encerramento da lista de classificação de escravos do município de Capela menciona-se que a mesma é uma revisão da lista de 1874, quando teriam sido classificados 2.945 escravos. Destes, 73 foram vendidos para fora da Província, 44 foram mandados para fora do Município, 26 foram libertos, falecidos 78 e 46 perderam a classificação por terem mais de cinquenta anos. Observe-se que na matrícula de escravos do município, do total de 3.272, 119 tinham de 50 a 60 anos, ou seja, 2.985 escravos encontravam-se em condições de classificação. Já que 2.945 foram listados em 1874, podemos concluir que a primeira classificação de escravos do município de Capela foi completamente abrangente, sendo a lista sobrevivente cópia atualizada da mesma.

inferir, para a maioria dos casos, o sexo desses proprietários. Nem mesmo a informação sobre o local de residência do proprietário é segura, visto que os escravos deveriam ser matriculados e classificados no município em que residiam. Alguns proprietários, entretanto, possuíam escravos em mais de um município. Para suprir as lacunas de informações acerca dos proprietários, fazem-se necessários cruzamentos com dados de outras fontes, tais como: listas de qualificação de eleitores, relações de cidadãos constantes de almanaques, relações de inventariados e inventariantes, as quais identificam os proprietários com maior rigor. Com todos esses problemas, as listas de classificação de escravos ainda são a fonte conhecida, para a segunda metade do século XIX — salvo cópias da própria matrícula — que melhor se aproximam da indicação do conjunto dos proprietários de escravos e de seus respectivos plantéis.

Além de um retrato, o mais detalhado possível, da distribuição da propriedade escrava na Província de Sergipe, seria interessante obtermos indícios de sua variação no transcorrer do tempo, nos últimos anos do regime escravista. Para tanto, temos explorado os inventários *post-mortem* existentes no Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe. No presente trabalho apresentaremos tais dados referentes ao município de Estância.

Distribuição da Propriedade Escrava na Província de Sergipe

Vejam os dados obtidos das listas de classificação de escravos para o Fundo de Emancipação, referentes a quatorze municípios sergipanos (Tabela 8.2).

Tabela 8.2: Sergipe: distribuição da propriedade escrava, 1873/75

Tamanho do Plantel	Proprietários		Escravos	
	Número	Percentual	Número	Percentual
1	1.257	45,53%	1.257	11,91%
2	483	17,49%	966	9,15%
3	256	9,27%	768	7,28%
4	185	6,56%	740	7,01%
5	126	4,56%	630	5,97%
Até 5	2307	83,56%	4.361	41,32%
6 a 10	262	9,49%	1.943	18,41%
11 a 15	75	2,72%	931	8,82%
16 a 20	52	1,88%	924	8,75%
21 a 40	47	1,70%	1.340	12,70%
Acima de 41	18	0,65%	1.055	10,0%
Total	2.761	100,00%	10.554	100,00%

O total de 10.554 escravos incluídos nas 14 listas de classificação de municípios da Província de Sergipe estava distribuído em 2.761 plantéis, os quais variavam em tamanho de um único escravo até o máximo de 87 escravos, levando a uma média de 3,8 escravos por plantel. Mais surpreendente, porém, que o número médio baixo de es-

cravos por plantel é o fato de a classe de um único escravo ser a de maior frequência, isto é, ser a classe modal, com mais de 45% dos plantéis. Se considerarmos aqueles com até 2 escravos, chegamos a 1.740 plantéis, isto é, 63% dos mesmos, atestando a imensa concentração desses nos tamanhos pequenos. Ao examinarmos os tamanhos sucessivos dos plantéis com até 5 escravos, podemos verificar a queda sistemática do número de proprietários: de 483 para os plantéis de 2 escravos e de até 126 proprietários para os plantéis de cinco escravos. De forma semelhante, o número total de escravos possuídos pelos proprietários, nas faixas de tamanho crescente de plantel, reduz-se constantemente: 966 escravos para os plantéis de 2 escravos; 630, no caso dos plantéis de 5 escravos.⁵

Está assim comprovada a clara proeminência dos pequenos plantéis. Isso não significa, contudo, que os plantéis médios e grandes, apesar de minoritários, não tenham importância no total de escravos. Resumindo, podemos afirmar que os plantéis de escravos de tamanho médio, na Província de Sergipe, na segunda metade do século XIX, são marcadamente pequenos, contrariando as afirmações ou ilações frequentes na historiografia clássica, e corroborando as descobertas das revisões ocorridas em anos recentes. Isso não exclui, contudo, a importância dos plantéis grandes, em termos de participação no total dos escravos possuídos, como podemos ver na Tabela 8.3, onde os plantéis foram classificados em “pequenos”, isto é, de até 3 escravos, “médios”,

5 Neste trabalho utilizaremos o termo proprietário no sentido de titular de um conjunto de escravos (plantel). Alguns plantéis, contudo, possuíam mais de um proprietário, sendo exemplos típicos os que se identificavam como “os herdeiros de...”, “os órfãos de...”, etc.

de 4 a 9 escravos e “grandes”, de 10 ou mais escravos. Tal classificação, repetimos, pode parecer surpreendente, contudo é coerente com os números da Província de Sergipe, onde o plantel médio é de 3,8 escravos. Portanto, plantéis pequenos seriam os de tamanho abaixo da média, os plantéis médios estariam pouco acima da média e, finalmente, os grandes não poderiam ter dimensão tal que não chegassem a formar um grupo significativo de plantéis. Segundo essa classificação, os plantéis pequenos corresponderiam a mais de 72% dos proprietários, com mais de 28% do total de escravos, enquanto os plantéis médios, correspondendo a apenas cerca de 18% dos proprietários, teriam mais de 24% dos escravos. Finalmente, os chamados grandes plantéis corresponderiam a 10% dos proprietários, porém abrangeriam mais de 47% dos escravos. Ou seja, considerando toda a Província de Sergipe, haveria uma ampla base de pequenos proprietários de escravos, a grande maioria; uma faixa significativa de médios proprietários e, finalmente, os chamados grandes proprietários, com plantéis bem menores que os supostos pela historiografia clássica. Correspondendo a 10% dos plantéis, possuiriam quase a metade do estoque total de escravos.⁶

6 Adotamos um padrão de classificação idêntico ao de D. COSTA (2006).

Tabela 8.3: Sergipe: Participação dos Tipos de Plantéis na Propriedade Escrava, 1873/75.

Tamanho	Plantéis		Escravos	
	Número	Participação Relativa	Número	Participação Relativa
Pequeno	1.996	72,3%	2.991	28,3%
Médio	488	17,7%	2.587	24,5%
Grande	277	10,0%	4.976	47,2%

Até aqui temos tratado os dados agregados disponíveis para toda a Província de Sergipe. Há, contudo, duas razões importantes para os analisarmos de forma mais desagregada: a) variações significativas na qualidade das amostras, desde as listas que se aproximam do universo dos escravos matriculados, em 1873, e residentes nos respectivos municípios em anos subsequentes, até amostras muito pequenas do universo dos escravos matriculados, elaboradas segundo as regras da classificação de escravos, não reconstituindo plantéis de escravos e não incluindo boa parte dos prováveis proprietários. Por esse motivo é, portanto, recomendável se trabalhar apenas com as melhores amostras, ou seja, as que correspondem, no mínimo, a 50% dos escravos matriculados. b) os municípios para os quais encontramos listas de classificação de escravos estão localizados em diferentes

microrregiões da Província, as quais representam estruturas socioeconômicas distintas.

Há uma tendência consolidada na historiografia em dividir as regiões estudadas em microrregiões, sendo um dos critérios a significância das atividades exportadoras presentes ou não na região ou, de forma mais específica, a presença ou não de *plantations*. Desde o clássico trabalho de Manoel Correia de Andrade, consolidou-se a divisão do Nordeste em Zona da Mata, Agreste e Sertão sendo a Mata entendida como a região do litoral oriental do Nordeste Brasileiro, onde se desenvolveu pioneiramente o cultivo em larga escala de cana destinada à produção de açúcar para os mercados metropolitanos. A predominância da grande propriedade fundiária dedicada ao cultivo da cana na distribuição das terras aráveis tem sido apontada como característica marcante da região, quadro que não teria sido alterado nem com o progresso tecnológico, nem com as mudanças nas relações de produção ocorridas no transcurso da história da citada zona.⁷

O Agreste é apresentado como zona de transição entre a Mata e o Sertão, sendo caracteristicamente região de policultura voltada para o abastecimento interno, permeada de agricultura exportadora, algodão, por exemplo. Quanto à propriedade fundiária, seria principalmente a região dos minifúndios e, portanto, a partir do século XIX, viveiro de mão de obra para as zonas vizinhas e mesmo para outras regiões do País. Os proprietários seriam menos capitalizados

7 ANDRADE (1964). Para uma discussão em torno desses pontos, especificamente a respeito da Província de Sergipe, ver PASSOS SUBRINHO (2000).

e a posse de escravos pouco significativa ou pouco necessária ao funcionamento desse tipo de economia.

Finalmente o Sertão, região de vastas extensões, atacada pelo clima semiárido, e de solos pobres e rasos, explorados por uma pecuária extensiva e de baixíssima produtividade. Seu crescimento econômico seria sempre ameaçado pela precária adaptação do homem a um ambiente tão hostil. Por esses motivos, a presença da propriedade escrava seria rara ou praticamente inexistente, sendo em seu lugar utilizados, num primeiro momento, índios livres ou mestiços submetidos a regime de participação na produção de gado bovino, a chamada quarta. Ainda segundo essa descrição, os grandes pecuaristas absenteístas residiriam nas cidades litorâneas. Num segundo momento, a pressão demográfica daria melhores condições de barganha aos possuidores de terras, levando-os à redução da participação dos vaqueiros no produto da pecuária e a cobrança de renda monetária dos agricultores ocupantes de áreas da vasta propriedade. Essa região teria sofrido influxos expansionistas com o cultivo do algodão para exportação ou de outros produtos de expressão localizada.

Em trabalho anterior, demonstramos a presença e a importância da propriedade escrava em todas as regiões da Província de Sergipe, permanecendo, contudo, a hierarquização tradicional das regiões em termos de acesso à propriedade de escravos. Ou seja, as regiões da Zona da Mata tendo, em termos relativos, mais escravos que as regiões do Agreste e do Sertão. Vejamos uma amostra da propriedade escrava na Província de Sergipe, a partir das melhores listas de classificação de escravos disponíveis.

Tabela 8.4: Província de Sergipe: Distribuição da Propriedade Escrava por Regiões e Municípios Escolhidos, 1873-75.

Região	Município	Proprietários			Escravos Possuídos		
		Pequeno	Médio	Grande	Pequeno	Médio	Grande
Cotinguiba	Laranjeiras	80,2%	10,9%	8,9%	29,8%	17,2%	52,9%
Cotinguiba	Capela	67,7%	22,0%	10,3%	22,0%	26,1%	51,8%
Mata Sul	Itabaianinha	72,7%	20,8%	6,5%	32,9%	34,9%	32,2%
Agreste-Sertão do S. Francisco	Vila Nova	74,3%	15,5%	10,1%	25,0%	20,1%	54,8%
Agreste-Sertão Sul	Simão Dias	65,7%	26,9%	7,5%	28,2%	41,6%	30,1%

Não deixa de ser surpreendente a constatação de que Laranjeiras, município localizado na principal região produtora de açúcar da Província, apresente a maior participação de plantéis pequenos entre os proprietários de escravos e, mais ainda, a de que esses pequenos plantéis tenham a segunda mais elevada participação no total de escravos entre os cinco municípios selecionados. A ideia de que a sociedade brasileira no período colonial e monárquico se resumiria a grandes senhores de escravos e milhares de agregados vinculados à casa-grande mostra-se, novamente, incompatível com os dados recolhidos em fontes primárias. A coexistência com centenas de pequenos e médios agricultores, com comerciantes, artesãos e funcionários públicos, quase todos com a posse de pelo menos 1 ou alguns escravos, parece corresponder à realidade de diversas comunidades. Ainda quanto a Laranjeiras, os grandes plantéis, equivalentes a 8,9% do total, compreendiam 52,9% dos escravos, eviden-

ciando a proeminência dos grandes proprietários escravistas, os quais eram, geralmente, proprietários de terras ou lavradores. Observe-se que, não obstante a participação dos grandes plantéis em Laranjeiras ser menor que a média da Província, o número de escravos desses grandes proprietários é relativamente maior que o da média provincial.⁸

O outro município açucareiro da amostra, Capela, apresenta uma menor participação dos plantéis pequenos. Quanto aos plantéis médios, porém, a participação é praticamente o dobro da análoga de Laranjeiras, sem que o número de escravos tenha o equivalente acréscimo. Os grandes plantéis, em Capela, têm uma maior participação, quase idêntica (a) à média provincial, mas o número de escravos possuídos pelos grandes proprietários é maior que a média da Província.

Em Itabaianinha, município da Mata Sul, havia, na segunda metade do século XIX, em torno de 50 engenhos de açúcar. Sua localização, relativamente distante dos portos litorâneos, colocava um obstáculo a maior crescimento da produção voltada para o mercado internacional e nacional. Os engenhos eram geralmente pequenos e tiveram dificuldades em acompanhar o processo de modernização com a introdução de máquinas a vapor e caldeiras a vácuo, que ocorreu na Província, a exemplo de outras regiões do Brasil. Quanto à distribuição da propriedade escrava, apresentava uma participação dos pequenos plantéis semelhante à da média provincial; os plantéis médios apresentavam uma participação maior que a média provincial e os plantéis grandes

8 Sobre a propriedade escrava em Laranjeiras, vide: PASSOS SUBRINHO (1997).

apresentavam uma participação menor que a média provincial. Quanto ao número de escravos, os três tipos de plantéis têm aproximadamente um terço dos escravos do município, o que significa uma participação acima da média provincial para o caso dos pequenos e médios plantéis e, abaixo da média provincial, para o caso dos grandes plantéis.

Em Vila Nova, no Agreste-Sertão do São Francisco, eram 52 os engenhos de açúcar em 1856 e apenas 23 em 1881. Localizada às margens do Rio São Francisco, Vila Nova era beneficiada pela existência de pequeno porto fluvial e pela diversificação de atividades econômicas: pesca, pecuária, lavouras de algodão e arroz. Quanto à propriedade escrava, apresenta um padrão muito semelhante ao da média provincial, sendo surpreendente apenas a grande participação dos plantéis grandes no total dos escravos possuídos; acima, inclusive, dos índices alcançados pelas cidades da Zona da Mata.

Finalmente, Simão Dias, vila do Agreste-Sertão Sul, localizada em rota terrestre de comércio com o sertão baiano, era dedicada à pecuária e à agricultura voltada para o consumo local e regional. Quanto à propriedade escrava, caracterizava-se pela participação de pequenos plantéis abaixo da média da Província (tendo tais plantéis um conjunto de escravos também inferior à média provincial.) Os plantéis médios, por outro lado, tinham participação maior que a média da Província, com mais escravos que os congêneres localizados em outros municípios sergipanos. Quanto aos grandes plantéis, eram eles menores do que as médias correspondentes para a Província como um todo, tanto em

sua participação no total de plantéis, quanto ao número total de escravos desses grandes proprietários.

Malgrado todas as lacunas que essas listas de classificação de escravos de municípios da Província de Sergipe deixam, podemos ter alguma segurança em afirmar: a) a importância da pequena propriedade escrava, difundida, na década que antecedeu a abolição, por amplos setores da sociedade sergipana e em todas as suas regiões; b) a significativa participação dos grandes plantéis no total dos escravos possuídos, principalmente nos municípios de Laranjeiras e Capela, na Zona da Mata, onde os mesmos alcançam mais de 50% do total dos escravos.

Se fornecem um retrato de um momento específico da história econômica e social da Província, essas listas, por si mesmas, não conseguem captar o possível movimento de concentração da propriedade escrava entre os senhores de terras mais capitalizados, especialmente os cafeicultores do Centro-Sul brasileiro, aventada por diversos estudiosos, mesmo por alguns dos responsáveis pelas pesquisas mais instigantes recentemente produzidas. Assim, por exemplo, em um ensaio coletivo se afirma que, após a metade do século XIX, os maiores produtores locais do município fluminense de Capivary continuavam comprando escravos, enquanto os pequenos produtores, especialmente os detentores de plantéis com menos de cinco escravos, tendiam a vendê-los, indicando, portanto, um processo de concentração da propriedade escrava. Após apresentar outros indícios, os autores concluem afirmando que: “O tráfico interno parece ter engendrado um circuito de concentração social da pro-

priedade escrava que acabou por se refletir especialmente numa maior concentração de cativos nas áreas cafeeiras.”⁹

São conhecidos os dados globais que indicam maior concentração espacial da população escrava nas províncias cafeeiras. Um segundo passo é inferir que outras regiões do Brasil não necessitavam de trabalho escravo e os proprietários de cativos dessas regiões estavam interessados fortemente em vendê-los para proprietários das regiões cafeeiras, e que, a partir de certo momento, esses mesmos proprietários passam a compor uma frente política abolicionista, tendo como fundamento seu desinteresse pelo destino da propriedade escrava.

Na realidade, há ainda muito estudo a ser feito. É necessário conhecer a estrutura de posse de escravos das províncias do “Norte Agrário”, bem como de outras regiões exportadoras de escravos, assim como das regiões cafeeiras, e ter informações mais precisas acerca da evolução dessa estrutura nos últimos anos do regime escravista. Sem isso, os fundamentos econômicos do suposto abolicionismo de uns e o arraigado escravismo de outros não passarão de hipótese de trabalho, por vezes guindada ao *status* de axioma.

Abaixo apresentamos (Tabela 8.5) dados sobre o município sergipano de Estância, a partir dos inventários existentes no Cartório do 2º Ofício desse município e atualmente sob a guarda do Arquivo Judiciário.

9 CARDOSO (1988: 39). Ver também: CASTRO (1987).

Tabela 8.5: Estância, Sergipe: Proprietários de Escravos e não Proprietários: 1850-1888

Período	Proprietários		Não Proprietários		Número	Total
	Número	Percentual	Número	Percentual		
1850-1859	134	62,0%	82	38,0%	216	36,9%
1860-1869	89	53,3%	78	46,7%	167	28,5%
1870-1879	60	54,0%	51	46,0%	111	18,9%
1880-1888	39	42,4%	53	57,6%	92	15,7%
Total	322	54,9%	264	45,1%	586	100,0%

Fonte: ALMEIDA (2000: 60). (O autor foi bolsista do programa PIBIC/CNPq/UFS sob a orientação de Josué Modesto dos Passos Subrinho)

Foram examinados 586 inventários referentes ao período 1850-1888. O exame desses inventários nos leva a concluir que os escravistas eram maioria, visto que 264 inventários, isto é, 54,9% do total, acusavam a presença de escravos entre os bens do falecido. A classificação desses inventários por décadas, entretanto, revela uma tendência interessante: a participação relativa dos proprietários de escravos declina de 62%, na década de 1850, para 53,3%, na década de 1860. Na década de 1870, há uma interrupção nessa tendência, com um ligeiro crescimento no percentual de proprietários de escravos, que chega a 54%. Finalmente, no período 1880-88, retorna a tendência ao declínio da participação dos proprietários de escravos, que não passam de 42,4%, minoritários, portanto, em relação aos não proprietários.

Resumindo, podemos constatar uma tendência à redução na participação dos proprietários de escravos, no

município de Estância, entre os anos 1850 e 1888: de 62% na década de 1850 para 42,4% no período 1880-1888. Contudo essa tendência não é tão intensa quanto a suposição implícita em análises abrangentes sobre o comportamento demográfico e econômico da população escrava nos últimos anos do escravismo, visto que, ainda às vésperas da abolição, a participação dos proprietários de escravos era significativa no universo de inventários feitos após a morte dos proprietários de bens.

Um outro ângulo a ser analisado é a distribuição dos plantéis, tendo em vista a suposição de redução do número de pequenos plantéis em decorrência das vendas de escravos pelos pequenos proprietários para os maiores, com implicações, inclusive, na redistribuição regional da população escrava. Vejamos os dados para o município de Estância (Tabela 8.6). Computamos os plantéis dos 322 proprietários de escravos, cujos inventários encontram-se no Cartório do 2º Ofício de Estância, referentes ao período 1850-1888. Para fins de análise subdividimos o período em dois, 1850-1869 e 1870-1888. Foram registrados 2.233 escravos, resultando numa média de aproximadamente 7 escravos por plantel, considerando todo o período, de 1850 a 1888; 7,7 escravos por plantel para o período 1850-1869 e pouco mais de 5 por plantel para o período 1870-1888. A redução do plantel médio era esperada em decorrência da redução da população escrava no Município após 1850. Assim, de uma população de 3.184 cativos em 1850, chegou-se a 2.668 em 1873 e a 1.240 em 1887. Tendo a redução da população escrava sido especialmente forte no período 1873-1887, poder-se-ia esperar uma grande concentração da população escrava

remanescente entre os maiores plantéis. Esse será o objeto de análise na Tabela 8.6.¹⁰

Tabela 8.6: Estância, Sergipe: Distribuição da Propriedade Escrava, 1850-1888

Período	Tamanho dos Plantéis	Proprietários		Escravos	
		Número	Part. Relat.	Número	Part. Relat.
1850-1869	1 escravo	48	21,3%	48	2,8%
	Até 4 escravos	123	54,7%	262	15,1%
	5 a 9 escravos	57	25,3%	392	22,7%
	10 a 39 escravos	37	16,4%	550	31,8%
	40 ou mais	8	3,6%	526	30,5%
	Total	225	100%	1.730	100%
1870-1888	1 escravo	22	22,7%	22	4,4%
	Até 4 escravos	63	64,9%	137	27,2%
	5 a 9 escravos	20	20,6%	128	25,4%
	10 a 39 escravos	14	14,4%	238	47,3%
	40 ou mais	0	0,0%	0	0,0%
Total	97	100%	503	100%	
1850/1888	Total Geral	322	100%	2.233	100%

Fonte: ALMEIDA (2000).

Os plantéis com um único escravo correspondiam, no período 1850-1869, a 21,3% do total de plantéis, compostos, por sua vez, de 2,8% dos escravos. No período seguinte, houve elevação tanto na participação dos plantéis de um único escravo no total de plantéis, quanto da participação no total de escravos detidos por esses plantéis unitários.

10 Cf. PASSOS SUBRINHO (2000: 76, 422, 430).

Se tomarmos o número de 4 escravos como o limite superior dos pequenos plantéis, concluiremos que os mesmos eram majoritários no período 1850-1869 (54,7%), e, mais importante, que sua participação relativa cresceu no período subsequente para quase 65% dos plantéis. Ou seja, além de serem o tipo mais frequente de plantel, a tendência, no transcorrer do tempo, foi o aumento da predominância dos pequenos plantéis. Da mesma forma, ao considerarmos o total de escravos detidos por esse tipo de proprietários, constatamos que sua participação no total do estoque de escravos cresceu de pouco mais de 15% para pouco mais de 27% entre os dois períodos em estudo.

Quanto aos plantéis médios, considerando-se a faixa de 5 a 9 escravos, apresentaram comportamento divergente. A participação dos mesmos no número total de plantéis é reduzida de 25,3% no primeiro período para 20,6% no segundo. O total de escravos desses plantéis, entretanto, sobe, de 22,7% no primeiro período, para 25,4% no segundo período.

Quanto aos grandes plantéis, ou seja, os de mais de 10 escravos, devemos considerar duas faixas. A primeira, de 10 a 39 escravos, compreendia, no primeiro período, 16,4% dos plantéis e 31,8% dos escravos. No segundo período houve um decréscimo na participação desse segmento, que passou a representar 14,4% do total de plantéis. Entretanto, a fatia de escravos dessa faixa passou para 47,3%, atestando a continuidade da importância dos grandes proprietários no controle de boa parte do estoque de escravos. Se considerarmos a faixa dos plantéis acima de 40 escravos, no período 1850-69, a mesma correspondia a 3,6% dos plantéis, controlando 30,5% dos escravos. No período seguinte

essa faixa simplesmente desapareceu, mostrando o efeito da redução da população escrava do município sobre os plantéis maiores.

Resumindo, podemos afirmar que, pelo menos para o município sergipano de Estância, não se pode afirmar que tenha havido uma tendência à concentração da população escrava pelos grandes detentores de cativos. Antes pelo contrário, os pequenos plantéis tiveram aumento tanto em termos de participação relativa no número de plantéis, quanto no total de escravos controlados pelos mesmos. Ressalte-se ainda que se partiu, no período 1850-1869, de uma base ampla de proprietários de escravos, com forte predominância dos pequenos plantéis. Há que se considerar que os proprietários de escravos eram majoritários entre os habitantes que deixavam bens que justificassem a abertura de inventários, no período inicial, passando à situação de minoritários apenas no período 1880-1888, ou seja, nas vésperas da abolição da escravidão.

Conclusões

À guisa de conclusão reiteraríamos alguns pontos já mencionados no transcorrer deste trabalho e tentaríamos, com os devidos cuidados, extrapolar os resultados a que chegamos, passando a um cenário mais amplo.

Em Sergipe, a partir do exame de 14 listas de classificação de escravos que representam em tomo de um terço da população escrava então existente, e abrangendo diversas regiões da Província, pudemos confirmar algumas conclusões de estudos recentemente realizados abordando outras regiões brasileiras.

Na primeira metade da década de 1870, em Sergipe, a propriedade escrava estava fortemente disseminada pelas diversas atividades econômicas, regiões e segmentos sociais. Havia uma ampla base social de proprietários de escravos e os grandes plantéis eram os de acima de uma dezena de escravos, os quais não chegavam a representar mais de 10% dos plantéis, comportando, contudo, quase a metade do total de escravos. O plantel de um único escravo era, em geral, o plantel modal e os pequenos plantéis eram fortemente majoritários. Quanto ao número total de escravos possuídos, tal fato não se repetia, havendo concentração dos escravos entre os médios e grandes plantéis.

A interrupção do tráfico internacional de escravos para o Brasil, em 1850, abriu uma nova fase no funcionamento da economia escravista e colocou na ordem do dia as possibilidades de sobrevivência dessa formação econômico-social. Há muito se reafirma a existência de tensões e rearranjos internos por que o País teria passado para manter a economia em funcionamento e em forte expansão, no caso da economia cafeeira, com base no trabalho escravo, enquanto não se viabilizavam novas formas de oferta de força de trabalho.¹¹ Sem bases estatísticas, diversos ensaístas aventaram a importância crucial do tráfico interno tanto para a viabilização da expansão das regiões dinâmicas quanto para o suporte que as elites políticas das regiões estagnadas teriam dado aos projetos de lei abolicionistas, uma vez que nessas regiões o trabalho escravo teria deixado de ter qualquer importância econômica e os escravos mais produtivos

11 FURTADO (1979).

já teriam sido vendidos para a nova fronteira agrícola, que estava ameaçada, assim, com a formação de um imenso estoque de ativos, cujos valores poderiam ser pulverizados.

Em trabalhos anteriores tentamos demonstrar a pequena relevância da exportação líquida de escravos na explicação da redução da população escrava sergipana, havendo, contudo diferenciações entre as diversas regiões da Província. As regiões açucareiras foram as menos atingidas pelo comércio interprovincial de escravos.

Um corolário da suposta importância crucial do tráfico interno de escravos seria a concentração da população escrava nos plantéis dos grandes escravistas, especialmente cafeicultores das províncias cafejeiras. Insinua-se, mais do que se afirma, o surgimento de segmentos latifundiários não mais comprometidos com o futuro da propriedade escrava, os quais teriam se aliado na última hora com os líderes mais dinâmicos da cafeicultura paulista no golpe fatal que liquidou a propriedade escrava e o regime monárquico. Fazendo ou não homenagens ao movimento abolicionista e à resistência escrava, sempre há um pano de fundo, uma última instância a lastrear esse pacto entre o velho e o novo que colocou a pá de cal na propriedade escrava.

As informações obtidas pelo presente estudo confirmam o sentido das mudanças. Efetivamente os proprietários de escravos se tomaram minoritários entre as pessoas para as quais se fizeram inventários. O problema está na velocidade da mudança e no peso da mesma para explicar tão grande aceleração de acontecimentos e a tão grave decisão que foi a abolição da propriedade escrava. A constatação de que havia uma muito ampla base social de proprietários

de escravos, e todos os estudos recentes concluem nessa direção, e, mais ainda, de que as mudanças econômicas na segunda metade do século XIX não foram tão intensas que alterassem significativamente a posse de escravos, ou seja, que estreitassem fortemente a base social dos proprietários de escravos, reduzindo-os a setores econômicos específicos e a regiões determinadas, nos fazem repensar as relações do econômico com o sócio-político. Claramente as explicações economicistas parecem insuficientes, se não por razões mais profundas, pela fraqueza das mudanças econômicas para embasar tão profunda mudança na sociedade brasileira que foi a abolição da escravidão. Evidentemente estamos falando de uma ponta do *iceberg*, novos e mais profundos estudos precisarão ser feitos para conclusões definitivas.

ANEXO 1

Tabela 8.7: Província de Sergipe. 1873-1875 - Distribuição da Propriedade Escrava a partir das listas de classificação de Escravos para serem libertados pelo fundo de Emancipação

NÚMERO DE PROPRIETARIOS

Tamanhos dos Plantéis	Campos	Simão Dias	Lagarto Riachão	Ilha do Ouro	Propriá	Vila Nova	Estância	Itabaininha	Capela Laranjeiras	Japarutaba	Rosário	Marumim	TOTAL
1	61	51	135	43	64	14	141	136	231	272	30	9	1257
2	23	25	56	22	25	11	58	60	91	54	12	10	483
3	5	12	40	6	7	0	35	28	59	34	12	2	256
4	10	11	35	11	3	4	19	20	41	14	5	3	185
5	4	10	18	3	2	0	19	17	25	14	7	2	126
Até 5	103	109	284	85	101	29	272	261	447	388	66	26	2307
6 a 10	11	16	31	20	0	1	31	29	65	25	15	3	262
11 a 15	0	5	10	6	0	0	7	8	15	15	2	1	75
16 a 20	1	4	5	5	0	0	6	5.	14	5	4	1	52
21 a 40	0	0	3	3	0	0	1	5	14	12	3	0	47
Acima de 41	0	0	0	1	0	0	2	0	8	4	3	0	18
Total	115	134	333	120	101	30	148	317	563	449	93	31	2761

Fontes Manuscritas

Arquivo Público do Estado de Sergipe. (APES) AG¹_{03/A}
Doc.1. Província de Sergipe. Município da Vila dos Campos.
09.11.1873. Classificação dos Escravos para serem libertados
pelo Fundo de Emancipação.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 2. 29.09.1874. Classificação dos escravos
do (m)Município da Vila do Rosário do Catete.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 3. 25.10.1874. Cópia da Classificação dos
escravos do Município da Vila de Itabaianinha.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 4. Província de Sergipe. 15.09.1875.
Município da Ilha do Ouro. Classificação dos escravos para
serem alforriados pelo Fundo de Emancipação.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 5. 15.09.1875. Província de Sergipe. Vila
do Município de Maruim. Classificação dos escravos para
serem libertos pelo Fundo de Emancipação.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 6. 03.10.1875. Cópia da Classificação dos
Escravos do Município de Japaratuba.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 7. Província de Sergipe. Vila Nova.
01.12.1875. Lista de Classificação dos Escravos para serem
libertados pelo Fundo de Emancipação.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 8. Província de Sergipe. Lagarto, s/do
Observação: Anexo ao ofício de 06.12.1875.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 9. Província de Sergipe. Capela.
25.11.1875. Lista de Classificação dos Escravos para serem
libertados pelo Fundo de Emancipação.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 10. Província de Sergipe. Cópia da
Classificação dos escravos do (m)Município de Laranjeiras,
s/do Obs.: anexo ao ofício de 12.12.1875.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 11. Província de Sergipe. Propriá. Lista de classificação dos Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 12. Cópia da classificação dos escravos do Município da Vila do Riachão, s/do Observação: anexo ao ofício de 17.06.1875.

APES. AG¹_{03/A} Doc. 13. Província de Sergipe. Município de Simão Dias, s/do Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação. Obs. Anexo ao ofício de 14.11.1875.

Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe. Cartório de Estância 2º Ofício. Livro para Classificação dos Escravos que foram libertados pelo Fundo de Emancipação. 06. 04. 1874.

Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe. Cartório de Estância, 2º Ofício, Sub-Série Inventários, Caixas: 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 49A, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 66A, 67, 68, 69, 70, 71, 71 A , 72, 72A, 73, 73A, 74, 75, 76, 77, 77A, 78, 79.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Márcio Rogers MeIo de. *Aspectos Relativos à Propriedade Escrava na Província de Sergipe: Zona da Mata-Sul (1850/88)*. Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Economia, como um dos requisitos à conclusão do bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2000.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 23 edição. São Paulo: Brasiliense, 1964.

BRASIL. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Relatório anexo ao do Ministério dos Negócios do Império, de 1875. Relatório e Trabalhos Estatísticos Apresentados ao Dmo. e*

Exm. Sr. Conselheiro Dr. João Alfredo Correia de Oliveira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império pelo Diretor Geral Interino Dr. José Maria do Couto em 30.04.1875. Rio de Janeiro. Typ. De Pinto, Brandão & Comp., 1875.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravidão e Abolição no Brasil; Novas Perspectivas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CASTRO, Hebe Maria M. de. *Ao Sul da História.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. “Demografia e Economia numa Região Distante dos Centros Dinâmicos: Uma Contribuição ao Debate sobre a Escravidão em Unidades Exportadoras e Não-Exportadoras.” *Estudos Econômicos* 26(1): 111-136, jan./abr. 2006.

COSTA, Iraci deI Nero da & NOZOE, Nelson H. “Elementos da Estrutura de Posse de Escravos em Lorena no Alvorecer do Século XIX.” *Estudos Econômicos* 19(2): 319-345, mai./ago. 1989.

COSTA, Iraci deI Nero da. *Arraia-Miúda; Um Estudo sobre os Não-Proprietários de Escravos no Brasil.* São Paulo: MGSP, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* 3ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. *População Escrava da Província do Paraná a partir das listas de Classificação para Emancipação, 1873-1886.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

KARASCH, Mary. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850.* Princeton, Princeton University Press, 1987.

MARCONDES, Renato Leite. “A Pequena e a Média Propriedade na Grande Lavoura Cafeeira do Vale do

Paraíba.” *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora. 4(2):35-54, 1998.

MELO, Evaldo C. de . *O Norte Agrário e o Império: 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

MOTT, Luiz R. B. “Estrutura Demográfica das Fazendas de Gado no Piauí-Colonial: Um Caso de Povoamento Rural Centrífugo.” *Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, 30 (10):11961210, outubro/1978.

MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres; Posse de Cativos e Família Escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. “Escravos e Senhores no Crepúsculo do Escravismo: Laranjeiras, Província de Sergipe”. *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia*. 2: 995-1014. Recife: ANPEC, 1997.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do Trabalho; Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro: Sergipe 1850-1930*. Aracaju: Funcaju, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835*. Trad. L. T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Investigações Sobre os Recenseamentos da População Geral do Império*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986. [Edição original: Memória anexa ao *Relatório do Ministério do Império*, apresentado, em 1870, pelo titular da pasta, Conselheiro Paulino José Soares de Souza.]

SLENES, Robert W. “O que Rui Barbosa não Queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no Século XIX.” *Estudos Econômicos* 13:117-150, 1983.

DEMOGRAFIA DAS POPULAÇÕES ESCRAVAS: Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Sul

FLÁVIO R. VERSIANI, LUIZ PAULO F. NOGUERÓL, RENATO L.
MARCONDES E JOSÉ R. O. VERGOLINO

No presente capítulo trataremos da estrutura demográfica da população escrava em áreas de nosso Projeto: Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Nos últimos dois casos, com base em dados de inventários, cobrindo todo o século XIX; no Maranhão, a partir de um levantamento censitário efetuado em 1848.

A demografia escrava tem relação estreita com o tráfico africano e sua evolução ao longo do tempo. O fato de que tenham chegado da África mais homens e mais jovens, por exemplo, obviamente influenciou na composição etária e de gênero das populações cativas. Outros fatores que podem afetar a constituição demográfica de uma determinada população — embora nem sempre possam ser aferidos com alguma precisão — são o tráfico interno de escravos e a ocorrência de alforrias.

Uma característica da população escrava no Brasil é o fato de que seu crescimento natural — mais crianças sobreviventes do que mortes, num dado período — foi, regra geral, negativo. Como sucedeu, aliás, na generalidade das demais populações escravas das Américas, com a notável

exceção dos Estados Unidos. A historiografia sobre a escravidão brasileira tem registrado, no entanto, alguns casos em que provavelmente ocorreu crescimento positivo, de tal forma que, independentemente do tráfico africano, tenha havido aumento (ou não redução) do número de escravos. Veremos abaixo que há indícios desse tipo de situação, em algumas populações escravas objeto de nosso estudo.

A próxima seção examina a evolução do tráfico africano e da população escrava nas regiões estudadas. A terceira seção trata da questão do crescimento, negativo ou positivo, das populações escravas, e a quarta examina a estrutura etária e de gênero nas populações estudadas. A quinta seção resume os pontos principais do capítulo.

Tráfico africano e população escrava nas três regiões

Evolução do tráfico

Os africanos trazidos para as Américas eram vendidos em solo americano como mercadorias e, em princípio, empregados na produção de outras mercadorias, igualmente destinadas ao comércio internacional: açúcar, ouro, algodão, fumo, café. Mas sabe-se que o trabalho escravo não foi usado apenas nesses misteres, porque esteve envolvido em várias outras atividades, como trabalho doméstico, artesanato, comércio, transportes, produção agropecuária voltada ao mercado interno (ver o capítulo 1). É evidente, contudo, que a causa primeira do tráfico africano foi a intensa demanda por mão de obra para a produção exportável.

A limitada base demográfica da metrópole portuguesa não é a única explicação para a utilização do trabalho escravo na atividade produtiva colonial. Países com contingente populacional mais amplo, como a Espanha, a Inglaterra e a França, também usaram mão de obra escrava (Novais, 1995: 92 – 106) — ou outras formas de trabalho compulsório — tanto para a produção voltada ao consumo local quanto para a produção exportável de suas colônias.¹ A questão central é que a remuneração necessária para mobilização de trabalhadores livres nas grandes *plantations* resultaria em custos maiores que os do trabalho forçado. O uso do trabalho escravo relacionou-se basicamente com a busca de maior taxa de lucro. Esse tema é explorado no capítulo 10 do livro.

O total de escravos chegados ao Brasil, em todo o período do tráfico, é estimado em cerca de 4,9 milhões, o que representa aproximadamente 45% do montante global de cativos africanos desembarcados nas Américas. A Tabela 9.1 mostra a evolução desse quantitativo, por região de desembarque, segundo a ampla base de dados sobre o tráfico africano de escravos, divulgada na última década.²

1 A servidão temporária — os *indentured servants* — foi muito utilizada nas colônias inglesas da América do Norte. Outros tipos de trabalhadores compulsórios, na América espanhola, foram os *mitayos*, os *naborías* e os *encomendados*.

2 Voyages Database, 2010. Citado daqui em diante como “Slavevoyages”.

Tabela 9.1: Número estimado de escravos desembarcados no Brasil, por região de desembarque, 1551–1856.

Período	Região de Desembarque						
	Pará	Maranhão	Pernambuco	Bahia	Rio de Janeiro (*)	Não especificado	Brasil
1551-1575			2.461				2.461
1576-1600			16.110	5.647	4.770	287	26.814
1601-1625			77.060	46.278	32.395	735	156.468
1626-1650			44.978	69.239	48.317	1.404	163.938
1651-1675			41.263	94.921	68.248	143	204.575
1676-1700		724	83.221	103.035	72.123		259.103
1701-1725		1.289	110.748	184.871	121.938	3.092	421.938
1726-1750		168	73.430	231.174	159.523	2.895	467.190
1751-1775	13.85 3	9.099	70.653	176.069	204.942	1.419	476.035
1776-1800	13.86 7	34.642	74.505	223.790	270.157	8.074	625.035
1801-1825	12.06 7	45.923	170.015	256.268	499.566	27.609	1.011.44 8
1826-1850	1.334	8.680	89.038	158.083	776.366	8.383	1.041.88 4
1851-1856			350	981	5.568		6.899
Totais	41.12 1	100.525	853.832	1.550.35 6	2.263.913	54.041	4.863.78 8

(*) Inclui pequena proporção de desembarques em outros portos do Sudeste.

Fonte: Maranhão: Silva (2008); outras regiões: Slavevoyages.

O Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís, nessa ordem, foram os principais portos do comércio negreiro. Até a invasão holandesa, Pernambuco predominou; em seguida, o movimento do tráfico deslocou-se para Salvador, até meados do século XVIII; daí para a frente, a maioria dos desembarques ocorreu no Rio de Janeiro.

Chama a atenção o fato de que mais da metade dos escravos trazidos ao Brasil nos três séculos de tráfico — 55% do total — desembarcaram entre 1775 e 1850. Até a última década, quando se tornaram conhecidos dados mais completos sobre as viagens do tráfico, era comum a suposição de que esse teria sido um período de estagnação da economia brasileira³. No entanto, os números do tráfico são pouco compatíveis com a noção de uma economia estagnada, indicando investimento significativo na importação de mão de obra cativa, compatível com a ideia de um revigoramento da produção agrícola nesse período (ver sobre isso o capítulo 10 do livro).

No caso do Maranhão, a entrada de escravos foi quase inteiramente concentrada no meio século a partir de 1775, período do apogeu da lavoura algodoeira nessa província. Também a partir desse ano a importação de cativos mostra tendência ascendente em Pernambuco (assim como na Bahia), depois de uma fase de decréscimo, atingindo, no primeiro quartel do século XIX, o maior volume, desde o início do tráfico africano. Foi um período favorável para as lavouras pernambucanas de açúcar e de algodão (cf. o capítulo 10).

No que toca às outras duas províncias de nosso interesse, Sergipe e Rio Grande do Sul, não há informações detalhadas sobre a cronologia da entrada de escravos africanos, que se deu principalmente por via da Bahia, no primeiro caso, e do Rio de Janeiro, no segundo.⁴ É provável que em Sergipe, de estrutura produtiva similar à de Pernambuco, os desembarques de africanos tenham seguido o mesmo pa-

3 Notadamente Furtado (1959: caps. 16 e 19). Arruda (1972: cap.5), com base em dados de exportação, refutou o argumento de Furtado com relação ao final do século XVIII.

4 Sabe-se que comerciantes fluminenses dominavam os negócios no Rio Grande do Sul no início do século XIX (Osório, 2001).

drão dessa província, no século XIX. Também no Rio Grande do Sul parece ter havido entrada significativa de escravos africanos na primeira metade do Oitocentos, período de grande desenvolvimento da produção de charque, iniciado na última década do século XVIII.⁵

O acúmulo de desembarque de escravos no último quartel do século XVIII e primeiro do XIX, no Maranhão, ajuda a explicar o fato de que houvesse mais escravos do que livres nessa província, em 1819, segundo o levantamento populacional elaborado pelo Conselheiro Velloso de Oliveira — caso único entre todas as províncias do Império. No primeiro Recenseamento geral do País, em 1872, a proporção de escravos na população maranhense ainda superava a média nacional em um terço (ver a Tabela 9.2).

Tabela 9.2: Percentual de escravos nas populações de diferentes províncias, 1819– 1872.

PROVÍNCIAS	1819	1872
Maranhão	66,7%	20,9%
Pernambuco	26,5%	10,6%
Sergipe	22,8%	12,8%
Rio Grande do Sul	30,7%	15,6%
BRASIL	30,8%	15,2%

Fonte: IBGE (1990:32)

5 Sobre o tráfico de escravos para o Rio Grande do Sul, v. Berute (2006).

Composição de sexo no tráfico

No tráfico africano para as Américas predominou o sexo masculino, na relação aproximada de dois homens para cada mulher: estima-se que, em todo o período do tráfico, a porcentagem de homens entre os cativos que cruzaram o Atlântico tenha sido da ordem de 65%.⁶

Há indicações de que essa proporção de gêneros tenha sido influenciada tanto pelo lado da demanda como pelo lado da oferta. No que se refere à demanda, sabe-se que várias das atividades envolvidas na grande lavoura e na mineração envolviam considerável esforço físico, o que indicaria uma preferência por indivíduos fisicamente mais fortes: jovens do sexo masculino. No que toca à oferta, os traficantes aparentemente tinham maior facilidade em obter cativos do sexo masculino, na África. Notou-se uma tendência secular ao aumento da proporção de homens (e também de crianças) no tráfico transatlântico, o que parece relacionar-se às condições prevaletentes na África (Eltis & Engerman, 1992). Essas questões são examinadas no Capítulo 11 do livro.

A Tabela 9.3 mostra as porcentagens de homens no tráfico para o Brasil, segundo os portos de entrada.⁷ Cabe notar que a proporção do sexo masculino nas viagens para o País anteriores a 1700 (55,6%) é inferior à mostrada na tabela (66,2%), referente a todo o período. O que converge com a evidência de um aumento secular na participação do sexo masculino no tráfico.

6 Slavevoyages, (Voyages Database, Summary Statistics) . A proporção estimada é 64,6%, com desvio padrão de 12,4%.

7 As proporções da Tabela 9.3 referem-se às viagens do tráfico para as quais há informação sobre sexo (cerca de 2% do total de viagens para o Brasil).

Tabela 9.3: Proporção estimada de pessoas do sexo masculino no tráfico transatlântico de escravos para o Brasil.

Região de Desembarque	Porcentagem	Desvio Padrão
Maranhão	64,5%	12,1%
Pernambuco	71,2%	20,9%
Bahia	79,2%	13,5%
Rio de Janeiro (*)	71,2%	13,0%
BRASIL	66,2%	14,6%

(*) Inclui pequena proporção de desembarques em outros portos do Sudeste.

Fonte: Slavevoyages (Voyages Database, Summary Statistics).

Pode-se admitir que períodos de maior intensidade de tráfico favorecessem uma tendência a maior proporção de homens na população escrava. É razoável supor que a maior intensidade do tráfico, por sua vez, se relacionasse à maior demanda brasileira por cativos, causada pela prosperidade econômica das diferentes regiões que recebiam a imigração forçada. Do mesmo modo, a perda de dinamismo econômico diminuiria a demanda pelos escravos, reduzindo o impacto do tráfico na estrutura demográfica local, do que resultaria, em princípio, maior proporção de mulheres e de crianças nascidas no Brasil. Isto poderia facilitar um crescimento demográfico da população escrava. Tal fenômeno tem sido assinalado na literatura (Bergad, 1999; Libby & Paiva, 1995), e veremos que os dados de nosso Projeto mostram alguns indícios dele.

Evolução da população escrava no século XIX

É de se esperar que a evolução da população escrava, assim como a do tráfico africano, guarde relação com o rit-

mo de desenvolvimento da atividade econômica nas quatro províncias que enfocamos. Mas enquanto no caso do tráfico dispõe-se atualmente de números razoavelmente precisos, desde o século XVI, dados sobre a quantidade de escravos, por província, só existem para o século XIX.

A Tabela 9.4 compara o número de cativos em 1819, segundo os dados do Conselheiro Velloso, e em 1873, de acordo com a matrícula dos escravos determinada pela Lei do Ventre Livre, de 1871. Considera-se que os dados da matrícula são mais corretos do que os do Censo de 1872, quanto aos escravos, principalmente pelas penalidades previstas para os proprietários que não matriculassem seu plantel.⁸

Os aumentos da população escrava em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Tabela 9.4) certamente refletem, em grande parte, a expansão cafeeira. Mas chama a atenção o forte aumento no Rio Grande do Sul — o maior aumento percentual das vinte províncias do Império —, o que condiz com a expansão vigorosa da atividade de produção gaúcha de charque, no século XIX (ver o capítulo 3 do livro).

No Maranhão, há uma queda substancial da população escrava, o que é compatível com a redução do tráfico africano após 1825, como visto acima, e com a decadência da principal produção escravista da província, o cultivo de algodão, nesse período (também referida no capítulo 3).

Em Sergipe e Pernambuco o aumento foi também significativo. No caso de Pernambuco, em lugar da estimativa do Conselheiro Velloso para 1819, ao que tudo indica

8 Para o total do País a diferença entre os dois arrolamentos é pouco relevante, mas em algumas províncias, entre elas Sergipe e Rio Grande do Sul, a subcontagem de escravos no Censo foi significativa; v. Slenes (1975: cap.2).

exagerada, utilizou-se o número apurado no censo realizado nessa província em 1827.⁹

O aumento da massa escrava nessas duas províncias, onde predominava a atividade açucareira, é um dado significativo. São comuns, na literatura, referências a um retrocesso da lavoura nordestina, na segunda metade do século XIX. Caio Prado Júnior, por exemplo, falou numa “decadência das lavouras tradicionais” do Norte, em contraste com a prosperidade crescente do café no Centro-Sul, ressaltando como fatores desfavoráveis o crescimento de produções concorrentes em outros países, em condições mais vantajosas (como o açúcar de beterraba na Europa e o algodão norte-americano e asiático), e o deslocamento para o Sul de “escravos do Norte depauperado [...] agravando assim ainda mais a situação deste”. Na mesma linha, Viotti da Costa, referindo-se à Bahia nos anos 1860, escreveu: “A Província despovoava-se de escravos”. Mas também na Bahia o número de escravos aumentou, entre 1819 e 1873, em 17%.¹⁰

9 O número de escravos de Pernambuco em 1819, pela estimativa do Conselheiro Velloso, seria de 97.633. Considerando que mais de 50 mil cativos desembarcaram na província entre 1820 e 1826, segundo dados de Slavevoyages, e que o censo de 1827 anotou 80.265 escravos (Figueira de Mello, 1979[1852]: 1º Mapa Geral da População...), aquela estimativa parece pouco fidedigna.

10 Prado Jr. (1959:161-63); Costa (1966:131). Dados para a Bahia como na Tabela 4.3.

Tabela 9.4: Variação na População Escrava em Algumas Províncias entre 1819 e 1873

PROVÍNCIAS	População escrava		
	1819	1873	Variação
Maranhão	133.332	74.939	– 44 %
Pernambuco	80.265(*)	93.496	17 %
Sergipe	26.213	32.974	26 %
Rio Grande do Sul	28.253	83.370	195 %
Rio de Janeiro e Corte	146.060	352.004	141 %
Minas Gerais	168.543	333.436	98 %
São Paulo	77.667	169.964	119 %
BRASIL	1.107.389	1.546.581	40%

(*) Dado de 1827.

Fonte: IBGE (1990:32); Slenes (1975:57); Figueira de Mello, 1979[1852].

Como observou Passos Subrinho (2000) para o caso de Sergipe — e suas observações podem ser estendidas para Pernambuco — “as dificuldades dos produtores nordestinos não impediram um aumento da quantidade de açúcar produzida e exportada para os mercados nacionais e estrangeiros”. Em Sergipe, a exportação média anual passou de 16.663 toneladas, em 1856–1860, para 41.590 toneladas, em 1881-1887. Em Pernambuco, a média anual de açúcar produzido cresceu de 9.482 toneladas em 1801-1805 para 68.744 toneladas em 1856-1860, atingindo 153.336 toneladas em 1881-1885.¹¹ Não são números compatíveis com os de uma lavoura em decadência, mas coerentes com o aumento observado no número de trabalhadores escravizados.

11 Passos Subrinho (2000:409-10); Denslow Jr. (1974:8-10).

O maior fluxo de escravos de outras províncias para as do café ocorreu entre 1873 e 1880 (Slenes, 1975: cap. 3).¹² A partir de dados das matrículas de escravos de 1873 e 1887 (esta determinada pela Lei dos Sexagenários, de 1885), Slenes estimou a emigração líquida por província, como proporção da população cativa de 1873.¹³ No que nos interessa aqui, os resultados são, em números redondos: 8% de emigração no Maranhão e Pernambuco e, ao contrário, imigração de 1% (entrada líquida de escravos) em Sergipe. Só no Rio Grande do Sul há indicação de uma perda relativamente grande de mão de obra escrava, nesse período: 20% do volume inicial, em contraponto ao aumento ocorrido nas décadas anteriores.

O deslocamento de escravos para o Sudeste não afetou a produção açucareira de Pernambuco (ao contrário do que argumentaram os historiadores acima mencionados): a produção de açúcar da província de fato aumentou mais de 80%, entre 1871-75 e 1881-85.¹⁴ Há indicações de que foram as áreas de cultivo do algodão a fonte principal da venda de escravos no tráfico interprovincial (Versiani & Vergolino, 2005). Essas áreas foram negativamente afetadas pela forte queda no preço internacional do algodão, que antes atingira um pico histórico, na década de 1860 (quando da Guerra da Secessão nos Estados Unidos), e pelos efeitos devastadores da seca de 1877-78.

12 O tráfico interprovincial foi praticamente eliminado pelo estabelecimento de taxas proibitivas à entrada de escravos nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, no final de 1880 e início de 1881 (Conrad, 1975: 210-11).

13 Slenes (1975: 621). O autor considerou apenas a população escrava de menos de 40 anos, em 1873.

14 Cabe referir que a lavoura açucareira nordestina não dependia apenas do trabalho escravo, no período, tendo ocorrido um aumento gradual do emprego de mão de obra livre, na segunda metade do século XIX (Andrade, 1998, cap.3).

Em Sergipe, a análise de Passos Subrinho (2000:147) aponta na mesma direção: enquanto a migração regional de escravos após 1873 não foi significativa, para a província como um todo, os municípios produtores de açúcar mostraram nesse período índices de importação líquida de mão de obra cativa “semelhantes e mesmo superiores às médias das províncias cafeeiras”. A exportação líquida concentrou-se nos municípios do Agreste-Sertão, zona algodoeira.

Crescimento demográfico das populações escravizadas

Crescimento demográfico negativo: razões

Uma característica demográfica saliente, no escravismo brasileiro — assim como de outras regiões da América — é o fato de que a população escravizada tinha, de um modo geral, uma taxa de crescimento negativa: a mortalidade tendia a superar a natalidade, de tal forma que, se não ocorresse reposição pelo tráfico africano, a mão de obra escrava diminuiria.

Isso contrasta agudamente com o caso dos Estados Unidos, onde a população escrava teve um forte crescimento natural, desde o século XVII e especialmente no período entre a cessação do tráfico africano, em 1807, e a abolição do regime escravista, na década de 1860.¹⁵ Essa comparação levou alguns autores a sugerir que a discrepância entre as duas situações estaria associada a diferenças nas condições

15 Fogel & Engerman (1974: v.1, cap.1); Steckel (2000).

de vida e na forma como os escravos eram tratados, no Brasil e nos Estados Unidos.¹⁶

Estudos mais recentes vieram mostrar, no entanto, que é temerário tirar conclusões comparativas a respeito do tratamento de escravos apenas a partir de dados demográficos. Uma análise cuidadosa desses dados evidenciou os seguintes pontos:¹⁷

a) A diferença entre a evolução demográfica das populações cativas nos dois países, especialmente no século XIX, relaciona-se mais à natalidade, muito maior no caso dos Estados Unidos, do que à mortalidade.

b) No Brasil, o número de nascimentos em relação à população escrava foi muito influenciado pelo desequilíbrio de sexos decorrente do tráfico africano. Como se viu acima, dos cerca de 4,9 milhões de escravos africanos desembarcados no Brasil, do século XVI ao XIX, algo como dois terços eram do sexo masculino.

c) O número de filhos por escrava não era especialmente baixo no Brasil, em média, por comparação com a população livre, ou com os padrões da época observados em países europeus. Não havia grande discrepância de taxas de fecundidade, entre escravas e não escravas. Mas o número relativamente pequeno de mulheres, na população cativa, fazia com que a taxa de natalidade resultasse baixa.¹⁸

16 Por exemplo: Furtado (1959, cap.21).

17 Ver, sobre esses pontos: Slenes (1975 ; Part III); Luna & Klein (2010: cap.6). Os números do tráfico de escravos africanos para as Américas são de Slavevoyages.

18 A taxa de fecundidade total é o número médio de filhos tidos pelas mulheres de uma população, ao fim de seu período fértil; a taxa de natalidade é o número de nascidos vivos num ano como proporção da população total média nesse ano.

d) Nos Estados Unidos, os desembarques totais de escravos foram inferiores a 400 mil, e cessaram em 1807. Nas décadas seguintes, registraram-se taxas de fecundidade extraordinariamente altas, tanto entre escravas quanto entre mulheres livres; de fato, as taxas de fecundidade no Sul dos Estados Unidos, nesse período, estão entre as mais altas já registradas em qualquer população, em qualquer época, sendo a das escravas apenas um pouco inferior à das não escravas.¹⁹ Esse foi um período de prosperidade da lavoura algodoeira sulina, com intensa demanda por trabalho escravo. Segundo Slenes, “é difícil deixar de concluir que os senhores de escravos [...] faziam um esforço deliberado para criar condições que fossem propícias à reprodução.”²⁰

e) A mortalidade dos escravos era grande no Brasil, bem maior do que nos Estados Unidos; mas não havia muita diferença, no caso brasileiro, entre as taxas de mortalidade dos cativos e as da população livre. Assim, a alta mortalidade dos escravos brasileiros, principalmente entre recém-nascidos e crianças, “refletia primordialmente a pobreza, má nutrição e inadequação de serviços de saúde no país como um todo, e só secundariamente as condições penosas peculiares à escravidão.” (Slenes, 1975:368, n.trad.)

19 Engerman (2000:507-509); Steckel (2000:441 e ss.). Calculou-se que o número médio de filhos de uma escrava nos Estados Unidos, ao redor de 1830, era 9,2 (Engerman, 2000:509).

20 Slenes (1975: 371), nossa trad. Esse é um tema controverso. Para autores como Fogel & Engerman (1974: vol.1, 78-86), a ideia de que tivesse havido controle da reprodução dos cativos por seus senhores seria um mito criado pela propaganda abolicionista oitocentista. Eles admitem, todavia, que era lucrativo para os senhores o nascimento de escravinhos, embora a criação de condições favoráveis à sobrevivência das crianças não fosse o mesmo que controlar a vida sexual e reprodutiva das populações escravizadas.

f) Como as mortes superavam os nascimentos, tornava-se necessária a vinda de mais escravos africanos para suprir a demanda por mão de obra no País — o que reforçava, cumulativamente, o desequilíbrio de gêneros. Não se tratava apenas de repor mão de obra: a evolução temporal da demanda por trabalho escravo — para o açúcar, a mineração, o café e outras várias atividades — deu origem a um fluxo crescente de entrada de africanos, ao longo dos três séculos do tráfico, contribuindo para que a desproporção de sexos se mantivesse, apesar da ocorrência crescente do nascimento de escravos no Brasil.²¹

Pode-se concluir que a diferente evolução demográfica das populações escravas no Brasil e nos Estados Unidos tem mais a ver com variáveis como demanda por trabalho escravo e intensidade do tráfico do que com discrepância nas condições de tratamento dos cativos, num caso e noutro.

Possibilidades de crescimento demográfico positivo

Se o quadro geral da demografia escrava, no Brasil, era o de involução, induzindo uma contínua importação de mão de obra africana, há, no entanto, indícios de crescimento positivo em algumas regiões. Tem sido mencionado na literatura o caso de áreas sem relação direta com a atividade

21 Em números redondos, a média anual estimada do número de escravos desembarcados no Brasil, calculada a partir de dados em *Slavevoyages*, evoluiu da seguinte forma, entre 1600 e 1850: 6.400 (1601-1650); 9.300 (1651-1700); 17.800 (1701-1750); 21.900 (1751-1800) e 41.100 (1801-1850). Vê-se que o tráfico de escravos para o País como um todo não passou por fase alguma de retração. Regionalmente, porém, seja pela conjuntura econômica (concorrência de outros produtores de açúcar no Caribe, nos séculos XVII e XVIII; declínio da mineração, após 1760), seja por circunstâncias políticas (invasão holandesa), houve casos de decréscimo de desembarques em determinados portos, compensados pelo aumento nos demais (Tabela 9.1).

exportadora, e/ou com uma relação mais equilibrada entre os sexos, na população escravizada (ou mostrando uma tendência nesse sentido), casos em que seria plausível supor um aumento natural da população escrava.²²

Três relações são usualmente mencionadas como indicadores da possibilidade de reprodução natural positiva: a proporção de crianças na população total; a proporção de mulheres em idade fértil (15 a 45 ou 15 a 49 anos) na população feminina; e o número de crianças em certa faixa etária (0 a 4 ou 0 a 9 anos) como proporção do número de mulheres em idade fértil. Estudos de demografia mostram que essa última relação fornece uma aproximação razoável da taxa de fecundidade, quando esta não pode ser medida diretamente.

Tabela 9.5: Indicadores da possibilidade de crescimento positivo da população escrava em dois estudos

Localidade pesquisada	Crianças 0-14 anos na população	Mulheres 15-49 anos na popul. feminina	"Taxa de fecundidade" (*)	Razão de masculinidade (**)
Teresina, 1875	38,4%	62,5%	762	99,3
Municípios de Minas	32,3% (***)	58,5%	894	149,4 (***)

(*) "Taxa de fecundidade" (medida indireta): número de crianças de 0 a 9 anos por 1000 mulheres de 15 a 49 anos

(**) Razão de masculinidade: número de homens dividido por 100 mulheres;

(***) Valor para o município de Paracatu.

Fontes: Teresina: Falci & Marcondes (2006); Minas Gerais: Paiva & Libby (1995).

22 Ver, por exemplo, Gutierrez (1987); Paiva & Libby (1995); Bergad (1999: cap.4); Falci & Marcondes (2006).

Examinando essas relações em nossas amostras de dados, encontramos também alguns sinais de possível crescimento positivo da população escravizada, em certas regiões e períodos. Para efeito de comparação, a Tabela 9.5 mostra os indicadores encontrados em dois estudos onde se assinala a possibilidade desse crescimento natural, o primeiro relativo a Teresina, Piauí, em 1875, com base na Lista de Classificação de Escravos para serem Libertados pelo Fundo de Emancipação, criado pela Lei do Ventre Livre; e o segundo a quatro municípios do oeste e noroeste de Minas Gerais, em 1831-33 (Santo Antônio do Monte, Patos, Dores da Marmelada e Paracatu), a partir das chamadas “listas nominativas” (derivadas de levantamento censitário regional, efetuado no período). Tanto no caso do Piauí como de Minas Gerais, os autores ressaltam que a atividade produtiva das regiões analisadas era voltada essencialmente para o mercado interno.²³

Na Tabela 9.6 apresentamos os mesmos indicadores para três regiões de Pernambuco e para o Rio Grande do Sul. Como os nascidos após a Lei do Ventre Livre, de 28/9/1871, não eram legalmente escravos, em princípio não seriam registrados nos inventários, razão porque os indicadores se referem ao período anterior a 1871.²⁴ A tabela se refere a cativos do Sertão pernambucano no período 1800-1870 (1.707

23 No capítulo 4, onde se analisa a estrutura de posse de escravos na década de 1870, igualmente com base em Listas de Classificação para alforria, registram-se indícios de reprodução positiva da população escrava também em outros municípios do País. Nesse período, o peso relativo de escravos nascidos no Brasil, duas décadas depois do fim do tráfico africano, fazia com que a relação entre os sexos tendesse ao equilíbrio, o que facilitaria a reprodução.

24 De fato encontram-se nos inventários algumas crianças nascidas após 1871, provavelmente porque a Lei do Ventre Livre previa a transferência aos herdeiros do direito que tinham os proprietários das mães dos libertos de usar os serviços destes até que completassem 21 anos.

escravos); do Agreste dessa província, no período 1850-1870 (932 escravos); da Zona da Mata pernambucana, para 1800-1870 (3.024 escravos, pertencentes a plantéis de até 20 cativos); e do Rio Grande do Sul, para 1800-1870 (5.988 escravos).

Tabela 9.6: Pernambuco: indicadores da possibilidade de crescimento positivo da população escrava em três regiões

REGIÃO PESQUISADA	Crianças 0-14 anos na população	Mulheres 15-49 anos na população feminina	"Taxa de fecundidade" (*)	Razão de masculinidade (**)
Sertão (1800-1870)	38,6%	51,5%	1.147	115,2
Agreste (1851-1870)	31,1%	51,6%	885	112,8
Mata (plantéis ≤ 20, 1800-1870)	34,9%	47,2%	1.003	97,5
Rio Grande do Sul (1800-1870)	22,7%	46,8%	893	177,0

(*) "Taxa de fecundidade" (medida indireta): número de crianças de 0 a 9 anos por 1000 mulheres de 15 a 49 anos

(**) razão de masculinidade: número de homens dividido por 100 mulheres;

Fonte: inventários

A comparação dos números de nossos achados com os da Tabela 9.5 é sugestiva.²⁵ As populações das três subamostas pernambucanas mostram relativo equilíbrio de gêneros, com uma razão de masculinidade (RM) substancialmente inferior à do Rio Grande do Sul. Um quadro em princípio favorável à reprodução natural no caso nordestino, mas não

25 Deve-se notar que os números das Tabelas 9.5 e 9.6 não são estritamente comparáveis, desde que os primeiros derivam de dados de caráter censitário (referentes a uma população num dado ponto do tempo) e os segundos de dados de inventários (levantados ao longo do tempo). No primeiro caso, assinala-se a possível omissão de crianças pequenas, o que poderia distorcer as relações.

no Sul. As proporções de crianças até 14 anos são, nas três regiões pernambucanas, bastante similares às que atraíram a atenção dos autores das pesquisas do Piauí e de Minas (e superiores às sul-rio-grandenses). As porcentagens de mulheres em idade fértil são, nas duas províncias, inferiores às da Tabela 9.5, mas ainda relativamente altas. E as medidas indiretas da taxa de fecundidade são do mesmo nível ou superiores às das localidades de Minas e do Piauí, destacando-se os números do Sertão e da Zona da Mata de Pernambuco. Chama atenção em especial a “taxa de fecundidade” do Sertão (1.147): nota-se que os valores encontrados no sul dos Estados Unidos, num período de crescimento excepcional da população escrava (1820-1860), variam entre 1.282 e 1.499 (Steckel, 2000: 442).

O Sertão pernambucano tem características próximas às das localidades examinadas na Tabela 9.5, no sentido de que sua atividade produtiva básica, a criação de gado, não se relacionava diretamente com a exportação. O valor da “taxa de fecundidade” é superior ao encontrado por Bergad (1999), também a partir de dados de inventários, para quatro localidades da zona de mineração de Minas Gerais, no século XIX (1.047).²⁶ Predominam amplamente, no Sertão, escravos nascidos no Brasil (76% do total, na amostra da Tabela 9.6), mesmo no período anterior à extinção do tráfico

26 1.047 é a média das relações entre crianças de 0 a 9 e mulheres de 15 a 49 anos, entre 1800 e 1879, na grande amostra de inventários mineiros examinada por Bergad (1999:143). Notar que no século XIX já havia passado há muito o auge da mineração; a região pesquisada pelo autor não poderia ser considerada exportadora.

(72%, em 1800-1850).²⁷ Tudo aponta para condições favoráveis ao crescimento natural da população escrava.

Já o Agreste tem, no período 1851-70, produção relevante destinada à exportação, o algodão. Mas apresenta também condições aparentemente propícias ao crescimento positivo da massa escravizada: quase equilíbrio entre os sexos, grande proporção de crianças e “taxa de fecundidade” relativamente alta. Sendo de notar que a grande maioria dos cativos era nascida no Brasil, no período considerado: 74% do total.

O caso mais interessante é o dos escravos pertencentes a plantéis pequenos, de até 20 cativos, na região tipicamente açucareira de Pernambuco, a Zona da Mata. Trata-se, provavelmente, na maior parte, de escravos dos chamados lavradores, que se dedicavam apenas à plantação de cana, sem possuírem engenhos. Sabe-se que o número destes aumentou, ao longo do século XIX (Andrade, 1998: cap.3). Era uma atividade diretamente ligada à produção para exportação, mas com características bem diferentes dos grandes engenhos. Os plantéis com mais de 20 escravos, na Zona da Mata, tinham o típico desequilíbrio de sexos do sistema de *plantation*, com cerca de três homens para duas mulheres (RM=155, no período considerado), contrastando fortemente com a supremacia de mulheres nos plantéis

27 Cabe assinalar que os inventários nem sempre registram claramente a origem dos escravos, se africanos ou brasileiros; é comum encontrar qualificações variadas (cabra, pardo, mulato, moleque), que não definem a naturalidade. Tanto no caso de Pernambuco como do Rio Grande do Sul, elaboramos subamostras incluindo apenas os cativos com origem claramente identificada: os africanos, pela região de proveniência (Angola, Congo, etc.) ou por expressões como “de nação” ou “da Costa”; os brasileiros pela designação “crioulo” ou, mais raramente, “caboclo”, “mestiço”, “gentio”; ou ainda quando a idade deixava evidente que haviam nascido depois da extinção do tráfico africano. A composição dos plantéis por origem foi sempre calculada a partir de tais subamostras.

menores. Além disso, a proporção de nascidos no Brasil é também muito distinta: 78%, nos plantéis de até 20 escravos (66%, antes de 1850), e 50%, nos plantéis com mais de 20 escravos (36%, antes de 1850). A proporção de crianças de até 14 anos é, igualmente, bem menor nos plantéis de mais de 20 (23,0 %), assim como a “taxa de fecundidade” (770). São perfis demográficos bem diversos, os de plantéis pequenos e plantéis grandes, na área do açúcar de Pernambuco.

No Rio Grande do Sul não resulta clara a possibilidade de aumento natural da população escrava. Encontrou-se uma “taxa de fecundidade” alta — mais alta do que a das localidades da Tabela 9.5 — mas a proporção de crianças na população é comparativamente baixa, e o desequilíbrio de gêneros é um fator muito desfavorável (RM: 177,0). A proporção de nascidos no Brasil, entre os que tiveram a origem identificada, é bem inferior à das três subamostras pernambucanas (50% no período considerado, 39% antes de 1850).

No que se refere a Pernambuco, especialmente no caso da Zona da Mata, pode-se dizer que os dados acima trazem uma novidade, na historiografia da escravidão brasileira: regiões onde predominava a agricultura de exportação com populações escravas mostrando características favoráveis a um crescimento demográfico positivo.

Estrutura etária e de gênero nas populações escravas – pirâmides etárias

As pirâmides etárias são construções gráficas que evidenciam a distribuição, por faixas etárias e por gênero, de uma determinada população. Elas refletem variáveis

demográficas como natalidade, mortalidade e migrações; no caso de populações escravas, deve-se ter em conta a influência do desequilíbrio de gêneros no tráfico africano, das alforrias e do deslocamento de cativos pelo tráfico interno.

As pirâmides são em geral elaboradas a partir de dados referentes a um ponto no tempo, como censos demográficos; mas podem também basear-se em levantamentos ao longo do tempo, como os derivados de inventários.

Pernambuco

O Gráfico 9.1 mostra pirâmides etárias relativas aos escravos inventariados em Pernambuco, distinguindo, do lado esquerdo, os escravos africanos e, do lado direito, os nascidos no Brasil. Na pirâmide esquerda, a assimetria entre os dois lados do gráfico evidencia o efeito do tráfico africano, onde predominavam jovens do sexo masculino, com pequena ocorrência de crianças. A razão de masculinidade é 205,7.

A ocorrência de alforrias tenderia a aumentar a predominância do sexo masculino, já que mulheres eram mais comumente alforriadas.²⁸ Por outro lado, o tráfico interprovincial, que drenou escravos pernambucanos para o Sudeste, teria o efeito oposto, pois também aí havia preferência por homens jovens. É provável, no entanto, que ambos os efeitos tenham exercido pouca influência na pirâmide etária dos africanos, já que tanto as manumissões como as vendas de escravos para o Sudeste foram mais intensas no período final da escravidão, quando a maioria dos cativos era de brasileiros.

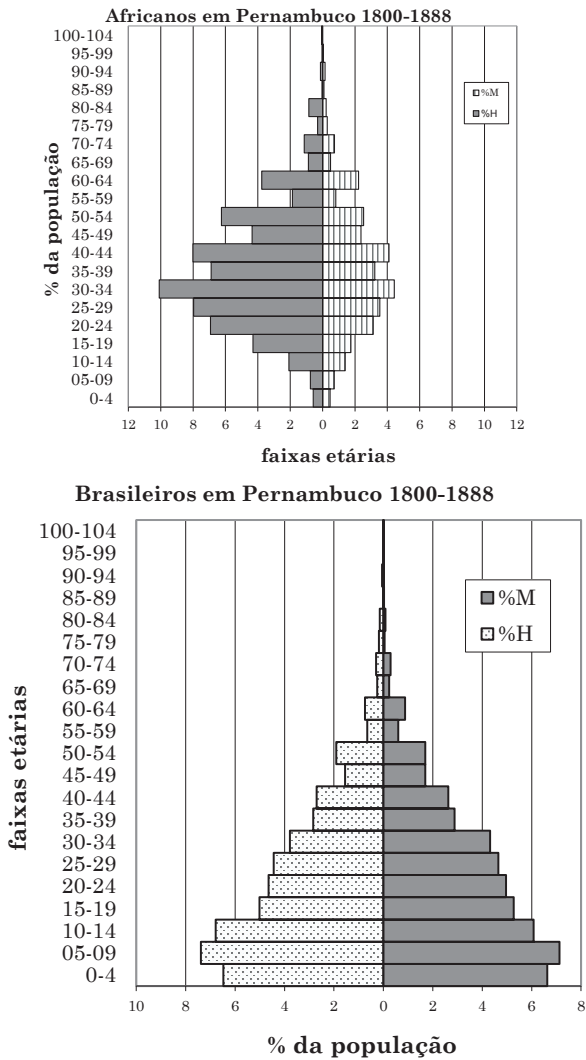
28 No capítulo 2 do livro indicam-se algumas razões econômicas para que as mulheres fossem alforriadas preferencialmente.

No caso dos escravos brasileiros, há equilíbrio entre os sexos (RM = 100,6), e a pirâmide etária assume o formato usual para uma população com essa característica. A taxa de fecundidade entre os escravos não era baixa (significando muitas crianças), e a taxa de mortalidade alta (baixa expectativa de vida, poucos velhos).²⁹

O Gráfico 9.2 mostra a pirâmide para a população escrava total, na amostra de inventários pernambucanos (uma amostra maior por incluir escravos cuja origem não é claramente identificável, nos inventários). Nota-se ainda uma assimetria entre os dois lados da pirâmide, reflexo da composição de gêneros dos escravos africanos. Por outro lado, a razão de masculinidade (119,7) é muito inferior à observada na pirâmide dos africanos, estando relativamente mais próxima do equilíbrio entre gêneros dos escravos brasileiros, o que se relaciona com a preponderância de brasileiros na amostra de inventários.

29 Estimativas das taxas vitais dos escravos nascidos no Brasil mostram que elas não eram muito diferentes das observadas na população livre da época. Ver Luna & Klein (2010: cap.6).

Gráfico 9.1: Pirâmides etárias de escravos africanos e brasileiros inventariados em Pernambuco,



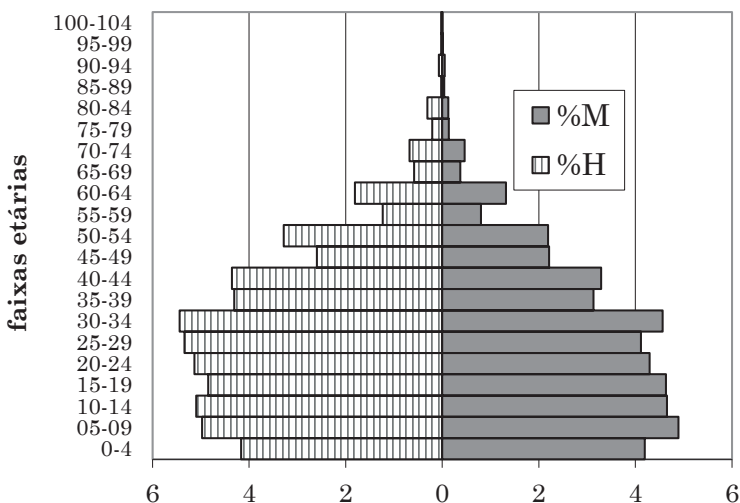
1800–1888 (*)

(*) 5.141 escravos africanos e 10.204 brasileiros.

Fonte: inventários de Pernambuco.

Gráfico 9.2: Pirâmide etária dos escravos inventariados em Pernambuco, 1800–1888. (*)

Escravos em Pernambuco 1800-88



(*) 11.490 homens e 9.600 mulheres.

Fonte: inventários de Pernambuco

É possível que nossa amostra de escravos inventariados seja razoavelmente representativa da população escrava da Pernambuco no século XIX, no que se refere à proporção de homens e mulheres. A razão de masculinidade dos escravos pernambucanos observada no censo provincial de 1827 foi 135,5, e a do Recenseamento de 1872, 112,0; a RM de nossa amostra é algo como um termo médio entre esses dois valores. Nesse caso, pode-se supor que o grande peso relativo dos escravos nascidos no Brasil, no conjunto de escravos da província, tenha relação com um crescimento natural positivo da população escrava, de que vimos haver indícios, em algumas áreas e períodos.

Rio Grande do Sul

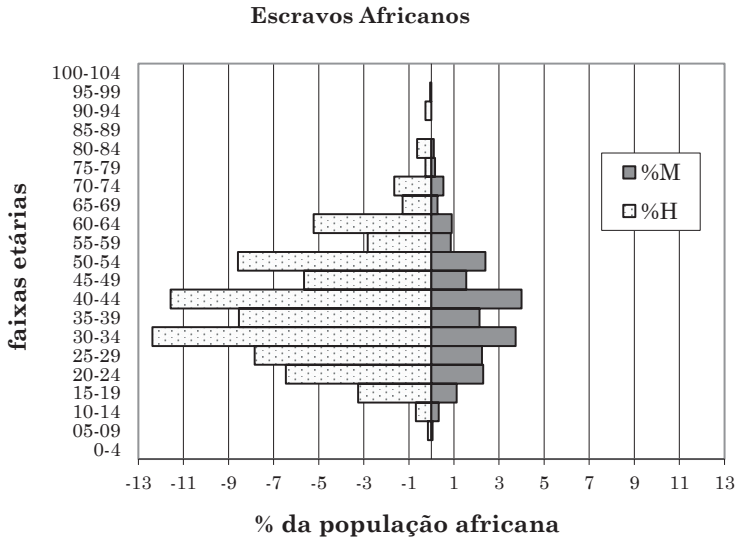
Os Gráficos 9.3 e 9.4 mostram a estrutura etária dos escravos inventariados no Rio Grande do Sul. Comparando-se o Gráfico 9.3 com o correspondente para Pernambuco (Gráfico 9.1), nota-se que as pirâmides relativas aos escravos brasileiros não diferem muito, nas duas províncias; também no Rio Grande do Sul há um relativo equilíbrio entre os sexos (Razão de Masculinidade igual a 115,1). Já no caso dos escravos africanos, a pirâmide do Rio Grande mostra um desequilíbrio de gêneros bem maior do que em Pernambuco, com uma Razão de Masculinidade muito superior (341,2).

Embora não se disponha de dados para o tráfico africano dirigido ao Rio Grande do Sul, já que os cativos destinados à região desembarcavam inicialmente em outros portos, principalmente no Rio de Janeiro — como vimos —, sabe-se que o maior fluxo de escravos da África para o Rio Grande concentrou-se no século XIX, com a expansão das atividades charqueadoras, o que demandou um número relativamente grande de cativos. Isso ajuda a explicar a maior disparidade de gênero entre os africanos: a Razão de Masculinidade era bem mais alta nos escravos de charqueadores do que nos de não charqueadores.³⁰

30 A distinção entre escravos de charqueadores e não charqueadores é feita no Capítulo 11 do livro. Verificou-se que a RM é igual a 342 no primeiro caso, e 209 no segundo.

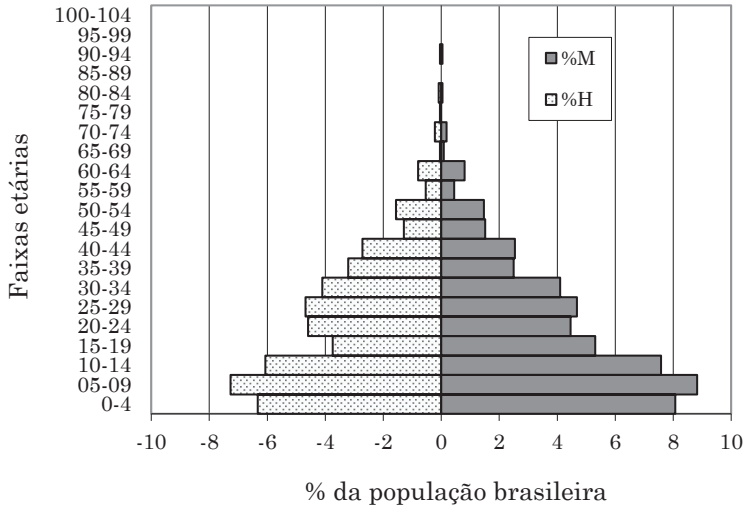
O maior desequilíbrio de sexos reflete-se, como era de se esperar, na pirâmide para o conjunto dos escravos, onde a Razão de Masculinidade (152,4) é significativamente maior do que a de Pernambuco³¹.

Gráfico 9.3: Pirâmides etárias de escravos brasileiros e africanos inventariados no Rio Grande do Sul, 1800-1888 (*)



31 Esta razão de masculinidade difere da apresentada na tabela 9.6 porque cada uma foi elaborada a partir de períodos diferentes: na tabela, foi considerado o de 1800 a 1870; nas pirâmides etárias, o de 1800 a 1888. A redução dos valores pode ser explicada pela cadente relevância da população nascida na África, a partir de 1850.

Escravos Brasileiros

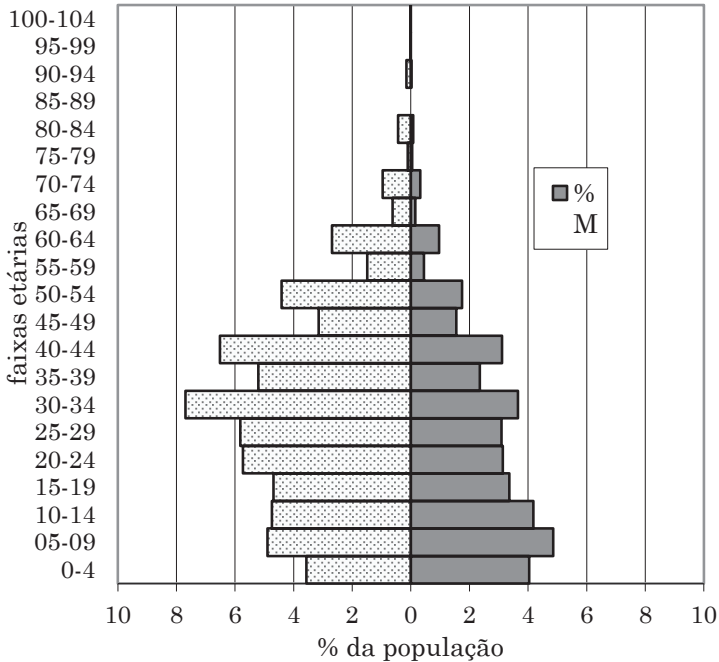


(*) 1.875 escravos africanos e 2.564 brasileiros.

Fonte: inventários do Rio Grande do Sul

Gráfico 9.4: Pirâmide etária dos escravos inventariados no Rio Grande do Sul, 1800-1888 (*)

Escravos do Rio Grande do Sul 1800-1888



(*) 4.062 homens e 2.398 mulheres. Fonte: inventários do Rio Grande do Sul

Maranhão

A análise demográfica que se segue é baseada num levantamento da população escrava do Maranhão efetuado em 1848, e se refere a dez localidades da província. A representatividade da amostra pode ser avaliada pelo fato de que

os escravos dessas localidades representavam, no Censo de 1872, cerca de um terço dos escravos do Maranhão.³²

Como evidenciam os números da Tabela 9.1, o tráfico de escravos africanos para o Maranhão foi grandemente concentrado no tempo: cerca de 80% dos desembarques registrados se deram entre 1776 e 1825. Segundo a fonte citada na tabela, depois de 1846 não houve desembarque algum.

O fato de o levantamento ter sido feito cerca de vinte anos depois do auge do tráfico ajuda a explicar o formato da pirâmide apresentada no Gráfico 9.5, que mostra um equilíbrio entre os sexos ainda maior do que o observado em Pernambuco, com uma Razão de Masculinidade de apenas 112,0. É significativo que entre os escravos mais velhos — provavelmente vindos da África no auge do tráfico para o Maranhão — a Razão de Masculinidade seja muito mais alta do que entre os mais jovens, como mostra a Tabela 9.7

Tabela 9.7: Razões de Masculinidade dos escravos maranhenses para diferentes faixas etárias

Faixas etárias	RM
0 a 15	107,3
15 a 39	104,0
40 a 64	131,5
65 a 80	152,9

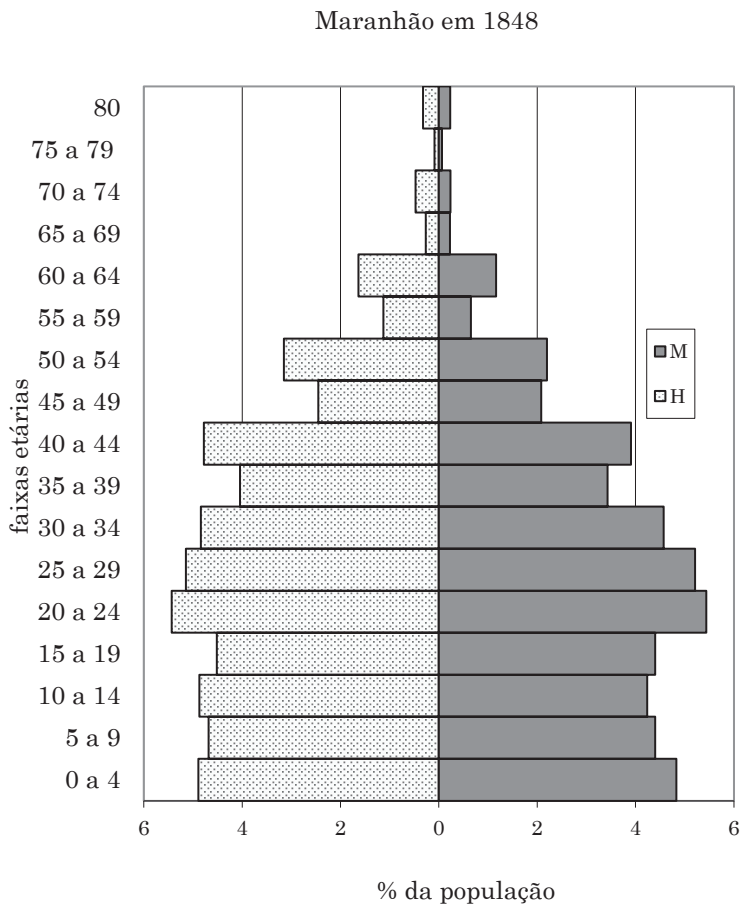
Fonte: como no Gráfico 9.5

32 Os dados citados nesta seção são de Marcondes (2011). As dez localidades são: Bure, Caxias, Codó, Cortes, Iguará, Itapicuru-mirim, Mearim, Miritiba, Tutoia e Viana.

Esses números fazem pensar na possível relevância de um crescimento positivo da população escrava, mesmo porque a proporção de nascidos no Brasil, nas localidades onde há informação sobre naturalidade dos cativos, atinge 76%. De fato, indícios de uma situação favorável a esse crescimento, mencionados acima, estão presentes neste caso. Além da baixa Razão de Masculinidade, a proporção de crianças até 14 anos na população escrava é relativamente alta: 28,0%. Mais significativamente, a relação entre crianças de até 9 anos para 1.000 mulheres contando entre 15 e 49 (aproximação da taxa de fecundidade) atinge, na média, 968 — valor superior ao observado nas localidades de Minas e do Piauí onde se supõe ter havido crescimento natural da massa escrava, como referido acima. Em algumas localidades maranhenses esse valor é bem mais alto: 1.763 em Mearim, e 1.544 em Miritiba (locais onde a porcentagem de crianças de até 14 anos na população escrava é próxima de 40%).

Embora o auge de prosperidade das lavouras de algodão e arroz do Maranhão já houvesse passado, em 1848, a exportação de algodão era ainda importante na economia da província, e algumas das localidades da amostra aqui analisada estavam em regiões grandes produtoras; é o caso, por exemplo, de Mearim. Tem-se, portanto, aqui também, uma situação em que populações escravas engajadas na lavoura de exportação mostram indícios de crescimento demográfico positivo. Aparentemente tais indícios não se restringiam a situações em que a atividade econômica era menos dinâmica, voltada principalmente à produção para o mercado interno, como inicialmente se supôs, na literatura sobre a escravidão brasileira.

Gráfico 9.5: Pirâmide etária dos escravos do Maranhão em 1848 (*)



(*) 10.023 homens e 8.949 mulheres.

Fonte: levantamento da população escrava de 1848 (Marcondes, 2011).

Conclusão

Examinou-se acima a evolução e estrutura da população escrava, nas províncias estudadas, sob a influência de fatores como o crescimento do tráfico africano, o desenvolvimento da atividade produtiva, especialmente a voltada à exportação, ou o tráfico interno.

Há indícios de que, entre o início do século XIX e a extinção do tráfico, a população escrava tenha tido forte aumento no Rio Grande do Sul, o que pode ser relacionado à expansão das atividades charqueadoras na província, no período: as charqueadas usavam, tipicamente, trabalho escravo. No Maranhão, ao contrário, houve expressiva redução do número de cativos, reflexo provável do declínio das lavouras de algodão e arroz. Em Pernambuco, assim como em Sergipe, a população escrava teve algum aumento, ao mesmo tempo em que a produção de açúcar também aumentava.

Sabe-se que houve um deslocamento significativo de escravos do Nordeste e do Sul em direção à região cafeeira, especialmente na década de 1870; mas não há sinais de que isso tenha prejudicado sensivelmente a lavoura de açúcar em Pernambuco e em Sergipe, como às vezes se afirma na literatura.

O exame dos dados de inventários mostrou uma nítida diferença na relação de sexos entre os escravos de Pernambuco e os do Rio Grande do Sul, no século XIX. Não pode ser descartada a influência de um crescimento natural da população escrava em Pernambuco, o que evidentemente favoreceria maior equilíbrio de gêneros.

No caso do Rio Grande do Sul, o nascimento de crianças escravas em solo gaúcho, a supressão do tráfico transatlân-

tico e o recrudescimento do tráfico interprovincial, ainda na década de 1850 (no qual predominavam transações com escravos do sexo masculino), terão contribuído para a queda da razão de masculinidade — que era, no entanto, ainda muito elevada na segunda metade do século XIX, quando comparada com as dos demais casos abordados.³³

Com relação ao crescimento da população escrava brasileira independentemente do tráfico transatlântico, um achado importante, a partir dos dados acima examinados, são os indícios de possível ocorrência desse crescimento, em certos locais e períodos. No Maranhão, em alguns municípios algodoeiros; no Sertão de Pernambuco, área de criação de gado; no Agreste pernambucano, na segunda metade do século XIX, onde era importante a lavoura algodoeira. E, principalmente, entre os plantéis de menor tamanho da Zona da Mata de Pernambuco, onde se concentrava a produção de açúcar. É uma evidência especialmente significativa, não só por se tratar de uma área dedicada à produção exportável (a literatura tem registrado indicações de crescimento positivo, no Brasil, apenas em regiões de produção não voltada primordialmente à exportação), mas por conter uma parcela importante da população escrava de Pernambuco.

33 Discursando na década de 1850 na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o deputado Jacintho Mendonça clamava contra os “muitos especuladores [que têm] vindo a esta Província com grandes capitais comprar escravos por todo o preço [para as Províncias do norte]”, temendo “o maior definhamento de nossa indústria” (Piccolo, 1998:512).

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 6 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

ARRUDA, José J. de A. *O Brasil no Comércio Colonial (1796-1808)*; Contribuição ao Estudo Quantitativo da Economia Colonial. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972.

BERGAD, Laird W. *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*.

Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BERUTE, G.S. *Dos Escravos que Partem para os Portos do Sul*; Características do Tráfico Negro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – 1825. Dissertação de Mestrado.

Porto Alegre: Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

CONRAD, Robert E. *Os Último Anos da Escravatura no Brasil*. Trad.F.C.Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. [Título original: *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Berkeley: University of California Press, 1972].

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

DENSLOW Jr., David A. *Sugar Production in Cuba and Northwest Brazil, 1858-1908*. PhD Dissertation. Yale University, 1974.

ENGERMAN, Stanley L. “A Population History of the Caribbean.” Em: HAINES, M.R. e R.H. STECKEL (orgs.). *A Population History of North America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FALCI, Miridan Britto & Renato Leite MARCONDES. “Escravidão e Reprodução no Piauí: Teresina (1875).” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 53:430-433, 2006.

FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979. [Publicado originalmente em 1852].

FOGEL, Robert W. & ENGERMAN, Stanley L. *Time on The Cross*. 2v. Boston: Little, Brown & Co., 1974.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959

GUTIÉRREZ, Horácio. “Demografia Escrava numa Economia Não-Exportadora: Paraná, 1800-1830.” *Estudos Econômicos* 17(2):297-314, maio/ago., 1987.

LUNA, Francisco Vidal & Herbert S. KLEIN. *Escravidão no Brasil*. Trad. L.T.Motta. São Paulo: Edusp, 2010. [Título original: *Slavery in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010].

MARCONDES, Renato L. “Escravidão no Maranhão ao final da Primeira Metade do Século XIX”. Trabalho apresentado no Seminário sobre Escravidão no Século XIX. Brasília: Universidade de Brasília, 10-11 de junho de 2010.

NOVAIS, F.A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

OSÓRIO, H. “As Elites Econômicas e a Arrematação dos Contratos Reais: o Exemplo do Rio Grande do Sul (Século XVIII)”. Em: FRAGOSO, J.L., M.F. BICALHO & M. de F.GOUVÊA. *O Antigo Regime nos Trópicos; a Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PAIVA, Clotilde A. & Douglas C. LIBBY. “Caminhos Alternativos: Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no Século XIX.” *Estudos Econômicos* 25(2): 203-233, maio/ago. 1995.

PASSOS SUBRINHO, Josué M. *Reordenamento do Trabalho; Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro: Sergipe, 1850–1930*. Aracaju: Funcaju, 2000.

PICCOLO, H. I. L. (org). *Coletânea de Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

SILVA, Daniel B. Domingues da. “The Atlantic Slave Trade to Maranhão, 1680-1846: Volume, Routes and Organisation Organization.” *Slavery and Abolition* 29(4):477-501, Dec.2008.

SLENES, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1988*. Ph.D. Dissertation. Stanford University, 1976.

STECKEL, R.H.: “The African-American Population of the United States, 1790 – 1920.” Em: HAINES, M.R. & R.H. STECKEL, R .H. (orgs.). *A Population History of North America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

VERSIANI, F. R. & J.R.O. VERGOLINO. “Tráfico e Traficantes: Comércio de Escravos em Recife, 1878.” *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* 61:285—304, 2005.

Voyages Database, 2010. *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. <http://www.slavevoyages.org> (acessado em maio/2013).

PREÇOS DE ESCRAVOS E RACIONALIDADE ECONÔMICA

LUIZ PAULO F. NOGUERÓL, FLÁVIO R. VERSIANI E
JOSÉ R. O. VERGOLINO

O presente capítulo examina a evolução dos preços de escravos no Brasil, ao longo do século XIX. Destacam-se os casos de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, locais para os quais foram produzidas séries originais de preços a partir do Projeto que deu origem ao presente volume.

Pode-se supor que a compra e venda de trabalhadores cativos era feita, em geral, em condições próximas às de um de mercado concorrencial, com muitos compradores e vendedores, e razoável difusão de informações sobre preços e outros elementos relacionados às transações de compra e venda. Isto posto, a evolução dos preços pode ser melhor entendida como resultado de interações entres as forças de oferta e de demanda. No lado da oferta, cabe analisar a situação do tráfico africano no período em foco. No que se refere à demanda, é de se admitir que as decisões de compra de escravos fossem influenciadas por considerações ligadas à produtividade da mão de obra cativa (ou pelas expectativas do comprador quanto a essa produtividade), mesmo porque o trabalho forçado era usado frequentemente em atividades produtivas visando o lucro, onde a comparação entre bene-

fícios e custos era fundamental. Veremos que os resultados reportados neste capítulo respaldam essas suposições.

Os dados analisados abaixo foram coletados principalmente em inventários *post-mortem* originários das então capitanias/províncias de Pernambuco e São Pedro do Rio Grande do Sul, pesquisados em nosso Projeto.¹ São cerca de 5.000 inventários, contendo informações sobre aproximadamente 29.000 cativos. Foram também utilizados números referentes a Minas Gerais e Rio de Janeiro, derivados das pesquisas de Bergad (1999) e Mello (1984), respectivamente.

Na próxima seção serão revistos os números relativos ao tráfico de escravos africanos para o Brasil. A terceira seção examina a evolução temporal dos preços de escravos e a influência, nessa evolução, de variações do lado da oferta e do lado da demanda. As seções seguintes tratam dos preços dos escravos nas regiões estudadas e dos efeitos das características pessoais dos escravos sobre os preços. Uma última seção reúne as principais conclusões

Evolução do tráfico africano para o Brasil

Segundo estudos recentemente divulgados, o número total de escravos africanos desembarcados nas Américas, em todo o período do tráfico transatlântico, foi da ordem de 10,7 milhões. Destes, o maior contingente — cerca de 4,9 milhões, aproximadamente 45% do total — destinou-se ao Brasil. É um número bem superior ao referente ao conjun-

1 Para detalhes sobre a pesquisa levada a efeito nesses inventários, ver o 2º capítulo do livro.

to das ilhas do Caribe e América Central (3,7 milhões), a segunda destinação mais importante do tráfico.²

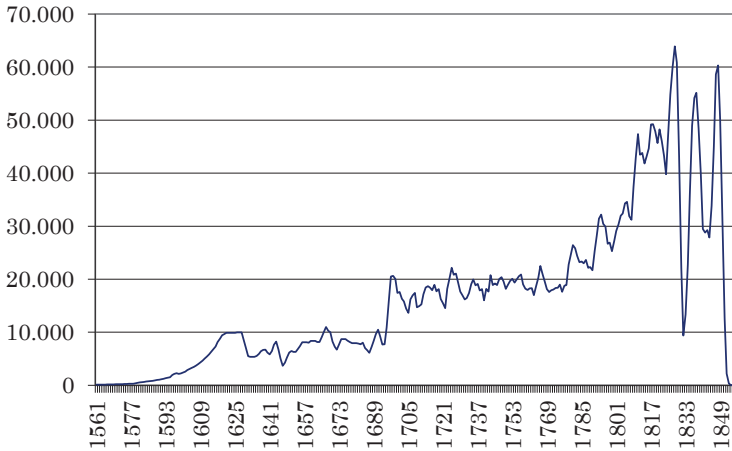
Em números aproximados, aportaram no Brasil 800 mil escravos africanos no século XVII e últimas décadas do XVI; 2 milhões no século XVIII; e outros 2 milhões, entre 1801 e 1850, ano em que o tráfico africano foi efetivamente extinto para o Brasil³.

O perfil cronológico do tráfico para o Brasil relaciona-se, como seria de esperar, com o padrão de evolução das atividades produtivas, como se pode observar no Gráfico 10.1.

2 Esses dados decorrem de um grande projeto internacional visando coligir dados sobre o tráfico transatlântico de escravos, cujos primeiros resultados foram divulgados em Eltis et al. (1999). Dados atualizados por novas pesquisas estão disponíveis desde 2007 na internet: Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. <http://www.slavevoyages.org>. Todos os números citados a seguir sobre o tráfico de escravos são oriundos dessa última fonte (a seguir citada como Slavevoyages Database).

3 A extinção do tráfico de escravos foi objeto de várias negociações e tratados entre a Inglaterra, de um lado, e Portugal e depois o Brasil independente, de outro. Tendo abolido o tráfico em 1807, a Inglaterra pressionou outras nações para que fizessem o mesmo, nos anos seguintes. Convenção assinada entre o Brasil e a Inglaterra, em novembro de 1826, estabeleceu que o tráfico brasileiro seria extinto três anos após a ratificação do acordo, feita pelo governo brasileiro em março do ano seguinte; mas uma lei proibindo o tráfico só foi promulgada em 7 de novembro de 1831. Lei que, como se sabe, não foi respeitada; e a migração forçada de africanos para o Brasil só seria de fato suprimida pela chamada Lei Eusébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850, após renovadas pressões inglesas. Nas quase duas décadas entre 1831 e o fim efetivo do tráfico, entraram ainda no Brasil cerca de 750 mil cativos.

Gráfico 10.1: Médias Móveis Trienais de Desembarques de Escravos no Brasil, 1556 – 1852.



Fonte: baseado em dados de Slavevoyges Database.

No século XVI, embora a produção de açúcar tenha tido início na primeira metade do século, registraram-se desembarques de africanos só a partir dos anos sessenta; no período inicial de produção utilizou-se principalmente mão de obra indígena escravizada, como se sabe. No século XVII as importações anuais variaram, na maior parte, entre 5 e 10 mil cativos, com uma média próxima de 8 mil. Com as descobertas auríferas, o tráfico para o Brasil sobe a um novo patamar: entre o início do século XVIII e o final da década de 1770, as entradas oscilaram ao redor de uma média aproximada de 18 mil escravos por ano.

A partir de 1780, houve um aumento expressivo no tráfico. A média anual dos desembarques vai num crescendo: 23 mil na década de 1780, 28 mil na de 1790, 34 mil na primeira década do século XIX e 45 mil na década seguin-

te, atingindo o pico histórico de 52 mil entre 1821 e 1830. Depois desse último ano observou-se uma queda brusca, associada à lei que supostamente extinguiria o tráfico; mas as importações logo voltaram a aumentar e, nos últimos quinze anos do comércio negreiro, atingiram uma média anual superior a 45 mil.

A intensa entrada de escravos desde o final do século XVIII contrasta com a conhecida interpretação de Celso Furtado, para quem o período de 1770 a 1850 teria sido de estagnação ou mesmo de retrocesso econômico, após o fim da prosperidade da mineração e antes da expansão vigorosa do café (Furtado, 1959: caps.16 e 19). Seria difícil conciliar essa interpretação com a evidência de um substancial investimento na compra de mão de obra cativa, mostrada pelos dados acima. Cabe notar, no entanto, que, quando escreveu, Furtado dispunha de reduzida informação estatística. Pesquisas posteriores aumentaram significativamente o conhecimento sobre a evolução das exportações brasileiras; e a disponibilidade de dados mais completos sobre o tráfico de escravos é bem recente.

Hoje há evidência mais clara de que se iniciou, por volta de 1780, uma fase de expansão e diversificação das exportações agrícolas brasileiras; a historiografia menciona um “renascimento” da agricultura do País, nesse período.⁴ A demanda externa do açúcar mostrou recuperação; a do algodão se expandiu muito, e outros produtos, antes pouco expressivos, passaram a ter peso significativo nas vendas

4 Por exemplo, Alden (1984: pp. 627-53).

externas.⁵ Para esses desenvolvimentos contribuíram a perturbação às exportações de algodão dos Estados Unidos causada pelas duas guerras da independência desse país (1776–1782 e 1812–1815), e especialmente a revolução no Haiti (1790–1804), que praticamente retirou do mercado a importante produção de açúcar e café dessa ilha. A cultura do café teve importância crescente no Brasil, nessa fase, tornando-se o principal produto da pauta de exportações do País na década de 1830.

E acresce que há indicações de que a produção agrícola para o mercado interno vinha adquirindo relevância desde as descobertas auríferas, no final do século XVII e no início do XVIII. Prado Júnior (1942: cap.8) já assinalava a existência de grandes fazendas voltadas unicamente à produção de gêneros para o mercado interno no sul de Minas Gerais, no século XVIII; mais recentemente, estudos como os de Fragoso (1992: cap.2), Barickman (2003) e Godoy (2004) trouxeram novos elementos sobre a produção voltada ao mercado interno, com uso de trabalho escravo. A importância do comércio interprovincial de produtos alimentícios, no século XIX, é também evidenciada pelos dados apresentados no capítulo 3 do presente volume. É possível, assim, que boa parte da grande massa de trabalhadores cativos vinda para o Brasil, nos três quartos de século antes do fim do tráfico africano, se destinasse à produção para consumo interno.

Poder-se-ia indagar: se houve tão grande demanda por mão de obra nesse período, por que não se utilizou trabalho

5 Arruda (1972: cap.5). Estimativas disponíveis indicam que o volume das exportações de algodão do Maranhão e de Pernambuco triplicou, entre 1792 e 1807; nesse período, o quantum das vendas externas de açúcar do País terá duplicado (Alden, 1984: tabelas 6 e 8).

livre? Havia no Brasil, no final do período colonial, importante contingente de população livre e despossuída, em boa parte agregada à grande propriedade agrícola, como no Sertão nordestino, exercendo atividades de reduzida produtividade e tendo, por conseguinte, baixo nível de renda.⁶ O fato de que essa reserva virtual de trabalho livre não tenha sido mobilizada para os fins a que se destinavam os escravos, no período em foco, remete ao argumento referente à superioridade potencial do trabalho escravo sobre o livre, em atividades produtivas em que a força física é insumo essencial, o ritmo de trabalho é intenso e as jornadas são longas (Fogel e Engerman, 1974, cap.6). Nessa perspectiva, o uso de mão de obra forçada seria a escolha “racional”, do ponto de vista do proprietário rural, dentro do propósito de minimizar custos e maximizar o lucro. Veja, sobre isto, o 1º capítulo deste livro.

A Tabela 10.1 detalha os dados ilustrados no Gráfico 10.1. Vê-se que o aumento na entrada de africanos, no último quartel do século XVIII e primeiro do século XIX, deu-se nos principais portos do período colonial, inclusive nas regiões tipicamente açucareiras, como Pernambuco e Bahia. No Maranhão, esse período corresponde à grande expansão do cultivo e exportação de algodão. E nota-se que o Rio de Janeiro passou a ser o principal porto de entrada desde a segunda metade do século XVIII.

6 Ver sobre esse ponto, Prado Jr. (1942), especialmente o capítulo “Organização Social”; e Furtado (1959), especialmente os capítulos 10 e 11.

Tabela 10.1: Estimativa dos desembarques de africanos escravizados no Brasil nos principais portos, por quarto de século, 1551 – 1856

Períodos	Maranhão	Pernambuco	Bahia	Rio de Janeiro	BRASIL ^a
1551-1575		2.461	0	0	2.461
1576-1600		16.110	5.647	4.770	26.814
1601-1625		77.060	46.278	32.395	156.468
1626-1650		44.978	69.239	48.317	163.938
1651-1675		41.263	94.921	68.248	204.575
1676-1700	724	83.221	103.035	72.123	259.475
1701-1725	1.289	110.748	184.871	121.938	423.162
1726-1750	168	73.430	231.174	159.523	468.690
1751-1775	9.099	70.653	176.069	204.942	476.010
1776-1800	34.642	74.505	223.790	270.157	621.156
1801-1825	45.923	170.015	256.268	499.566	1.012.761
1826-1850	8.680	89.038	158.083	776.366	1.041.964
1851-1856	0	350	981	5.568	6.899
Totais	100.525	853.832	1.550.356	2.263.913	4.864.373

^a Os totais desta coluna incluem desembarques em outros portos.

Fonte: *Slavevoyages Database*.

Evolução dos preços

O Gráfico 10.2 mostra a mais completa série de preços de escravos disponível para o Brasil, referente a Minas Gerais.⁷ Como se verá abaixo, no século XIX o padrão geral de variação de preços, nas regiões que são o foco de nosso estudo, aproxima-se do verificado em Minas. No período anterior a 1800 é provável que isso fosse também verdadeiro; existem, por exemplo, muitas referências a aumentos de

7 A série foi elaborada por Bergad (1999) a partir de inventários registrados em cinco cidades localizadas no que era, no século XVIII, a área de mineração em Minas Gerais: Ouro Preto, Mariana, Diamantina, São João del-Rei e Tiradentes.

preços de escravos na região do açúcar, no século XVIII, acompanhando a alta verificada na área de mineração.⁸

O que se pode dizer quanto ao comportamento da oferta e da procura por escravos, no período coberto pelo gráfico? A maioria dos cativos chegados ao Brasil, em todo o período do tráfico, veio do que é hoje Angola.⁹ Miller (1986) estudou os movimentos de preços de escravos em Angola, e verificou que tinham relação com os ciclos de crescimento das exportações brasileiras.

No período anterior à série de preços para Minas Gerais, Miller observou que, na primeira metade do século XVII, período de expansão do açúcar no Nordeste, houve indicações de que os preços de escravos dobraram no Brasil, mas esse movimento não foi observado em Angola, sugerindo grande elasticidade da oferta, nessa fase.¹⁰ Já entre o final desse século e as primeiras décadas do século XVIII, quando ocorreu o *boom* inicial da mineração, os preços mais que triplicaram no Brasil e se elevaram também em Ango-

8 Sobre esse ponto, ver, por exemplo, Schwartz (1985: cap.7). O efeito da expansão da mineração sobre os preços em outras regiões do País já fora observado pelo jesuíta Antonil em 1711: “E estes preços, tão altos e tão correntes nas minas, foram causa de subirem os preços de todas as cousas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil, e de ficarem desfornechados muitos engenhos de açúcar das peças necessárias e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quase todos aonde vendidos hão de dar maior lucro.” (Antonil, 1982 [1711]: p.171). “Peças”, na linguagem da época, significava escravos.

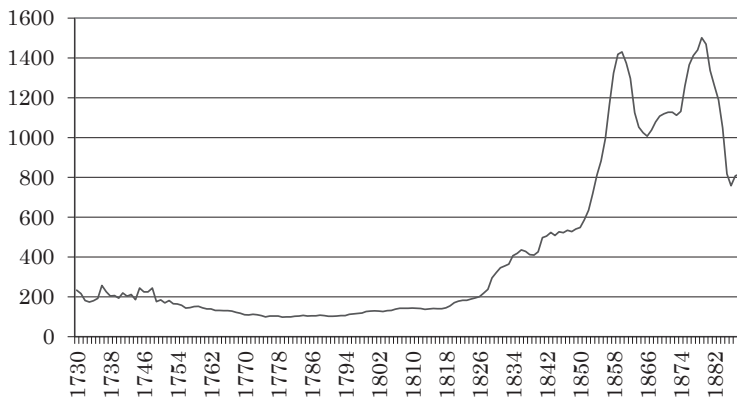
9 Segundo os dados de Slavevoyages Database, cerca de 70% dos escravos desembarcados no Brasil provieram de Angola; e aproximadamente a mesma proporção dos embarcados em Angola teve o Brasil como destino.

10 O conceito de elasticidade é comumente usado por economistas para medir a intensidade da resposta observada numa variável, em razão de alguma mudança ocorrida em outra variável relacionada à primeira. No caso específico, ao aumento dos preços dos escravos no Brasil correspondeu um aumento menos que proporcional em Angola, o que faz supor que a facilidade de obtenção de novos escravos na África era grande, isto é, a oferta era muito “elástica”.

la, embora em menor proporção (o que sugere aumento na margem de lucro dos intermediários do tráfico).

Depois da metade do século XVIII, período do declínio da mineração, os preços caem significativamente no Brasil, como mostra o Gráfico 10.2; mas muito menos em Angola (indicando, agora, redução na margem de intermediação).

Gráfico 10.2 – Preços médios de escravos homens de 15 a 40 anos, são: Minas Gerais, 1731 – 1887



(Preços em mil-réis; médias móveis trienais)

Fonte dos dados brutos: Bergad (1999: tabela E-1)

Esse barateamento da mão de obra cativa, havido a partir de 1750, pode ter facilitado a grande disseminação da propriedade escrava e a utilização de escravos na generalidade das atividades produtivas, como comprovado em vários estudos (e confirmado pelos achados relatados neste livro: ver os capítulos 4 a 8). No século XIX, havia escravos engajados em praticamente todos os setores, além da agricultura e da mineração: comércio, inclusive ambulante; transporte

marítimo e fluvial; artesanatos variados; pequena produção de manufaturas, como calçados; serviços domésticos, carreto de cargas e volumes, nas cidades; e assim por diante.¹¹ A proporção de domicílios com escravos ilustra a difusão da posse de cativos: 33%, em Minas Gerais (década de 1830), 27%, em São Paulo (1829-31); em Vila Rica, então capital de Minas, a proporção chegava a 41% dos domicílios, em 1804.¹² Não era raro que ex-escravos fossem senhores de escravos; em algumas cidades da região de mineração, no século XVIII, a proporção de ex-escravos entre os possuidores de escravos chegava a atingir 20%, na maioria mulheres — evidenciando grande ocorrência de alforrias, e indicando a existência de uma sociedade que, apesar de escravista, oferecia algumas possibilidades individuais de ascensão social.¹³

No final do século XVIII, observa-se o início de um processo de aumento de preços no Brasil, que Miller atribui ao que ele chama de “renascimento da agricultura brasileira”, a partir de 1780¹⁴ — e coincide com a ampliação no volume do tráfico, vista acima. Mas é provável que o efeito do aumento de procura tenha sido amortecido por uma expansão da oferta em Angola, entre 1785 e 1820, uma vez que os preços lá foram mantidos estáveis, nesse período: aparentemente, a ocorrência de secas e guerras no interior angolano impeliu muitos refugiados para a região costeira — o que deve ter favorecido os traficantes.

11 Ver, por exemplo, a extensa lista de ofícios de escravos pernambucanos, no Apêndice ao 11º capítulo deste livro; também Paiva (1996), Luna & Klein (2003).

12 Paiva (1996: p.103); Luna & Klein (2003: p.164); Costa (1981: p.89).

13 Sobre a posse de escravos por ex-escravos, v. Luna (1981: p.130 e ss.)

14 Miller (1986: p.53).

A extinção do comércio de escravos pelos traficantes ingleses, em 1807, fez cair os preços de cativos pela metade, na década seguinte, onde esses traficantes operavam (o Golfo de Guiné); mas isso deve ter tido efeito marginal nos preços vigentes no Brasil, pois menos de 15% dos cativos desembarcados no País provinham daquela região.¹⁵

Na década de 1820, os preços sobem cerca de 50% em relação à década anterior, e com mais intensidade depois de 1825. Esse aumento se refletiu em Angola, onde ocorreu, entre 1820 e 1830, uma elevação real nos preços de escravos de cerca de 50%.¹⁶

A aceleração de preços no final dos anos vinte parece ter sido influenciada pelo temor da extinção do tráfico africano, prometida à Inglaterra pelo governo brasileiro na Convenção de 1826. Tal temor explicaria também o aumento expressivo no volume do tráfico, nesses anos: os desembarques em 1826-30 foram mais de 50% superiores aos do triênio anterior. E notou-se ainda um aumento da proporção de mulheres entre os escravos vindos para o Brasil, o que pode ser interpretado como uma tentativa de compensar a esperada cessação da entrada de africanos pelo crescimento interno da população cativa, por reprodução natural.¹⁷

15 Lovejoy & Richardson (1995); Slavevoyages Database. A maioria dos países que participavam do tráfico africano também o aboliu, em seguida aos ingleses; depois de 1820, o único país a receber quantidade significativa de escravos da África, além do Brasil, foi Cuba.

16 Lovejoy & Richardson (1995: p. 113). Nesse mesmo intervalo, o preço nominal em Minas duplicou, segundo a série de Bergad. Tomando como referência a variação dos preços dos principais produtos de exportação, no período (açúcar, algodão e café), essa duplicação significaria um aumento real maior do que o verificado em Angola. V. dados sobre preços de produtos exportados em IBGE (1986).

17 Há também referência a um aumento do preço pago por escravas, na Bahia, nesses anos. Eltis & Engerman (1992: pp.253-254).

Entre 1830 e 1850, os preços pagos pelos escravistas brasileiros dobraram novamente; houve também, nesse período, forte aumento de preços na África.¹⁸ Isso parece relacionar-se não só à expansão da demanda por produtos tropicais pelos europeus e à ampliação do mercado interno, assinaladas acima, mas também aos riscos associados à repressão, pela marinha britânica, do tráfico atlântico, agora formalmente declarado ilegal pela lei de 1831. Os traficantes pareciam exigir uma compensação pela possibilidade, que era real, de terem seus navios apresados e a carga humana libertada.

Mas o movimento mais notável de preços no século XIX, como se observa no Gráfico 10.2, é a grande alta na década de 1850: entre 1846-1850 e 1856-1860, a média de preços em Minas Gerais aumentou cerca de 140%.¹⁹ Tendo em conta que o tráfico africano foi abolido em 1850, pareceria natural supor que essa alta seria decorrência da súbita cessação da oferta externa de trabalho cativo. Essa é, de fato, a interpretação comumente encontrada na literatura.²⁰

No entanto, uma comparação entre a série de preços para Pernambuco, construída em nosso projeto, e uma série equivalente para Cuba aponta numa direção diferente. Como se vê no Gráfico 10.3, há um paralelismo estreito entre os preços de escravos de Pernambuco e os de Cuba, na década de 1850. Ora, a restrição de oferta associada ao fim do tráfico obviamente não existia no caso de Cuba, onde as importações de escravos subsistiram até 1866. Assim, o au-

18 De acordo com dados de nosso projeto, os preços médios de escravos do sexo masculino entre 15 e 40 anos, em Pernambuco, passaram de 225 mil-réis, em 1829/1831, para 450 mil-réis, em 1849/1851. Para os preços na África: Lovejoy & Richardson (1995).

19 Dados referentes à série de preços do Gráfico 10.2.

20 Por exemplo: E.V. Costa (1966: p.56); Eisenberg (1974: p.153); Stein (1957: pp.65, 229).

mento de preços naquele país deve ser mais provavelmente associado à forte expansão da demanda pelo seu principal produto de exportação, o açúcar: a produção cubana de açúcar aumentou 70% nos anos cinquenta, em relação à década anterior. O estímulo da demanda também se fez sentir no açúcar pernambucano: nesse mesmo intervalo, a produção de açúcar da província subiu em um terço.²¹

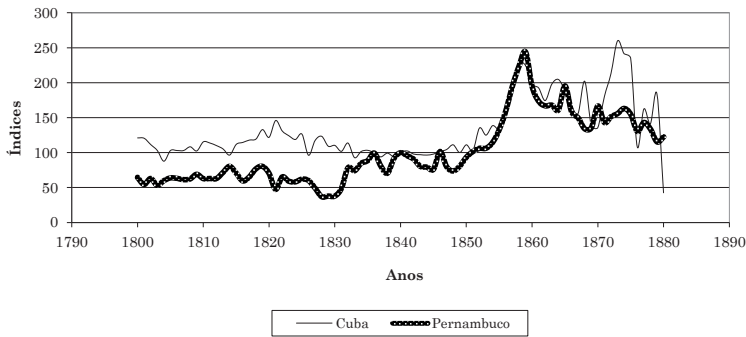
Esse foi um período de expansão de demanda para produtos tropicais, em geral. Comparando a evolução dos preços de escravos em Cuba com a de outras regiões, Friginals, Klein & Engerman (1983) concluíram:

O movimento dos preços de escravos em Cuba [na segunda metade da década de 1850] teve correspondência em outras regiões das Américas, refletindo a demanda em expansão, na Europa e na América do Norte, por mercadorias produzidas com mão de obra escrava. Nessa época, grande parte da produção mundial comercializada de açúcar, algodão, café e fumo era produzida por trabalho escravo, e o aumento na demanda por alimentos e tecidos elevava a lucratividade do escravismo, onde quer que ainda existisse.²²

21 A produção cubana passou, em médias anuais, de 257 mil toneladas, entre 1841-42 e 1850-51, para 437 mil toneladas, entre 1851-52 e 1860-61. Em Pernambuco, o aumento foi de 48 para 64 mil toneladas, nesse intervalo. Denslow Jr. (1974: pp.8-10).

22 Moreno Friginals, Klein & Engerman (1983: p. 1208). Nossa tradução. Ver também, sobre esse ponto, Bergad (2007: 157-164).

Gráfico 10.3: Preços de escravos do sexo masculino, de 15 a 40 anos: Pernambuco e Cuba, 1800-1880^a (Índices, 1840=100)



(a) Os preços em Pernambuco são de escravos sãos. Nos dados de Cuba, derivados de registros de venda, não há referência a estado de saúde.

Fonte: para Pernambuco, nossa pesquisa; para Cuba, Bergad, García & Barcia (1995: tabela B-1).

O quadro que se depreende, a partir do que foi visto nos parágrafos anteriores, é o de um mercado de escravos diretamente influenciado por variações nas perspectivas de lucros oriundos do investimento em mão de obra escravizada, perspectivas essas associadas principalmente à demanda pelas mercadorias produzidas com tal mão de obra. O preço máximo que os compradores estariam dispostos a pagar por um escravo, a exemplo do que ocorre hoje com máquinas, equipamentos, imóveis e quaisquer ativos produtivos, seria o somatório dos rendimentos esperados da atividade produtiva desse trabalhador, levando em conta sua expectativa de vida e uma determinada taxa de desconto no tempo.²³

23 Como escreveu Marx: “O preço que se paga neste caso pelo escravo não é outra coisa senão a mais-valia ou lucro, antecipado e capitalizado, que dele se extrairá.” (Marx, 1986 [1867], p.1028, nossa tradução). A taxa de desconto dessa capitalização

Assim, os preços dos cativos aumentaram quando do aumento da lucratividade do emprego de escravos na mineração, no início do século XVIII; caíram, a partir de 1750, quando essa lucratividade caiu pelo esgotamento dos veios auríferos superficiais; e voltaram a subir sob a influência do crescimento da lucratividade na agricultura, associado à demanda internacional em expansão (levando em conta, também, os riscos do negócio do tráfico). A queda abrupta de preços, na década de 1880, explica-se pela expectativa de que a propriedade escrava seria abolida em futuro próximo: o movimento abolicionista ganhou grande força e crescente notoriedade a partir de 1880 (Moraes, 1986-a). Isso significava o encurtamento do período de utilização do trabalho escravo e, portanto, redução do horizonte de lucros esperados, provocando queda na demanda (Mello, 1984). Em comparação com os casos dos Estados Unidos e de outros países, a abolição no Brasil se fez de modo anunciado e relativamente pacífico, o que possibilitou ao mercado a formação de expectativas a respeito, influenciando os preços.

No que se refere à oferta, os dados sugerem que não havia tendência a aumento de preços atribuível à escassez de africanos para o tráfico transatlântico, se consideramos períodos mais estendidos — décadas, em lugar de anos. Quando, porém, havia um aumento intenso da demanda num período relativamente curto — pelo surgimento de novas atividades com boas perspectivas de lucro — a resposta da oferta não era rápida, causando aumentos de preços nas regiões de origem do tráfico. Ou seja, a oferta teria grande

é uma taxa de juros de referência, ou seja, a taxa de rendimento que o comprador de escravos poderia obter no investimento alternativo de menor risco.

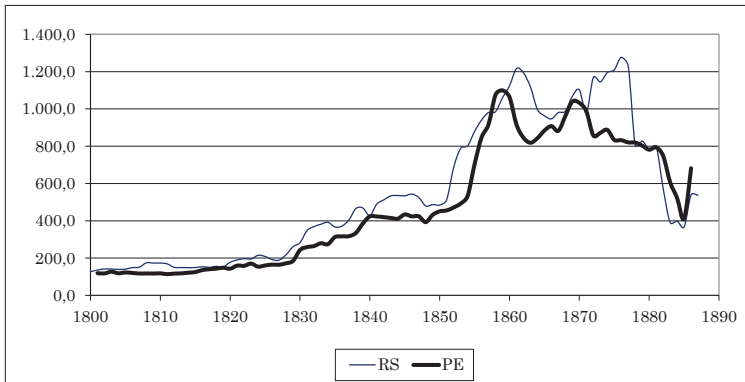
elasticidade no longo prazo, mas poderia mostrar-se inelástica no curto prazo. Assim, os movimentos dos preços de escravos resultavam, mais frequentemente, de variações de demanda, especialmente quando ocorridas num curto período de tempo.²⁴

Preços de Escravos em diferentes regiões

O gráfico 10.4 mostra a evolução dos preços médios de escravos em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX, com base em dados de inventários. Nota-se que, embora ocorressem altas de preço no Rio Grande do Sul que não se repetem em Pernambuco, especialmente na década de 1870, há um evidente paralelismo na evolução de preços nas duas províncias, a despeito de terem estruturas produtivas muito distintas — o que aponta para a existência de um mercado nacional de escravos, como mencionado anteriormente.

24 Evidência de uma oferta africana elástica no longo prazo, mas inelástica no curto prazo, aparece em vários trabalhos relativos a outras regiões. Ver, por exemplo: Gemery & Hogendorn (1977); Mancal, Rosenbloom & Weiss (2000); Eltis, Lewis & Richardson (2005).

Gráfico 10.4: Preços de escravos homens de 15 a 40 anos, sãos, em Pernambuco e Rio Grande do Sul, século XIX (médias móveis trienais; preços em mil-réis) ²⁵

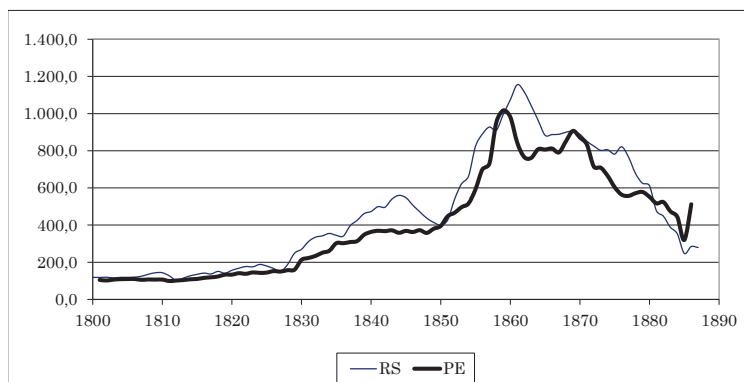


Fonte: nossa pesquisa.

No caso das escravas, o cotejo entre o perfil temporal de preços nas duas províncias (Gráfico 10.5) mostra também uma evolução muito similar, notando-se, no entanto, ausência da alta de preços nos anos setenta, no Rio Grande, ao contrário do observado entre os cativos do sexo masculino.

²⁵ A moeda brasileira (mil-réis, na época) desvalorizou-se consideravelmente ao longo do século; mas a evolução de preços em libras esterlinas segue essencialmente o mesmo perfil temporal.

Gráfico 10.5: Preços de escravas de 15 a 40 anos, sãs, em Pernambuco e Rio Grande do Sul, século XIX (médias móveis trienais) (Preços em mil-réis)

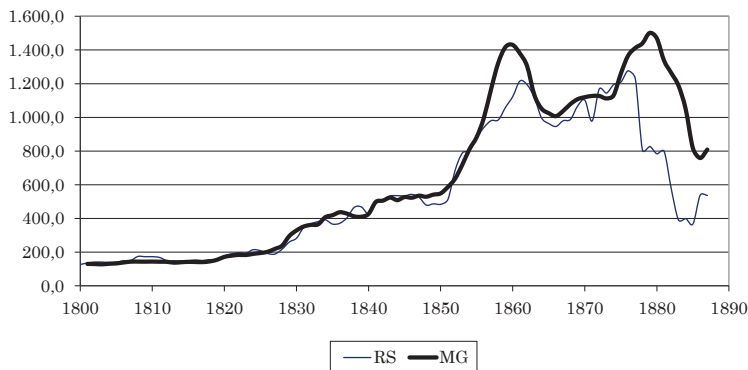


Fonte: nossa pesquisa.

O aumento de preços na década de 1870 ocorreu também, por outro lado, entre os escravos do sexo masculino de Minas Gerais, de forma ainda mais acentuada do que no Rio Grande do Sul, como mostrado no Gráfico 10.6. É provável que isso se relacione com a grande expansão da lavoura cafeeira nesse período, inclusive em Minas Gerais, estimulando o comércio interprovincial de escravos, que foi mais intenso nessa década do que em qualquer outro período.²⁶ Como a demanda por escravos do sexo masculino predominava, nas atividades da lavoura (ver o capítulo 11 deste livro), isso poderia influenciar um aumento de preços concentrado em escravos homens.

26 Slenes (1976: cap.3). Esse autor estimou que a venda de escravos do Rio Grande do Sul para fora da província, após 1873, correspondeu a cerca de 20% dos escravos existentes na província naquele ano; a proporção correspondente para Pernambuco é menor: 8% (ibid.: p. 621).

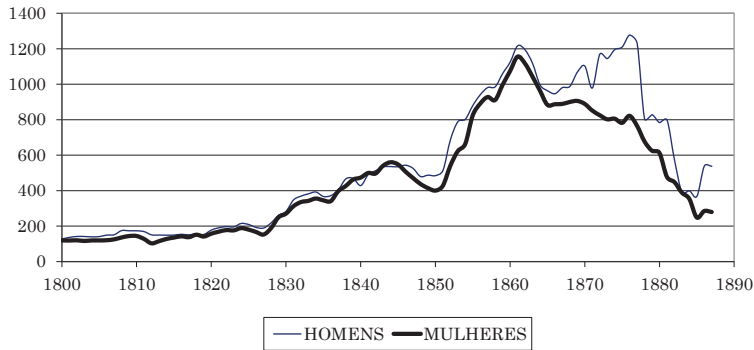
Gráfico 10.6: Preços de escravos homens de 15 a 40 anos, sãos, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, século XIX (médias móveis trienais; Preços em mil-réis)



Fonte: para o Rio Grande do Sul, nossa pesquisa; para Minas Gerais, Bergad (1999: tabela E-1).

Mas de fato os preços de escravas em geral se reduziram nessa década, fazendo com que se estabelecesse uma distância bem maior entre a avaliação de homens e de mulheres do que a observada antes — como exemplificado no Gráfico 10.7, que mostra os preços de homens e mulheres no Rio Grande do Sul. Isso faz supor que outro fator estivesse influenciando os preços de escravas nesse período, além da demanda diferencial da região do café. A Lei do Ventre Livre, promulgada em setembro de 1871, seria tal fator. Assim como, na década de 1830, a perspectiva do fim do tráfico parece ter estimulado a demanda por mulheres, como vimos acima, o fato de que os filhos de mães escravas passassem agora a ser livres teria o efeito oposto. Em princípio, a Lei suprimiria, ou tornaria menores, os lucros advindos da geração de crianças escravas, afetando negativamente os preços das mães, como adiante indicaremos.

Gráfico 10.7: Preços de escravos e escravas de 15 a 40 anos, são, no Rio Grande do Sul século XIX (médias móveis trienais; Preços em mil-réis)



Fonte: nossa pesquisa.

Um mercado nacional de escravos.²⁷

Os gráficos acima indicam uma evolução paralela de preços nas várias regiões do País. Havia diferenças, mais evidentes após 1860, mas dentro de uma mesma tendência temporal.

Vimos que o preço que um comprador estava disposto a pagar pelo trabalhador escravizado dependia do rendimento esperado da atividade produtiva desse trabalhador, ao longo de sua vida útil. Ou seja, dependia da produtividade média da mão de obra (quanto cada trabalhador podia produzir, num dado período) e do valor de mercado do que era produzido. Se aumentava o valor da produção de cada escravo, era provável que aumentasse a demanda pelo tra-

²⁷ Cabe lembrar que “nacional” inclui o período colonial. Como ensina o dicionário Aurélio (5ª ed., 2010), nação quer dizer: “agrupamento humano, mais ou menos numeroso, cujos membros, geralmente fixados num território, são ligados por laços históricos, culturais, econômicos e/ou linguísticos” — o que abrange a colônia.

balho cativo; como a oferta era inelástica, no curto prazo, o preço dos escravos tendia a subir. Mas esse efeito da demanda sobre o preço dos escravos variaria entre diferentes regiões: um aumento no preço internacional do açúcar, por exemplo, aumentaria a produtividade média dos escravos em Pernambuco, em valor, mas não no Rio Grande do Sul, por exemplo. Ora, se os preços não variavam muito entre regiões, deve-se admitir a existência de um mecanismo que tendia a equalizar os preços.

O comércio de escravos entre regiões proporcionaria tal mecanismo. Não seria preciso que houvesse uma intensa compra e venda entre regiões; bastaria que alguns traficantes, tendo informação sobre os preços vigentes nas diferentes localizações e percebendo oportunidades de lucro, praticassem a chamada “arbitragem”: comprassem onde o preço fosse menor para vender onde fosse mais alto. Esse movimento levaria ao encarecimento dos cativos nos locais onde eram adquiridos, pelo aumento da demanda, e ao barateamento onde eram vendidos, pelo aumento da oferta. Poder-se-ia falar, nesse caso, na existência de um mercado nacional de escravos.

Tudo indica que isso de fato ocorreu. Depois da abolição do tráfico atlântico, em 1850 — e especialmente na década de 1870 — há evidência de movimentos significativos de escravos em direção à região do café, cultura que se expandiu vigorosamente nesse período — e na qual, pode-se facilmente supor, o valor econômico obtido com o emprego do trabalho escravo era maior do que em outros setores.²⁸

28 O tráfico interno para a região cafeeira foi estudado por Motta (2012). O tema foi também tratado em Luna & Klein (2010: cap.6); Slenes (1976; 2004) e Versiani & Vergolino (2005).

Aliás, a inter-relação comercial de regiões, no século XIX, abrangia também a troca de mercadorias, como visto no 3º capítulo deste livro. Aí se mostrou, por exemplo, que Pernambuco exportava volume significativo de açúcar para o Rio Grande do Sul, por navegação de cabotagem, e em troca recebia charque desta província. Cada área exportava o produto em que tinha vantagem comparativa.

Preços de escravos e exportações de café

A partir da segunda década do século XIX, o café se transformou gradativamente no elemento dominante na atividade agrícola do País. A evidência do tráfico interno de mão de obra cativa, em direção às províncias cafeeiras, sugere que a lucratividade da produção de café, impulsionando a demanda por escravos, faria subir os preços destes não só na região do café mas também, por arbitragem, nas demais províncias.

Na Tabela 10.3 são mostrados índices de correlação entre os preços de escravos em várias regiões do País, e também entre esses preços e as receitas de exportação do café, ao longo do período de 1800 a 1888.²⁹ Verifica-se não só que os preços de escravos são fortemente correlacionados, entre as províncias consideradas, mas também que há correlação positiva entre as receitas de exportação do café e os preços dos escravos em todas essas províncias — mesmo no caso de uma província onde não se cultivava esse produto, como o Rio Grande do Sul, ou onde seu cultivo era inexpressivo, como em Pernambuco. Isso reforça a noção de um mercado

29 O índice de correlação, que pode assumir valores entre -1 e +1, indica o grau de associação linear, positiva ou negativa, entre duas variáveis.

de escravos de âmbito nacional, com características de mercado competitivo, com arbitragem de preços entre as províncias.

Tabela 10.3: Índices de correlação entre preços médios de escravos em diferentes províncias e entre preços de escravos e receitas de exportação de café, 1800-1887.

	PE	RJ	RS	MG	Café
PE	1				
RJ	0,923	1			
RS	0,940	0,862	1		
MG	0,948	0,892	0,884	1	
Café	0,695	0,653	0,595	0,774	1

Fontes e método: os preços para Pernambuco (PE) e Rio Grande do Sul (RS) são os apurados em nosso projeto; os de Minas Gerais (MG) são de Bergad (1999: tabela E-1); todos referentes a escravos do sexo masculino, no período 1800-1887. Os preços do Rio de Janeiro (RJ) são de escravos de ambos os sexos, no período 1835-1887 (Mello, 1984: v.1, p.104).

Preços e características dos cativos

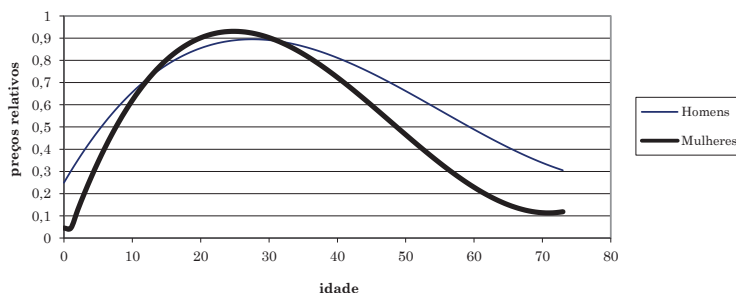
Preços de escravos e idade

Se a racionalidade econômica no uso do trabalho escravo fazia com que os preços dos cativos fossem associados à sua produtividade, seria de se esperar que características como idade, estado de saúde e posse de algum tipo de habilidade útil ao trabalho tivessem também influência nos preços. Assim como o gênero, na medida em que, por exemplo, a força física fosse um atributo necessário.

O Gráfico 10.8 mostra a relação entre os preços relativos e as idades de escravos (homens e mulheres), com dados de

nossa pesquisa para o Rio Grande do Sul. Os resultados para as demais províncias são análogos; e a relação em U invertido converge com o observado em outros lugares das Américas.³⁰

Gráfico 10.8: Preços relativos de escravos do Rio Grande do Sul, por Idade e por gênero, 1800-1887³¹



Fonte dos dados brutos: nossa pesquisa

Nota-se que os homens no Rio Grande do Sul valiam mais que as mulheres até os 13 e depois dos 31 anos de idade. Isso pode ser relacionado ao fato de que a maioria das tarefas atribuídas aos trabalhadores escravizados dependia de força física, havendo, portanto, em geral, preferência pelo sexo masculino do lado da demanda. O fato de mulheres em idade reprodutiva serem mais bem avaliadas sugere a expectativa, por parte dos senhores de escravos, de obtenção

30 Ver, por exemplo, para o caso de Cuba e Estados Unidos, Friginals, Klein & Engerman (1983) e Fogel & Engerman (1974). Para o caso da América Espanhola, no século XVIII, ver Newland e San Segundo (1994).

31 Os preços relativos são os preços nominais dos escravos, tais como avaliados nos inventários a que tivemos acesso, divididos pela média de preços dos cativos homens e sadios, contando de 15 a 40 anos de idade, avaliados no mesmo ano, no ano anterior e no posterior àquele da avaliação do cativo em questão. Tal procedimento é necessário porque, ao longo do século XIX, como indicado no gráfico 10.2, houve substanciais variações de preços dos cativos, o que distorceria a relação entre preços e idade que procuramos identificar.

de ganhos com o aumento do número de seus cativos — ao contrário do suposto por Weber (1944: pp. 132-133), que via a família escrava como um ônus para seu proprietário.³²

O preço muito baixo para crianças pequenas é um reflexo da alta mortalidade infantil (que não era, no entanto, muito mais alta do que a da população livre, na época³³). A expectativa de vida crescia com a idade, e com ela o preço do escravo, pela redução do risco de morte, atingindo o máximo ao redor dos 23 anos, para as mulheres, e aos 26, para os homens. A queda gradual, daí por diante, relacionava-se com a redução tanto da capacidade de exercício de força física quanto da expectativa de vida. Note-se, todavia, que, se saudáveis, escravos com mais de 60 anos continuavam sendo avaliados positivamente, o que indica a plasticidade da escravidão no Brasil, a exemplo do que ocorria em outras sociedades escravistas, capaz de encontrar serventia produtiva mesmo para os mais velhos.

Preços e capacidade reprodutiva de escravas

A noção de que as escravas eram consideradas como possível fonte de ganho, pela capacidade de geração de novos escravos, além da capacidade de trabalho, ganha respaldo quando se analisam os prováveis efeitos da Lei do Ventre

32 A equação que descreve a curva dos homens, estimada pelo método dos mínimos quadrados ordinários, é a seguinte: Preço relativo = $2,5 \times 10^{-1} + 5,26 \times 10^{-2} \text{idade} - 1,27 \times 10^{-3} \text{idade}^2 + 7,7 \times 10^{-6} \text{idade}^3 - 0,27 \text{doença} + 0,193 \text{ofício}$; no caso das mulheres, também estimada por mínimos quadrados ordinários, a equação é a seguinte: Preço relativo = $0,0448 + 8,39 \times 10^{-2} \text{idade} - 2,36 \times 10^{-3} \text{idade}^2 + 1,68 \times 10^{-5} \text{idade}^3 - 0,177 \text{doença} + 0,0516 \text{ofício}$. Nenhum parâmetro foi rejeitado com 0,05 de nível de significância.

33 Ver sobre isso Slenes (1976: cap.8).

Livre, de setembro de 1871, que declarou livres os filhos das mulheres escravas, sob certas condições³⁴.

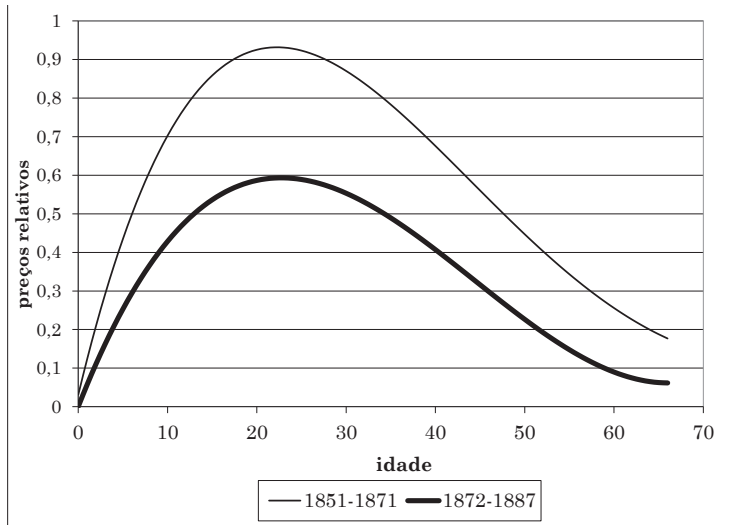
Vimos acima a evolução temporal dos preços de escravos e escravas no Rio Grande do Sul (Gráfico 10.7), evidenciando um aumento no diferencial de preços entre os sexos, na década e 1870. No Gráfico 10.9 se faz uma análise mais detalhada, com dados da província de Pernambuco (onde temos a amostra mais abrangente): examina-se o perfil de preços em relação à idade de mulheres escravas, em dois períodos: entre 1851 e 1871 (MPE 1851-1871) e após 1871 (MPE 1872-1887).³⁵

As curvas de preço sugerem claramente um efeito da Lei do Ventre Livre sobre os preços relativos das mulheres: há um forte deslocamento para baixo, após 1871, indicando desvalorização relativa das mulheres a partir do momento em que sua capacidade reprodutiva não podia mais ser usada, como antes, para o acréscimo do estoque de escravos, isto é, para o aumento do patrimônio senhorial.

34 A lei os declarava livres, ficando no entanto “em poder e sob a autoridade” dos senhores das mães até os oito anos de idade, ocasião em que estes poderiam optar por receber uma indenização de seiscentos mil-réis, em títulos públicos, ou utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos. De fato, portanto, a liberdade efetiva só estaria assegurada para 21 anos mais tarde. A lei foi, não obstante, violentamente combatida durante sua tramitação; seus opositores na Câmara e no Senado previam que sua aprovação suscitaria “geral insurreição dos escravos”, “desordem nos estabelecimentos agrícolas”, “anarquia social e miséria pública”, “dias lúgubres, como todo seu cortejo de crimes, horrores e cenas escandalosas” — esse último vaticínio do romancista e deputado José de Alencar, antiaboliconista extremado (Moraes, 1986-b: p.83).

35 Os preços relativos das mulheres são dados pela divisão de seu preço nominal, constante dos inventários, pelo preço médio dos homens sadios, de 15 a 40 anos de idade, no ano do inventário, no ano anterior e no ano posterior.

Gráfico 10.9: Preços Relativos das Escravas de Pernambuco em Dois Períodos³⁶



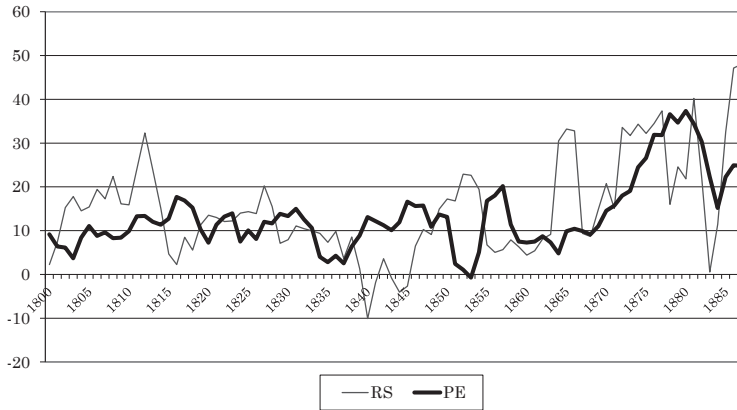
Fonte dos dados brutos: nossa pesquisa

Uma forma alternativa de considerar a desvalorização das mulheres em comparação com os homens, a partir de 1872, é dada pelo Gráfico 10.10, no qual se apresenta a diferença relativa entre os preços dos homens e das mulheres entre 1800 e 1888. O que se nota é que até 1871 as diferenças variavam ao redor de 10% (diferenças médias: 10,4% em Pernambuco e 12,2% no Rio Grande), e ao redor de 30% após 1871 (diferenças médias: Pernambuco: 27,8%; Rio Grande: 28,9%).³⁷

36 As equações que estão representadas no gráfico, estimadas pelo método dos mínimos quadrados ordinários, são as seguintes: para MPE 5172: Preços relativos = $0,0311 + 9,6 \times 10^{-2} \text{ idade} - 3,25 \times 10^{-3} \text{ idade}^2 + 3,68 \times 10^{-5} \text{ idade}^3 - 1,38 \times 10^{-3} \text{ idade}^4 - 0,212 \text{ doença} + 0,0516 \text{ ofício}$; para MPE 7387: Preços relativos = $0,0918 + 5,9 \times 10^{-2} \text{ idade} - 1,74 \times 10^{-3} \text{ idade}^2 + 1,31 \times 10^{-5} \text{ idade}^3 - 0,11 \text{ doença} + 0,166 \text{ ofício}$.

37 As diferenças entre as médias dos dois períodos são estatisticamente significativas.

Gráfico 10.10: Diferenças Relativas entre os Preços das Mulheres (15 a 45 anos) e os dos Homens (15 a 45 anos) no Século XIX³⁸



Fonte dos dados brutos: nossa pesquisa

Como observaram Fogel & Engerman (1974: cap.4), os filhos de escravas podiam ser vistos como um investimento de longo prazo dos senhores: havia um custo em sustentá-los, que seria compensado pelos rendimentos líquidos a que dessem origem depois que passassem a ser produtivos (o que podia suceder mesmo quando ainda crianças), e por toda sua vida útil. A Lei do Ventre Livre, limitando a 21 anos essa vida útil — o período de usufruto dos serviços dos filhos de escravas, formalmente livres, pelos senhores de suas mães — tornava tal investimento menos atraente e, portanto, reduziria a demanda por escravas, fazendo cair seu preço relativamente ao dos escravos.³⁹

38 As diferenças relativas são dadas pela diferença entre os preços dos homens e os preços das mulheres dividida pelos preços deles e multiplicada por -100 .

39 É possível que a redução da vida útil causada pela Lei do Ventre Livre não fosse de fato muito significativa, se aceitarmos a estimativa de Slenes (1976: p.353) para a expectativa de vida ao nascer dos escravos brasileiros: 19 a 27 anos. De qualquer

Preços, ofícios, doenças e defeitos físicos⁴⁰

As amostras de inventários que examinamos, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, contêm subamostras com informações sobre o ofício ou habilitação dos escravos, e sobre a ocorrência de doenças ou defeitos físicos. Isso permite que se comparem os preços de grupos de cativos com diferenças quanto a essas características.

No caso de Pernambuco, o maior tamanho da amostra total possibilita comparações mais detalhadas. A Tabela 10.4 mostra os preços médios de escravos numa área específica da província, com o propósito de obter dados mais homogêneos: a Zona da Mata, região onde a produção de açúcar era a atividade predominante, e onde ficava cerca da metade dos escravos de Pernambuco.

Comparam-se, nessa tabela, os preços médios de trabalhadores “qualificados” e “não qualificados”, de ambos os sexos. Os primeiros abrangem os artesãos, como carpinteiros ou ferreiros; os que exerciam trabalhos que exigiam habilidade, seja na área rural (carreiros, vaqueiros), seja no âmbito doméstico (cozinheiros, lavadeiras, costureiras); e os que faziam serviços mais técnicos, no preparo do açúcar (caldeireiros, destiladores). Os não qualificados são os que eram aplicados a tarefas simples, a maioria ligada ao trato da terra, requerendo principalmente força física (referidos

forma, a Lei trouxe também a perspectiva da extinção total do regime servil, num prazo não muito distante, fator adicional de redução da lucratividade do “investimento” em recém-nascidos.

40 O acréscimo de preço para escravos com habilidades específicas e a redução para escravos com deficiências, mostrados nesta seção, estão expressos nos sinais das variáveis *dummies* nas regressões mencionadas na nota 34, acima: sinal positivo no primeiro caso, e negativo no segundo.

nos inventários como “de enxada”, “de campo”); e também os trabalhadores domésticos sem menção de ofício ou habilidade (listados como “serviço de casa”, “serviço doméstico”).⁴¹ Distinguem-se os períodos antes e depois de 1850, levando em conta o maior nível de preços nominais no segundo período.

Na subamostra do Rio Grande do Sul (Tabela 10.5) não havia um número suficiente de escravos com a indicação “de enxada” ou “de casa”; comparou-se então o preço médio dos escravos qualificados com o dos escravos sem qualquer indicação de ofício, nos inventários (a maioria). É razoável supor que esses últimos fossem trabalhadores com menor qualificação que os outros. Foram excluídas da média dos escravos sem ofício as crianças menores de dez anos: há indicações de que depois dessa idade os cativos já eram empregados produtivamente (por exemplo: muitos pré-adolescentes tinham atribuição de ofício, nos inventários).⁴²

Tabela 10.4 : Zona da Mata em Pernambuco: preços médios de escravos mais qualificados e menos qualificados (1800-1888)

PERÍODO	1800-1849		1850-1888	
	Mil-réis	Índices	Mil-réis	Índices
Mais qualificados	226	100	876	100
Menos qualificados	136	60	641	73

Fontes e **Método**: dados de inventários de nossas pesquisas, referentes a escravos sãos de ambos os sexos.

41 Para maiores detalhes sobre essas classificações, ver o capítulo 11 deste livro e seu Apêndice.

42 O pequeno número de observações relativas a escravas, nos dados do Rio Grande do Sul, não permitiu que estas fossem consideradas no cálculo das médias da Tabela 10.5.

Tabela 10.5: Rio Grande do Sul: preços médios de escravos de sexo masculino com e sem ofícios declarados (1800-1888).

PERÍODO	1800-1849		1850-1888	
	Mil-réis	Índices	Mil-réis	Índices
Com ofícios	319	100	959	100
Sem ofícios	227	71	683	71

Fonte e Métodos: dados de inventários de nossas pesquisas, referentes aos escravos sãos e de sexo masculino.

Verifica-se, nas Tabelas 10.4 e 10.5, uma notável similaridade no diferencial de preços entre escravos qualificados e sem qualificação, nas duas províncias. No Rio Grande do Sul, em ambos os períodos a média de preços de não qualificados é cerca de 30% inferior à dos qualificados; em Pernambuco esse percentual aproximado se repete, no período 1850-1888, e é maior, mas não muito maior, antes de 1850: 40%. Aparentemente, o adicional de produtividade dos trabalhadores qualificados era dessa ordem de grandeza.

A menção a doença ou defeito físico (em raros casos, deficiência mental) aparece em cerca de 5% dos escravos das amostras de Pernambuco e do Rio Grande do Sul (4,8%, no primeiro caso, 5,4% no segundo). Comparando os preços das Tabelas 10.4 e 10.5 com os de escravos com as mesmas características de ofício ou habilidade, mas com problemas de higiene, obtemos os números das Tabelas 10.6 e 10.7.

Tabela 10.6: Zona da Mata de Pernambuco: Proporção Entre os Preços Médios de Escravos com Deficiências Físicas Declaradas Comparados Com os Preços de Escravos Sãos, 1800-1888

Qualificação	1800-1849	1850-1888
Mais qualificados	83%	57%
Menos qualificados	43%	52%

Fonte: dados de inventários de nossa pesquisa, referentes a escravos de ambos os sexos.

Tabela 10.7: Rio Grande do Sul: Proporção entre os preços médios de escravos com deficiências físicas declaradas comparados com escravos sãos.

Qualificação	1800-1849	1850-1888
Com ofícios	59%	54%
Sem ofícios	73%	57%

Fonte: dados de inventários de nossa pesquisa, referentes a escravos do sexo masculino.

Como esperado, os trabalhadores com alguma deficiência física, o que naturalmente se refletia em sua produtividade, tinham preços menores. Embora as amostras sejam pequenas, dada a baixa percentagem desses cativos em relação ao total, os números das Tabelas 10.6 e 10.7 indicam que os preços médios dos portadores de deficiência podiam chegar à metade dos preços dos escravos sãos, para um mesmo nível de qualificação.

Conclusões

Alguns autores clássicos do pensamento social, como Adam Smith, Karl Marx e Max Weber, avaliaram o trabalho escravo como intrinsecamente inferior ao trabalho livre, quanto aos resultados alcançados no processo produtivo. O uso de mão de obra escrava seria, em algum sentido, “irracional”.

Adam Smith, na *Riqueza das Nações*, baseou sua argumentação a respeito na suposição de que o trabalhador livre tenderia a aplicar o salário que recebe para seu sustento de forma frugal e parcimoniosa; em contraste, os recursos para sustento do escravo seriam em geral administrados de forma negligente, seja pelo próprio senhor de escravos ou por seu capataz, resultando assim em maior custo. O que o fez concluir:

A experiência de todas as épocas e nações demonstra, segundo creio, que o trabalho feito por escravos, embora só pareça custar a sua manutenção, acaba por ser o mais caro de todos. Uma pessoa que não pode comprar propriedades, não tem outro interesse senão o de comer o mais que puder e trabalhar o menos possível. Qualquer trabalho que passe para além do que lhe é necessário para a sua subsistência, só lhe pode ser arrancado pela violência e não por qualquer interesse próprio.⁴³

Marx, em passagem muito citada do primeiro volume do *Capital*, põe ênfase no fato de que o trabalho escravo seria antagônico à introdução de melhorias técnicas, impedindo, assim, o acesso a ganhos de produtividade. O escravo, sendo apenas um *instrumentum vocale* — uma ferramenta que fala, segundo o conceito da antiguidade romana — não se

43 Smith (1993[1776]: p. 665).

identifica de nenhuma forma com a atividade produtiva que exerce, não tendo, assim, qualquer empenho em realizá-la bem. Em consequência, causaria danos a equipamentos mais delicados e precisos — até propositalmente. Essa sabotagem seria uma constante no comportamento do trabalhador escravizado, que procuraria danificar ferramentas e maquinaria, mesmo para vingar-se da condição que lhe era imposta. Na agricultura, por exemplo, só poderia trabalhar com arados muito resistentes e pesados, por isso ineficientes.⁴⁴

Max Weber adota argumentos análogos aos de Marx: o escravo não tem nenhum interesse em seu trabalho, e só se conseguirá extrair dele um desempenho equivalente ao do trabalhador livre impondo-lhe uma disciplina severíssima; quanto aos instrumentos de trabalho, não se pode confiar ao escravo equipamentos modernos, mas apenas os mais primitivos. E acrescenta outros argumentos, dentro de sua perspectiva de identificação do capitalismo moderno com a introdução de métodos racionais na produção e, especificamente, com a existência de uma organização racional do trabalho. O trabalho escravo traria impedimentos a essa organização racional, como os riscos de morte prematura e de doenças, o que desvalorizaria o capital nele investido; a inflexibilidade da oferta de trabalho diante de variações da demanda; o peso morto da família cativa.

As ideias de Marx e Weber sobre o escravismo exerceram influência marcante no Brasil, em especial na chamada Escola Paulista de Sociologia, em que se destacaram, nas décadas de 1950 a 1970, as pesquisas de Florestan Fernandes,

44 Marx (1967[1867]:196-97).

Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, entre outros, sobre esse tema. Num conhecido estudo sobre a sociedade escravista do Rio Grande do Sul, no século XIX, Cardoso toma como premissa, na linha weberiana, que “a economia escravocrata, por motivos que se inscrevem na própria forma de organização social do trabalho, impõe limites ao processo de racionalização da produção e à calculabilidade econômica” (Cardoso, 1962: p.189). Com base nessa ideia, procura demonstrar que a produção com base em mão de obra escrava (o charque do Rio Grande) não poderia subsistir, quando submetida à concorrência da produção organizada com trabalho livre, portanto mais barata (no caso, o charque produzido nos *saladeros* uruguaios e argentinos).

Por outro lado, a partir dos anos cinquenta do século passado começa a difundir-se uma visão oposta sobre a economicidade da escravidão, a partir de estudos empíricos sobre a produção agrícola com trabalho escravo, no Sul dos Estados Unidos. Nessa década, um artigo de Alfred Conrad e John Meyer causou grande impacto, ao mostrar que a taxa de retorno do investimento em escravos — calculada a partir do cotejo do preço de compra de um trabalhador cativo com o fluxo, descontado ao presente, dos rendimentos líquidos esperados de sua atividade produtiva, ao longo de sua vida útil — comparava-se favoravelmente com outros investimentos produtivos, na mesma época. Era uma evidência de que o sistema escravista, ao contrário da crença prevalecente, podia ser lucrativo: a escravidão não era uma forma “irracional” de organizar a produção (Conrad & Meyer, 1958). Numerosos outros trabalhos nessa mesma direção foram publicados nos anos subsequentes, notadamente o livro de Fogel & Enger-

man, *Time on The Cross*, que despertou grande polêmica, mas foi elemento importante para a concessão do Prêmio Nobel de Economia ao seu primeiro autor, em 1993 (Fogel & Engerman, 1974). Se nem todos esses resultados iniciais foram depois confirmados por outros estudos, pode-se dizer que ficou firmemente estabelecida, na literatura, a noção de que não há incompatibilidade necessária entre escravismo e racionalidade econômica. O que estimulou uma nova e rica vertente de trabalhos empíricos sobre o tema, em vários países. No Brasil já se obtiveram alguns resultados na linha do artigo de Conrad e Meyer, com respeito ao investimento em escravos, embora a partir de uma base de dados relativamente restrita (por ex.: Mello, 1992).

Os dados aqui examinados dão suporte à noção de que — ao contrário da visão de Smith, Marx e Weber — o uso do trabalho escravo era economicamente racional, podendo ser analisado sob o prisma do objetivo de maximização do lucro do proprietário escravista.

A evolução dos preços dos escravos no Brasil, ao longo do período de mais de três séculos em que o trabalho forçado foi a base da atividade produtiva no País, pode ser explicada pela interação entre a oferta e a demanda de trabalhadores cativos. Do lado da demanda, o fator primordial é a lucratividade da atividade produtiva, que determina o preço máximo que o produtor escravista estava disposto a pagar: a expectativa dos lucros em determinado horizonte de tempo. Quanto à oferta, há elementos para crer que tenha sido muito elástica, no longo prazo, mas pouco elástica no curto prazo. Os movimentos de preço podem ser vistos assim, em linhas gerais, como resultantes de variações de curto prazo

na demanda por mão de obra, associadas à dinâmica da atividade produtiva na economia brasileira, do século XVI ao século XIX. Tendo como pano de fundo as características básicas da economia e da sociedade brasileira no período: importância central da grande propriedade agroexportadora e amplo predomínio do trabalho escravo.

Mudanças de política governamental, e expectativas com relação a elas, influíam também na demanda e, por consequência, na determinação dos preços dos escravos. Como ocorreu no final da década de 1820, quando a perspectiva de abolição do tráfico africano, anunciada, desde três anos antes, para 1830, provocou um aumento preventivo de demanda, com reflexo nos preços, e estimulou a demanda por escravas. Ou nos anos anteriores a 1888, quando a força crescente do movimento abolicionista tornou clara a possibilidade de extinção próxima da escravatura, sem indenização, reduzindo a procura e os preços. E há, como visto, indicações de que a Lei do Ventre Livre tenha reduzido a demanda por escravas, e seus preços relativos.

Características individuais claramente relacionadas com a produtividade, como a posse de habilidades ou a ocorrência de deficiências físicas, também afetavam a demanda e, portanto, a avaliação de mão de obra cativa, resultando em preços relativamente mais altos, no primeiro caso, e relativamente mais baixos, no segundo.

Assim, a evidência examinada indica — em linha com vários outros trabalhos, no Brasil e em outros países — que a mão de obra escrava era vista e tratada, por seus senhores, como uma mercadoria como as outras, comprada, vendida e avaliada a partir do objetivo geral de maximização do

lucro. O senhor de escravos típico era, essencialmente, um empresário capitalista.⁴⁵

Referências bibliográficas

ALDEN, Dauril. "Late Colonial Brazil." Em: L. Bethell (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

ANTONIL, André J. (João Antônio Andreoni, S.J.). *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982 [1711].

ARRUDA, José J. de A. *O Brasil no Comércio Colonial (1796-1808)*; Contribuição ao Estudo Quantitativo da Economia Colonial. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1972

BARICKMAN, B.J. *A Bahian Counterpoint; Sugar, Tobacco, Cassava, and Slavery in the Recôncavo, 1780-1860*. Stanford: Stanford University Press, 1998. [Tradução brasileira: *Um Contraponto Baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003].

BERGAD, Laird W. *Slavery and The Demography and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

_____. *The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba, and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BERGAD, Laird W., F. I. GARCÍA & Maria C. BARCIA. *The Cuban Slave Market, 1790-1880*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

45 Uma conclusão semelhante, mas empregando pressupostos da análise marxista, é apresentada por Pires e Costa (2000).

CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*; o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CONRAD, Alfred H. & J. R. MEYER. "The Economics of Slavery in the Ante Bellum South." *Journal of Political Economy* 65:95-130, 1958.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

COSTA, Iraci del Nero da. *Populações Mineiras*; Sobre a Estrutura Populacional de Alguns Núcleos Mineiros no Alvorecer do Século XIX. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

DENSLOW Jr., David A. *Sugar Production in Cuba and Northwest Brazil, 1858-1908*. PhD Dissertation. New Haven: Yale University, 1974.

EISENBERG, Peter L. *The Sugar Industry in Pernambuco, 1840-1910; Modernization without Change*. Berkeley: University of California Press, 1974. [Tradução brasileira: *Modernização sem Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977].

ELTIS, David & Stanley L. ENGERMAN. "Was the Slave Trade Dominated by Men?" *Journal of Interdisciplinary History* 23(2): 237-257, 1992.

ELTIS, David, Stephen D. BEHRENDT, David RICHARDSON & Herbert S. KLEIN (eds.). *The Trans-Atlantic Slave Trade*; a Database on CD-ROM. Cambridge: Cambridge University Press, 1999

ELTIS, David, Frank D. LEWIS & David RICHARDSON. "Slave Prices, the African Slave Trade, and Productivity in the Caribbean, 1674-1807." *Economic History Review* 58(4):673-700, 2005.

FOGEL, Robert W. & Stanley L. ENGERMAN. *Time on the Cross; The Economics of American Negro Slavery*. Nova York: Norton, 1974.

FRAGOSO, J.L. *Homens de Grossa Aventura; Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

FRAGINALS, M. Moreno, Herbert S. KLEIN & Stanley L. ENGERMAN. "The Level and Structure of Slave Prices on Cuban *Plantations* in the Mid-Nineteenth Century: Some Comparative Perspectives." *American Historical Review* 88(5):1201-1218, 1983.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1959

GEMERY, H.A. & J.S.HOGENDORN. "Elasticity of Labor Supply and the Development of the Slave Economies in the British Caribbean: The Seventeenth Century Experience." Em: V. RUBIN & A. TUDEN (eds.). *Comparative Perspectives on Slavery in New World Societies*. New York: The New York Academy of Sciences, 1977.

GODOY, M.M. *No País das Minas de Ouro a Paisagem Vertia Engenhos de Cana e Casas de Negócio*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

IBGE FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Séries Estatísticas Retrospectivas*. v.1. Separata fac-similar do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/40. Rio de Janeiro, 1986.

KLEIN, Herbert S. & Francisco V. LUNA . *Slavery in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. [Tradução brasileira: *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2010].

LOVEJOY, Paul E. & David RICHARDSON. "Competing Markets for Male and Female Slaves: Prices in the Interior of West Africa: 1780-1850." *The International Journal of African Historical Studies* 28(2): 261-293, 1995.

LUNA, Francisco V *Minas Gerais: Escravos e Senhores; Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Centros Mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

LUNA, Francisco V. & Herbert S. KLEIN. *Slavery and the Economy of São Paulo, 1750-1850*. Stanford: Stanford U. Press, 2003.

MANCAL, Peter C., Joshua L.ROSENBLOOM & Thomas WEISS. "South Carolina Slave Prices, 1722-1809." Cambridge: National Bureau of Economic Research. (Historical Paper no. 123), 2000.

MARX, K. *Capital*. Vol.1. New York: International Publishers, 1987 [1867].

MARX, K. *Capital*. Vol.3. London: Lawrence & Wishart, 1977 [1894].

MELLO, Pedro C. de. *A Economia da Escravidão nas Fazendas de Café: 1850-1888*. 2v. Rio de Janeiro: IPEA, 1984. (Série PNPE).

MELLO, Pedro C. de. "Rates of Return on Slave Capital in Brazilian Coffee *Plantations*, 1871-1881." Em: R.W. FOGEL & S. ENGERMAN (eds.). *Without Consent or Contract; Markets and Production*. (Technical Papers, v. 1). New York: Norton, 1992.

MILLER, Joseph C. "Slave Prices in the Portuguese Southern Atlantic, 1600-1830." Em: Paul E. LOVEJOY, ed. *Africans in Bondage; Studies in Slavery and the Slave Trade*. Madison: University of Wisconsin Press, 1986.

MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879–1888)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986-a.

MORAES, Evaristo de. *A Escravidão Africana no Brasil*. 2ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986-b.

MOTTA, José Flávio. *Escravos Daqui, Dali e de Mais Além; O Tráfico Interno de Cativos na Expansão Cafeeira Paulista*. São Paulo: Alameda, 2012.

NEWLAND, C. & M.J. SAN SEGUNDO. 1994. “Un Análisis de los Determinantes del Precio de los Esclavos Hispanoamericanos en el Siglo XVIII.” *Revista de Historia Económica* 12(3): 694 – 701.

PAIVA, Clotilde A. de. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

PIRES, Júlio Manoel & Iraci del Nero da COSTA. “O Capital Escravista Mercantil: Caracterização Teórica e Causas Históricas de sua Superação” *Estudos Avançados* 14 (38): 87 – 120, 2000.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo; Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society; Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. [Tradução brasileira: . *Segredos Internos; Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988].

SLENES, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1988*. PhD Dissertation. Stanford: Department of History, Stanford University, 1976.

SLENES, Robert W. “The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888.” Em: W. Johnson (ed.). *The Chattel Principle*;

Internal Slave Trade in the Americas. New Haven: Yale University Press, 2004.

SMITH, A. *Riqueza das Nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998[1776].

STEIN, Stanley J. *Vassouras; a Brazilian Coffee County, 1850-1900*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

VERSIANI, F. R. & J.R.O. VERGOLINO. “Tráfico e Traficantes: Comércio de Escravos em Recife, 1878.” *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* 61:285—304, 2005.

Voyages Database. 2010. *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. <http://www.slavevoyages.org> (acessado em maio/2013)

WEBER, Max. *Economía y Sociedad*; Esbozo de una Sociología Comprensiva. México: Fondo de Cultura Económica, 1944[1922].

WEBER, Max. *General Economic History*. New York: Collier Books, 1961[1923].

ESCRAVOS E ESCRAVAS: Havia preferência por gênero entre os proprietários escravistas?

FLÁVIO R. VERSIANI, JOSÉ R. O. VERGOLINO E
LUIZ PAULO F. NOGUERÓL

293

Sabe-se que, nas populações de escravos africanos nas Américas, predominava, de forma geral, o sexo masculino. O mesmo sucedia no tráfico atlântico de escravos em direção ao Novo Mundo: nas quase quatro mil viagens, entre 1514 e 1866, com informação sobre a composição de gênero, 64,6% dos cativos eram do sexo masculino. No caso do tráfico para o Brasil, essa proporção foi de 66,2%¹.

Uma das explicações para esse desequilíbrio entre sexos, na literatura, privilegia o lado da oferta. Devido às condições específicas da mulher nas sociedades africanas, escravas tendiam a ser mais caras do que escravos, no mercado interno de mão de obra cativa, na África. Assim sendo, os traficantes prefeririam adquirir homens para vender no outro lado do Atlântico. Assim, o menor preço de homens na África é que determinaria a composição de gênero entre os escravos do tráfico.

1 Dados de Voyages Database, “Summary Statistics”. Informações sobre gênero disponíveis para 3.891 viagens, no tráfico global, e 202, no tráfico para o Brasil. O desvio padrão é 12,4%, no primeiro caso, e 14,6%, no segundo.

Alguns autores supõem, adicionalmente, que do lado da demanda não haveria preferência determinada quanto ao sexo dos trabalhadores cativos: compradores de escravos, em países como o Brasil, seriam indiferentes quanto ao uso de mão de obra masculina ou feminina. Assim, a proporção de homens no tráfico, determinada pelas condições prevalentes na África, é que determinaria a proporção de sexos nas populações escravas das Américas. É o pressuposto de Herbert Klein, por exemplo:

As mulheres cumpriam quase as mesmas tarefas manuais que os homens, nas grandes lavouras das Américas, e de fato eram maioria, nas turmas de trabalho das plantações de açúcar, café e algodão. A utilização generalizada de mão-de-obra feminina em tarefas manuais de baixa qualificação, tanto na área rural como urbana, desmente uma suposta preferência por escravos homens.²

No caso do Brasil, há pouca informação sobre a proporção de homens e mulheres na população escravizada, por tipo de atividade exercida. Dessa forma, a comprovação da validade ou não, nas circunstâncias brasileiras, das generalizações de Klein sobre a indiferença dos escravistas quanto ao sexo de seus escravos é um ponto em aberto.

A grande massa de dados reunida em nosso Projeto de pesquisa abre a possibilidade de uma análise empírica dessa questão, o que se fará a seguir. Na próxima seção são revistos alguns aspectos do tema, na literatura. A terceira seção reúne informações sobre a proporção entre sexos, em populações escravas do Brasil. A quarta seção usa dados de

2 H. S. Klein (1999:162), nossa tradução. O argumento é repetido no livro recente de Francisco Luna e Herbert Klein sobre o escravismo no Brasil: Luna & H.S. Klein (2010:176).

inventários para Pernambuco, referentes ao período 1800-1888, que mostram a relação entre escravos e escravas em várias atividades rurais e urbanas, tanto para os africanos como para os nascidos no Brasil. A análise é complementada com dados em seção temporal, derivados da lista de classificação de escravos para alforria, de 1873, relativa ao município sul- pernambucano de Palmares (quinta seção). A sexta seção baseia-se em dados derivados de inventários para a província do Rio Grande do Sul, cobrindo também todo o século XIX. Uma última seção reúne as principais conclusões.

Escravos e escravas no tráfico africano

Há dois caminhos para explicação da superioridade masculina no tráfico africano de escravos: poderia haver influência nesse sentido tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta. A justificativa mais tradicional e, segundo registros históricos, geralmente aceita na época do tráfico, baseia-se na suposição de que os traficantes se orientavam pela demanda dos plantadores, nas Américas, que pagariam mais por homens jovens, mais aptos às tarefas pesadas do cultivo da cana. Há vários exemplos, citados na literatura, de instruções dadas a comandantes de navios do tráfico, recomendando que privilegiassem a aquisição de escravos do sexo masculino.³

Por outro lado, a ampliação do conhecimento sobre as sociedades africanas, na época do tráfico, sugeriu outra interpretação, como referido acima. A participação das mulheres na força de trabalho era em geral superior à dos

3 Eltis & Engerman (1992:237).

homens, naquelas sociedades: a mão de obra feminina tinha papel importante na produção agrícola, e as mulheres executavam ainda a maior parte das tarefas domésticas. Tipicamente, trabalhavam mais horas de que os homens. Isso determinaria maior demanda por mulheres, na escravidão africana (que precedeu de muito o tráfico humano para as Américas, e continuou a existir depois que este cessou). Disso decorreria o maior preço pago por escravas, no mercado africano — fato comprovado por diversos pesquisadores, principalmente quanto a escravos mais jovens.⁴ Nessas circunstâncias, os agentes do tráfico atlântico, tendo que concorrer com compradores que supriam o mercado local, seriam levados a dar preferência a cativos do sexo masculino, a alternativa mais barata.⁵

Há concordância ampla, atualmente, quanto à influência das condições internas da África na composição de gênero do tráfico atlântico. Mas não há consenso quanto ao efeito da demanda, ou seja, quanto à preferência ou não por determinada composição de gênero na mão de obra escravizada, entre os proprietários escravistas das Américas. Autores como Herbert Klein, na citação acima, sustentam que não haveria qualquer preferência: os senhores de engenho e cafeicultores não buscariam seletivamente escravos homens, mas comprariam o que era oferecido pelos traficantes; a composição de gênero de seus plantéis refletiria a do tráfico atlântico. Ambos os sexos seriam usados, na generalidade das atividades em que se empregava a mão de obra forçada,

4 Ver Lovejoy & Richardson (1995).

5 Ver Robertson & M. A. Klein (1997-a), especialmente os artigos de Herbert Klein (1997), Meillassoux (1997) e Robertson & M. A. Klein (1997-b).

sem diferença significativa de eficiência produtiva. Evidência nesse sentido seria a presença, em várias regiões das Américas, de escravas trabalhando em plantações, como mencionado em vários relatos.⁶ E também a constatação de divergências relativamente pequenas entre os preços de homens e mulheres, quando aplicados a tarefas similares.⁷

Outros veem uma influência conjunta da oferta e da demanda. O comércio de cativos dentro do próprio continente africano relacionava-se não só à escravidão local, mas também à venda para o Norte da África, através do Saara; nesse último caso a demanda era principalmente por mulheres, destinadas a haréns e ao serviço doméstico. Os preços do trabalho cativo na África seriam influenciados por três tipos de demanda: o tráfico para o Norte, com preferência por mulheres; o tráfico atlântico, com preferência por homens; e o tráfico interno, onde predominavam mulheres. O efeito resultante seria que os preços de mulheres superassem os dos homens.⁸

Tudo indica que mais pesquisas serão necessárias, antes que se possa ter uma compreensão mais clara da influência relativa da oferta e da demanda na composição de gêneros do tráfico atlântico. A compilação de novos dados sobre esse tráfico, a partir da década de 1990, mostrou outro aspecto da questão: revelou-se uma tendência nítida, do século XVII ao século XIX, para o aumento da proporção de homens e de crianças, entre os cativos transportados para

6 Eltis & Engerman (1992); H. S. Klein (1997).

7 Citando um estudo sobre a Jamaica, H.S. Klein (1997:34) menciona que “comparando apenas trabalhadores rurais não qualificados, o diferencial de preços entre homens e mulheres reduz-se a uma quase insignificância” (n. trad.).

8 Lovejoy & Richardson (1995). Segundo Nwokeji (2001), em regiões da África onde a participação de mulheres no trabalho agrícola era menos predominante, a proporção de mulheres vendidas para as Américas resultava maior.

as Américas. Não há ainda uma explicação satisfatória para isso, mas aparentemente o fenômeno teve origem mais na África do que nas regiões compradoras.⁹

Cabe notar que a suposição de uma demanda não seletiva, nas Américas, não é logicamente necessária para que se aceite a ideia de que a presença majoritária de homens no tráfico decorria de condições prevaletentes na África. Pode ser que chegassem às Américas mais homens do que mulheres, em decorrência daquelas condições; mas, mesmo assim, os compradores no Brasil — e em outras regiões do Novo Mundo — optassem por homens, para determinadas atividades, e por mulheres, para outras atividades. Como veremos abaixo, a evidência trazida pelo Projeto dá suporte a essa hipótese, no caso do Brasil.

Proporção dos sexos em populações escravas no Brasil

Como assinalado acima, dados sobre o tráfico de escravos da África para o Brasil indicam uma proporção de homens da ordem de 66 %. Levantamentos censitários efetuados na primeira metade do século XIX forneceram porcentagens de escravos do sexo masculino da ordem de 60%: 60,5% em São Paulo, 60,7% em Minas Gerais, 57,7% em Pernambuco (Tabela 11.1). Os dados para São Paulo e Minas baseiam-se em listas nominativas (registros originais dos censos). No caso de São Paulo, abrangendo toda a população da província; em Minas, cerca de 55% da população total

9 Eltis & Richardson (1997).

estimada.¹⁰ As listas originais de Pernambuco se perderam, e os dados existentes são de uma publicação contemporânea, derivada do censo provincial então efetuado.

Em nossa amostra de inventários para os anos de 1800 a 1850, as proporções de homens entre os escravos são próximas às mostradas acima, como se vê na Tabela 11.1. Na segunda parte do século, com o aumento da proporção de escravos nascidos no Brasil, essa relação cai para 51,3%, nos inventários de Pernambuco, e para 58,1%, no Rio Grande do Sul. Cabe referir que no primeiro recenseamento nacional, em 1872, 22 anos após a abolição do tráfico, a proporção de escravos do sexo masculino foi de 53,3%.

Em suma, a participação de homens nas populações escravas do Brasil ficava entre três quintos e dois terços, na primeira metade do século XIX, e tendia para o equilíbrio entre sexos, na segunda metade.

10 Luna & H.S. Klein (2003:217); Paiva (1996:52, 201).

Tabela 11.1: Proporção de homens na população escrava: São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul

Província	Natureza dos Dados	Período	Total de Escravos	% de Homens
São Paulo	Censo	1829	71.798	60,8
Minas Gerais	Censo	1831-32	127.366	60,7
Pernambuco	Censo	1845	76.077	57,7
Pernambuco	Inventários	1800-50	21.900	58,2
Rio Grande do Sul	Inventários	1800-50	3.838	60,9

Fontes: São Paulo: Luna & Klein (2003:154-55); Minas Gerais: Paiva (1996: 201); Pernambuco (censo): Figueira de Mello (1979[1852]: mapa em seguida à p. 309); Inventários de Pernambuco e Rio Grande do Sul: amostras do Projeto.

Tabela 11.2: Pernambuco: escravos da amostra de inventários, por categoria de atividade, naturalidade e sexo, 1800-1888

Categorias de Atividades	Número de Escravos						Proporção de Homens	
	Por Categoria	Africanos		Brasileiros				
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Africanos	Brasileiros	
RURAIS								
Não qualificadas	1167	488	156	324	199	75,8	62	
Qualificadas	175	70	2	101	2	77,2	98,1	
DOMÉSTICAS								
Não qualificadas	980	129	225	189	437	36,4	30,2	
Qualificadas	203	15	70	13	105	17,7	11,1	
ARTESANAIS								
DE GANHO	396	258	7	125	6	97,4	95,4	
Total								
	3091	1037	500	795	759			

Fonte: elaboração a partir da amostra de inventários

Uma análise dos inventários pernambucanos

Classificação dos ofícios dos escravos

Como mencionado anteriormente (ver o 2º capítulo), nosso Projeto reuniu uma amostra de mais de 3.900 inventários de todas as regiões de Pernambuco, registrados no período 1800–1888. O número total de escravos contidos nesses documentos é de 21.932. Informações sobre sexo e idade existem para quase todos os cativos desse conjunto; sobre naturalidade (africanos ou brasileiros), para cerca de dois terços deles. Para este subconjunto, há informações sobre as atividades exercidas em 3.091 casos. Essa é a amostra que utilizamos aqui.

Como primeiro passo, procedemos a uma codificação dos ofícios mencionados nos inventários (ver o Apêndice a este capítulo). Encontramos aí mais de trezentas designações diferentes de ofícios. Duas categorias se destacam, cobrindo, em conjunto, quase 70% dos escravos da amostra: a dos 1.167 trabalhadores rurais sem qualificação (cuja atividade é descrita como “serviço de enxada”, “serviço de campo” e rótulos análogos), e a dos 980 trabalhadores domésticos sem qualificação (cuja atividade é referida genericamente como “serviço de casa”, “serviço doméstico”, etc.).

Os casos restantes, de escravos exercendo tarefas envolvendo habilidade específica, podem ser agrupados nos 49 ofícios listados no Apêndice (juntando designações que se referem a atividades da mesma natureza, como “carpinteiro” e “carpina”, “canoeiro” e “barqueiro”, “carreiro” e “carroceiro”). Podem-se distinguir quatro categorias de

trabalho qualificado, com características distintas — levando em conta, quando pertinente, se os escravos foram relacionados em inventários de área rural ou urbana. São elas: trabalhadores rurais qualificados, domésticos qualificados, artesãos e escravos de ganho.

Os trabalhadores rurais qualificados são os que exerciam, nos engenhos ou fazendas, atividades exigindo certo grau de habilidade ou especialização. Eram os “carreiros” (a categoria mais comum, abrangendo cerca de dois terços dos escravos desta classe) ou ainda trabalhadores em ofícios de maior complexidade, geralmente associados à fabricação de açúcar: “destilador”, “purgador”, “tacheiro”, “mestre de açúcar”. Há, na amostra, onze ofícios nesta categoria. É interessante mencionar que algumas dessas atividades (como a de mestre de açúcar) são referidas por Antonil como típicas de homens livres, nos engenhos do século XVIII.¹¹

Os trabalhadores domésticos qualificados cumpriam tarefas como cozinhar, costurar, lavar e engomar roupas. Eram também “camareiros”, “copeiros”, “mucamas”. Sempre tarefas ligadas à casa, mas demandando alguma habilidade específica. Na amostra, são nove ofícios.

Os artesãos, registrados tanto em inventários de proprietários rurais quanto urbanos, são os que exerciam ofícios especializados: “marceneiros”, “pedreiros”, “ferreiros”, “marinheiros”. No total, reconhecemos na amostra 26 ofícios diferentes, mais uma categoria residual abrangendo habilidades diversas.

11 Antonil (1982[1711]:83 e ss.). O famoso livro do jesuíta João Antônio Andreoni, publicado sob o pseudônimo de André João Antonil, contém minuciosa descrição dos trabalhos de um engenho de açúcar, no início do século XVIII.

Finalmente, há os escravos de ganho, que exerciam atividades externas — como a venda de doces ou hortaliças nas ruas, ou a prestação de serviços urbanos, como transporte de cargas e encomendas — pagando a seus senhores uma quantia predeterminada, por dia ou por semana, e retendo a renda restante. Uma espécie de autoaluguel, arranjo institucional peculiar do escravismo brasileiro e de algumas outras sociedades escravistas latino-americanas.¹² São qualificados de várias formas, nos inventários (“ganhador“, “serviço de vender“, “vendedeira“, “quitandeira“, “boceteira“, etc.), designações que agrupamos nos dois ofícios listados no Apêndice.¹³

Composição da população escrava na amostra de inventários pernambucanos

A Tabela 11.2 mostra a composição de ofícios dos escravos da amostra, subdivididos por naturalidade (africanos ou brasileiros) e sexo.

Quando se consideram em separado os escravos nascidos no Brasil, elimina-se, evidentemente, a possível influência de uma proporção maior de homens característica do tráfico africano, de acordo com o argumento discutido acima. No conjunto de inventários de Pernambuco há, praticamente, equilíbrio de sexos entre os escravos brasileiros: a proporção de homens é de 50,3%.¹⁴ Na amostra aqui em exame

12 Ver sobre esse ponto Luna & Klein (2010:150 e ss.)

13 Segundo o Dicionário Aurélio, boceteiras são vendedoras ambulantes de miudezas e rendas, acomodadas em bocetas (caixinhas).

14 Nos dados dos inventários pesquisados, há indicação de naturalidade para 14.729 escravos; desses, 9.467 são brasileiros: 4.766 homens e 4.701 mulheres. A proporção de homens é quase a mesma, antes e depois de 1850: 51,9%, na primeira parte do século, 49,6%, na segunda. Nos 3.111 casos com indicação de ofício, 1.568 são brasileiros: 805 homens e 763 mulheres.

essa proporção é muito próxima: 51,2%. Considerando esse equilíbrio de sexos no conjunto dos escravos brasileiros, a ocorrência de maior proporção de homens ou de mulheres, entre escravos exercendo determinada atividade, é uma indicação de preferência por gênero, em tal atividade, por parte dos senhores de escravos. Ou seja, sugere a influência de um efeito do lado da demanda.

O que os dados mostram, entre os escravos nascidos no Brasil, são diferenças bastante nítidas na proporção de homens e de mulheres, dependendo da atividade exercida. No que toca aos trabalhadores rurais não qualificados da amostra, quase dois terços são homens (62,0%), assim como praticamente a totalidade dos rurais qualificados (98,1%). A situação se reverte, quase simetricamente, nos trabalhadores domésticos: são homens menos de um terço dos domésticos não qualificados (30,2%), e pouco mais de um décimo (11%) dos domésticos qualificados. Já entre os artesãos, há enorme superioridade de homens: 95,4% do total de escravos brasileiros exercendo tais atividades. Similarmente, 81,1% dos escravos de ganho são homens. No todo, como mencionado, há perto de um equilíbrio entre escravos e escravas nascidos no Brasil, na amostra: 51,2% são homens, 48,8% são mulheres.

Há, portanto, sinal de que os escravistas não eram indiferentes ao sexo dos trabalhadores escravizados. Na roça, usavam-se mais homens que mulheres: mais de três entre cada cinco escravos “de enxada” eram homens. Nos domicílios, ao contrário, a preferência era por mulheres, muito especialmente no caso dos ofícios qualificados: cozinheiras, costureiras, lavadeiras, engomadeiras, mucamas.

Nas atividades rurais qualificadas e nos ofícios artesanais praticamente não havia escravas: a preferência pelo sexo masculino parece quase absoluta. Nos escravos de ganho, quatro entre cinco eram homens.

Consideremos em primeiro lugar a categoria mais numerosa, a dos trabalhadores rurais sem qualificação (que são principalmente trabalhadores do açúcar: cerca de 70% deles, em nossa amostra, provêm de inventários da Zona da Mata). Caberia indagar a causa da maior ocorrência de cativos do sexo masculino, mostrada nos dados: por que haveria preferência por homens, nesse caso? Pode-se aqui introduzir uma suposição razoável: a de que a maioria das tarefas desses cativos — como roçar o mato, capinar o canavial, cortar cana — demandaria certa força física, seria “intensiva em esforço”.¹⁵ Sendo de esperar, portanto, que houvesse vantagem comparativa no emprego de mão de obra masculina, em princípio mais vigorosa, em tais atividades.

As tarefas exercidas por mulheres, na produção rural, seriam provavelmente as menos exigentes em força física. Uma observação de Antonil, referente aos trabalhos da colheita de cana, vai ao encontro dessa suposição: “os escravos como as escravas se ocupam no corte da cana; porém, comumente os escravos cortam e as escravas amarram os feixes.”¹⁶ Exatamente a mesma constatação foi feita, um século mais tarde, pelo francês Tollenare, escrevendo sobre sua visita ao Engenho Salgado, em Ipojuca, na Zona da Mata pernambucana:

15 Ver o 1º capítulo, para essa classificação de tarefas.

16 Antonil (1982[1711]:106).

O calor é de 27° a 28°, o sol abrasador; vejo expostos aqui ao seu ardor 30 negros e negras curvados para a terra, e excitados a trabalhar por um feitor armado dum chicote que pune o menor repouso; ali oito negros vigorosos cortam as canas que cinco raparigas enfeixam [...].¹⁷

O comerciante inglês John Mawe, que viveu no Brasil entre 1807 e 1811, fez uma afirmação no mesmo sentido, referindo-se aos trabalhos de extração do ouro, que pôde observar em sua visita à região mineradora de Minas Gerais:

Os trabalhos mais penosos na extração do ouro são executados pelos negros, e os mais fáceis, pelas negras. Os primeiros tiram o cascalho do fundo do poço, as mulheres o carregam em gamelas, para ser lavado.¹⁸

Haveria, portanto, uma divisão do trabalho entre homens e mulheres, dependendo do grau de esforço físico necessário: nas tarefas demandando mais força — supostamente a maioria — predominaria o trabalho masculino; nas menos duras, seria usada mão de obra feminina (ou não haveria preferência por gênero).

No caso dos escravos da casa, por outro lado, as tarefas típicas executadas pelos cativos não requeriam, é de se admitir, grande esforço físico; são atividades “intensivas em habilidade”.¹⁹ Não haveria, em princípio, vantagem no emprego de trabalhadores de um ou outro sexo. Mas pode-se estabelecer aqui outra distinção, associada não ao tipo de tarefas executadas, mas ao local de sua execução: o domicílio do senhor de escravos. Tanto as casas-grandes,

17 Tollenare (1978[1816-18]:44).

18 Mawe (1978[1812]:134)

19 Ver o 1º capítulo.

nos engenhos e fazendas, como as residências senhoriais urbanas eram, na época, ambientes muito mais femininos do que masculinos. Como escreveu Gilberto Freyre,

o pater famílias do sobrado procurou conservar [a mulher] o mais possível trancada na camarinha e entre as mulecas, como nos engenhos; sem que ela saísse nem para fazer compras. Só para a missa.²⁰

Nesse contexto, e considerando os padrões de comportamento e as ideias de moralidade da época, certamente se julgaria mais apropriado que as sinhás e sinhazinhas assim confinadas convivessem mais com escravas do que com escravos.²¹

Os números da Tabela 11.2 mostram que a proporção de homens nos ofícios não qualificados era maior entre escravos africanos, em comparação com os brasileiros. Em números redondos, as porcentagens de cativos do sexo masculino são 76% e 62%, respectivamente, para africanos e brasileiros, nos não qualificados da área rural; e 36% e 30%, nos não qualificados do âmbito doméstico.²² Essa desigualdade de proporções é compatível com a hipótese de um efeito conjunto da oferta e da demanda sobre a com-

20 Freyre (1996[1936]: 34).

21 O costume de confinar em casa as mulheres não se restringia aos escravistas patriarcais nordestinos, no século XIX. Em suas memórias, o político e magistrado mineiro Ferreira de Rezende registra uma reminiscência curiosa de sua infância: hospedado, em 1839, na casa de seu tio Perdigão Malheiro (desembargador no Rio de Janeiro, pai do político e historiador do mesmo nome), o qual tinha uma bela esposa e duas lindas filhas, viu que ele, quando saía, não só trancava a porta da casa e levava a chave, como espalhava farinha no corredor da entrada, para se assegurar que ninguém ali penetrasse sem seu conhecimento... Na casa de Malheiro, escreveu Rezende, “não entrava médico, mestre ou qualquer outra pessoa que pudesse ser suspeita de perigosa”, no julgar do proprietário. (Rezende, 1988: 85).

22 Pelo teste de qui-quadrado para tabelas de contingência (bicaudal), rejeita-se a hipótese de que as proporções de homens sejam iguais para africanos e brasileiros; o valor de P é menor que 0,0001, no caso dos trabalhadores rurais não qualificados, e igual a 0,045 no caso dos domésticos não qualificados.

posição de gênero dos escravos da amostra. Admitindo que os senhores de escravos tivessem as preferências indicadas acima — demandassem mais homens para atividades rurais, e mais mulheres para tarefas domésticas — eles exerceriam essa demanda sobre dois conjuntos de cativos com diferente composição de sexo. Nos escravos brasileiros disponíveis para compra havia, como vimos, um número aproximadamente igual de homens e mulheres. Já na oferta de cativos africanos, a proporção de homens era da ordem de dois terços.²³ Aplicando a preferência por gênero “revelada” no caso de escravos brasileiros a esses conjuntos desiguais, resultariam (como na Tabela 11.2) proporções maiores de escravos homens entre africanos. Ou seja, pode-se presumir que a relação entre sexos, nos escravos africanos, resulte, em cada ofício, do efeito cumulativo de condições advindas da oferta (predomínio de homens, no tráfico africano) e da demanda (a melhor adequação de um sexo ou outro para cumprimento de diferentes tarefas).²⁴

Se aplicarmos o raciocínio da nota 24 para o caso dos trabalhadores domésticos, tanto os sem qualificação quanto os qualificados, vamos verificar que as proporções de homens mostradas na Tabela 11.2 para os escravos africanos são

23 No tráfico africano para o Brasil, como mencionado acima, a proporção de homens era 67,2%. No conjunto dos inventários pernambucanos de nosso Projeto, a porcentagem encontrada de escravos do sexo masculino é, também, precisamente 67,2%; na amostra aqui analisada, 67,5%.

24 Um exemplo numérico pode esclarecer essa hipótese. A porcentagem de homens brasileiros nos serviços “de enxada” é da ordem de 60% (Tabela 11.2, arredondando). Quer dizer, 20% maior que a proporção de 50% de homens, no total de escravos nascidos no Brasil. Aplicando o mesmo acréscimo de 20% (que seria como que a “medida” da preferência por escravos homens, nesses serviços) à proporção de homens entre africanos (67%), teríamos cerca de 80%, o que seria a porcentagem esperada do sexo masculino, para africanos em serviço de enxada. Vê-se, na Tabela 11.2, que a porcentagem de fato observada em nossa amostra (76%) não é muito distante de 80%.

razoavelmente aproximadas das que resultariam de um efeito conjunto da demanda e da oferta. O que sugere que tal efeito conjunto é uma hipótese plausível — que poderá ser melhor explorada em futuras pesquisas.

Cabe lembrar que, conforme ressaltado acima, não há incompatibilidade entre um desequilíbrio de gêneros no tráfico, causado pela posição da mulher na economia africana, e a ocorrência de preferências por gênero, do lado da demanda: os dois fatores poderiam agir simultaneamente. É o que parece ter sucedido em Pernambuco, a julgar pelos dados da amostra.

A quase ausência de mulheres entre os artesãos, assim como entre os trabalhadores rurais qualificados, repete o que foi observado na generalidade dos países das Américas (H.S. Klein, 1997: 34). Referindo-se ao caso dos Estados Unidos, Fogel & Engerman (1974: vol. I, 141) argumentaram que os homens tinham uma posição dominante, na sociedade escrava, ocupando não só praticamente todas as posições de supervisão abertas aos cativos, como também quase todos os ofícios artesanais. O mesmo parece ter sido verdade, quanto aos escravos pernambucanos.

Entre os escravos de ganho, as mulheres, em minoria, seriam principalmente “vendedeiras”, enquanto os homens provavelmente predominavam nas atividades de transporte urbano de cargas e mercadorias.

Tabela 11.3: Pernambuco: escravos são de 15 anos ou mais, preços médios por sexo, 1800-1888

	TODOS OS ESCRAVOS		COM ATIVIDADE CONHECIDA	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Preço médio (mil-réis)	451,2	432,3	507,4	503,7
Número de escravos	7483	5973	2304	1627

Fonte: elaboração a partir da amostra de inventários.

Tabela 11-4 : Pernambuco: preços médios de escravos são, com atividade conhecida, por atividade, naturalidade e sexo, 1800-1849]

Categorias de Atividade	Africanos		Brasileiros	
	Homens(*)	Mulheres(*)	Homens(*)	Mulheres(*)
RURAIAS				
Não qualificadas	176,0 (365)	168,2 (120)	175,8 (70)	176,8 (39)
Qualificadas	232,9 (51)	160,0 (2)	199,5 (67)	102,5 (2)
DOMÉSTICAS				
Não qualificadas	160,5 (99)	172,1 (167)	133,0 (28)	198,8 (61)
Qualificadas	311,8 (11)	277,8 (53)	250,0 (2)	286,2 (47)
ARTESANAIS				
	274,4 (201)	296,7 (6)	225,5 (49)	450,0 (1)
DE GANHO				
	277,1 (64)	265,2 (25)	400,0 (4)	175,0 (2)

(*) Entre parênteses: número de observações

Fonte: elaboração a partir da amostra de inventários.

Preços de homens e de mulheres.

No conjunto de inventários de Pernambuco, a comparação de preços médios entre todos os escravos e escravas de 15 anos ou mais mostra os homens cerca de 5% mais caros que as mulheres (Tabela 11.3).²⁵ Na segunda metade do século,

²⁵ A hipótese de igualdade de médias foi refutada pelo teste t (bicaudal, presumindo variâncias diferentes, nível de significância= 0,05; t = 3.055).

a diferença sobe para aproximadamente 15%, influenciada pelo grande aumento no preço relativo dos cativos do sexo masculino depois da Lei do Ventre Livre (ver o capítulo 10).

Por outro lado, na amostra aqui examinada, de escravos com ofício identificado, os preços de homens e mulheres naquela faixa etária são praticamente iguais, como mostrado na tabela. Os demais cativos, com ofício não identificado nos inventários (entre os quais o diferencial de preço homem–mulher é significativo), são, presumivelmente, trabalhadores sem habilidades específicas; sua avaliação é, em média, 15% a 20% menor que a daqueles com ofício identificado.

A convergência de preços entre gêneros, para os cativos com atividade conhecida, é evidenciada com maior detalhe na Tabela 11.4, que compara os preços médios de homens e mulheres por atividade exercida e por naturalidade, em 1800-1849 (período com ocorrência mais expressiva de escravos africanos).²⁶ Na categoria mais numerosa, a dos trabalhadores rurais não qualificados, verifica-se que os preços médios de homens e mulheres são praticamente coincidentes, tanto entre os africanos como entre os brasileiros. Não há também diferença significativa entre os vindos da África e os nascidos no Brasil, dentro de cada gênero: existe, assim, uma uniformidade geral de preços nos cativos trabalhando no campo, sem qualificação definida.

Já entre os escravos não qualificados do âmbito doméstico, a diferença de preço entre os gêneros não é significativa entre os africanos, mas sim entre os brasileiros: as escravas

26 Nesse caso não é necessário excluir os cativos de menos de 15 anos: quase não há escravos abaixo dessa idade, entre os que têm ofício identificado nos inventários.

domésticas nascidas no Brasil têm avaliação cerca de 50% mais alta que a dos escravos, nesse tipo de atividade.

Pode-se também computar os preços médios dos escravos não qualificados, rurais e domésticos, abrangendo todos os trabalhadores (africanos e brasileiros, homens e mulheres). Verifica-se que não há também diferença significativa entre essas médias; os valores são: 175 mil-réis para os rurais e 171 para os domésticos.

Para os trabalhadores qualificados, assim como os artesãos e os escravos de ganho, o baixo número de observações (para homens, no caso dos domésticos, e para mulheres, nos demais casos) torna problemática a comparação de preços médios entre gêneros. O que se pode dizer é que, tomando como base o preço médio de escravos não qualificados do âmbito rural, de ambos os sexos e nacionalidades (175 mil-réis), a média de preços dos trabalhadores rurais qualificados é cerca de 20% superior; e as médias dos domésticos qualificados, artesãos e escravos de ganho, de 50% a 60% mais altas.

Cabe ressaltar que o fato de os preços de escravos e escravas serem aproximadamente iguais não sinaliza necessariamente ausência de preferência por gênero, do lado da demanda (argumento às vezes presente na literatura, como visto antes). Admitindo que os preços dos cativos fossem determinados basicamente pela interação entre a oferta e a demanda — e a análise do capítulo 10 dá suporte a essa hipótese —, há razões para supor que os elementos que influenciavam essa determinação eram diferentes, em cada gênero. Havia como que dois mercados, com características distintas.

Em primeiro lugar, tudo indica que existia uma divisão de trabalho entre homens e mulheres, sendo algumas tarefas tipicamente masculinas e outras tipicamente femininas (como mostram os dados da amostra). O que sugere que os fatores que agiam sobre a demanda por escravos ou por escravas seriam diferentes. Além disso, aparentemente a procura por escravas era influenciada também por sua capacidade reprodutiva, já que seus filhos poderiam trazer ganhos ao senhor (ver o 10º capítulo). Quanto aos escravos africanos, já vimos que as condições de oferta para homens e para mulheres eram também distintas, dado o desequilíbrio de gêneros no tráfico.

Em suma, várias forças influíam na fixação de preços de escravos e de escravas; não parece possível tirar conclusões sobre a composição da demanda a partir de uma simples comparação de preços médios num e noutro caso.

Tabela 11.5: Pernambuco: escravos empregados em atividades não qualificadas rurais e domésticas, por naturalidade e sexo, 1800-1849 e 1850-1888 (*)

Categoria de Atividade	Períodos	Número de Escravos				Proporção de Homens (%)	
		Africanos		Brasileiros		Africanos	Brasileiros
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
rurais não qualificadas	1800-1849	403	128	84	412	75,90%	67,20%
	1850-1888	85	28	240	158	75,20%	60,30%
domésticas não qualificadas	1800-1849	109	181	29	65	37,60%	30,90%
	1850-1888	20	44	160	368	31,30%	30,30%

(*) Inclui cativos sem preço identificado nos inventários

Fonte: elaboração a partir da amostra de inventários

Tabela 11.6: Palmares: escravos brasileiros da lista de classificação para alforria, de 7 a 21 anos de idade, por categorias de atividade e sexo, 1873

Categoria de Atividade	Número de Escravos			Proporção de Homens (%)
	Por categoria	Homens	Mulheres	
RURAI S				
Não qualificadas	977	602	375	61,6
Qualificadas	16	16	0	100
DOMÉSTICAS				
Não qualificadas	121	25	96	20,7
Qualificadas	160	22	138	13,8
ARTESANAIS				
	7	6	1	85,7
Total	1281	671	610	52,4

Fonte: elaboração a partir da lista de classificação de escravos

Antes e depois de 1850

O fim do tráfico, em 1850, não parece ter modificado a utilização relativa de homens e mulheres nas várias atividades. A Tabela 11.5 compara o número de escravos e escravas nas duas principais categorias de ocupação: a dos trabalhadores não qualificados, rurais e domésticos. A proporção de africanos na amostra diminuiu acentuadamente entre 1800-1849 e 1850-1888, como era de esperar, passando de 79% para 16% do total de escravos dessas duas categorias, em Pernambuco. Mas a proporção de homens, tanto entre africanos como entre brasileiros, não mostra variações importantes, da primeira para a segunda metade do século. O que reforça a noção de que a composição de gênero das posses de escravos dependia também da demanda, e tinha

a ver com as atividades a serem exercidas pelos trabalhadores cativos.

Em síntese, pode-se dizer que a evidência dos inventários pernambucanos sugere fortemente a existência de preferências por gênero, da parte dos senhores de escravos. O ofício exercido parece ser fator determinante da relação entre o número de escravos e o número de escravas. No caso dos africanos, essa relação era provavelmente afetada, também, pela desproporção entre sexos no tráfico.

Dados em seção temporal: Palmares, 1873

Nesta seção examinam-se informações dos registros relativos à qualificação da população escrava de Palmares, em 1873, para fins de alforria pelo Fundo de Emancipação criado pela Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871. Essa lei determinou que todos os escravos fossem, em cada município, matriculados num livro próprio, e ainda que fossem classificados segundo os critérios de prioridade para a alforria, fixados na regulamentação da lei. Os registros dessa classificação, procedida por Juntas de Qualificação criadas para esse fim, foram também feitos em livro específico, aberto, no caso de Palmares, em abril de 1873.

Trata-se, assim, de um levantamento da totalidade da população escrava de Palmares, município da área canavieira do sul da Zona da Mata pernambucana. Palmares tinha na época uma extensão bem maior que o atual município desse nome, abrangendo também a área de outros municí-

pios criados posteriormente.²⁷ A população escrava registrada foi de 4.012 escravos, 53 % deles do sexo masculino.

Os registros indicam o nome, sexo, idade, ofício e valor dos escravos, além de observações sobre relações familiares, “aptidão para o trabalho” e “moralidade” (critérios a serem considerados na preferência para a alforria), bem como o nome do proprietário. Há indicação de ofício para 3.426 cativos.

Dos registros não consta a naturalidade dos escravos; muito provavelmente seriam, em sua maioria, nascidos no Brasil, passados 23 anos da extinção do tráfico africano. Mas, com o objetivo de considerar apenas os positivamente identificáveis como brasileiros, restringiu-se a análise aos de 21 anos de idade ou menos, com ofício declarado. Curiosamente, nos registros consta o ofício (a “profissão”) para muitas crianças, em geral com a indicação “agricultor” ou “serviço doméstico”; em muitos casos pode-se constatar que essa indicação coincidia com o ofício da mãe da criança. Considerou-se aqui o conjunto de escravos de ofício declarado com 7 anos ou mais: a partir dessa idade aparecem ofícios diferenciados, como “costureira” ou “criado”. Esse conjunto constituiu uma amostra de 1.281 cativos, dos quais pouco mais da metade (52,4%) são homens.

A distribuição dos escravos dessa amostra por sexo e atividade — de acordo com os critérios definidos na seção anterior — consta da Tabela 11.6. Verifica-se uma notável convergência com as proporções observadas na amostra de inventários (o que sugere, também, boa representatividade dessa amostra). No contingente mais numeroso, o dos traba-

27 Palmares de 1873 corresponde aos atuais municípios de Palmares, Água Preta, Xexéu, Joaquim Nabuco, Catende, Jaqueira e Maraiá.

lhadores rurais não qualificados, a proporção de homens em Palmares (61,6%) é quase exatamente a mesma verificada nos inventários (62%). Entre os trabalhadores domésticos não qualificados, repete-se a grande predominância das mulheres, mais acentuada do que nos inventários: a proporção de homens é de apenas 20,7%, nessa categoria de mão de obra (contra 30,2% nos inventários). Nos trabalhadores domésticos qualificados, confirma-se a reduzida ocorrência relativa de escravos do sexo masculino: 13,8% (11,0% nos inventários).²⁸ E mesmo nas outras duas categorias, trabalhadores rurais qualificados e artesãos, embora a amostra de Palmares seja muito reduzida, os percentuais encontrados são semelhantes aos observados nos inventários: 100% de homens, nos rurais com qualificação (97,3% nos inventários), e 85,7% nos artesãos (91,8% nos inventários).

Tabela 11.7: Palmares: preços médios de escravos de 15 a 21 anos com atividade rural não qualificada, por sexo, 1873

Sexo	Número de Escravos	Preços (mil-réis)	
		Preço Médio	Desvio Padrão
Homens	339	1.398	274
Mulheres	219	1148	236

Fonte: elaboração a partir dos dados da lista de classificação

A Tabela 11.7 compara os preços médios de homens e mulheres, na categoria mais numerosa, a dos trabalhadores rurais sem qualificação. Considerou-se a faixa etária mais

28 O teste de qui-quadrado para tabelas de contingência (bicaudal) não indica diferença estatisticamente significativa entre as proporções de homens nos inventários e em Palmares, no caso de trabalhadores rurais sem qualificação ($P=0,899$) e trabalhadores domésticos qualificados ($P=0,497$). Já no caso dos trabalhadores domésticos não qualificados, a hipótese de igualdade de proporções é rejeitada ($P=0,034$).

produtiva, de 15 a 21 anos de idade. Aqui, ao contrário do observado nos inventários, o preço médio dos homens é maior do que os das mulheres, de forma estatisticamente significativa. Os preços, nesse caso, são os declarados pelos proprietários, não necessariamente coincidindo com os que poderiam ser obtidos numa venda. (Nos inventários, por outro lado, a avaliação dos escravos, como a dos demais bens, era feita sob o escrutínio cuidadoso dos herdeiros do de cujus, que poderiam ter prejuízos com avaliações incorretas; seriam, em princípio, preços próximos dos valores de mercado). De qualquer forma, é possível que o menor valor atribuído às mulheres, nos registros de Palmares, tenha relação com a Lei do Ventre Livre, que obviamente diminuiu o possível ganho dos proprietários com os filhos de suas escravas.

A evidência dos dados de Palmares reforça as conclusões baseadas nos dados dos inventários. São resultados muito similares em dois conjuntos de dados independentes, um de caráter amostral, cobrindo todo o século XIX, e outro de seção temporal, cobrindo a integralidade de uma população escrava. Ambos os resultados dão respaldo à hipótese de que a proporção de gêneros nos plantéis de escravos era determinada essencialmente pela demanda, entre os escravos nascidos no Brasil. O que não exclui, quanto aos escravos africanos, o possível efeito da maior presença de homens no tráfico.

Rio Grande do Sul: charqueadores e pecuaristas

Nossa amostra de inventários do Rio Grande do Sul abrange 1458 inventários provenientes de diversas regiões da então província, no período 1800-1887, e contém dados sobre 7.652 escravos.²⁹

As características dos dados dessa amostra não permitem reproduzir da mesma forma o exercício feito para Pernambuco: a especificação dos ofícios dos cativos, nos inventários, ocorre numa proporção muito inferior à dos documentos pernambucanos. Chama atenção, em particular, a quase inexistência de escravas com registro de ofício. Além disso, o número de observações é menor, o que dificulta a realização de testes estatísticos. Não obstante, a amostra sul-rio-grandense fornece algumas indicações relevantes, com relação à questão aqui examinada.

Vamos considerar dois tipos de plantéis escravistas, com atributos diferentes: os escravos de charqueadores e os de criadores de gado. Em conjunto, essas duas categorias representam 73% dos escravos e 67% das escravas da amostra. No primeiro caso, trata-se de posses numerosas: os vinte charqueadores inventariados possuíam 858 cativos de ambos os sexos, numa média de 42,9 por propriedade. Já os inventários dos criadores de gado, em número de 725, registraram 4.484 cativos, o que dá uma média de apenas 6,2 por criador.

As charqueadas eram instalações de certa complexidade, empregando número relativamente grande de escravos. Observadores da época, como Saint-Hilaire, assinalaram a

29 Ver o Capítulo 2, para detalhes.

diferença de tratamento entre os escravos das charqueadas e os das estâncias de criadores: os primeiros, submetidos a controle e disciplina severos e, eventualmente, a castigos físicos, como na grande lavoura; e os das estâncias sob um regime comparativamente mais brando, às vezes cuidando sozinhos da propriedade, na ausência do dono.³⁰ Essa distinção de tratamento faz supor que nas charqueadas predominassem tarefas intensivas em força física. Tarefas onde a coerção — um tratamento “com mais energia”, na expressão de Saint-Hilaire — é um elemento que se pode dizer funcional, do ponto de vista do proprietário de escravos, garantindo a maximização da produção (ver o 1º capítulo). Já os escravos das estâncias tinham um regime bem diverso: “sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, coisa mais sadia que fatigante” (Saint-Hilaire, loc.cit.: p. 47). Exigia-se menos esforço físico; eram tarefas “intensivas em habilidade” (onde métodos coercitivos não são eficazes, do ponto de vista do senhor de escravos). Tarefas, pode-se admitir, mais ao alcance da mão de obra escrava feminina.

30 Saint-Hilaire (1974[1887]: cap.4). Para o autor, “[os] escravos das estâncias, que são em pequeno número, [...] são tratados com bondade [...]; nas charqueadas (sic) a coisa muda de figura, porque sendo os negros em grande número [...] torna-se necessário tratá-los com mais energia.” (ibid.: p. 73).

Tabela 11.8: Rio Grande do Sul: composição de sexo dos escravos de charqueadores e de criadores, 1800-1888

Atividades dos Senhores	Todos os escravos (*)		Africanos		Brasileiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Charqueadores	790 (78%)	223 (22%)	404 (86,3%)	64 (13,7%)	174 (69,0%)	78 (31,0%)
Criadores	2821 (62,3%)	1663 (37,7%)	813 (77,4%)	238 (22,6%)	696 (57,3%)	518 (42,7%)

(*) Inclui os que não são identificáveis como africanos ou brasileiros, nos inventários

Fonte: elaboração a partir da amostra de inventários

A Tabela 11.8 mostra a composição de sexo dos escravos de charqueadores e de criadores de gado, abrangendo tanto o total dos escravos dessas propriedades quanto o subconjunto cuja origem (africanos ou brasileiros) está identificada nos inventários. Os números indicam claramente uma preferência senhorial por cativos do sexo masculino, entre os charqueadores: são homens cerca de 70% dos cativos, entre os nascidos no Brasil, e cerca de 85%, entre os africanos. Já no caso dos criadores de gado, onde há também mais homens do que mulheres, a proporção de homens é significativamente menor.³¹

Pode-se observar que as porcentagens de homens são mais elevadas entre escravos africanos, tanto nos plantéis de charqueadores como nos de criadores de gado. Tal como argumentado no caso de Pernambuco, pode-se supor que essas porcentagens diferentes representam, aproximadamente, o mesmo grau de preferência por escravos homens, considerando que essa preferência se exerce, no caso dos

31 Pelo teste de qui-quadrado para tabelas de contingência (bicaudal), rejeita-se a hipótese de que as proporções de homens sejam iguais entre escravos de charqueadores e de criadores. $P < 0,0001$ (africanos); $P = 0,0006$ (brasileiros).

brasileiros, num universo onde há equilíbrio aproximado entre os sexos e, no caso dos africanos, numa população em que há dois ou três homens para cada mulher. Ou seja, as porcentagens observadas de escravos do sexo masculino refletiriam tanto o lado da oferta quanto o lado da demanda.³²

Outra indicação de que os serviços executados pelos escravos de charqueadores eram mais “masculinos” é o fato de que aí se observa maior proporção de escravos com ofício declarado. Como visto acima, os inventários do Rio Grande do Sul são pouco explícitos no que se refere aos ofícios exercidos pelos escravos. Mas os dados permitem que se faça uma distinção, menos refinada do que no caso de Pernambuco, mas ainda relevante: entre os cativos com algum ofício declarado e os sem qualquer menção quanto à atividade exercida. Pode-se supor que sejam grupos diferentes: a média de preços do primeiro grupo é significativamente maior. Para os escravos de charqueadores, com idade de 15 a 44 anos, a média dos preços dos homens com ofício foi 954,5 mil-réis; nos sem-ofício, também de charqueadores e na mesma faixa etária, a média foi de apenas 284,3 mil-réis. No caso dos criadores de gado, as médias foram 477, 5 mil-réis (com-ofício) e 430,1 mil-réis (sem-ofício).³³ Os escravos com ofício são, quase exclusivamente, do sexo masculino (o que mostra analogia com o que foi visto em Pernambuco, onde os trabalhadores rurais qualificados eram quase todos homens).

32 Ver sobre isso o exemplo numérico da nota 24, acima

33 Em ambos os casos, a hipótese de igualdade de médias foi refutada pelo teste t (bicaudal, presumindo variâncias diferentes, nível de significância 0,05). Valores de t: 13,61 (amostra de charqueadores); 2,31 (criadores).

Tabela 11.9: Rio Grande do Sul: proporção de escravos com ofícios declarados nos inventários, 1800-1888

Atividades dos Senhores	Todos os escravos (*)		Africanos		Brasileiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Charqueadores	42,5	6,7	50,5	7,8	43,7	9
Criadores	14,8	3,4	9,8	2,9	14,9	1,9

(*) Inclui os que não são identificáveis como africanos ou brasileiros, nos inventários

Fonte: elaboração a partir da amostra de inventários

A Tabela 11.9 mostra o percentual dos escravos de charqueadores e de criadores com algum ofício, para o conjunto de cativos da amostra e para os de origem conhecida. Verifica-se que a proporção dos com-ofício entre os escravos de charqueadores é cerca de cinco vezes maior do que entre os escravos de criadores, no caso de africanos; e três vezes maior, no caso dos brasileiros. Em ambos os casos, os com-ofício são predominantemente homens. O que confirma a maior preferência por homens em atividades presumivelmente mais exigentes em força.³⁴

Conclusão

Neste capítulo examinou-se a questão da preferência, ou não, por escravos de determinado gênero, por parte de proprietários escravistas em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. Sabe-se que no tráfico marítimo da África para o Brasil, os homens constituíam uma parcela próxima de dois

34 No caso dos plantéis de charqueadores, cerca de 40% dos escravos com ofício são “carneadores” ou designação similar; nos plantéis de criadores, o ofício mais comum é o de “campeiro” ou análogos.

terços dos escravos transportados; desproporção análoga entre os sexos foi observada também no comércio de cativos para as demais destinações nas Américas. Na literatura internacional, há concordância quanto ao fato de que a predominância de homens no tráfico tem relação com condições prevalecentes nas sociedades africanas da época, que faziam com que mulheres, quando escravizadas, tendessem a ser mais valorizadas do que os homens. Isso influenciaria os agentes do tráfico para as Américas, que prefeririam, nesse contexto, a alternativa mais barata. Alguns autores adotam uma hipótese mais forte: a preponderância de homens no tráfico atlântico é que explicaria o desequilíbrio de sexos também nas populações escravas das Américas, onde havia igualmente mais homens do que mulheres. Os compradores deste lado do Atlântico não teriam preferência por um ou outro sexo, já que homens e mulheres podiam executar, indiferentemente, as mesmas tarefas.

Os resultados aqui expostos não corroboram essa última proposição. O exame da composição de gênero entre escravos nascidos no Brasil — composição esta que não era, obviamente, influenciada pela relação entre homens e mulheres no tráfico atlântico —, em amostras da província de Pernambuco, indica, ao contrário, que para trabalhadores da lavoura havia nítida preferência por escravos do sexo masculino, enquanto para os que trabalhavam na esfera doméstica a preferência era por mulheres. Dados relativos a escravos do Rio Grande do Sul apontam na mesma direção, especialmente no caso das charqueadas sul-rio-grandenses, onde é clara a preferência por homens.

Argumenta-se, no texto, que o fato de haver preferência por gênero, do lado da demanda, não é incompatível com a noção de que a composição de sexos no tráfico atlântico fosse influenciada pelas características da oferta africana. O exame de nossas amostras para Pernambuco e o Rio Grande do Sul sugere que, entre os escravos provenientes da África, a proporção de homens e mulheres decorreria do efeito cumulativo da desigualdade de sexos no tráfico, de um lado, e da preferência dos compradores por determinado gênero, de outro.

A preferência seletiva por homens para as tarefas braçais, na lavoura e nas charqueadas, resultava, provavelmente, da necessidade de maior força física na maioria dessas tarefas. Já para os serviços comuns dos domicílios, a maior demanda por mulheres escravas seria influenciada pelo fato de que, no ambiente doméstico da sociedade patriarcal de então, com seus princípios rígidos quanto ao papel da mulher e à compostura de modos que dela se exigia, fosse considerado mais apropriado — mesmo mais decente — que as damas e donzelas da família senhorial convivessem com serviçais do mesmo sexo, e não do sexo oposto.

Apêndice — Ofícios Mencionados nos Inventários

ARTESÃOS

ALFAIATE

BARBEIRO

BOLEIRO

CAIADOR

CAIXEIRO

CALAFATE

CANOIRO

CARNICEIRO

CARPINTEIRO

CARVOEIRO

EMPALHADOR

ENVERNIZADOR

FERREIRO

FOGUETEIRO

MARCENEIRO

MARINHEIRO

OLEIRO

PADEIRO

PEDREIRO

PESCADOR

SAPATEIRO

SELEIRO

SERRADOR

SERVIÇO DE ARMAZÉM

SERVIÇO DE FUNDIÇÃO

TANOIRO

OUTROS OFÍCIOS E HABILIDADES

TRABALHODOMÉSTICO QUALIFICADO

CAMAREIRO/A

COPEIRO/A

COSTUREIRA

COZINHEIRO/A

ENGOMADEIRA

FIANDEIRA

LAVADEIRA

MUCAMA

RENDEIRA

TRABALHO RURAL QUALIFICADO

CARREIRO

CALDEIREIRO

CARGUEIRO

DESTILADOR

FEITOR

FERRADOR

MESTRE DE AÇÚCAR

PURGADOR

SERVIÇO DA MOENDA

TACHEIRO

VAQUEIRO

ESCRAVOS DE GANHO

GANHADOR

VENDEDEIRA

Referências bibliográficas

- ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni, S.J.). *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982[1711].
- ELTIS, David & Stanley ENGERMAN. “Was the Slave Trade Dominated by Men?” *Journal of Interdisciplinary History* 23(2): 237-257, 1992
- ELTIS, David & David RICHARDSON. “West Africa and the Transatlantic Slave Trade: New Evidence of Long-Run Trends.” Em: ELTIS & RICHARDSON (eds.). *Routes to Slavery; Direction, Ethnicity and Mortality in the Atlantic Slave Trade*. London: Frank Cass, 1997.
- FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979[1852].
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos; Decadência do Patriarcado Rural e Formação do Urbano*. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996[1936].
- KLEIN, Herbert S. “African Women in the Atlantic Slave Trade.” Em: C.C. ROBERTSON & M.A. KLEIN. *Women and Slavery in Africa*. Portsmouth: Heinemann, 1997.
- KLEIN, Herbert S. *The Atlantic Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- LOVEJOY, Paul & David RICHARDSON. “Competing Markets for Male and Female Slaves: Prices in the Interior of West Africa: 1780-1850.” *The International Journal of African Historical Studies* 28(2): 261-293, 1995.
- LUNA, Francisco Vidal & Herbert S. KLEIN. *Slavery and the Economy of São Paulo, 1750-1850*. Stanford: Stanford U. Press, 2003.

- LUNA, Francisco Vidal & Herbert S. KLEIN. *Escravidão no Brasil*. Trad. L.T.Motta. São Paulo: Edusp, 2010.
- MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. Trad. S.B.Viana. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978[1812]. .
- MEILLASSOUX, Claude. “Female Slavery.” Em: C.C. ROBERTSON & M.A. KLEIN. *Women and Slavery in Africa*. Portsmouth: Heinemann, 1997.
- NWOKEJI, G.U. “African Conceptions of Gender and the Slave Traffic.” *William and Mary Quarterly* 58(1): 47-68, 2001.
- PAIVA, Clotilde Andrade. 1996. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988[1888].
- ROBERTSON, Claire C. & Martin A. KLEIN (eds.). 1997-a. *Women and Slavery in Africa*. Portsmouth: Heinemann, 1997.
- ROBERTSON, Claire C. & Martin A. KLEIN. 1997-b. “Women’s Importance in African Slave Systems.” Em: C.C. ROBERTSON & M.A. KLEIN. *Women and Slavery in Africa*. Portsmouth: Heinemann, 1997.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. L.A.Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974[1887].
- TOLLENARE, L.F. *Notas Dominicais*. Trad. Alfredo de Carvalho. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978 [Manuscrito: 1816-18]..
- VERSIANI, Flávio Rabelo. “Os Escravos que Saint-Hilaire Viu.” *História Econômica e História de Empresas* 3(1):7-42, 2000.
- Voyages Database. 2010. *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. <http://www.slavevoyages.org> (acessado em maio/2013).

COLOFÃO

Formato	15 x 21 cm
Tipologia	Century Schoolbook, Dutch801 Rm BT
Papel	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
Impressão e Acabamento	?
Tiragem	300